



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**Predicação secundária:
propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas**

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Brasília
2025

Elisabete Luciana Morais Ferreira

**Predicação secundária:
propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente

Aprovada em: 28 de novembro de 2025

Banca Examinadora

Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente (UnB) — Presidente

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes (USP)

Prof. Dr. Marcos Barbosa Carreira (UEPG)

Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior (UnB)

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (UnB) — Suplente

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF383pp Ferreira , Elisabete Luciana Moraes
Predicação secundária: propriedades sintáticas,
semânticas e pragmáticas / Elisabete Luciana Moraes
Ferreira ; orientador Helena da Silva Guerra Vicente .
Brasília, 2025.
284 p.

Tese(Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília,
2025.

1. predicação secundária depictiva. 2. distinção
stage-level vs. individual-level. 3. sideward movement. 4.
interface sintaxe/semântica/pragmática. I. Guerra Vicente ,
Helena da Silva , orient. II. Título.

Ad maiorem Dei gloriam

Para meus avós:
Nayr e Antônio (in memoriam)
Léia e João

Agradecimentos

Encaro a conclusão desta tese como uma espécie de pequeno milagre. Além dos desafios usuais que os estudantes costumam enfrentar nessa etapa, como as questões inerentes à própria pesquisa e a conciliação da vida acadêmica com o trabalho fora da universidade, cursei o doutorado em meio a uma pandemia que quase atingiu fatalmente minha família. Isso me afetou profundamente, como se pode imaginar, e influenciou a escrita deste trabalho, por consequência. Foi necessário prorrogar algumas vezes os prazos da pós. Tivemos muitos gastos com internação e tratamento. Passei noites insones como acompanhante em quarto de UTI. Houve períodos em que eu sequer conseguia pensar em linguística. Mas é impressionante como Deus consegue tirar o melhor proveito mesmo das piores situações. A passagem do tempo e o modo como tudo se desenvolveu permitiram que eu retomasse a pesquisa e que ela amadurecesse de uma forma que eu não achava ser possível nem mesmo “sob condições normais de temperatura e pressão”. E sei que tudo isso é graça divina. Sem que eu merecesse, Deus me concedeu a recuperação dos meus familiares e a finalização dessa etapa, por isso agradeço primeiramente a Ele pelo meu pequeno milagre particular. Agradeço, ainda, à Virgem Maria por interceder por mim.

Ao longo da minha jornada acadêmica, tive a felicidade de contar com pessoas que me ajudaram muito a me desenvolver como pesquisadora e a escrever esta tese. A primeira delas, e a mais importante, é minha orientadora, Helena Guerra Vicente. Sou muito grata a ela por me incentivar desde que eu era sua aluna de iniciação científica e por acreditar no meu potencial mais do que qualquer um que conheço, inclusive eu mesma. Helena sempre depositou uma enorme confiança em mim, o que me impulsionou a ter mais coragem para defender meus posicionamentos no mundo da linguística. Agradeço a ela por mais de uma década de amizade e parceria acadêmica.

Marcus Lunguinho foi outra pessoa fundamental para o desenvolvimento da minha pesquisa. Sempre esteve disponível para se reunir comigo quando eu sentia necessidade de passar minhas ideias com ele ou quando eu precisava “desempacar” em algum ponto do trabalho. Seu conhecimento sobre linguística é assombroso: nunca saí dos nossos encontros sem receber uma porção de referências bibliográficas. Fico feliz por ter contado com sua ajuda e com sua companhia bem-humorada durante tantos anos.

Não posso deixar de mencionar também Paulo Medeiros Junior, a quem agradeço muito pela disponibilidade para ouvir minhas ideias e me dar boas sugestões. Suas aulas da pós inspiraram a escrita do segundo capítulo desta tese, e suas contribuições a uma versão preliminar de parte deste trabalho foram essenciais para eu adquirir certo ceticismo e distanciamento necessários a qualquer empreitada científica.

Marcos Carreira é outra pessoa a quem quero agradecer sinceramente. Sua dissertação e sua tese fizeram parte das primeiras leituras que fiz sobre o tema da predicação secundária, por isso,

de certa forma, minha pesquisa surgiu da sua. Agradeço a ele pela generosidade com que sempre me tratou e, em especial, por suas contribuições durante a qualificação e a defesa desta tese.

Ao Jairo Nunes, linguista que muito admiro e respeito, agradeço pelas contribuições feitas à época do mestrado e pelas valiosas observações feitas durante a defesa desta tese e depois dela, com sugestões que melhoraram significativamente meu trabalho.

Ao Arion Cruz, meu irmão acadêmico, agradeço por ter tornado mais leve minha caminhada ao cursar comigo as disciplinas do doutorado. Agradeço, ainda, por compartilhar seu conhecimento comigo durante nossas parcerias de pesquisa, seja apresentando trabalho, seja quebrando a cabeça ao bolar soluções para problemas linguísticos. Agradeço também aos meus outros irmãos acadêmicos, Wagner Santos e Rafael Martins, pelo apoio, especialmente na época do mestrado.

À Bruna Moreira, amiga e parceira de pesquisa, agradeço por ser uma pessoa tão acessível, que sempre discuti minhas ideias comigo, mesmo quando eu ainda era apenas uma estudante deslumbrada entrando no mundo da ciência. Sou particularmente grata a ela por ter lido parte desta tese e por ter dado seu *feedback* em um momento muito importante da pesquisa.

Deixo aqui um agradecimento especial para as amigas e colegas de trabalho Sarah Rabelo, Julia Castilho e Sumaia Galli, que estiveram comigo nos momentos mais insólitos da minha vida celetista e que me emprestaram um pouquinho do seu tempo para me ouvir falar desta tese, em conversas muito divertidas e intelectualmente desafiadoras. Aos queridos Fábio Salgado, Danielle Bremgartner, Mateus William e Cristiany Fernandes, agradeço pelo incentivo e pelas conversas sobre língua portuguesa ou linguística. Também quero agradecer aos integrantes do LabForm, especialmente a amiga Paula Baron, Hermano Noletto e Fabíola Boareto, pela parceria na organização de eventos no final do doutorado. Quero agradecer também a outros colegas linguistas que contribuíram, mesmo que pontualmente, para o progresso da minha pesquisa: Maurício Resende, Janayna Carvalho e Daniel Machado.

Quero também registrar meu profundo agradecimento à minha família e aos meus amigos, tanto os da UnB quanto os de fora, que sempre me apoiaram com muita compreensão: meus pais, Leinha, Lucas, Gus, Ferds, Nathi, Julio, Gi, Gab, Daniel, Laise, Ana Karine e tantos outros. Entre essas pessoas preciosas, quero destacar a que mais torceu por mim em todos esses anos: meu querido avô João. Tendo criado a família em meio a uma série de dificuldades, ele sente tanto orgulho de mim, por ver que uma neta sua “chegou lá”, que me apresenta a todo mundo e me chama de “doutora” desde que ingressei no doutorado. Vovô, essa conquista é sua também!

Agradeço ao Decanato de Pós-Graduação pela bolsa de estudos que me foi concedida (via Edital DPG n.º 003/2024) na reta final do doutorado. Por fim, agradeço à Secretaria do PPGL e ao pessoal da BCE pelo apoio nas várias questões técnicas.

Impacto social da tese¹

A linguística formal (especificamente, a linguística gerativa) é um ramo da ciência dedicado ao estudo da natureza da linguagem, com ênfase em seu aspecto biológico. Ela dialoga com várias outras áreas do saber, como a filosofia, a neurolinguística, as ciências cognitivas, a psicologia, a computação e a matemática, o que a caracteriza como uma área interdisciplinar. O foco da linguística formal, porém, é construir *conhecimento de base*, o que se dá por meio de atividades como a descrição rigorosa dos fenômenos linguísticos, a explicitação de regras que guiam o funcionamento das línguas e a formalização dos mecanismos subjacentes ao conhecimento linguístico do falante. Essa base teórica possibilita a construção e o desenvolvimento de novos serviços, técnicas e métodos que serão utilizados para melhorar a vida em sociedade.

Dessa forma, à semelhança do que acontece em áreas como a física, a biologia ou a química, que também são ciências “duras”, o linguista formal produz um tipo de conhecimento que não é imediatamente aplicável. No entanto, a partir dos modelos criados por ele, podem surgir vários desdobramentos práticos. O conhecimento produzido pela linguística formal pode ser usado, por exemplo, para a criação de: estratégias de ensino de língua estrangeira; métodos e técnicas de ensino de língua materna; mecanismos de tradução simultânea; estratégias de alfabetização; materiais didáticos para o ensino de língua; materiais relevantes para o entendimento e o desenvolvimento da inteligência artificial; entre outros. Além disso, o conhecimento produzido pelo linguista formal contribui para a formação de outros profissionais, como futuros professores do Ensino Superior e da Educação Básica, intérpretes e tradutores.

No caso desta tese, além de contribuições desse tipo, algumas aplicações mais específicas podem ser mencionadas. Este trabalho foca um fenômeno linguístico no português brasileiro cujo nome técnico é *predicação secundária*, que se relaciona com um dos tipos de estrutura que a Gramática Tradicional classifica como predicado verbonominal. Existe, contudo, uma defasagem entre a abordagem do assunto pelas pesquisas linguísticas, que já avançaram consideravelmente nessa área, e o tratamento do tema na Gramática Tradicional e em livros didáticos, o qual subsidia o ensino de português na Educação Básica. Incorporar ao ensino, futuramente, as conclusões produzidas a partir de pesquisas como esta representaria um avanço importante, pois reduziria a discrepância que existe entre a produção científica feita na universidade e o que se estuda na escola.²

Ao apresentar novos dados, discutir hipóteses sobre o assunto e abordar diferentes interfaces linguísticas (sintaxe, semântica e pragmática) sob a perspectiva formal, espero, com esta tese, ter contribuído para o avanço da ciência em si e ter produzido um conhecimento que venha a obter aplicações como as que foram mencionadas acima.

¹ Agradeço ao PPGL/UnB e à CAPES pela oportunidade de abordar esse assunto e ao querido Maurício Resende por discutir as ideias desta seção comigo.

² Um exemplo de trabalho que ilustra contribuições da linguística formal ao ensino na Educação Básica, consistindo em um desdobramento prático de um estudo mais teórico, é Ferreira & Guerra Vicente (2024), em que abordamos o caso dos adjetivos em “uso predicativo” e “uso adverbial”, tema parcialmente relacionado ao assunto desta tese.

Resumo

Esta tese investiga construções de predicação secundária depictiva no português brasileiro (PB), a exemplo de sentenças como *João entrou na sala zangado* e *Pedro comeu as cenouras cruas*. O fenômeno da predicação secundária é caracterizado pela dupla marcação temática de um argumento, que participa de duas relações de predicação distintas (cf. Rothstein 1983; Foltran 1999; entre outros), de modo que a eventualidade denotada pelo predicado secundário depictivo (*zangado* e *cruas*, nas sentenças exemplificadas) coincide temporalmente com a eventualidade denotada pelo predicado principal (Halliday 1967; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005). Com relação às propriedades sintáticas dessas construções, partiremos do entendimento, com base no trabalho que iniciamos em Ferreira (2017), de que elas contêm um constituinte *small clause* (SC) que abrange o depictivo e seu sujeito, estando essa SC adjungida a uma projeção na oração matriz: *vP*, no caso do depictivo orientado para o sujeito, ou *VP*, no caso do depictivo que se orienta para o objeto direto. Também partimos do pressuposto de que essas sentenças são derivadas via movimento lateral (Nunes 1995, 2001, 2004; Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010; entre outros) do DP contido na SC adjunta para uma posição temática na oração matriz, não havendo, então, uma categoria PRO como sujeito da SC, e sim *Copy + Merge* do DP que se move. Trata-se de uma proposta que concebe as construções depictivas como estruturas de controle geradas via movimento, podendo ser entendida como uma consequência da *Movement Theory of Control* (Hornstein, 1999, 2001). A partir disso, oferecemos nesta tese uma explicação para a possibilidade de *subject control* e *object control* nas construções depictivas em sentido estrito (*O João_i cumprimentou o Paulo_k ec_{i/k} bêbado*), em contraste com a impossibilidade de *object control* em estruturas semelhantes, como *[O João_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [ec_i / *_k entrar na sala]* (Nunes 2014: 79). Mostraremos que esse contraste pode ser explicado assumindo-se o sistema de Nunes (2004) para a linearização de sentenças e assumindo-se que, na oração principal, entre o *vP* e o *VP*, existe uma categoria aspectual *Asp*, para cujo *Spec* se move o DP que tenha sofrido *Merge* na posição de complemento de V. Devido à diferença de altura nos locais de adjunção, apenas as construções depictivas ficam em uma configuração em que a sentença pode ser linearizada de maneira a permitir o *object control*, diferentemente das sentenças com uma oração temporal adjunta (cf. M. Ferreira 2000). Quanto às propriedades semânticas e pragmáticas das construções depictivas, argumentaremos, com base em Foltran (1999), Rothstein (2004b), McNally (1993, 1997), Ardid-Gumiel (2001), Bosque (2022), entre outros trabalhos, que essas estruturas precisam atender aos seguintes requisitos para serem licenciadas: (a) requisito da coincidência temporal, segundo o qual as eventualidades da construção depictiva devem coincidir em determinado intervalo; (b) requisito pragmático, segundo o qual a condição de simultaneidade imposta sobre o estado de coisas descrito pelo predicado primário e sobre o estado de coisas descrito pelo predicado secundário não pode ser trivialmente cumprida, com exceção da possibilidade de se explorar a infelicidade da justaposição para efeitos conversacionais; (c) requisito da predicação com leitura *stage-level*, segundo o qual ao menos uma das predicações que compõem a construção depictiva deve veicular uma leitura *stage-level*, ainda que esta se obtenha por coerção de um predicado *individual-level*; (d) requisito da compatibilidade aspectual (para depictivos em sentido estrito), segundo o qual a estrutura eventiva do predicado primário deve permitir que o depictivo faça referência a um (sub)evento processo ou a uma transição; (e) requisito da pertinência, segundo o qual a eventualidade denotada pelo depictivo deve ser pertinente (relevante) para a eventualidade denotada pelo predicado primário. Um aspecto crucial para esta tese, relativo ao requisito pragmático enunciado em (b), é o fato de defendermos, com base em McNally (1993, 1997), que depictivos podem ser do tipo *individual-level* no PB, sem sofrer coerção para uma leitura *stage-level* (contra Foltran 1999): é o que ocorre em sentenças como *Robert Prevost saiu do conclave um papa* ou *Ele voltou americano*, em que a inferência *default* de persistência temporal associada ao depictivo IL é vencida, o que licencia a sentença. Exploramos também outra configuração que licencia um depictivo IL, mas na qual este sofre coerção, como *A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i*.

Palavras-chave: predicação secundária depictiva; distinção *stage-level* vs. *individual-level*; movimento lateral; sintaxe; semântica; pragmática.

Abstract

This dissertation investigates depictive secondary predication constructions in Brazilian Portuguese (BP), illustrated by examples such as *João entrou na sala zangado* ('João entered the room angry') and *Pedro comeu as cenouras cruas* ('Pedro ate the carrots raw'). Secondary predication is characterized by an argument that receives two θ -roles and participates in two distinct predicative relations (cf. Rothstein 1983; Foltran 1999, among others), and the eventuality denoted by the depictive predicate (*zangado* and *cruas*, in the examples above) temporally overlaps with the eventuality denoted by the main predicate (Halliday 1967; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005). Regarding the syntactic properties of these constructions, we build on the proposal developed in Ferreira (2017), assuming that they contain a small clause (SC) constituent encompassing the depictive and its subject, with this SC adjoined to a projection in the matrix clause: the *vP* in the case of subject-oriented depictives, or the *VP* in the case of object-oriented depictives. We further assume that these sentences are derived via *sideward movement* (Nunes 1995, 2001, 2004; Boeckx, Hornstein & Nunes 2010, among others) of the DP contained in the adjoined SC to a thematic position in the matrix clause. Consequently, there is no PRO category as the subject of the SC; rather, the subject arises through Copy + Merge of the moving DP. This proposal analyzes depictive constructions as control structures derived through movement and can thus be viewed as a consequence of the Movement Theory of Control (Hornstein 1999, 2001). Building on this, the dissertation offers an explanation for the availability of both subject control and object control in depictive constructions (*O João_i cumprimentou o Paulo_k ec_{i/k} bêbado_{i/k}* 'João_i greeted Paulo_k drunk_{i/k}'), in contrast with the impossibility of object control in similar structures such as *[O João_i cumprimentou [a Maria_k depois de [ec_{i/k} entrar na sala]]* ('João_i greeted Maria_k after entering_{i/k} the room') (Nunes 2014: 79). We show that this contrast can be accounted for by adopting Nunes's (2004) system of sentence linearization and by assuming that, in the main clause, there is an aspectual category Asp between *vP* and *VP*, and that the DP merged as the complement of *V* moves to the Spec position of Asp. Due to the different adjunction heights, only depictive constructions yield a configuration that allows the sentence to be linearized in a way that permits object control, unlike sentences with an adjoined temporal clause (cf. M. Ferreira 2000). Concerning the semantic and pragmatic properties of depictive constructions, we argue—following Foltran (1999), Rothstein (2004b), McNally (1993, 1997), Ardid-Gumiel (2001), Bosque (2022), among others—that such structures must satisfy the following licensing requirements: (a) the temporal coincidence requirement, according to which the eventualities in a depictive construction must coincide over a given interval; (b) the pragmatic requirement, according to which the simultaneity condition imposed on the state of affairs described by the primary predicate and that described by the secondary predicate cannot be trivially satisfied, except when the infelicity of juxtaposition is exploited for conversational purposes; (c) the stage-level predication requirement, according to which at least one of the predications composing the depictive construction must convey a stage-level interpretation, even if this interpretation arises through coercion from an individual-level predicate; (d) the aspectual compatibility requirement (for depictives proper), according to which the event structure of the primary predicate must allow the depictive to refer to a process (sub)event or a transition; (e) the relevance requirement, according to which the eventuality denoted by the depictive must be relevant to the eventuality denoted by the primary predicate. A crucial aspect of this dissertation, related to the pragmatic requirement in (b), is our claim—following McNally (1993, 1997)—that depictives in BP can be individual-level, without undergoing coercion to a stage-level reading (contra Foltran 1999). This occurs in sentences such as *Robert Prevost saiu do conclave um papa* ('Robert Prevost left the conclave a pope') or *Ele voltou americano* ('He returned American'), where the default inference associated with the IL depictive is defeated, thereby licensing the sentence. We also explore another configuration that licenses an IL depictive, but in which the IL depictive undergoes coercion, as in *A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i* (Lit.: 'Madonna_i resembles Marilyn Monroe blond_i').

Keywords: depictive secondary predication; stage-level vs. individual-level distinction; sideward movement; syntax; semantics; pragmatics.

Introdução	13	
Capítulo 1	Predicados secundários: ponto de partida e questões de interface	30
1	O trabalho de Ferreira (2017)	30
1.1	Predicação secundária depictiva: caracterização do fenômeno	30
1.1.1	Propriedades gerais	31
1.1.2	Construções depictivas vs. construções de SC complemento	35
1.1.3	Depictivos vs. resultativos	39
1.1.4	Depictivos vs. modificadores atributivos	44
1.1.5	Depictivos vs. advérbios	46
1.1.6	Construções depictivas vs. construções de alçamento e de SC livres	48
1.1.7	Construções copulares complexas, depictivos em sentido estrito e circunstanciais	49
1.2	Representação sintática: defendendo uma análise de <i>small clause</i>	50
1.3	Proposta de derivação	60
1.3.1	Ferramentas teóricas	60
1.3.2	Derivação de construções depictivas	65
1.3.2.1	Construções depictivas de sujeito	66
1.3.2.2	Construções depictivas de objeto direto	70
2	Questões de interface: o que esta tese focará	72
2.1	Predicados <i>individual-level</i> como depictivos no PB	72
2.2	Problemas da derivação de Ferreira (2017) para construções depictivas de OD	75
2.3	Relação entre predicado matriz e predicado secundário: restrições semânticas e pragmáticas	80
3	Conclusão	80
Capítulo 2	O estatuto de predicados <i>individual-level</i> como depictivos no português	81
1	A distinção <i>stage-level</i> vs. <i>individual-level</i> e o trabalho de McNally (1993)	81
2	Depictivos <i>individual-level</i> no português brasileiro e o papel de Asp	98
3	Construções copulares com <i>ser</i> e <i>estar</i> e a distinção IL vs. SL	111
4	A noção de coerção	113
5	Conclusão	120
Capítulo 3	Sintaxe de depictivos em sentido estrito: controle em adjuntos e <i>sideward movement</i>	127
1	Pressupostos adotados em Ferreira (2017)	128
2	O <i>puzzle</i> : problemas decorrentes da análise	134
2.1	Não linearização de construções depictivas orientadas a OD	134
2.2	Inexplicabilidade da ausência de <i>object control</i> em construções semelhantes	135
2.3	Aparente violação do princípio <i>Merge-over-Move</i> nas depictivas orientadas a OD	138

3 Novo olhar sobre a sintaxe da predicação secundária: soluções adotadas nesta tese	140
3.1 Linearização de construções depictivas	140
3.2 Diferenciando SCs depictivas de orações adjuntas temporais	161
3.3 Sobre o princípio <i>Merge-over-Move</i>	165
3.1.1 Inaplicabilidade de <i>Merge-over-Move</i> : violação quanto à extração de adjuntos	165
3.1.2 <i>Merge-over-Move</i> e linearização	172
4 Conclusão	177
 Capítulo 4	
Predicado primário e predicado secundário: restrições semânticas e pragmáticas	182
1 Requisito da coincidência temporal	183
2 Requisito da predicação com leitura <i>stage-level</i>	190
2.1 Pressupostos gerais sobre predicados SL vs. IL	191
2.1.1 Recapitulando: predicados <i>stage-level</i> vs. <i>individual-level</i>	191
2.1.2 Construções depictivas e a inferência de persistência temporal	195
2.2 Predicado primário SL + predicado secundário SL	201
2.3 Predicado primário SL + predicado secundário IL	209
2.4 Predicado primário IL + predicado secundário SL	216
2.5 Predicado primário IL + predicado secundário IL	226
2.6 Resumo das combinações e o requisito da predicação com leitura <i>stage-level</i>	237
3 Requisito da compatibilidade aspectual	240
4 Requisito da pertinência	249
5 Conclusão	257
 Conclusão	261
 Referências	275

Introdução

A presente tese tem como objeto de estudo as construções de predicação secundária depictiva (ou, simplesmente, **construções depictivas**), com foco no português brasileiro (PB), a exemplo das seguintes sentenças. Em (1), o predicado secundário está orientado para o sujeito da oração matriz; em (2), o depictivo está orientado para o objeto direto.

- (1) a. Maria dirigiu o carro *bêbada*.
b. Thiago Silva jogou a partida *lesionado*.
- (2) a. Ele comprou a alface *higienizada*.
b. O João contratou ela *grávida*.

A principal característica de uma construção de predicação secundária é a existência de um argumento que participa de duas relações de predicação diferentes (cf. Rothstein 1983; Foltran 1999; entre outros): uma no âmbito da oração principal, que contém o verbo, também chamado de **predicado principal** ou **primário**; e outra com o **predicado secundário**, que corresponde ao termo em itálico nos exemplos acima. Assim, em (1a), *Maria* é um argumento de *dirigiu* (o carro), mas também é um argumento de *bêbada*, por isso recebe dois papéis temáticos.

Em construções desse tipo, o predicado secundário pode ser de diferentes categorias gramaticais. Embora seja mais comum que o depictivo se classifique como um sintagma adjetival (AP), como *bêbada* em (1a), também é atestada a ocorrência de predicado secundário que seja um sintagma verbal (VP), especificamente um gerúndio, ou um sintagma preposicionado (PP), como mostram (3) e (4), respectivamente (cf. Foltran 1999). Nesta tese, daremos mais ênfase aos adjetivos do que a essas outras categorias, porém nossas conclusões presumivelmente se estendem a qualquer outra categoria que funcione como depictivo.

- (3) a. Eu_i escutei a discografia do Franz Ferdinand *dançando*_i. VP
b. O Pedro tomou o sorvete_i *derretendo*_i.
- (4) a. O professor_i deu aula *com sono*_i. PP
b. Ele fotografou a modelo_i *sem roupa*_i.

O predicado secundário em todas essas sentenças é chamado de **depictivo** porque descreve um estado (de um participante do evento da oração principal) que coincide temporalmente, durante determinado intervalo, com o evento denotado pelo predicado primário (Halliday 1967; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 4). Existe, assim, uma relação de *concomitância* ou de *coincidência temporal* entre as duas eventualidades que formam a construção depictiva, sendo **eventualidade** um termo abrangente que usaremos nesta tese, seguindo Bach (1986), em referência tanto a estados quanto a eventos.

Uma das paráfrases utilizadas para construções depictivas como (1) e (2) envolve o uso de *quando* e o emprego da cópula *estar*. Assim, (1a) (*Maria dirigiu o carro bêbada*) é parafraseada como *Maria estava bêbada quando dirigiu o carro*, por exemplo. A sentença (2a) (*Ele comprou a alface higienizada*), por sua vez, é parafraseada como *A alface estava higienizada quando ele a comprou*. Repare-se que uma sequência linear como (2a) é ambígua entre a **leitura predicativa** do atributo, em que os itens *alface* e *higienizada* não formam um sintagma nominal ([*a alface*] [*higienizada*]), e a **leitura atributiva** do adjetivo, em que os termos formam um constituinte nominal (*a [alface higienizada]*) e o adjetivo age como um modificador atributivo no âmbito desse sintagma (cf. Carreira 2008; Schultze-Berndt & Himmelmann 2004; Foltran 1999; Lobato 2016 [1990]). Nosso interesse está na leitura predicativa do item, isto é, em sua atuação como depictivo.

O fenômeno linguístico da predicação secundária tem sido alvo de nossas pesquisas desde Ferreira (2017), dissertação em que buscamos sobretudo caracterizar tais estruturas, definir sua representação sintática e propor uma derivação (para as construções depictivas de sujeito e de objeto direto) capaz de explicar as relações de concordância estabelecidas no âmbito da predicação secundária e na predicação primária, bem como a dupla atribuição de papel temático ao argumento que participa das duas relações de predicação, considerando-se o quadro teórico do Minimalismo (Chomsky 1995, 2000, 2001; Hornstein 1999; Nunes 1995, 2004; entre outros). Apesar de termos cumprido esses objetivos, deixamos em aberto, na pesquisa de mestrado, algumas questões a respeito dessas construções, seja porque não havíamos conseguido fornecer respostas satisfatórias para questionamentos feitos à época, seja pela limitação imposta pelo próprio recorte do trabalho. Esta tese dá continuidade à discussão, revisando os problemas da análise que propusemos, abordando outros pontos pendentes e explorando as construções depictivas não somente em relação às suas propriedades sintáticas — que foram nosso foco no mestrado —, mas também quanto às suas propriedades semânticas e pragmáticas, o que justifica o título desta tese. Dar continuidade à discussão que fizemos significará, neste trabalho, manter partes da proposta defendida na dissertação, reformular outras e apresentar novas ideias, de maneira a dar conta não somente do tipo de sentença enfocado no mestrado, mas também de um novo conjunto de dados de predicação secundária que serão expostos aqui.

Quanto à sua organização, esta tese é composta por quatro capítulos, além desta introdução, que consiste em um resumo expandido do trabalho, e da conclusão. Apesar de relacionados, os quatro capítulos são, de certo modo, independentes.

Como o ponto de partida desta tese é nossa dissertação em Ferreira (2017), consideramos oportuno que o **Capítulo 1** seja voltado a resumir os principais achados desse trabalho e a apresentar as questões que deixamos por resolver. Isso auxiliará o leitor a situar-se acerca do fenômeno da predicação secundária depictiva, compreender como nossa pesquisa se insere em meio à literatura sobre esse controverso tema e entender os problemas que serão discutidos nos capítulos subsequentes.

Assim, o primeiro capítulo da tese é dedicado a caracterizar, de forma ampla, o fenômeno da predicação secundária depictiva, o que inclui alguns dos aspectos que já apresentamos nesta introdução e outros que diferenciam as estruturas depictivas de construções similares, tanto no português quanto no inglês. Também mencionaremos, nesse capítulo, o debate que existe na literatura acerca da representação sintática das construções depictivas, tema bastante controvertido na linguística formal, que já foi estudado sob várias perspectivas. Quanto a isso, podemos isolar três grandes posicionamentos existentes a respeito da relação estabelecida entre o depictivo e seu sujeito: (i) o da **constituição de uma *small clause* (SC)**, ou minioração, pelo depictivo e seu sujeito estrutural (Stowell 1981, 1983; Chomsky 1981; Hornstein & Lightfoot 1987; Legendre 1997; Bowers 2001; Marušič, Marvin & Žaucer 2003; Ferreira 2017; Belahcen & Announi 2023; entre outros); (ii) o da **simples adjunção do depictivo** a alguma projeção da oração matriz, sem formação de uma SC (Foltran 1999; Carreira 2015; Lobato 2016 [1990]; entre outros); e (iii) o da **formação de um predicado complexo** pelo predicado primário e pelo predicado secundário (Irimia 2012; Chomsky 1955; Neeleman & van de Koot 2002; entre outros).

Há também divergências entre os autores dentro de cada um desses grandes grupos de análise. Por exemplo, entre os que defendem a formação de uma *small clause*, grupo ao qual pertencemos, os autores discordam quanto à categoria da SC, quanto à sua estrutura interna e quanto à sua relação com a oração principal (i.e., se a SC é um adjunto ou não). No que se refere à estrutura interna da SC, há trabalhos que defendem que o sujeito da SC está na posição de especificador da projeção predicativa, como em (5a), em que X é uma categoria lexical (caso da SC clássica de Stowell), e há trabalhos que defendem a existência de uma projeção funcional que faz a mediação da relação de predicação, estando o sintagma predicativo (XP) na posição de complemento do núcleo funcional (F) e o sujeito estrutural do depictivo na posição de especificador da projeção funcional, como mostrado em (5b) (Bowers 1993, 2001; Den Dikken 2006; Legendre 1997).



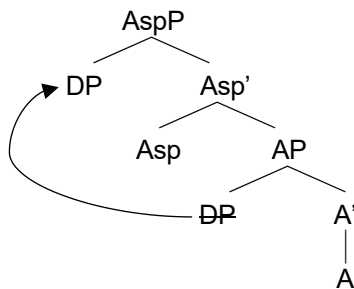
Os que defendem uma abordagem na linha de (5b) divergem, ainda, quanto à categoria dessa projeção funcional. Por exemplo, Bowers (1993, 2001) propõe que se trata de PrP (referente a “predicação”), ao passo que Legendre (1997) postula uma projeção GenP, que está relacionada à concordância de gênero. Entre os proponentes de uma SC, existe também discordância com relação à natureza do sujeito estrutural do depictivo. Trabalhos como Stowell (1981) e Legendre (1997), para citar alguns, apresentam uma análise segundo a qual o sujeito da SC é a categoria PRO, o que evidencia que as construções depictivas são tomadas como estruturas de controle. Uma representação esquematizada dessa possibilidade teórica se encontra em (6).

(6) Maria dirigiu o carro [_{SC} PRO bêbada].

No entanto, outra linha de análise, dentro do grupo de defensores da teoria de *small clause*, rejeita uma explicação em termos de PRO, situação em que se enquadram Marušič, Marvin & Žaucer (2003), Belahcen & Announi (2023), nosso trabalho em Ferreira (2017) e a presente tese.

Este é, portanto, nosso ponto de partida: consideramos que as construções de predicação secundária depictiva contêm uma projeção *small clause* que abrange o depictivo e seu sujeito estrutural, que não é a categoria vazia PRO. De modo mais específico, propusemos, em Ferreira (2017), uma análise para as construções depictivas que conjuga as duas possibilidades teóricas em (5): consideramos que o DP (sujeito do depictivo) é gerado no âmbito da projeção predicativa XP, onde recebe um papel temático do predicado secundário; porém, assumimos que esse XP é selecionado por um núcleo funcional Asp, que possui um traço [EPP] que alça para seu especificador o DP contido no XP, formando-se, assim, a *small clause* AspP. A representação em (7) ilustra essa proposta, no caso de o predicado secundário ser um adjetivo.

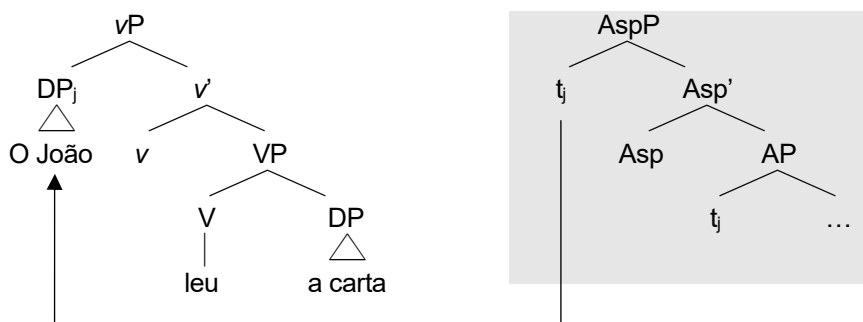
(7) Estrutura da *small clause* depictiva (Ferreira 2017)



(Ferreira 2017: 152)

Na dissertação, propusemos que as construções depictivas são estruturas de controle derivadas por movimento lateral (*sideward movement*) (Nunes 1995, 2001, 2004, entre outros) do DP que corresponde ao argumento partilhado entre as predicações: esse DP se move lateralmente da posição de [Spec, AspP] para uma posição temática na oração matriz, onde recebe outro papel temático. A representação em (8) mostra esse movimento no caso da sentença *O João leu a carta cansado*, em que o depictivo se orienta para o sujeito.

(8) *Sideward movement*: construção depictiva de sujeito (Ferreira 2017)



(Ferreira 2017: 188)

A viabilidade dessa proposta depende de se assumir uma série de pressupostos, como a hipótese de que um elemento pode mover-se para uma posição que não c-comande sua posição original (Hornstein 1999) e a de que um DP pode mover-se para uma posição temática (posição- θ) e receber mais de um papel temático (papel- θ) (Hornstein 1999, 2001). Essas foram, então, algumas das assunções da dissertação. Outras hipóteses que assumimos incluem: a de que o movimento de elementos é resultado da aplicação das operações *Copy* e *Merge* (Boeckx, Hornstein & Nunes 2010; Nunes 1995, 2004; entre outros), e não da operação independente *Move* (contra Chomsky 2000, 2001, entre outros); a ideia de que a concordância no âmbito da oração primária e a concordância na SC depictiva são realizadas pela mesma operação, *Agree* (Chomsky 2000, 2001); e a hipótese de que a SC de sujeito se adjunge a vP e a SC de OD se adjunge a VP. Todos os pressupostos listados neste parágrafo continuam sendo assumidos nesta tese; porém, há outras assunções da dissertação que teremos de modificar, como será comentado adiante.

Dado esse panorama, o primeiro capítulo desta tese reunirá os argumentos que apresentamos em Ferreira (2017) a favor de analisar as construções depictivas em termos de uma *small clause*, além de detalhar as ferramentas teóricas que assumimos para derivar essas sentenças. Vê-se que, ao adotar a teoria de SC, nossa análise sintática diverge daquela defendida por grande parte dos trabalhos sobre o português brasileiro, como Foltran (1999), Lobato (2016 [1990]) e Carreira (2015), que propõem a simples adjunção do depictivo a uma projeção na oração matriz.

Uma vez abordado o teor da dissertação, o Capítulo 1 tratará dos problemas e das lacunas que deixamos em aberto nessa nossa proposta anterior, que serão o foco de nossa preocupação na tese. Vamos chamá-los de **questões de interface**, porque eles envolvem as interfaces sintática, semântica/aspectual e pragmática da língua, embora cada problema ou lacuna se concentre mais em uma dessas facetas. Essas perguntas são apresentadas em (9).

(9) QUESTÕES DE INTERFACE: PERGUNTAS DESTA TESE

- (i) Existem predicados depictivos do tipo *individual-level* no português brasileiro?
- (ii) Como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto proposta em Ferreira (2017)?
- (iii) Que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB?

O **Capítulo 2** desta tese tem como objetivo responder à questão formulada em (9i). Trata-se de um questionamento que nossa dissertação não chegou a investigar propriamente, referente à natureza semântica/aspectual do predicado secundário depictivo. Essa é uma questão interessante porque é comum o posicionamento de que predicados depictivos têm de expressar, necessariamente, uma propriedade transitória, que alguns autores identificam como correspondente a um predicado do tipo *stage-level* (SL) (predicado de estágio), que se opõe a

uma propriedade do tipo *individual-level* (IL), na terminologia de Carlson (1977) (cf. Foltran 1999). A hipótese de que predicados depictivos não podem exprimir uma propriedade IL, que é entendida, *grosso modo*, como mais permanente e inerente, é o que descartaria dados como (10) e (11), todos marcados com “#” por apresentarem um depictivo IL¹. Ressalta-se que estamos lidando com a leitura predicativa do item em itálico.

- (10) a. #Maria dirigiu o carro *professora de inglês*.
 b. #Thiago Silva jogou a partida *brasileiro*.²
- (11) a. #Ele comprou a alface *orgânica*.³
 b. #O João contratou ela *filha de diplomata*.

Comparem-se os dados acima com os mencionados no início desta introdução, repetidos a seguir por conveniência; nestes dados, os depictivos exprimem uma propriedade *stage-level*:

- (12) a. Maria dirigiu o carro *bêbada*.
 b. Thiago Silva jogou a partida *lesionado*.
- (13) a. Ele comprou a alface *higienizada*.
 b. O João contratou ela *grávida*.

Alguns autores sustentam a posição de que um predicado IL até pode aparecer nessas estruturas, mas ele tem de estar sofrendo coerção e recebendo a leitura de estágio nesse caso. No caso do PB, essa visão já foi defendida pelo clássico trabalho de Foltran (1999): segundo a autora, nessas construções, “só podem ocorrer predicados *stage level*. (...) Na verdade, a restrição que se faz não é ao adjetivo em si, mas à leitura *individual level* desse adjetivo. Qualquer adjetivo é permitido, desde que veicule uma leitura de estágio” (Foltran 1999: 42). Desse modo, segundo Foltran, o predicado *americano*, que normalmente é empregado como IL, deve ser lido como um predicado SL se for empregado em uma construção de predicação secundária, como em (14).

- (14) Ele voltou *americano*.

(Foltran 1999: 42)

¹ Utilizaremos o símbolo # nesta tese para indicar que estamos lidando com uma violação semântica ou pragmática, e não necessariamente com agramaticalidade.

² Uma sentença como (10b) seria mais aceitável caso se construísse um contexto que indicasse que Thiago Silva mudou de nacionalidade, como o seguinte cenário, apontado por Paulo Medeiros (c.p.): Thiago Silva está em processo de mudança de nacionalidade no meio do campeonato; faltam três partidas. Ele joga duas partidas ainda brasileiro, mas sua nacionalidade italiana sai antes da última partida. Diante disso, pode-se dizer: *Nas duas partidas anteriores, Thiago Silva jogou brasileiro, mas na última ele já jogou italiano*. Nesse caso, a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL é vencida, o que licencia seu uso como depictivo, conforme veremos no Capítulo 2, com base em McNally (1993, 1997). Nessa ótica, entende-se que o dado (10b) será ruim/degradado se não conseguirmos vencer a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL *brasileiro*: ele continuou sendo brasileiro antes e depois da partida.

³ Paulo Medeiros (c.p.) apontou um contexto em que a sentença (11a) poderia ser aceitável: imagine que alguém tenha enganado Pedro, dizendo que a alface era orgânica, mas depois ele tenha descoberto que essa pessoa mentiu; nesse caso, seria possível dizer *Ele comprou a alface orgânica (como sendo orgânica)*. A nosso ver, assim como o exemplo da nota anterior, esse seria um caso de IL cuja inferência de persistência temporal foi vencida, porém não é que a alface tenha mudado de propriedade em si: o que mudou foi a percepção de Pedro sobre a natureza da alface, isto é, ele achava que a alface era orgânica antes, mas agora sabe que ela não é mais.

Diante disso, argumentaremos, com base em McNally (1993, 1997), contra a hipótese de que o predicado depictivo tem de ser necessariamente *stage-level* e contra a explicação em termos de coerção para dados como (14). Dessa forma, nossa resposta à pergunta (9i) será a de que existem, sim, depictivos (verdadeiramente) *individual-level* no português brasileiro. Crucialmente, partiremos do pressuposto, assumido por McNally (1993) a partir de Condoravdi 1992 (*apud* McNally 1993), de que predicados IL são associados a uma inferência *default* de persistência temporal, que se entende ao futuro e ao passado, enquanto predicados SL não são. Também assumiremos, com McNally (1993), que existe uma condição de simultaneidade imposta sobre o estado de coisas descrito pela predicação primária e o estado de coisas descrito pela predicação secundária que não pode ser trivialmente cumprida: se a inferência *default* de persistência temporal associada ao predicado *individual-level* não for vencida, a condição de simultaneidade será trivialmente cumprida, e a justaposição dos predicados será infeliz; se, contudo, essa inferência for vencida, a condição de simultaneidade não será trivialmente cumprida, e isso significa que a justaposição dos predicados será feliz e a sentença será licenciada (McNally 1993).

Como será abordado no segundo capítulo, McNally (1993) argumenta que a inferência *default* que um predicado IL carrega pode ser vencida quando o evento expresso pelo predicado da oração matriz marca uma fronteira contextualmente significativa logo após o suposto começo ou logo antes do suposto fim do intervalo de tempo durante o qual vigora a predicação IL. Em outras palavras, se o evento denotado pela predicação primária evidenciar que o indivíduo passou por uma mudança de propriedade — por exemplo, se o indivíduo não tinha a propriedade IL em algum ponto antes desse evento, e depois passou a tê-la —, então será inferido que a propriedade IL não se associa indefinidamente a ele: existe um ponto específico em que ele passou a tê-la ou deixou de tê-la. Essa é a análise que proporemos para o dado em (14): em *Ele voltou americano*, infere-se que o evento expresso pela oração matriz (a volta) marca uma fronteira relevante para a mudança de propriedade; presumivelmente, ele não era americano em algum ponto antes da volta, mas, quando voltou, ele era americano. Como se vê, *americano* não é uma propriedade SL ou temporária, por isso é inadequado afirmar que se trata de um predicado IL que sofre coerção. Repare-se que é possível construir paráfrases de (14) com a cópula *ser*, que normalmente ocorre com predicções IL (Silvagni 2022), em contraste com *estar*, usada nas paráfrases de (12) e (13)⁴:

- (15) a. Ele voltou americano. DEPICTIVO IL SEM COERÇÃO
b. Ele voltou *sendo* americano.
c. Ele *era* americano quando voltou.

⁴ As sentenças em (12) e (13) podem ser parafraseadas da seguinte forma:

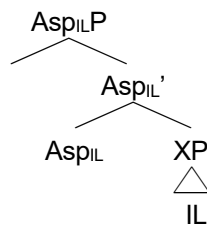
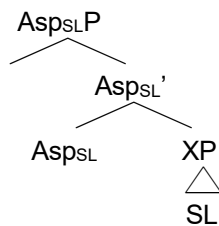
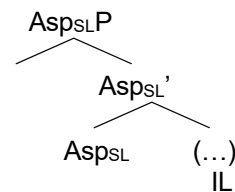
- (i) a. Maria dirigiu o carro bêbada. → Maria *estava* bêbada quando dirigiu o carro.
b. Thiago Silva jogou a partida lesionado. → Thiago Silva *estava* lesionado quando jogou a partida.
(ii) a. Ele comprou a alface higienizada. → A alface *estava* higienizada quando ele a comprou.
b. O João contratou ela grávida. → Ela *estava* grávida quando João a contratou.

No entanto, ainda com base em McNally (1993, 1994), defenderemos nesta tese que um predicado IL pode, sim, sofrer coerção para uma leitura *stage-level*, porém isso acontece em contextos diferentes do apresentado em (14). Entenderemos que a coerção de um predicado IL em uma construção depictiva, esteja o predicado na oração matriz ou na predicação secundária, ocorre sobretudo no contexto de construções depictivas circunstanciais. Alguns exemplos de predicados IL com coerção estão em (16): em (16a), a presença do depictivo SL *bêbada* induz o predicado principal IL a ser interpretado como SL, de modo que se entende que o estado de crença vigora quando, e apenas quando, Ana está bêbada (cf. McNally 1993: 11); em (16b), o depictivo IL *loira* sofre coerção para uma leitura SL porque se depreende que Madonna alterna entre situações em que está ou não loira, de modo que, quando ela se encontra loira, ela lembra Marilyn Monroe; neste último caso, o predicado primário IL também sofre coerção e é lido como SL.

- (16) a. Ana acredita em assombração bêbada. PREDICADO PRINCIPAL IL COM COERÇÃO
 b. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i. DEPICTIVO IL COM COERÇÃO

Será muito importante para a nossa proposta, então, a diferença entre **depictivo em sentido estrito** e **depictivo circunstancial**. Em linhas gerais, as construções com depictivo em sentido estrito, a exemplo de (12), (13) e (14), exprimem apenas uma relação de coincidência temporal entre as eventualidades, e, no caso de serem parafraseadas com *quando*, a eventualidade do predicado primário fica na oração introduzida por esse termo (*Maria dirigiu o carro bêbada* — *Maria estava bêbada [quando dirigiu o carro]*). As construções com depictivo circunstancial, como (16a) e (16b), expressam não somente uma sobreposição temporal entre eventualidades, mas também alguma conexão não temporal, isto é, alguma outra ligação semântica, normalmente de causa/condição (Nichols 1978, 1981; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005; Simpson 2005): se/quando Ana está bêbada (condição/causa), ela acredita em assombração; se/quando Madonna está loira (condição/causa), ela lembra a Marilyn Monroe. Na paráfrase das construções depictivas circunstanciais, a eventualidade denotada pelo depictivo fica na oração introduzida por *quando* (*Ana acredita em assombração bêbada* — *Ana acredita em assombração [quando está bêbada]*; *A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i* — *A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe [quando está loira_i]*). Essa distinção é relevante para a discussão feita no segundo capítulo porque nossos resultados apontam que a coerção de um predicado IL para uma leitura SL ocorre sobretudo com construções circunstanciais como (16), e não (tanto) em construções com depictivo em sentido estrito como (14).

Ainda no segundo capítulo, associaremos a interpretação *stage-level* ou *individual-level* de um depictivo ao tipo de categoria aspectual que forma a SC. Supondo que o núcleo Asp pode ser do tipo Asp_{IL} ou Asp_{SL}, proporemos três SCs possíveis em construções depictivas, apresentadas a seguir. Assumiremos, ainda, que o depictivo entra na derivação com um traço [SL] ou [IL], relativo à “informação-base” que esse predicado porta ao entrar na derivação: se *stage-level* ou *individual-level*, respectivamente.

(17) Possibilidades de *small clause* nas construções depictivas (versão adotada)a. Asp_{IL}P + predicado IL*Ele voltou* [Asp_{IL}P *americano*].cf.: *Ele voltou sendo americano.*b. Asp_{SL}P + predicado SL*Maria dirigiu o carro* [Asp_{SL}P *bêbada*].cf.: *Maria dirigiu o carro estando bêbada.*c. Asp_{SL}P + predicado IL*A Madonna_i lembra a Marilyn* [Asp_{SL}P (...) *loira_i*].cf.: *A Madonna_i lembra a Marilyn estando loira_i.*

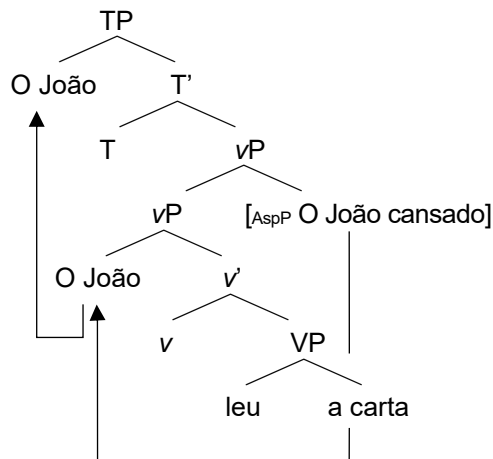
Em nossa abordagem, um depictivo IL que não sofre coerção se relaciona com Asp_{IL}, caso de (17a); um depictivo SL se relaciona com um Asp_{SL}, caso de (17b); e o depictivo IL coagido para uma leitura SL se relaciona com Asp_{SL}, caso de (17c). Nesta última situação, o *mismatch* gramatical entre Asp_{SL} + depictivo IL presumivelmente é o que dispara a coerção interpretativa (cf. Fernald 1999). Considerando-se que Asp_{IL} seja o núcleo aspectual associado à cópula *ser* e que Asp_{SL} seja o núcleo aspectual associado à cópula *estar*, a combinação Asp_{SL} + depictivo IL explicaria a possibilidade de se usar a cópula *estar* em paráfrases da sentença (17c), com o depictivo IL que sofre coerção: *A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe estando loira_i*. A estrutura exata da *small clause* depictiva circunstancial em sentenças como (17c) é algo que ficou em aberto nesta tese, por isso estamos utilizando as reticências nessa representação. É possível, por exemplo, que haja um Asp_{IL}P entre Asp_{SL}P e o XP que contém o predicado IL, o que geraria a estrutura com a ordem Asp_{SL}P > Asp_{IL}P > XP; outra possibilidade é haver uma combinação direta de Asp_{SL} com o XP que contém o predicado IL. Nenhuma dessas alternativas foi explorada a fundo neste trabalho, porém seria interessante investigar, em estudos futuros, como os efeitos de coerção seriam obtidos estrutural ou composicionalmente dentro de cada possibilidade teórica.

No **Capítulo 3**, focaremos a sintaxe das construções depictivas em sentido estrito, buscando responder à questão (9ii): como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto (OD) proposta em Ferreira (2017)? As dificuldades que esse capítulo abordará são três: (a) o fato de não ser possível linearizar as construções depictivas de OD, se seguirmos as condições de Nunes (2004) sobre linearização; (b) o fato de não conseguirmos explicar, a partir dos pressupostos assumidos em Ferreira (2017), por que o controle em adjuntos pelo objeto direto seria permitido no caso das construções depictivas, mas não em sentenças estruturalmente semelhantes; e (c) a aparente violação do princípio *Merge-over-Move* (MoM) na derivação das construções depictivas de objeto direto.

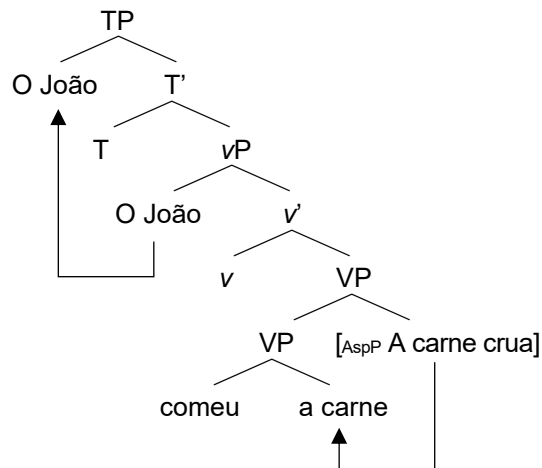
Para que esses problemas fiquem mais compreensíveis ao leitor, vamos recapitular as derivações propostas em nossa dissertação, resumidas em (18a).

(18) **Resumo das derivações propostas em Ferreira (2017) (análise a ser revisada)**

a. Depictivas de sujeito

O João leu a carta cansado.

b. Depictivas de objeto direto

O João comeu a carne crua.

A grande dificuldade com essa análise é a derivação proposta em (18b). Primeiramente, as cópias do DP lateralmente movido em (18b) não estabelecem entre si uma relação de c-comando, o que é condição para a linearização de uma sentença, embora não seja uma condição para a realização do movimento lateral em si, conforme a teoria de Nunes (1995, 2004). Assim, (18b) não está em uma configuração apropriada para ser linearizada, sob o sistema de Nunes.

O segundo problema se refere ao seguinte contraste empírico: por que, na construção depictiva em (19), o objeto da oração matriz pode controlar o sujeito da estrutura adjunta (a SC), mas, em (20), só pode haver o controle da oração adjunta pelo sujeito da oração matriz?

(19) O João_i cumprimentou o Paulo_k *ec*_{i/k} bêbado_{i/k}.(20) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [*ec*_{i/*k} entrar na sala].

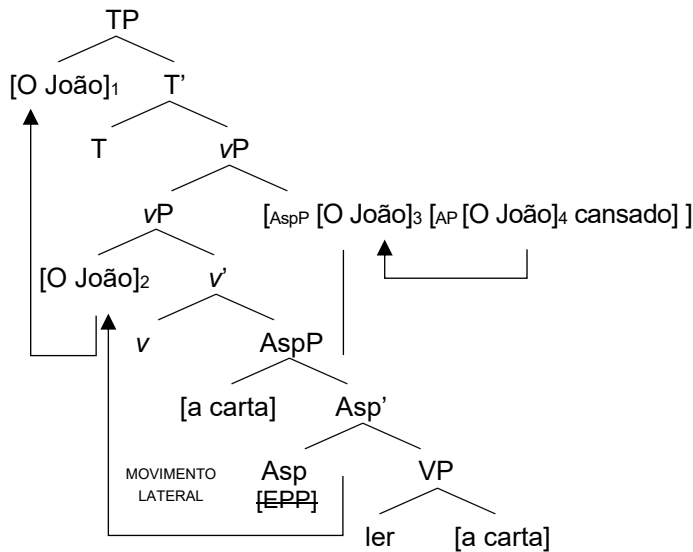
(Nunes 2014: 79)

Para solucionar esses impasses, assumiremos uma nova estrutura para a oração matriz, que agora supomos conter a categoria Asp entre o vP e o VP, com base em Shim (2016). Ainda com base na argumentação da autora, também assumiremos que, em uma oração transitiva, o objeto direto se move para [Spec, AspP], a fim de satisfazer o traço [EPP] do núcleo dessa categoria aspectual. Em resumo, defendemos nesta tese as seguintes estruturas para construções depictivas em sentido estrito⁵: (21), no caso das construções depictivas de sujeito; e (22), no caso das construções depictivas de objeto direto.

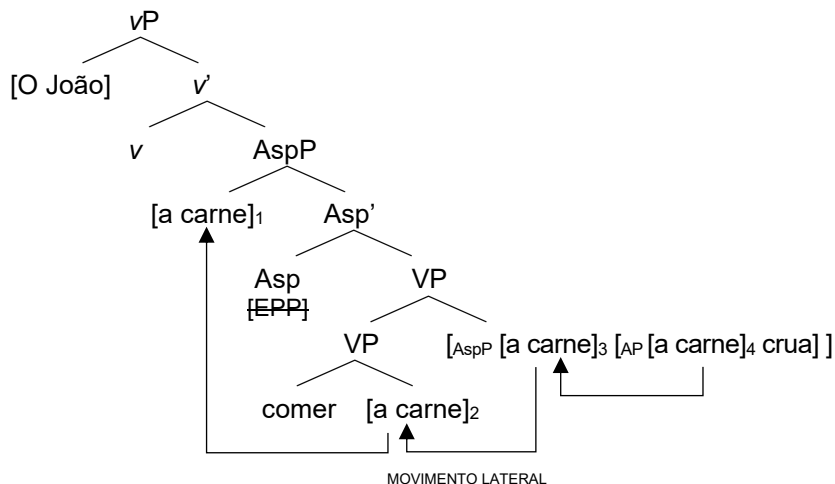
⁵ É possível que as construções depictivas circunstanciais tenham uma estrutura diferente das construções depictivas em sentido estrito, haja vista seu comportamento distinto com relação ao alcance da negação e ao domínio focal da

(21) **Resumo da derivação defendida na tese (depictivas de sujeito em sentido estrito)**

O João_i leu a carta cansado_i.

(22) **Resumo da derivação defendida na tese (depictivas de OD em sentido estrito)**

O João comeu a carne_i crua_i.



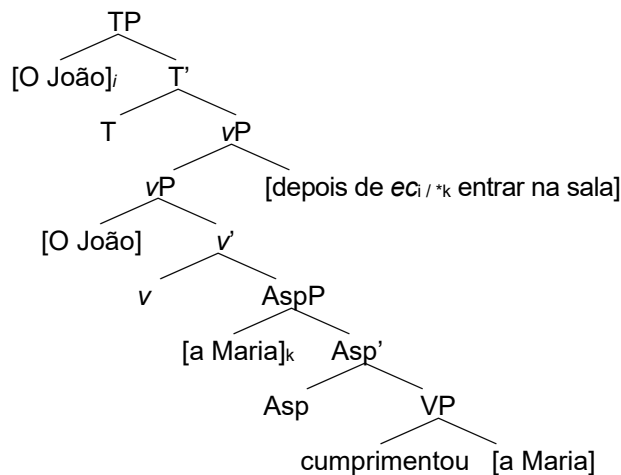
Com base no entendimento de que movimento é o resultado da interação entre as operações independentes *Copy*, *Merge*, Formar Cadeia e Reduzir Cadeia (Nunes 1995, 2001, 2004), sendo estas duas últimas operações diretamente atreladas à linearização da sentença, de acordo com a teoria de Nunes, as duas estruturas em (21) e (22) estão em condição de serem linearizadas, crucialmente porque as cópias dos DPs estabelecem entre si uma relação adequada de c-comando. Isso resolve, então, o primeiro problema abordado no capítulo.⁶

sentença, como discutido por Rodrigues & Foltran (2013). Então, uma *small clause* depictiva circunstancial pode estar em outra posição na sentença que não em adjunção ao VP/vP, mas isso não será explorado neste trabalho. Isso significa que as estruturas completas de sentenças como *Ana acredita em assombração bêbada* e *A Madonna, lembra a Marilyn Monroe loira*, não serão discutidas nesta tese.

⁶ As esquematizações feitas em (21) e (22) têm o objetivo apenas de destacar os movimentos dos DPs relevantes. Existem outros movimentos (como o deslocamento do verbo para fora do VP), mas estamos ignorando isso nessas representações.

O segundo desafio, referente ao contraste entre (19) e (20), também é solucionado a partir dessa nova configuração sintática e das condições sobre linearização de Nunes. Assumindo que as orações temporais, como em (20), são adjungidas a uma projeção mais alta na sentença, como o *vP* (M. Ferreira 2000), e que essas construções também são derivadas por *sideward movement*, entendemos que o controle do sujeito da oração adjunta pelo OD da oração matriz não é possível porque as cópias relevantes (o OD em [Spec, AspP] e o sujeito da oração adjunta) não estão em uma configuração de c-comando, como mostra (23).

- (23) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [e_{Ci} / *_k entrar na sala].



Uma solução em termos de *sideward movement* para construções com sujeito nulo em adjuntos, nos moldes de (23), é defendida por M. Ferreira (2000) para explicar a ausência de *object control* em *O João conheceu a Maria depois que ficou rica (em contraste com a possibilidade de *subject control* em O João comeu um pastel quando foi na feira), então esta tese não introduz nenhuma novidade nesse sentido.⁷ A diferença entre a análise em (23) e a de M. Ferreira (2000) reside basicamente no fato de que o autor não supõe a existência de uma projeção aspectual entre o VP e o vP na oração matriz, diferentemente de nós.

Com relação à suposta violação de *Merge-over-Move* nas construções depictivas de objeto direto, mostraremos que esse é, na verdade, um falso problema. Esse princípio enuncia que, tudo o mais sendo igual, o sistema deve realizar *Merge* em detrimento de *Move* (cf. Chomsky 1995, 2000). Em Nunes (2004: 93), o princípio MoM é reinterpretado como uma preferência por *Merge* em vez de *Copy*. Sob esse prisma, alguém poderia alegar que a derivação em (22) não deveria ser licenciada, por ser menos econômica, já que, para que o movimento lateral do DP contido na SC para a posição de complemento de V na oração matriz seja possível, é necessário que, nesse passo da derivação, o sistema deixe de realizar o *Merge* de um elemento disponível na Numeração e priorize o movimento do DP da SC. Argumentaremos, no entanto, que a derivação em (22) não viola esse princípio, pois ele não se aplica à derivação indesejada (i.e.,

⁷ Os dados referidos no período foram extraídos de M. Ferreira (2000: 52, 54).

aquela em que se opta pelo *Merge* de um elemento na Numeração em vez do movimento de um elemento contido na *small clause*, que resultaria em **A carne comeu o João crua*), uma vez que esta derivação não converge por razões independentes, por causar uma violação quanto à extração de adjuntos, que são considerados ilhas (cf. Nunes 2014: 82; Boeckx, Hornstein & Nunes 2010: 93). Ademais, mostraremos no capítulo que as derivações propostas convergem e as indesejadas não convergem, de forma independente, bastando considerar as condições de Nunes (2004, entre outros) acerca da linearização de sentenças, não sendo necessário recorrer ao princípio *Merge-over-Move* para excluir derivações indesejadas.

Por fim, o **Capítulo 4** responderá à pergunta em (9iii): que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB? A relação entre o predicado primário e o predicado secundário não foi um tema muito explorado em nossa dissertação, por isso queremos preencher esta lacuna nesta tese, à luz de tudo que já teremos discutido até então. Nesse quarto capítulo, resumiremos as condições semânticas e pragmáticas que licenciam as construções de predicação secundária no português brasileiro, sistematizando o “inventário” de construções depictivas (de sujeito e de objeto direto). Em resumo, as restrições que identificamos são as seguintes:

(24) Requisitos semânticos e pragmáticos sobre construções depictivas

a. Requisito da coincidência temporal

A eventualidade codificada pelo predicado primário e a eventualidade codificada pelo predicado secundário devem coincidir em determinado intervalo de tempo.

b. Requisito pragmático (McNally 1993)

Um predicado secundário é licenciado quando:

- (i) a condição de simultaneidade imposta sobre o estado de coisas descrito pelo predicado primário e o estado de coisas descrito pelo predicado secundário não é trivialmente cumprida, vencendo-se a inferência de persistência temporal associada ao predicado *individual-level*, o que resulta em uma justaposição feliz de predicados; ou
- (ii) a inferência de persistência temporal associada a um predicado IL não é vencida e a justaposição dos predicados é infeliz, mas a infelicidade da justaposição é explorada para efeitos conversacionais.

c. Requisito da predicação com leitura *stage-level*

Pelo menos uma das predicações que compõem a construção depictiva deve veicular uma leitura *stage-level*, ainda que esta interpretação seja obtida por meio da coerção de um predicado *individual-level* para uma leitura *stage-level*.

d. **Requisito da compatibilidade aspectual (para depictivos em sentido estrito) (Ardid-Gumiel 2001)**

- (i) A estrutura eventiva do predicado primário deve permitir que o depictivo faça referência a um (sub)evento processo ou a uma transição.
- (ii) Um depictivo IL em sentido estrito só pode fazer referência a uma transição, a qual deve incluir um processo causativo.
- (iii) Um depictivo SL em sentido estrito pode fazer referência tanto a um (sub)evento processo quanto a uma transição.

e. **Requisito da pertinência**

A eventualidade denotada pelo predicado secundário deve ser pertinente (relevante) para a eventualidade denotada pelo predicado primário.

Considerando-se a natureza *stage-level* ou *individual-level* do predicado primário e do predicado secundário, defenderemos que as combinações possíveis de predicados em uma construção depictiva são as seguintes, em que “IL^c” significa que o predicado IL está sofrendo coerção para uma leitura SL na situação em questão.

(25) **Inventário de construções depictivas**

- | | | |
|----|--|------------------------------|
| a. | SL + SL
<i>Thiago Silva jogou a partida lesionado.</i>
<i>Maria dirigiu o carro bêbada.</i> | DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO |
| b. | SL + IL
<i>Robert Prevost saiu do conclave um papa.</i>
<i>Os adolescentes voltaram para casa generosos.</i> | DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO |
| c. | IL^c + SL
<i>Ana acredita em assombração bêbada.</i>
<i>Brigadeiro é melhor quente.</i> | DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL |
| d. | IL^c + IL^c
<i>A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i.</i>
<i>A Xuxa é linda morena.</i> | DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL |

A partir dessa sistematização, vemos que a combinação IL + IL, em que tanto o predicado principal quanto o predicado secundário exprimem uma propriedade *individual-level* que não sofre coerção, não gera uma construção aceitável no PB. Esse seria o caso de dados como (26).

- (26)
- a. #O João sabe matemática ser humano.
 - b. #Ana acredita em assombração filha de brasileiros.
 - c. #Meu gato tem olhos azuis mamífero.

As sentenças acima são inaceitáveis na medida em que não conseguimos vencer a inferência *default* de persistência temporal, em direção ao passado e ao futuro, associada aos predicados IL: seguindo McNally (1997), entendemos que nenhum predicado nessa configuração IL + IL é útil como modificador temporal em relação ao outro, isto é, como restritor do intervalo de tempo em que o outro predicado se aplica, o que fere o requisito (24b) e, conseqüentemente, o requisito (24c). Outros trabalhos sobre depictivos já chegaram à mesma conclusão a que nós chegamos sobre a impossibilidade de se combinar um predicado principal estativo com um predicado secundário IL dessa forma (cf. Winkler 1997; Ardid-Gumiel 2001; Simpson 2005; Foltran 1999; entre outros).

Haja vista o exposto, as sentenças em (10) e (11) (repetidas logo abaixo), que apresentam a configuração SL + IL, são consideradas inaceitáveis, em nossa análise, com base em McNally (1993), na medida em que não é possível vencer a inferência *default* de persistência temporal que o predicado *individual-level* carrega, o que resulta em uma condição de simultaneidade entre os predicados trivialmente satisfeita: por exemplo, em (27b), infere-se que Thiago Silva é brasileiro e que continuará sendo brasileiro indefinidamente em direção ao passado e ao futuro, a menos que estejamos lidando com um contexto em que esse tipo de característica mude por alguma razão; por isso, é trivial, e pouco informativo, dizer que ele era brasileiro quando jogou a partida. Esse tipo de sentença, então, é descartado por não cumprir o requisito pragmático em (24b). Algumas dessas sentenças também ferem o requisito em (24e) (pertinência).

- (27) a. #Maria dirigiu o carro *professora de inglês*.
b. #Thiago Silva jogou a partida *brasileiro*.⁸
- (28) a. #Ele comprou a alface *orgânica*.
b. #O João contratou ela *filha de diplomata*.

Alguém pode argumentar que é possível construir cenários que tornem aceitável a sentença em (27a), por exemplo, de modo que a predicação primária denote um evento que marque uma mudança de propriedade. No caso, poderíamos conceber dois cenários: (i) um cenário em que Maria deixa de ser professora de inglês após o evento de dirigir o carro — por exemplo, assim que parou de dirigir, foi desligada de seu emprego como professora de inglês ou decidiu não ser mais professora; ou (ii) um cenário em que Maria só era professora de inglês no intervalo em que dirigiu o carro, se é que isso é possível em algum contexto que não seja o de fantasia ou ficção. Contudo, a existência dessas possibilidades não constitui um contra-argumento ao que estamos defendendo nesta tese, e sim algo que reforça nosso entendimento: se esse primeiro cenário for o caso, então teremos uma construção do tipo SL + IL como as em (25b), em que a inferência de persistência *default* associada ao predicado IL é vencida por implicar uma mudança de propriedade; se o segundo cenário for o caso, teremos uma construção do tipo SL + IL^c, em que a propriedade IL expressa uma propriedade temporária em razão do contexto e, então, sofre coerção para uma leitura SL, o que também vence a inferência *default* associada ao predicado IL. Apesar de esta segunda

⁸ Cf. notas 2 e 3 desta introdução acerca de contextos que melhoram a aceitabilidade de frases como (27b) e (28a).

combinação (SL + IL^c) não estar listada em (25), ela é prevista em nossa análise, embora pareça mais difícil conceber um cenário em que isso se aplique⁹.

Para finalizar, cabe mencionar que, no último capítulo, argumentaremos, a partir de uma adaptação de proposta de Irimia & Rapoport (2021), que as eventualidades que compõem uma construção depictiva estabelecem uma relação semântica de ancoragem, no sentido de que uma delas (que será a âncora) fornece as coordenadas de tempo e lugar em que a outra vigora. Para tanto, estamos pressupondo, com McNally (1997), que tanto os predicados *stage-level* quanto os predicados *individual-level* são especificados com um parâmetro espaço-temporal, diferindo de Irimia & Rapoport (2021) nesse aspecto. Em linhas gerais, nas construções depictivas em sentido estrito, a eventualidade da oração primária atua como âncora para o depictivo; nas construções circunstanciais, a eventualidade denotada pelo depictivo é que atua como âncora, especificando a circunstância em que a eventualidade da predicação primária vigora. Em (29), encontra-se um resumo esquematizado dessas relações de ancoragem.

(29) Relações de ancoragem entre eventualidades

- | | | | | | |
|--|---|---------------------------------------|--|--|--|
| <p>a. <i>Thiago Silva jogou a partida lesionado</i></p> <table border="0"> <tr> <td>PRED. PRIM.
<i>Jogar a partida</i></td> <td>PRED. SEC.
<i>lesionado</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> </td> </tr> </table> | PRED. PRIM.
<i>Jogar a partida</i> | PRED. SEC.
<i>lesionado</i> | | | <p>DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO</p> <p>“É verdade, para o tempo/lugar em que Thiago Silva jogou a partida, que ele estava lesionado”</p> |
| PRED. PRIM.
<i>Jogar a partida</i> | PRED. SEC.
<i>lesionado</i> | | | | |
| | | | | | |
| <p>b. <i>Robert Prevost saiu do conclave um papa.</i></p> <table border="0"> <tr> <td>PRED. PRIM.
<i>Sair do conclave</i></td> <td>PRED. SEC.
<i>um papa</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> </td> </tr> </table> | PRED. PRIM.
<i>Sair do conclave</i> | PRED. SEC.
<i>um papa</i> | | | <p>DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO</p> <p>“É verdade, para o tempo/lugar em que Robert Prevost saiu do conclave, que ele era um papa”</p> |
| PRED. PRIM.
<i>Sair do conclave</i> | PRED. SEC.
<i>um papa</i> | | | | |
| | | | | | |
| <p>c. <i>Ana acredita em assombração bêbada.</i></p> <table border="0"> <tr> <td>PRED. PRIM.
<i>Acreditar em assombração</i></td> <td>PRED. SEC.
<i>bêbada</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> </td> </tr> </table> | PRED. PRIM.
<i>Acreditar em assombração</i> | PRED. SEC.
<i>bêbada</i> | | | <p>DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL</p> <p>“É verdade, para todo tempo/lugar em que Ana está bêbada, que ela acredita em assombração”</p> |
| PRED. PRIM.
<i>Acreditar em assombração</i> | PRED. SEC.
<i>bêbada</i> | | | | |
| | | | | | |
| <p>d. <i>A Madonna lembra a Marilyn Monroe loira.</i></p> <table border="0"> <tr> <td>PRED. PRIM.
<i>Lembrar a Marilyn Monroe</i></td> <td>PRED. SEC.
<i>loira</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> </td> </tr> </table> | PRED. PRIM.
<i>Lembrar a Marilyn Monroe</i> | PRED. SEC.
<i>loira</i> | | | <p>DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL</p> <p>“É verdade, para todo tempo/lugar em que Madonna está loira, que ela lembra a Marilyn Monroe”</p> |
| PRED. PRIM.
<i>Lembrar a Marilyn Monroe</i> | PRED. SEC.
<i>loira</i> | | | | |
| | | | | | |

⁹ No segundo cenário, em que a sentença *Maria dirigiu o carro professora de inglês* significa que Maria só era professora de inglês no intervalo em que dirigiu o carro, pode-se argumentar que há apenas uma interrupção da aplicação da propriedade IL ao indivíduo, mas estamos considerando que esse tipo de interrupção também configura uma espécie de coerção. Outros trabalhos, porém, fazem uma distinção entre coerção de um predicado IL e mera interrupção, como Fernald (1999), que diferencia “interrupção” de “coerção evidencial”. Quanto a isso, ver nota 45 do Capítulo 2 desta tese.

O leitor poderá consultar o Quadro 3, no Capítulo 4 desta tese, para um resumo das relações de ancoragem e das possíveis combinações entre predicado primário e predicado secundário depictivo discutidas neste trabalho.

Um possível objetivo para pesquisas futuras seria formalizar essa relação de ancoragem (por meio da noção de valoração, por exemplo), de modo a definir como captar sintaticamente essa relação, o que não tivemos condição de fazer nesta tese. Outros passos para trabalhos subsequentes incluem definir a representação sintática de construções depictivas circunstanciais, bem como detalhar a *small clause* que aparece em estruturas com um depictivo IL que sofre coerção para uma leitura SL (*vide* (17c)).

Capítulo 1 Predicados secundários: ponto de partida e questões de interface

Este capítulo se divide em duas grandes seções. Na primeira delas, faremos um apanhado dos resultados de nossa dissertação (Ferreira 2017), o que inclui: caracterizar o fenômeno em apreço, diferenciando as construções depictivas de outras estruturas similares; abordar nossos argumentos a favor de uma análise de *small clause* (SC) para as construções depictivas; e detalhar a proposta de derivação das construções depictivas de sujeito e de objeto direto, bem como as ferramentas teóricas que adotamos na dissertação. Na segunda seção, abordaremos as questões deixadas em aberto que serão o foco desta tese, provendo, com isso, um *roadmap* para os próximos capítulos. Vamos englobar esses pontos sob o rótulo de “questões de interface” porque eles se referem não apenas à sintaxe dessas construções, mas também às suas propriedades semânticas/aspectuais e pragmáticas, como dissemos na Introdução. Para a leitura deste capítulo, é importante ter em mente que as propriedades de depictivos discutidas aqui se referem sobretudo aos depictivos SL em sentido estrito.

1 O trabalho de Ferreira (2017)¹

Esta seção resume os principais achados de Ferreira (2017), dividindo-se em três subseções. Na primeira, faremos um panorama das construções depictivas, tratando de suas principais propriedades e da distinção entre tais estruturas e outras similares. Na segunda, abordaremos os argumentos a favor da presença de um constituinte SC nas construções em apreço. A última trará as propostas de Ferreira (2017) de derivação das construções depictivas de sujeito e de OD.

1.1 Predicação secundária depictiva: caracterização do fenômeno

No que se segue, apresentaremos as propriedades gerais das construções depictivas e a distinção entre: essas estruturas e as construções de SC complemento; depictivos e resultativos; depictivos e modificadores atributivos; depictivos e advérbios. Além disso, trataremos brevemente de outras distinções relevantes, abordando construções de alçamento, estruturas de SC livre, construções copulares complexas e predicados secundários circunstanciais. Consideramos necessário realizar esse panorama na medida em que essa é uma forma de, ao mesmo tempo, descrever e delimitar o nosso objeto de estudo.

¹ Os resultados e as discussões exibidos na seção 1 deste capítulo já foram apresentados em nossa dissertação, Ferreira (2017). Assim, nas passagens da tese em que resumimos o que foi dito em Ferreira (2017) (notadamente, a seção 1 deste capítulo e a seção 1 do Capítulo 3), estamos fazendo uma paráfrase estendida daquele trabalho, que serve de base para os novos achados e análises desta tese. Para evitar a repetição constante dessa fonte e preservar a fluidez textual, as citações explícitas a este nosso trabalho anterior serão dispensadas em partes da tese voltadas a essa tarefa de sintetizar a dissertação, porém todo o conteúdo exposto nestas seções de síntese deve ser lido em diálogo direto com Ferreira (2017). Novos entendimentos ou contrastes em relação à dissertação serão devidamente sinalizados. Um resumo da dissertação também aparece em Ferreira & Guerra Vicente (2021), artigo cujo objetivo foi justamente relatar os principais resultados da dissertação; por isso, as ideias sintetizadas nesta tese, por consequência, também constam dessa obra de 2021.

1.1.1 Propriedades gerais

As construções de predicação secundária depictiva, como as em (1), do PB, são caracterizadas pelo fato de um mesmo argumento participar de duas relações de predicação distintas: a estabelecida com o verbo da oração matriz (principal), também denominado predicado primário; e a estabelecida com o predicado secundário — um adjetivo, nos casos ilustrados.

- | | | | |
|-----|----|---|-------------------------------------|
| (1) | a. | [A Maria] _i dirigiu o carro [bêbada] _i . | DEPCTIVO ORIENTADO AO SUJEITO |
| | b. | O Pedro comeu [a carne] _i [crua] _i . ² | DEPCTIVO ORIENTADO AO OBJETO DIRETO |

O fenômeno da predicação secundária é amplamente atestado em várias línguas, sendo mais estudado no inglês, e tem sido objeto de intensa discussão na literatura gerativa, inserindo-se em um debate maior sobre a noção de predicação. Nesse sentido, citam-se os trabalhos de Halliday (1967), Rothstein (1983), Stowell (1981, 1983), Williams (1980, 1983), Hornstein & Lightfoot (1987), Bowers (1993, 2001), Schein (1995), entre outros. No caso do PB, foco de nosso estudo, destacam-se as contribuições de Bisol (1975), Foltran (1999), Carreira (2008, 2015), Lobato (2016 [1990]), Ferreira (2017, 2020), entre outros.

Nas construções depictivas, o argumento partilhado pelos predicados é também denominado *host*, controlador ou sujeito do depictivo (Schultze-Berndt & Himmelmann 2004), recebendo dois papéis temáticos, um de cada predicado (Foltran 1999). Assim, em (1a), *A Maria* recebe um papel- θ no âmbito da oração matriz, cujo predicado é *dirigiu*, e outro papel- θ do depictivo *bêbada*, enquanto, em (1b), *a carne* recebe um papel- θ do predicado matriz *comeu* e outro de *crua*. No caso de (1a), diz-se que o depictivo se orienta ao sujeito porque o controlador do depictivo exerce a função de sujeito da oração matriz, enquanto (1b) ilustra um depictivo orientado ao objeto direto da oração matriz. A terminologia “depictivo” é atribuída a Halliday (1967), e a classificação de depictivos como predicados secundários remonta a Rothstein (1983)³.

Grosso modo, os depictivos exprimem uma propriedade — referente a um participante do evento expresso pela oração matriz — que vigora ao mesmo tempo em que perdura a eventualidade⁴ denotada pelo predicado primário (Halliday 1967; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005; Rothstein 2006; entre outros). A relação entre as eventualidades codificadas pelos dois predicados é descrita em termos de contemporaneidade, por autores como Bisol (1975), e

² Sentenças com ordem linear como a de (1b) são ambíguas no PB entre a chamada leitura atributiva e a leitura predicativa do adjetivo: a primeira interpretação corresponderia à sentença do inglês *Pedro ate the raw meat*, enquanto a segunda leitura corresponderia à sentença *Pedro ate the meat raw*. É a esta segunda interpretação que estamos nos referindo ao tratar das construções depictivas. Essa distinção será abordada mais adiante nesta seção.

³ O termo “depictivo” está sendo empregado neste texto em referência tanto ao contexto de orientação do predicado secundário ao sujeito quanto ao contexto de orientação ao objeto direto, seguindo Rothstein (2006). Ressaltamos, no entanto, que o uso dessa terminologia não é consensual na literatura, havendo autores, como Foltran (1999), que reservam a expressão “predicado secundário depictivo” apenas para o predicado orientado para o objeto e a expressão “predicado secundário circunstancial” para o predicado secundário orientado para o sujeito.

⁴ Como dissemos anteriormente, empregamos o termo “eventualidade” seguindo a terminologia introduzida por Bach (1986), em referência tanto a estados quanto a eventos propriamente ditos.

sobreposição temporal (*temporal overlap*), por estudiosos como Himmelmann & Schultze-Berndt (2005)⁵.

É comum na literatura o entendimento de que o depictivo expressa, tipicamente, uma propriedade transitória, que corresponderia a um predicado *stage-level* (predicado de estágio), na terminologia de Carlson (1977). Nesse sentido, (2a) e (2b) seriam paráfrases adequadas para (1a) e (1b), respectivamente, sendo construídas no PB com a cópula *estar*, que se realiza com predicados que exprimem transitoriedade, e com o conectivo *quando*, que indica a relação de coincidência temporal entre as eventualidades (cf. Foltran 1999).

- (2) a. A Maria estava bêbada quando dirigiu o carro.
- b. A carne estava crua quando Pedro a comeu.

Na teoria de Carlson (1977), os predicados do tipo *stage-level* (SL) opõem-se aos predicados *individual-level* (IL), predicados de indivíduos, que denotariam propriedades inerentes. Trata-se de uma distinção semelhante àquela apresentada em Bisol (1975: 29), que diferencia os adjetivos que contêm um traço [–inerente], entre os quais a autora inclui *triste*, *vitorioso* e *atrasado*, dos adjetivos que expressam propriedades mais inerentes, citando *alto*, *grande* e *redondo* como representantes deste grupo. No português brasileiro, a cópula *estar* ocorre com predicados com traço [–inerente], enquanto a cópula *ser* ocorre com predicados que expressam uma propriedade mais inerente (Bisol 1975). De acordo com Foltran (1999), apenas predicados *stage-level* podem figurar como predicado secundário nas estruturas em questão⁶. Os dados em (3) são apresentados pela autora para ilustrar que a tentativa de empregar nessas construções um adjetivo do tipo *individual-level* (no caso, *inteligente* e *difícil*) gera sentenças inaceitáveis.

- (3) a. #O menino chegou inteligente.
- b. #Pedro encontrou o livro difícil.⁷

(Foltran 1999: 42)

⁵ O trabalho seminal de Halliday (1967: 63) trata dessa relação como concomitância: “The ‘depictive’ element is an attribute which characterizes the attribuant in relation to the process, but as a concomitant, not a result, of the process”. Em Rothstein (2006: 210), lê-se: “A depictive predicate attributes a property to its subject which holds of that subject all the time that the event denoted by the matrix verb is going on”. A definição encontrada em Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 4, 17) segue o mesmo espírito: “Depictives express a state that holds during the reference time of the event encoded by the main predicate. [...] In the case of depictives (*He bought the carrots fresh*, *They left outraged*), the logical relation between main and secondary predicate is exclusively one of temporal overlap: the state referred to by the depictive holds true at the same time as the event expressed by the main predicate”. A noção de concomitância entre as eventualidades denotadas pelos predicados, presente nas construções depictivas, tem sido apontada na literatura como uma característica que diferencia este tipo de sentença de outras similares, como as construções com modificador atributivo. Nota-se que o depictivo tem de vigorar durante o evento denotado pelo predicado primário (e.g. *João saiu da sala raivoso* — João tem de estar raivoso para a sentença ser verdadeira), diferentemente do que ocorre com modificadores atributivos (*O homem raivoso dirigiu tranquilo* — o homem não está raivoso no momento em que ocorre a eventualidade denotada pelo predicado primário) (cf. Rothstein 2006; Farrell 2017; entre outros).

⁶ Nesta tese, seguindo McNally (1993, 1997), vamos nos opor à alegação de que os predicados secundários devem ser, necessariamente, do tipo *stage-level*. O Capítulo 2 focará esse debate.

⁷ Foltran ressalta que a sentença (3b) seria inaceitável apenas na leitura predicativa, não na atributiva.

Foltran (1999: 42) afirma que, na realidade, a restrição que ocorre nessas estruturas não é ao adjetivo em si, mas à interpretação *individual-level* desse predicado. Segundo a autora, qualquer adjetivo pode ocorrer nessas construções, contanto que denote uma leitura de estágio. A autora apresenta o exemplo em (4) ao tratar desse ponto: de acordo com Foltran (1999: 42), o predicado *americano* é normalmente usado como *individual-level*; contudo, se figurar em uma construção de predicação secundária depictiva, deve ser interpretado como *stage-level*.

(4) Ele voltou americano.

(Foltran 1999: 42)

A discussão acerca do tipo de propriedade que o depictivo veicula se relaciona com a categoria gramatical a que ele pode pertencer. De acordo com Foltran (1999: 45), esses predicados são, preferencialmente, adjetivos, não sendo normal a ocorrência de DPs como depictivos (*vide* (5a)), pois DPs denotam propriedades *individual-level*. Foltran argumenta que dados como (5b) são fatos isolados no PB. Ainda com relação à categoria do depictivo, a autora observa que um gerúndio, forma neutra não flexional, também pode ocorrer nessa posição (*vide* (5c)).

- (5) a. *Pedro chegou um médico.
b. Ele voltou um herói.
c. Ela gosta de café fervendo.

(Foltran 1999: 33, 42, 43)

Quanto ao tipo de verbo que pode aparecer como predicado primário nessas estruturas, Bisol (1975: 27) assume que o verbo, “quer expresse ação, quer expresse processo”, tem sempre um traço de dinamicidade (traço não estático). Foltran (1999: 135, 164) argumenta na mesma direção ao afirmar que, em geral, quanto maior a estatividade do predicado principal, menor a aceitabilidade de um predicado secundário na sentença. Essa seria a razão, segundo Foltran, pela qual o dado em (6) soa estranho a um falante do PB, uma vez *saber* é um verbo estativo. Essa restrição se aplica tanto às construções com predicado secundário orientado para o sujeito, caso de (6), quanto àquelas com orientação ao objeto, caso de (7) (Foltran, 1999: 164).⁸

(6) ?Pedro sabe a lição seguro.⁹

(Foltran 1999: 129)

⁸ Como bem observado por Marcos Carreira (c.p.), essa restrição não se aplica a construções como *A Maria é chata bêbada*. Veremos adiante que este tipo de sentença é analisado por Rodrigues & Foltran (2013) como uma construção que contém um tipo especial de predicado secundário depictivo — o depictivo circunstancial. Entendemos que a restrição a um predicado matriz estativo se aplica a construções depictivas em sentido estrito, e não a construções com depictivo circunstancial.

⁹ Compare-se (6) com *Pedro fez a lição seguro*, por exemplo, que soa mais aceitável, a nosso ver.

- (7) a. Pedro vendeu os livros rasgados.
b. #Pedro possui livros rasgados.

(Foltran 1999: 165)

No que se refere à sintaxe, uma das características mais notáveis é a opcionalidade do predicado secundário, ou seja, o fato de o depictivo poder ser suprimido sem causar modificação na relação estrutural entre os demais constituintes, como apontam Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 65), e sem prejuízo para a boa formação da sentença, conforme Foltran (1999: 43), *vide* (8) e (9).

- (8) a. O menino chegou cansado.
b. O menino chegou.

(Foltran 1999: 41, 43)

- (9) a. Pedro encontrou Maria doente.
b. Pedro encontrou Maria.

(Foltran 1999: 41, 43)

Winkler (1997: 2) identifica esse fato como independência temática¹⁰ do predicado secundário, o qual, conforme a autora, pode ser apagado da sentença sem que haja violação semântica ou sintática, diferentemente do que ocorre com argumentos do verbo.¹¹ Nesse sentido, predicados secundários não seriam licenciados pela Teoria- θ , módulo concebido no âmbito do modelo gerativo de *Government and Binding* e relativo à condição sintática de atribuição de papel temático (Chomsky 1981)¹².

A característica da opcionalidade do depictivo indica, assim, que ele não integra a grade argumental do predicado primário, isto é, que ele não é selecionado como argumento pelo predicado da oração matriz. Tal observação a respeito desses predicados secundários tem sido levada em consideração na literatura para analisar os depictivos como adjuntos. O DP ao qual se orienta o depictivo, por outro lado, é argumento do verbo. A relação de acarretamento contribui para essa constatação sobre o caráter argumental do DP *host*: quanto a isso, Rothstein (2004a) afirma que uma construção de predicação secundária como (10a), do inglês, acarreta (10b).

¹⁰ Sobre a noção de *thematic independence*, ver Williams (1983).

¹¹ Ressaltamos que estamos nos referindo aqui a depictivos em sentido estrito. No caso dos depictivos circunstanciais, o predicado secundário parece depender mais do predicado primário, até porque o depictivo circunstancial normalmente exprime a condição, o tempo ou a causa para a eventualidade denotada pelo predicado primário (Nichols 1978, 1981; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005; Simpson 2005). Assim, no caso de uma sentença como *O Pelé calado é um poeta*, exemplo de construção circunstancial que será abordada no Capítulo 4, não nos parece correto afirmar que ela acarrete *O Pelé é um poeta*. Na realidade, a ideia que a sentença *O Pelé calado é um poeta* veicula é a de que Pelé só é um poeta quando está / se estiver calado. Assim, vê-se que a retirada do depictivo circunstancial afetaria, em alguma medida, as relações semânticas originalmente estabelecidas no âmbito da predicação primária, diferentemente do que acontece com os depictivos em sentido estrito.

¹² Lê-se o seguinte em Winkler (1997: 2): "Thematic independence refers to the fact that secondary predicates are systematically excluded from being licensed by theta theory. Theta theory, as proposed, for example, by Chomsky (1986b), governs the distribution of arguments in syntax, but does not account for secondary predicates, which are typically analyzed as nonargument maximal phrases".

- (10) a. John drank coffee black yesterday.
'John tomou café preto [= puro] ontem.'
- b. John drank coffee yesterday.
'John tomou café ontem.'

(Rothstein 2004a: 51)

Nota-se, no caso de (10a), que apenas o elemento nominal *coffee* é objeto direto do verbo, e não toda a sequência [*coffee black*]. Essa observação será importante para diferenciar as estruturas depictivas das construções de SC complemento, que veremos a seguir.

1.1.2 Construções depictivas vs. construções de SC complemento

Rothstein (2004a) se utiliza da relação de acarretamento para distinguir as estruturas de predicação secundária das chamadas construções de *small clause* complemento de verbos como *consider* ('considerar'), como ilustrado em (11a). A autora afirma que, embora o verbo *consider* comporte uma leitura em que seleciona um objeto DP, (11a) não acarreta (11b), fato que significa que o sintagma nominal *that problem* não é selecionado como objeto pelo verbo matriz em (11a) — diferentemente do observado quanto a (10a). Rothstein argumenta que, no caso de (11a), o complemento verbal é toda a sequência [*that problem uninteresting*].

- (11) a. I considered that problem uninteresting.
'Eu considerei aquele problema desinteressante.'
- b. I considered that problem.
'Eu considerei aquele problema'.

(Rothstein 2004a: 51)

O comportamento observado nas sentenças em (11) tem relação com a análise, defendida por autores como Stowell (1981, 1983), de que o verbo *consider* pode subcategorizar uma *small clause* (minioração), o que explica o uso da expressão "SC complemento" para designar essas estruturas. A representação em (12) destaca o constituinte a que estamos nos referindo, sendo estabelecida uma relação de predicação entre o DP *that problem*, que ocupa a posição de especificador da SC, e o AP *uninteresting*, que atua como predicado. Esse tipo de predicação, formada por um sujeito NP/DP¹³ e um predicado XP, em que X não é um verbo flexionado, é chamada de *small clause* na literatura devido à ausência de flexão verbal, o que veicula a ideia de que a *small clause* seria morfologicamente menos complexa do que uma oração plena (Cardinaletti & Guasti 1995a: 2).¹⁴

¹³ Não é relevante distinguir NP de DP nesta subseção, por isso estamos empregando os rótulos indistintamente.

¹⁴ Existe um debate na literatura gerativa acerca da sequência "DP XP_{PRED}", que ocorre em construções como (12), não sendo consensual o entendimento de que tal sequência forme um constituinte. Como explicam Cardinaletti & Guasti (1995a: 2), os proponentes da teoria de *small clause*, notadamente Stowell (1983), advogam que há, de fato, uma unidade

- (12) I considered [_{SC} that problem uninteresting].

As construções de *small clause* complemento diferem das construções depictivas quanto à marcação temática. Nas construções de SC complemento, toda a SC é θ -marcada pelo verbo matriz, e o DP na posição de sujeito da SC recebe apenas um papel- θ (no caso ilustrado, do adjetivo). Nas construções depictivas, como já vimos, o argumento sujeito do predicado secundário é duplamente θ -marcado, recebendo um papel- θ do predicado da oração matriz e outro do depictivo (Foltran 1999).

Outra característica das construções de SC complemento é, como explica Foltran (1999: 44), o fato de poder aparecer uma oração encaixada com tempo finito no lugar da SC, como mostra (13):

- (13) a. Eu considero Maria inteligente.
b. Eu considero que Maria é inteligente.

(Foltran 1999: 44, 45)

Nas construções depictivas, não há possibilidade de substituição por uma oração encaixada com tempo finito, como mostra Foltran (1999) com os dados em (14) e (15). Pode-se associar esse fato à interpretação de que, nas estruturas depictivas, o depictivo e o DP ao qual ele se orienta não são selecionados conjuntamente como um argumento pelo verbo da oração matriz, ao contrário da análise proposta para a sequência DP XP_{PRED} nas construções de SC complemento.

- (14) a. João chegou cansado.
b. *João chegou que é cansado.

(Foltran 1999: 35, 45)

- (15) a. Pedro encontrou Maria doente.
b. #Pedro encontrou Maria que é doente.

(Foltran 1999: 41, 45)

Outra característica que diferencia as construções de SC complemento das depictivas é o tipo de propriedade veiculada pelos predicados em foco. Vimos que, no caso das estruturas depictivas, o predicado secundário denota comumente uma interpretação SL. Nas construções de SC complemento, por outro lado, o predicado da *small clause* é do tipo IL, como observa Foltran (1999). Isso tem relação com o tipo de categoria a que pode pertencer o predicado encaixado: por se tratar de uma propriedade *individual-level*, um NP pode facilmente ocupar essa posição, sendo também comum a ocorrência das categorias AP e PP, de acordo com Foltran.

sintática formada por essa sequência, ao passo que autores como Bresnan (1978), Schein (1995) e Williams (1983) defendem que não há formação de um constituinte e que tanto o NP/DP quanto o XP seriam argumentos do verbo, havendo entre eles uma relação de predicação. Estamos assumindo aqui que tal sequência forma um constituinte nesse caso. Para um detalhamento acerca do debate, remetemos o leitor a Cardinaletti & Guasti (1995b) e Winkler (1997).

- (16) a. Maria considera o trabalho [difícil]. [AP]
 b. Eu considero Maria [minha melhor amiga]. [NP]
 c. Eu considero a questão [fora de alcance]. [PP]

(Foltran 1999: 45)

As SC complemento permitem a construção com cópula, como mostra (17). Foltran também relaciona esse fato com a leitura *individual-level* do predicado encaixado, pois, segundo a autora, tais construções exigem principalmente o verbo *ser*, que se realiza com propriedades permanentes. As predicções depictivas em questão não permitem uma construção semelhante.¹⁵

- (17) Maria considera ser o livro interessante.

(Foltran 1999: 45)

- (18) a. *O menino chegou ser/estar cansado.
 b. *Pedro encontrou Maria ser/estar doente.

(Foltran 1999: 45)

Com relação à categoria da *small clause* formada pela sequência [DP XP_{PRED}] nas construções de SC complemento, há controvérsia na literatura. Enquanto Chomsky (1981: 106, 107), por exemplo, propõe que as SCs são de categoria S, Stowell (1981, 1983) defende que esses constituintes são projeções máximas da categoria do predicado da SC. O argumento de Stowell (1983: 301) é que o verbo não é indiferente ao *status* categorial da *small clause*, como evidenciado no contraste em (19)¹⁶.

- (19) a. *I consider [PP John [off my ship]].
 Literalmente: 'Eu considero John fora do meu navio.'
 b. We consider [AP it [unlikely that John will win]].
 'Nos consideramos improvável que John vença.'

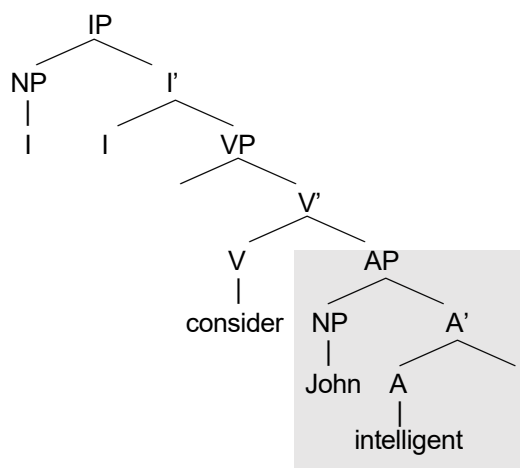
(Stowell 1983: 297, 301)

De acordo com Stowell (1983: 301), um verbo que seleciona como complemento uma *small clause* de categoria S e atribui um papel- θ a todo esse constituinte não deveria ser sensível a traços categoriais de subpartes da minioração, mas somente da SC como um todo. Todavia, o contraste acima mostra que há uma relação de seleção entre o verbo e a categoria do predicado da SC, o que leva o autor a supor que a SC é uma projeção do predicado lexical nela contido. Encontra-se em destaque, em (20), uma representação à la Stowell para a *small clause* da sentença *I consider John intelligent* ('Eu considero John inteligente'), sendo a SC um AP.

¹⁵ Nas construções depictivas, todavia, é possível a paráfrase com a cópula no gerúndio: *Ele chegou estando cansado*.

¹⁶ Além de *considerar* e outros verbos epistêmicos, podem aparecer em construções de *small clause* complemento verbos causativos, verbos de percepção e outros verbos ECM (*exceptional case-marking*) (cf. Winkler 1997: 22).

(20) Estrutura de *small clause* complemento conforme a análise de Stowell¹⁷



A discussão acerca do rótulo da *small clause* levou ao desenvolvimento de uma generalização sobre a posição de sujeito, a que Stowell (1981, 1983) se refere como *subjects across categories*. Para o autor, o sujeito de um sintagma XP é o argumento de X ou X' diretamente dominado por X'' (Stowell 1983: 295). Assim, assumindo-se que as orações *small clauses* sejam projeções de categorias lexicais, segue-se que a posição de sujeito existe em todas as principais categorias sintáticas (Stowell 1983: 285, 301), o que, por sua vez, como observa Winkler (1997: 21), representa uma generalização do Princípio de Projeção Estendida, de Chomsky (1982), que enuncia que toda oração tem sujeito. Com isso, a *small clause* de Stowell também se mostra endocêntrica, conformando-se à noção pressuposta na Teoria X-Barra de que as projeções de um núcleo X são todas da mesma categoria que esse núcleo (cf. Stowell 1983: 285; Hornstein, Nunes & Grohmann 2005: 176-177).

Apesar de, nas construções de SC complemento, o NP na posição de sujeito da *small clause* não ser selecionado pelo verbo da oração matriz, Stowell (1983: 299) assume que esse sintagma nominal depende do verbo para atribuição de Caso, uma vez que esse mecanismo, que ocorreria via regência, observa uma exigência de adjacência. Conforme apontado por Winkler (1997: 23), considerando-se o quadro teórico assumido por Stowell, uma categoria PRO não poderia ocupar a posição de sujeito de uma SC complemento porque PRO é uma categoria nula que não pode ser regida (*vide* (21)). Por outro lado, um NP nessa posição poderia receber Caso porque a SC não é uma barreira à regência, de acordo com Stowell (1983)¹⁸.

(21) *Mary considers [_{SC} PRO crazy].

(Winkler 1997: 21)

¹⁷ Essa representação foi construída com base no exemplo (15) de Winkler (1997: 22).

¹⁸ Nota-se que os referidos trabalhos de Stowell são de fase anterior ao Minimalismo (Chomsky 1993, 1995, entre outros).

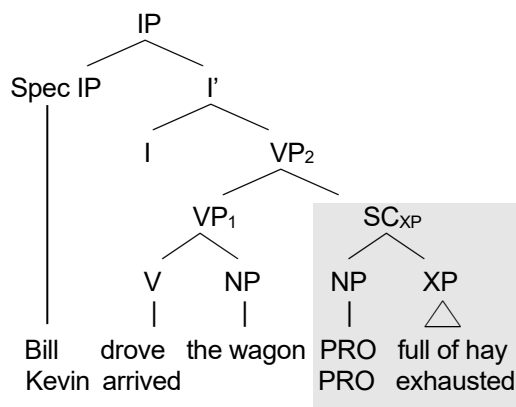
Como explica Winkler (1997: 23), a restrição à ocorrência de PRO nas construções de *small clause* complemento é exatamente o que fundamenta a análise de Stowell para as sentenças com depictivo orientado para o sujeito e para as sentenças com depictivo orientado para o objeto direto. Stowell propõe que as construções depictivas também contêm *small clauses*, porém estas se realizam em adjunção; como a posição de sujeito da SC adjunta não é regida, conforme a análise do autor, PRO pode aparecer nessa posição. Assim, no caso das construções depictivas, as *small clauses* são concebidas por Stowell como estruturas de controle, o que está representado em (22), com os controladores destacados em itálico (Winkler 1997: 23).

- (22) a. *John* [_{VP} arrived] [_{AP} PRO completely exhausted].
 ‘John chegou completamente exausto.’
- b. *Bill* [_{VP} drove *the wagon*] [_{AP} PRO full of hay].
 ‘Bill conduziu a carroça cheia de feno.’

(Winkler 1997: 23)

Uma possível representação das *small clauses* adjuntas (i.e., em construções depictivas) dentro da análise de Stowell encontra-se em (23). Winkler (1997: 23) nota que a orientação do adjunto não é representada estruturalmente na análise do autor, por se tratar de estruturas de controle.¹⁹

- (23) Estrutura de *small clauses* adjuntas conforme a análise de Stowell



(Winkler 1997: 24)

1.1.3 Depictivos vs. resultativos

Feita a distinção entre as construções de SC complemento e as depictivas, que foi relevante por ter mostrado a motivação para a postulação de uma *small clause* nas predicções depictivas na teoria de Stowell, passamos agora a diferenciar os predicados secundários depictivos de outro tipo de predicado secundário: os resultativos, muito produtivos em línguas como o inglês.

¹⁹ Como veremos adiante, há bastante controvérsia em torno da existência de uma SC nesse tipo de construção. Há autores que defendem uma simples adjunção do predicado secundário a alguma projeção da oração matriz, sem formação de uma *small clause*, a exemplo de Rothstein (1983), Foltran (1999), Carreira (2015) e Lobato (2016 [1990]).

Realizar essa comparação é importante porque nos permite delimitar o tipo de predicado secundário que este trabalho enfoca, além de evidenciar outras propriedades das construções depictivas que ainda não abordamos. Os dados em (24) trazem exemplos de predicados resultativos em itálico.

- (24) a. Jane painted the house; *red*.
'Jane pintou a casa até ela ficar vermelha.'
- b. Bill wiped the table; *clean*.
'Bill flanelou a mesa até ela ficar limpa.'

(Rothstein 2006: 210)

Os predicados resultativos, assim denominados a partir de Halliday (1967), atribuem ao elemento a que se referem (seu sujeito) não uma propriedade que vigora durante todo o tempo em que o evento da oração matriz ocorre, mas um atributo que resulta do processo denotado pelo verbo da oração matriz (Halliday 1967: 63). Rothstein (2006: 210) explica que a propriedade atribuída pelo resultativo se aplica ao seu sujeito no ponto em que o evento denotado pelo verbo matriz termina ou culmina²⁰. Dessa forma, segundo a autora, a leitura veiculada por (24a) é a de que Jane pintou a casa e, no fim da atividade de pintar, a casa ficou vermelha. A sentença (24b), por sua vez, significa que Bill passou uma flanela na mesa e, como resultado desse processo, a mesa ficou limpa.

Os depictivos, diferentemente, veiculam não uma propriedade que resulta do processo denotado pelo verbo matriz, mas uma que perdura no mesmo tempo em que se dá a eventualidade veiculada pelo predicado matriz; trata-se da noção de coincidência temporal, que abordamos anteriormente. Os dados em (25) são exemplos de construções depictivas no inglês: (25a) significa que John estava bêbado durante o tempo em que ocorreu o evento de dirigir, e (25b) indica que as cenouras estavam cruas (não cozidas) durante o tempo em que Mary as comeu (Rothstein 2006: 210).

- (25) a. John; *drove the car drunk*.
'John dirigiu o carro bêbado.'
- b. Mary ate the carrots; *uncooked*.
'Mary comeu as cenouras cruas/não cozidas.'

(Rothstein 2006: 210)

Apesar da diferença semântica apontada entre resultativos e depictivos, esses predicados têm sido por vezes tratados na literatura como um fenômeno unificado, como sugere a própria

²⁰ No original: "Resultatives attribute a property to their subject which holds of that subject at the point that the event denoted by the matrix verb ends or culminates" (Rothstein 2006: 210).

classificação dessas estruturas como instâncias do mesmo tipo de predicação (secundária). Algumas semelhanças entre os predicados motivaram essa abordagem unificada, tais como: a característica de serem ambos sintagmas máximos não argumentais que tomam como sujeito um elemento θ -marcado por outro núcleo lexical (Winkler 1997: 4); a dependência temporal, isto é, o fato de ambos os predicados veicularem uma propriedade temporalmente ancorada no evento expresso pela oração matriz²¹ (cf. Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 4), o que Winkler (1997: 8) relaciona à ausência de uma categoria INFL nessas predicações e à consequente falta de marcação temporal nelas; e o fato de tanto depictivos quanto resultativos veicularem normalmente uma leitura *stage-level* (Winkler 1997: 11).

Há, contudo, uma série de diferenças consideráveis entre resultativos e depictivos que nos levam a tratar as construções em que ocorrem esses predicados como fenômenos distintos e excluir os resultativos do escopo deste trabalho. Uma delas diz respeito à possibilidade de empilhamento (do inglês, *stacking*): segundo Winkler (1997), no inglês, resultativos não podem coocorrer²² (*vide* (26a)), mas depictivos podem, seja modificando o mesmo argumento (*vide* (26b)), seja modificando argumentos distintos (*vide* (26c)).

- (26) a. *John kicked the door_i open_i to pieces_i.
Leitura pretendida: 'John chutou a porta até ela ficar aberta, até ela ficar em pedaços.'
- b. They eat the meat_i raw_i, tender_i.
'Eles comem a carne crua, macia.'
(= eles comem a carne quando ela está crua, quando ela está macia).
- c. They_j ate the meat_i raw_i tired_j.
'Eles comeram a carne crua cansados'

(Winkler 1997: 7)

Abrindo um parêntese sobre esse ponto, notamos que a possibilidade de empilhamento de múltiplos depictivos também existe no PB, embora pareça um tanto limitada. Nesse sentido, verificamos que sentenças como (27), com uma sequência de dois ou três depictivos orientados a um mesmo argumento, só soam boas, a nosso ver, se houver na fala uma pausa entre os depictivos ou alguma ênfase particular neles; com uma prosódia não marcada, esses dados nos

²¹ Lembrando que aqui estamos falando de depictivos em sentido estrito. Defenderemos que a relação de ancoragem é diferente com os predicados circunstanciais, como será argumentado no Capítulo 4.

²² Estamos cientes de que essa é uma simplificação drástica da discussão, uma vez que há contextos em que o empilhamento de resultativos é permitido no inglês. A esse respeito, ver Morita (1999) e Goldberg (1991, 1995).

parecem degradados. Quando os depictivos aparecem coordenados, como em (28), as sentenças soam perfeitas^{23,24}.

- (27) a. ??A menina conversava com os policiais nervosa assustada.
(Compare-se: *A menina conversava com os policiais nervosa, assustada.*)
- b. ??O rapaz trabalhou exausto desatento caindo de sono.
(Compare-se: *O rapaz trabalhou exausto, desatento, caindo de sono.*)
- c. ??Os policiais encontraram a vítima nervosa assustada.
(Compare-se: *Os policiais encontraram a vítima nervosa, assustada.*)
- d. ??Eu comi a carne crua macia sangrando.
(Compare-se: *Eu comi a carne crua, macia, sangrando.*)
- (28) a. A menina conversava com os policiais [nervosa] e [assustada].
b. Os policiais encontraram a vítima [nervosa] e [assustada].

Voltando à distinção entre resultativos e depictivos, destacamos outra característica relevante: a opcionalidade. A esse respeito, observemos os dados em (29).

- (29) a. A brisk-looking young man pushed *the door open* and came in smiling.
'Um jovem bonito abriu a porta empurrando-a e entrou sorrindo.'
- b. I knew Eddie Mars would bleed *me white*, but I didn't care.
'Eu sabia que Eddie Mars ia me deixar sem nada, mas não me importei.'
- c. How close can we come (...) to causing Alex to laugh *himself to death*?
'Quão perto podemos chegar de fazer Alex rir até morrer?'
- d. As early as October it will begin to snow (...) and the *lake* will freeze *solid*.
'Já em outubro, começará a nevar (...) e o lago congelará até ficar sólido.'

(Winkler 1997: 2)

Como vimos, depictivos são opcionais, podendo ser suprimidos sem prejuízo sintático ou semântico (Winkler 1997). No caso dos resultativos, porém, tal possibilidade não é tão clara. Winkler (1997: 2) afirma que, em dados como (29a), (29b) e (29c), a remoção do resultativo causaria estranheza ou alteraria o significado da sentença. A única classe de resultativos que poderia ser omitida, segundo a autora, é a dos ergativos, como em (29d), que aparecem com verbos que denotam

²³ Conforme observado por Helena Guerra Vicente (c.p.), no inglês, quando os adjetivos aparecem antes do substantivo, configuração em que se obtém a leitura restritiva, os adjetivos sempre têm de vir separados com vírgula; nunca se usa o conectivo *and* ('e'): *The nervous, scared policemen*. O PB, diferentemente, admite a estrutura com coordenação, tanto na leitura restritiva (*Os policiais nervosos e assustados*) quanto na leitura predicativa (*Os policiais trabalharam nervosos e assustados*).

²⁴ Os dados em (27) e (28) são de Marcus Lunguinho (c.p.). Esclarecemos que, em Ferreira (2017), chegamos a registrar os dados em (27) como agramaticais, sem fazer observações sobre a aceitabilidade das sentenças a depender da prosódia. As informações nesse parágrafo da tese refletem nossa opinião atual acerca dessa questão.

mudança de estado (cf. Simpson 1983). Contudo, mesmo esses casos são controversos na literatura: alguns autores consideram que em (29d) não há uma construção resultativa, pois o verbo *freeze* ('congelar') já forneceria a leitura télica que caracteriza os resultativos (Winkler 1997).

Além disso, cabe apontar que o predicado resultativo, ao menos no contexto de oração transitiva, como (29a), guarda uma relação mais próxima com o predicado primário do que o depictivo (Winkler 1997: 3; Schultze-Berndt & Himmelmann 2004: 66). Essa característica fundamenta análises que consideram haver não uma relação de adjunção entre o predicado matriz e o predicado resultativo, mas a formação de um predicado complexo ou verbo complexo (ver Schultze-Berndt & Himmelmann 2004; Dowty 1979; Neeleman 1994; Winkler 1997; entre outros).

As construções depictivas e as resultativas também diferem quanto à possibilidade de orientação do predicado secundário. Rothstein (2006: 223) observa que resultativos, aparentemente, só podem ser orientados para o objeto direto da oração matriz, como mostrado em (30).

- (30) a. John painted the house_i red_i.
'John pintou a casa até ela ficar vermelha.'
- b. *John_i painted the house tired_i.
Leitura pretendida: 'John pintou a casa até ele (John) ficar cansado.'

(Rothstein 2006: 223)

Os depictivos, por outro lado, são menos restritos quanto às possibilidades de orientação. Vimos que, no caso do inglês, o depictivo pode orientar-se para o sujeito ou para o objeto direto da oração matriz (*vide* (25)). Mas há línguas em que a distribuição dos depictivos se mostra ainda mais livre. No esloveno, por exemplo, o depictivo pode orientar-se a um objeto indireto, a um locativo, entre outras possibilidades (Marušič, Marvin & Žaucer 2003). O *warlpiri* (Simpson 2005) e o romeno (Irimia 2005) também permitem que o depictivo se oriente a outros *hosts* além do sujeito e do objeto direto²⁵.

Outro ponto que diferencia os depictivos dos resultativos é o fato de que estes predicados podem tomar como sujeito um DP que não é selecionado como argumento pelo verbo da oração matriz. Isso está exemplificado em (31): esses são casos de resultativos que Rothstein (2006) chama de "não temáticos", na medida em que o DP do qual o resultativo predica não recebe um papel-θ do predicado primário (ver também Rothstein 2004: 60).

²⁵ Acreditamos que o português brasileiro também se enquadra nesse paradigma, na medida em que parece licenciar outras orientações do depictivo, como será abordado brevemente ao fim do Capítulo 3 desta tese.

- (31) a. Bill ran the soles of his shoes_i thin_i.
Bill correu ART solas de seus sapatos fino
'Bill tornou finas as solas de seus sapatos correndo.' / 'Bill correu e, como resultado, as solas de seus sapatos ficaram finas.'
- b. The audience laughed the actors_i off the stage_i.
ART plateia riu ART atores para fora ART palco
'A plateia riu até tirar os atores do palco.' / 'A plateia riu e, como resultado, os atores saíram do palco.'

(Rothstein 2006: 223)

Os depictivos, por sua vez, só podem tomar como sujeito um DP que seja argumento do verbo da oração matriz. Essa restrição, de acordo com Rothstein (2004b), explicaria a agramaticalidade das sentenças em (32).

- (32) a. *John ran Mary_i drunk_i.
Leitura pretendida: 'John correu quando Mary estava bêbada.' (Mary estava bêbada durante o evento denotado por "John correu")
- b. *John drove Mary_i drunk_i.
Leitura pretendida: 'John dirigiu quando Mary estava bêbada.' (Mary estava bêbada durante o evento denotado por "John dirigiu")

(Rothstein 2004b: 60, 70)

Vimos, com isso, que os predicados resultativos apresentam diferenças significativas em relação aos depictivos, ficando fora do escopo deste trabalho por entendermos que constituem um fenômeno linguístico à parte. Pesa também o fato de que, no PB, a própria existência de construções resultativas como as do inglês é questionada ou considerada muito restrita (para discussão, cf. Foltran 1999, Marcelino 2000, Lobato 2004, Barbosa 2008, Knöpfle 2014, Bertucci 2014, Moreira 2021, entre outros). Discutir o estatuto desses elementos como predicados secundários e a existência de resultativos no PB foge aos propósitos do nosso trabalho.

1.1.4 Depictivos vs. modificadores atributivos

Passamos agora a tratar de outra distinção relevante, bem explorada nos trabalhos que focam a predicação secundária no português brasileiro (Franchi, Negrão & Müller 1998; Foltran 1999; Carreira 2008, 2015; Lobato 2016 [1990]; entre outros): a diferença entre as construções depictivas, em que o adjetivo ocorre como predicado secundário, e as construções em que o adjetivo ocorre como modificador atributivo. Tratar dessa distinção é especialmente relevante no caso do PB porque, nesta língua, um adjetivo em posição pós-nominal, como *grávida* em (33), está relacionado a duas estruturas sintáticas distintas, o que causa ambiguidade.

(33) O Pedro contratou a mulher grávida.

(Carreira 2008: 6)

Como explica Carreira (2008: 12), uma das leituras possíveis para a sentença em (33) é a *interpretação predicativa*, equivalente à ideia de que a mulher, quando foi contratada, estava no “estado de gravidez”, nas palavras do autor. Nesse caso, o adjetivo *grávida* não constitui um sintagma nominal com *a mulher*, formando um constituinte à parte: [a mulher] [grávida]. Essa é a interpretação que se tem em mente quando se fala em leitura depictiva do adjetivo. A segunda interpretação possível para (33), conforme Carreira (2008: 12), é a *interpretação atributiva*, equivalente a uma leitura restritiva do adjetivo, que veicula a ideia de que, dentre determinado grupo de mulheres, Pedro contratou a grávida. Nessa leitura, o adjetivo forma um constituinte com o nome, integrando o sintagma nominal formado pela sequência [a mulher grávida]. Carreira (2008) mostra que, na interpretação predicativa (depictiva), apenas o sintagma *a mulher* pode ser substituído por um pronome, *vide* (34a). Na interpretação atributiva, por outro lado, todo o sintagma *a mulher grávida* é substituído por um pronome quando submetido ao teste de pronominalização, *vide* (34b).

- (34) a. O Pedro contratou ela grávida.
b. O Pedro contratou ela.

LEITURA PREDICATIVA
LEITURA ATRIBUTIVA

(34a) de Carreira (2008: 13)

Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 60) observam que modificadores atributivos não estão temporalmente ligados ao evento denotado pelo predicado principal da forma como predicados depictivos estão; na verdade, a função dos modificadores atributivos seria, segundo os autores, destacar a referência de expressões nominais, tornando-as mais descritivas ou mais restritivas. Essa distinção semântica, conforme os autores, está refletida na diferença de constituição entre as duas construções: o modificador atributivo faz parte do NP, enquanto depictivos são normalmente tidos como constituintes do VP²⁶. A relação de contradição pode ser usada para evidenciar essa discrepância semântica entre adjetivos na leitura atributiva e adjetivos predicativos. A esse respeito, observe-se o contraste em (35), apresentado por Rothstein (2004b).

- (35) a. I met the drunk man again, but this time he was sober.
‘Eu encontrei [o homem bêbado] de novo, mas dessa vez ele estava sóbrio.’
b. #I met the man drunk again, but this time he was sober.
‘Eu encontrei [o homem] [bêbado] de novo, mas dessa vez ele estava sóbrio.’

(Rothstein 2004b: 63)

²⁶ É matéria de discussão na literatura a posição sintática dos predicados depictivos, como reconhecem os autores.

Rothstein (2004b) mostra que não é contraditória a sentença (35a), em que *drunk* ('bêbado') é um modificador atributivo e expressa uma propriedade que não está ancorada no tempo expresso pelo predicado da oração matriz. Por outro lado, a sentença (35b), em que esse adjetivo ocorre como predicado secundário depictivo e denota uma eventualidade temporalmente ancorada no evento da oração matriz, é contraditória. Acerca dessa distinção, repare-se também que, no inglês, o adjetivo com leitura atributiva ocorre em posição pré-nominal, ao passo que o adjetivo com leitura predicativa ocorre em posição pós-nominal.

1.1.5 Depictivos vs. advérbios

Trataremos agora da diferença entre depictivos e advérbios, também bastante abordada em trabalhos sobre predicação secundária, principalmente porque predicados depictivos e advérbios exibem muitas propriedades comuns em diferentes línguas do mundo (Schultze-Berndt & Himmelmann 2004). Quanto a esse assunto, Rothstein (2006) discute o fato de que, no inglês, a diferença entre esses dois elementos se manifesta morfológicamente, visto que advérbios (de modo) se compõem com o sufixo *-ly* (correspondente ao sufixo *-mente* do PB), que não aparece nos depictivos.

- (36) a. John left the room *angry*.
'John deixou a sala zangado / raivoso.'
- b. John left the room *angrily*.
'John deixou a sala de modo raivoso / raivosamente.'

(Rothstein 2006: 210)

Semanticamente, depictivos e advérbios diferem quanto a sua orientação. *Grosso modo*, depictivos se orientam a um participante da oração matriz, enquanto advérbios se orientam ao evento denotado pela oração principal (cf. Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 4). Assim, considerando o caso exemplificado, Rothstein (2006) afirma que a veracidade de (36a) depende de John estar efetivamente zangado quando deixa a sala, visto que *angry* atribui uma propriedade ao participante do evento, John; quanto a (36b), por sua vez, é possível que John não esteja, de fato, zangado, pois o advérbio *angrily* refere-se apenas ao processo, ou seja, ao modo como John saiu da sala.

Rothstein (2004b: 64) relaciona essa diferença à atribuição de papel temático. Segundo a autora, um depictivo, por ser um predicado, atribui um papel temático ao seu sujeito. Um advérbio não atribui papel- θ , ainda que seja um advérbio orientado a participante, como *enthusiastically* ('de maneira entusiasmada') ou *reluctantly* ('relutantemente'), conforme a autora. Rothstein (2004b) explica que, nestes casos, ainda que pareçam atribuir um papel temático a um participante do evento, esses advérbios não estabelecem uma relação de predicação, pois não atribuem uma

propriedade a esse participante, mas somente descrevem o modo como ele participou do evento. É por essa razão que a sentença (37) não é contraditória no inglês, segundo a autora.

- (37) John welcomed Mary enthusiastically although he was not enthusiastic about welcoming her.
'John recepcionou Mary de modo entusiasmado, embora ele não estivesse entusiasmado em recebê-la.'

(Rothstein 2004b: 64)

O português brasileiro também manifesta o contraste entre orientação a um participante, para depictivos, e orientação ao evento, para advérbios. Com base nesse argumento, Bisol (1975) sustenta que é incorreto considerar um adjetivo (na leitura predicativa) como equivalente a um advérbio na língua, mostrando, com os dados em (38) e (39), que a substituição de um adjetivo por um advérbio em *–mente* resulta em sentenças sintática e semanticamente diferentes. Conforme a autora, os adjetivos em (38a) e (39a) se referem ao sujeito da sentença, enquanto os advérbios em (38b) e (39b) são relativos à respectiva oração como um todo.

- (38) a. A menina chegou feliz.
b. A menina chegou felizmente.

(Bisol 1975: 25)

- (39) a. Eles escutavam a queixa humildes.
b. Eles escutavam a queixa humildemente.

(Bisol 1975: 25)

Por fim, cabe destacar que, para o PB, há uma discussão quanto ao estatuto dos atributos sem o sufixo *–mente* que apresentariam um suposto uso adverbial (Lobato 2008). O debate a esse respeito concentra-se na questão categorial — mais precisamente, se esse termo seria um adjetivo ou um advérbio. É o caso de *claro*, que pode ser alternado com *claramente*:

- (40) a. Maria falou claro.
b. Maria falou claramente.

(Lobato 2008: 220)

O atributo que ocorre em (40a), de acordo com Lobato (2008), é caracterizado por manter-se invariavelmente na forma que corresponde ao masculino singular, sem concordar com nenhuma expressão nominal na sentença. Tradicionalmente, como explica a autora, tem-se levado em consideração essa propriedade, bem como o fato de tal atributo ter escopo sobre a projeção verbal, para analisar esse tipo de expressão como um advérbio ou como um adjetivo em uso adverbial. Lobato (2008), em contrapartida, defende que tais itens são adjetivos em uso típico de

adjetivos. De todo modo, esclarecemos que esse tipo de construção está fora do escopo do nosso trabalho: em qualquer uma dessas análises, o atributo *claro* não é considerado predicado de um participante da oração matriz, portanto não é um depictivo.

1.1.6 Construções depictivas vs. construções de alçamento e de SC livres

Outra distinção relevante que queremos apontar é a diferença entre construções depictivas e construções de alçamento com o verbo *seem* ('parecer'). Schultze-Berndt & Himmelmann (2004) observam que o adjetivo que ocorre nestas estruturas não pode ser suprimido, assim como predicados em SC complemento.

- (41) a. Louise seemed tired.
'Louise parecia cansada.'
- b. *Louise seemed.
'Louise parecia.'

(Schultze-Berndt & Himmelmann 2004: 65)

Dessa forma, as construções de alçamento diferem das depictivas (em sentido estrito) quanto à opcionalidade do adjetivo. Além disso, por hipótese, o verbo de alçamento não atribui papel- θ ao sujeito da oração nesse caso; assim, o DP que ocorre nessas estruturas não seria duplamente θ -marcado. Isso diferencia tais estruturas das construções depictivas, pois nestas o argumento partilhado recebe dois papéis- θ . Assim, construções como (41a) ficam fora do nosso escopo.²⁷

Outro tipo de relação de predicação que está fora do recorte do nosso estudo é a que ocorre nas construções de *small clause* livre, exemplificadas em (42). Essas estruturas se caracterizam, entre outras propriedades, pela ordem fixa (predicado-sujeito), pelo fato de o predicado veicular uma propriedade *individual-level* e por ser altamente específico e referencial o sujeito que ocorre nessas SCs (Kato 2007; Sibaldo 2009).

- (42) a. Bonita a sua casa!
b. Muito competente esse seu secretário!
c. Um artista o seu filho!

(Kato 2007: 86)

Por não haver mais de um predicado nessas estruturas, não é possível que se configure aí uma relação de predicação secundária. Contudo, consideramos importante mencionar as construções de SC livre no PB porque, conforme argumenta Kato (2007: 90), a existência de *small clauses* livres, que não são complementos de um verbo nem adjuntos em uma sentença, já constitui, por

²⁷ Contudo, no Capítulo 4, veremos outro contexto em que o verbo *parecer* pode integrar uma construção de predicação secundária, como na sentença *A Rafaela Romolo, se parecia com a Ana Paula Arósio*_{IL} *criança*_{IL}.

si só, uma forte evidência empírica a favor da teoria de *small clauses* (cf. Stowell 1981, 1983; Safir 1987), pois, de acordo com a autora, os constituintes da SC independente devem ser dominados por um nó em uma relação *clause-mate*.

1.1.7 Construções copulares complexas, depictivos em sentido estrito e circunstanciais

Cabe, por fim, abordar o caso das construções copulares complexas, assim rotuladas sentenças como (43). Nessas estruturas, segundo Rodrigues & Foltran (2013), a cópula *ser* seleciona uma *small clause* (no caso, *A Maria bêbada*). Mas (43a) e (43b) diferem em pontos importantes, conforme as autoras: na primeira sentença, o adjetivo *chata* concorda com *A Maria*, aplicando-se ao indivíduo; na segunda, o adjetivo *chato* exibe uma concordância neutra ou *default* e predica sobre uma situação. Assim, segundo as autoras, (43a) pode ser parafraseada como *A Maria é chata quando está bêbada*, enquanto (43b) recebe a paráfrase *A Maria estar bêbada é chato*.

- (43) a. A Maria bêbada é chata.
b. A Maria bêbada é chato.

(Rodrigues & Foltran 2013: 497)

Apenas em (43a) teríamos um exemplo de predicação secundária, porque tanto *bêbada*, no interior da *small clause*, quanto *chata* são predicados de *A Maria*. Contudo, Rodrigues & Foltran (2013) observam que *bêbada* é um tipo especial de predicado secundário: trata-se de um predicado depictivo circunstancial, que difere do depictivo em sentido estrito (*depictives proper*). A classificação apresentada pelas autoras se baseia em Himmelmann & Schultze-Berndt (2005). Conforme os autores, no caso dos depictivos em sentido estrito, há apenas uma relação de sobreposição temporal, enquanto os circunstanciais expressam também outras ligações semânticas (*semantic links*) além dessa sobreposição (Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 17). Essas informações podem ser classificadas, seguindo Nichols (1978, 1981), em três subtipos: condição (*I can't work hungry*), concessão (*Even dead I won't forget*) e tempo (*I knew him young*)²⁸.

(44) Depictivos em sentido estrito

- a. They left *outraged*.
'Eles saíram ultrajados.'
- b. He bought the carrots *fresh*.
'Ele comprou as cenouras frescas.'

(Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 17)

²⁸ Os exemplos entre parênteses nesse parágrafo são todos de Nichols (1978: 115). Outro exemplo de depictivo circunstancial temporal apresentado por Nichols é *As a child he lived in Paris*.

(45) **Depictivos circunstanciais**

- a. This food is not supposed to be nice *cold*.
'Essa comida não deveria ser boa fria.'
- b. I can't work *hungry*.
'Eu não consigo trabalhar (se estiver) faminto.'

(Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 16)

De acordo com Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 17), esses dois tipos de predicado depictivo se comportam de maneira diferente diante da negação: os circunstanciais não estão no escopo da negação, por isso, nas sentenças em (45), é possível negar o predicado primário sem negar o predicado secundário; o mesmo não ocorre com os depictivos em sentido estrito, uma vez que não seria possível negar o predicado principal sem negar o secundário (*vide* (46)). Segundo os autores, em (46), não se pode negar o predicado primário sozinho: ou se nega apenas o depictivo, ou estão no escopo da negação tanto o depictivo quanto o predicado principal.

- (46) They didn't leave *outraged* (they left happy).
'Eles não saíram ultrajados (eles saíram felizes).'

(Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 17)

Embora os circunstanciais tenham ficado fora do recorte de Ferreira (2017), voltaremos a tratar deles nesta tese ao abordar com mais detalhes as relações semânticas nas construções depictivas. Além disso, é importante observar que há divergência na literatura quanto ao estatuto dos circunstanciais. Rothstein (2006: 210) afirma que, apesar de já ter sido sugerido na literatura (Simpson 1983) que esses predicados constituiriam um terceiro tipo de predicado secundário (ao lado dos depictivos e resultativos), eles parecem ser apenas um depictivo sob o escopo de um operador modal. Seguindo este entendimento de Rothstein, vamos considerar os circunstanciais como um subtipo de depictivo nesta tese.

Nesta subseção, vimos as principais propriedades das construções depictivas, comparando-as com outras estruturas semelhantes a fim de caracterizar e delimitar nosso objeto de estudo. No que se segue, discorreremos sobre a representação sintática das construções depictivas, abordando os argumentos que apresentamos a favor de um constituinte SC em tais estruturas.

1.2 Representação sintática: defendendo uma análise de *small clause*

A questão de como representar estruturalmente a relação que se estabelece entre o predicado secundário e o argumento a que ele se orienta é um dos tópicos mais controversos no âmbito dos estudos sobre predicação secundária. Os trabalhos sobre o tema procuram responder

sobretudo à seguinte pergunta: existe a formação de um constituinte minioracional que engloba o depictivo e seu sujeito estrutural?

Uma linha de análise, defendida por Stowell (1981, 1983), propõe que uma relação de predicação se estabelece no âmbito de uma projeção predicativa XP, estando o sujeito na posição de especificador desse sintagma. Considerando-se essa proposta, uma possibilidade de representar as construções depictivas seria supor, como vimos anteriormente, que o predicado secundário e uma categoria PRO formam uma *small clause* que se adjunge à oração matriz, o que configura uma estrutura de controle.

- (47) a. A Maria dirigiu o carro [_{SC} PRO bêbada].
b. O Pedro comeu a carne [_{SC} PRO crua].

Além de Stowell, defendem a abordagem de *small clause* (ou teoria de *small clause*) para as construções de predicação secundária autores como Chomsky (1981), Hornstein & Lightfoot (1987), Legendre (1997), Bowers (2001), entre outros. Os proponentes dessa abordagem compartilham o entendimento de que há um constituinte minioracional que domina o predicado secundário e seu sujeito (geralmente, PRO), estando a SC em adjunção a alguma projeção da oração matriz.

Contudo, entre os defensores da teoria de *small clause*, existe divergência quanto à categoria da SC e quanto à sua estrutura interna, como explica Bowers (2001: 301). Notadamente, há quem defenda que o sujeito da SC está na posição de especificador da projeção predicativa, como em (48a), sendo X uma categoria lexical, mas há quem argumente que o sujeito da SC se encontra no especificador de uma projeção funcional, como em (48b) — nesta segunda configuração, a projeção funcional faria a mediação da relação de predicação, estando o sintagma predicativo (XP) na posição de complemento do núcleo funcional (F). A SC clássica de Stowell conforma-se ao primeiro padrão, enquanto a de Bowers (1993, 2001) (que propõe uma projeção funcional PrP, de “predicação”) e a de Legendre (1997) (que postula uma projeção funcional GenP, relacionada à concordância de gênero) se conformam ao segundo padrão, para citar alguns exemplos.



Outra abordagem de representação estrutural da relação de predicação secundária é a de que o depictivo e seu sujeito estrutural não formam um constituinte *small clause*, ocorrendo, em vez disso, a simples adjunção do depictivo a alguma projeção da oração matriz. Esse posicionamento é defendido por autores como Lobato (2016 [1990]), Foltran (1999) e Carreira (2015). Por exemplo, Foltran (1999), trabalho seminal sobre o tema no português brasileiro, supõe que os

predicados secundários orientados para o sujeito se adjungem ao IP, por apresentarem comportamento típico de constituintes em posições mais altas, e que os orientados para o objeto se adjungem ao VP²⁹.

Considerando-se esse cenário, nosso trabalho se alinha à primeira dessas abordagens, isto é, à teoria de *small clause* adjunta, e nesta subseção defenderemos que, nas construções depictivas do PB, a SC compreende o predicado depictivo e seu sujeito estrutural, que consiste em uma categoria vazia (*ec*). Nossas evidências baseiam-se sobretudo na argumentação e nas evidências de Legendre (1997) sobre o francês, aplicadas a dados do PB. A argumentação segue os seguintes passos. Primeiramente, mostraremos que o depictivo não é um subconstituente do DP, ou seja, que o DP manifesto e o depictivo não formam um constituinte nominal, a partir de evidências advindas de sentenças na voz passiva, clivagem e inversão da ordem dos constituintes. Na sequência, vamos apresentar evidências compatíveis com a hipótese de que o depictivo forma um constituinte com uma categoria vazia, que é seu sujeito estrutural, em uma SC adjunta; para tanto, vamos nos valer de fatos relativos à Teoria de Ligação e do comportamento do quantificador *ambos* no PB. É importante destacar que não vamos nos ocupar, neste momento, da estrutura interna da SC, nem de sua categoria, que serão matéria para a próxima subseção.

Na subseção anterior, constatamos, por meio da evidência de pronominalização apresentada em Carreira (2008), que o DP manifesto a que se refere o depictivo não forma com ele um constituinte nominal: observa-se, em (49) e (50) (repetição de (33) e (34), respectivamente), que, na leitura depictiva, apenas o DP *a mulher* é substituído pelo pronome *ela*, deixando de fora o depictivo.

(49) O Pedro contratou a mulher grávida.

(Carreira 2008: 6)

- (50) a. O Pedro contratou ela grávida.
b. O Pedro contratou ela.

LEITURA PREDICATIVA
LEITURA ATRIBUTIVA

(50a) de Carreira (2008: 13)

Sentenças na voz passiva também podem evidenciar esse fato. Os dados em (51) mostram que, quando a sequência “nominal + AP_{atributivo}” é objeto em uma sentença na voz ativa (*vide* (51a)),

²⁹ Nosso foco é contrapor apenas a teoria de SC adjunta e a proposta de simples adjunção do depictivo, mas outras duas abordagens de representação estrutural da relação de predicação secundária se destacam na literatura: (i) a teoria da predicação, de Williams (1980), que propõe que o predicado secundário e seu sujeito estão ambos no VP e que a relação de predicação é estabelecida via indexação; e (ii) a proposta de formação de um predicado complexo, defendida por autores como Irimia (2012), Chomsky (1955) e Neeleman & van de Koot (2002), que, apesar de consistirem em análises bem diferentes entre si, têm em comum o fato de considerarem que o predicado secundário e o verbo matriz guardam uma relação próxima, formando um tipo de predicado complexo. As críticas à proposta de Williams (1980) incluem a necessidade de uma representação ternária para acomodar a estrutura que o autor propõe, bem como a estipulação de níveis de representação que são, sob uma ótica minimalista, desnecessários.

todo o sintagma que contém o nominal e o AP deve ser movido para a posição de sujeito se a oração for para a voz passiva (*vide* (51b)), não sendo possível mover apenas subparte do DP (*vide* (51c)).

- (51) a. O Fábio comprou o carro azul. LEITURA ATRIBUTIVA
 b. O carro azul foi comprado pelo Fábio.
 c. *O carro foi comprado azul pelo Fábio.³⁰

(Ferreira 2017: 89)

Por outro lado, quando se trata de um predicado depictivo (em sentido estrito), este não se move com o DP para a posição de sujeito na voz passiva, devendo ficar encalhado (*vide* (52b)). A tentativa de mover a sequência “nominal + AP_{depictivo}” para a posição de sujeito é barrada (*vide* (52c)), o que nos permite concluir que o depictivo não forma um constituinte com o DP manifesto^{31,32}. Essa conclusão quanto à voz passiva também é apresentada por autores como Foltran (1999: 27) e Franchi (2003: 45).

- (52) a. O Fábio comeu a carne crua. LEITURA PREDICATIVA
 b. A carne foi comida crua pelo Fábio.
 c. *A carne crua foi comida pelo Fábio.

(Ferreira 2017: 90)

³⁰ Marcos Carreira (c.p.) nos apontou que a sequência *O carro foi comprado azul pelo Fábio* é ambígua entre uma leitura atributiva do adjetivo *azul* (que julgamos como agramatical em (51c)) e uma leitura depictiva desse adjetivo, a qual estaria presente em um contexto como o do seguinte dado, fornecido por ele:

- (i) O carro foi comprado azul pelo Fábio, mas ele o pintou de branco.

Neste caso, consideramos a sentença em (i) boa porque *azul* está funcionando como um depictivo, não como um atributivo. Contudo, a nosso ver, não se trata de um depictivo *stage-level*, mas de um depictivo *individual-level*, havendo a implicação de que a propriedade IL deixou de ser aplicada ao seu referente em determinado momento. Da mesma forma, uma sentença como *O Fábio comprou a casa pequena* é ambígua, como apontado por Paulo Medeiros (c.p.), e recebe a mesma análise: *A casa pequena foi comprada pelo Fábio* (leitura atributiva) vs. *A casa foi comprada pequena pelo Fábio* (leitura depictiva: infere-se que a casa mudou de tamanho posteriormente). A diferença entre depictivos SL e IL será crucial para o Capítulo 2 desta tese, em que argumentaremos a favor da existência de depictivos IL no PB, com base em McNally (1993).

³¹ Essa evidência de voz passiva foi importada de Legendre (1997: 48), sobre o francês. Observamos que os dados do PB se comportam basicamente como o francês com relação aos testes sintáticos realizados por Legendre. Remetemos o leitor a Ferreira (2017: 88-90) para uma comparação detalhada entre os dados da autora e os do PB.

³² Apesar da agramaticalidade de (52c), Carreira (2008, 2015) nota que são possíveis sentenças como (i), em que a sequência “nominal + AP_{depictivo}” forma uma unidade, o que causa aquilo que o autor denomina *paradoxo da constituinte*.

- (i) [esse bife cru] eu não como ...t... de jeito nenhum, mas [ele bem passado], eu comeria ...t...

(Carreira 2015: 103)

Ao propor que o AP depictivo se adjunge ao DP, Carreira (2015) fornece uma solução para esse paradoxo, uma vez que a sentença em (i) seria gerada por meio do movimento do constituinte [_{DP} [_{DP} a carne] [_{AP} crua]] em sua análise. Com base na discussão presente em Carreira (2008, 2015), entendemos que frases como (i) ocorrem em contextos específicos, como os de foco contrastivo. Gostaríamos de observar que esse tipo de deslocamento parece ocorrer mais facilmente com depictivos circunstanciais (como é o caso de (i), que significa “Eu não como esse bife se ele estiver cru”); com depictivos em sentido estrito, a sentença soa mais degradada, a nosso ver, *vide* (ii). Voltaremos a tratar desse tipo de sentença na seção 2.4 do Capítulo 4 desta tese.

- (ii) ???Esse bife cru eu não comi, mas ele bem passado eu comi.

Outra evidência que corrobora a conclusão de que o DP manifesto não forma uma unidade sintática com o AP_{depictivo} se relaciona à possibilidade de clivagem. É pressuposto que somente constituintes podem ser clivados, e não apenas parte de um sintagma (Miotto, Silva & Lopes 2013: 50). Assim, conclui-se de (53) que a sequência “nominal + AP_{atributivo}” forma um constituinte: toda essa unidade deve ser movida quando clivada, sendo o AP atributivo um adjunto do nome (Foltran 1999: 27, 28).

- (53) a. Foi o carro azul que o Fábio comprou. LEITURA ATRIBUTIVA
b. *Foi o carro que o Fábio comprou azul.
c. Foi o professor cansado que deu a aula. LEITURA ATRIBUTIVA
d. *Foi o professor que cansado deu a aula.

(Ferreira 2017: 91)

Diferentemente, a sequência “nominal + AP_{depictivo}” não pode ser clivada como uma unidade, como indica a agramaticalidade de (54a) e (55a). Apenas as sentenças em que o depictivo é separado do DP são gramaticais, seja quando somente o DP é clivado ((54b) e (55b)), seja quando somente o adjetivo é clivado ((54c) e (55c)). Esse comportamento linguístico reforça o entendimento de que o DP manifesto e o depictivo não formam uma unidade, conclusão também compartilhada por outros autores (Foltran 1999: 27, Franchi 2003: 45, Miotto, Silva & Lopes 2013, Carreira 2015: 32)³³.

- (54) a. *Foi a cenoura cozida que o João comeu. LEITURA PREDICATIVA
b. Foi a cenoura que o João comeu cozida.
c. Foi cozida que o João comeu a cenoura.

(Ferreira 2017: 91, 92)

- (55) a. *Foi o Pedro zangado que trabalhou. LEITURA PREDICATIVA
b. Foi o Pedro que trabalhou zangado.
c. Foi zangado que o Pedro trabalhou.

(Ferreira 2017: 91, 92)

Por fim, fornece uma evidência adicional para o que estamos argumentando o fato de atributivos e depictivos se comportarem de forma diferente quanto à possibilidade de alteração da ordem de elementos na sentença, tópico também abordado em Lobato (2016 [1990]). Observa-se, em (56b), que não se pode mover isoladamente um adjetivo atributivo para fora do DP do qual ele faz parte; só é possível mover o adjetivo internamente no DP, posicionando-o entre o determinante e o nome, *vide* (56c).

³³ A evidência relativa à clivagem foi aplicada ao PB em Ferreira (2017) a partir de Legendre (1997: 50, 51).

- (56) a. A Maria comprou o carro lindo. LEITURA ATRIBUTIVA
b. *A Maria comprou lindo o carro.
c. A Maria comprou o lindo carro.

(Ferreira 2017: 93)

Quanto às construções depictivas, são possíveis tanto a ordem em (57a) quanto a ordem em (57b), o que é compatível com a análise que toma o DP e o depictivo como constituintes distintos. Por outro lado, (57c) é agramatical — o depictivo não pode aparecer entre o determinante e o nome. Isso sugere que o depictivo não pertence ao DP, sendo um constituinte independente.

- (57) a. O Fábio comeu a carne crua. LEITURA PREDICATIVA
b. O Fábio comeu crua a carne.
c. *O Fábio comeu a crua carne.

(Ferreira 2017: 93)

Concluimos, assim, a argumentação de que o DP manifesto e o predicado depictivo não formam uma unidade.

Passamos agora a argumentar que o depictivo forma um constituinte com uma categoria vazia, seu sujeito estrutural. É neste ponto que nosso posicionamento diverge de trabalhos como Lobato (2016 [1990]), Foltran (1999) e Carreira (2015), pois, a partir das nossas conclusões, vamos defender a existência de uma SC nas construções depictivas, hipótese rejeitada pelos referidos autores.

A primeira evidência que discutimos, também com base em Legendre (1997), tem relação com a Teoria de Ligação (cf. Chomsky 1981), associada ao comportamento de anafóricos, pronomes e expressões referenciais (expressões-R) quanto a certos princípios. De modo resumido, esses princípios enunciam o seguinte, no modelo de Regência e Ligação (*Government and Binding*, GT)³⁴.

(58) **Teoria de Ligação (GB)**

Princípio A: um anafórico deve estar ligado em seu domínio

Princípio B: um pronome deve estar livre em seu domínio.

Princípio C: uma expressão referencial deve estar livre.

(59) **Domínio**

α é o domínio de β se, e somente se, α é o menor IP (TP) que contém β e o regente de β .

³⁴ Hornstein, Nunes & Grohmann (2005) apresentam também uma versão revisada da Teoria de Ligação sob a ótica minimalista (Chomsky 1995, 2000, 2001, entre outros), dispensando estipulações desmotivadas ou desnecessárias, como a noção de índice, com base em Chomsky & Lasnik (1995). Por ora, não vamos nos aprofundar nesta discussão teórica, pois, para a argumentação empreendida nesta seção, é suficiente partir dos princípios da GB.

(60) **Ligação**

α liga β se, e somente se, α c-comanda β e porta o mesmo índice de coindexação que β .

(Hornstein, Nunes & Grohmann 2005: 248, com adaptações, tradução nossa)³⁵

Os exemplos em (61) e (62) exibem construções de predicação secundária em que o depictivo está orientado para o objeto direto, o que se evidencia pela concordância entre o depictivo (*satisfeita*) e o DP objeto (*a Maria*)³⁶. Os dados em (61) mostram que o anafórico inserido no predicado secundário somente pode ser correferencial com o DP objeto da oração matriz, e não com o sujeito (*O João*), enquanto os dados em (62) evidenciam uma situação inversa: o pronome inserido no predicado secundário somente pode ser correferencial com o DP sujeito da oração matriz, e não com o objeto direto.

- (61) a. O João contratou a Maria_i satisfeita consigo mesma_i.
b. *O João_j contratou a Maria satisfeita consigo mesmo_j.

(Ferreira 2017: 108)

- (62) a. *O João contratou a Maria_i satisfeita com ela_i.
b. O João_j contratou a Maria satisfeita com ele_j.

(Ferreira 2017: 108)

Em consonância com o argumentado por Legendre (1997: 53, 54), propostas de representação sintática nas quais o IP/TP é o único domínio, como Roberts (1988) e Rizzi (1990), não são capazes de explicar a distribuição complementar observada em (61) e (62). Mais especificamente, essas análises não explicam por que o anafórico é barrado em (61b) e por que o pronome é permitido em (62b): considerando-se que o IP/TP seja o único domínio, o esperado é que anafóricos em depictivos gerem apenas sentenças gramaticais se ligados a um elemento dentro do domínio, em decorrência do Princípio A, e que pronomes sejam uniformemente barrados se ligados a um elemento dentro do domínio, em decorrência do Princípio B. Os dados (61b) e (62b) contrariam essa expectativa.

Por outro lado, a proposta de uma *small clause* que contenha o depictivo e uma categoria vazia como sujeito, mostrada em (63), explica os fatos acima observados, desde que se considere a

³⁵ No original: "Binding Theory / (i) Principle A: An anaphor (e.g. a reflexive or reciprocal) must be bound in its domain. / (ii) Principle B: A pronoun must be free (not bound) in its domain. (iii) Principle C: An R-expression (e.g. a name, a variable) must be free (everywhere). / Domain / α is the domain for β iff α is the smallest IP (TP) containing β and the governor of β . / Binding / α binds β iff α c-commands and is coindexed with β " (Hornstein, Nunes & Grohmann 2005: 248).

³⁶ O ponto de partida para a elaboração dos dados em (61) e (62) foram os dados apresentados em Legendre (1997: 53): "Pierre_i a vu Marie_i satisfaite de lui_i / *lui-même ('Pierre_i viu Marie_i satisfeita com ele_i / *consigo mesmo_i') / Pierre a vu Marie_i satisfaite d'elle-même / *d'elle_i ('Pierre viu Marie_i satisfeita consigo mesma_i / *com ela_i')". Contudo, julgamos que seria problemático utilizar o mesmo verbo que Legendre usa em seu trabalho, pois sentenças com o verbo de percepção *voir* ('ver') possibilitam tanto uma análise de SC complemento quanto uma análise de predicação secundária (cf. Carreira 2008: 80-83; Felser 1998, 1999; Rodrigues 2007). A fim de contornar esse problema, optou-se por construir as sentenças do português com o verbo *contratar*, usado por Carreira (2008).

SC como um domínio de ligação para anafóricos³⁷. Nessa ótica, o dado em (63a) é agramatical com o pronome porque ocorre aí uma violação do Princípio B da Teoria de Ligação, dado que o pronome está ligado em seu domínio, e é gramatical com o anafórico porque este está ligado em seu domínio, respeitando-se o Princípio A. Em (63b), a sentença é gramatical com o pronome porque este não está ligado em seu domínio, sendo agramatical com o anafórico porque este não está ligado em seu domínio, o que representa uma violação do Princípio A.

- (63) a. O João contratou a Maria_i [_{SC} _{ec} _i satisfeita consigo mesma_i /*com ela_i].
b. O João_j contratou a Maria_i [_{SC} _{ec} _i satisfeita com ele_j /*consigo mesmo_j].

(Ferreira 2017: 108)

Se o depictivo estivesse orientado para o sujeito, o predicado secundário estaria no masculino e o padrão de ligação seria o contrário do que foi apresentado em (63), o que está em conformidade com nossa proposta³⁸.

- (64) a. O João contratou a Maria [satisfeito *consigo mesma / com ela].
b. O João contratou a Maria [satisfeito consigo mesmo /*com ele].

Observamos que a representação em (63) é essencialmente a análise que Legendre (1997) propõe para as construções de predicação secundária no francês. Contudo, diferentemente de nós, a autora assume que a categoria vazia em questão é PRO e que a *small clause* é um sintagma GenP. Para nós, a categoria vazia será uma cópia do DP e a SC será um AspP, como detalharemos na próxima subseção.

Além disso, nota-se que a viabilidade da proposta em (63) depende da possibilidade de se tomar a *small clause* como um domínio de ligação para anafóricos e pronomes. Por prescindirem de flexão verbal (Cardinaletti & Guasti 1995a: 2), as SC em construções depictivas, presumivelmente, não possuem um TP, portanto não atendem à definição de domínio apresentada em (59). Contudo, adotando a definição reformulada por Chomsky & Lasnik (1995), podemos assumir que as SCs podem constituir um domínio. Os autores definem domínio, também chamado “categoria de regência” (*governing category*), da seguinte forma.

³⁷ Poderia ser argumentado que, nesse caso, seria necessário estipular a coindexação da categoria vazia com o DP objeto, como nos alertou Jairo Nunes (c.p.). No entanto, esse tipo de problema é contornável caso se assuma que a categoria vazia é, na verdade, uma cópia do DP, como feito em Ferreira (2017). Além disso, adiantamos que, no Capítulo 3 desta tese, defenderemos que a cópia do objeto direto na oração matriz c-comanda assimetricamente a cópia contida na *small clause*.

³⁸ Quem nos apontou essa observação foi Jairo Nunes (c.p.).

(65) **Domínio (reformulado)**

A GC [categoria regente] de α é o CFC [Complexo Funcional Completo] mínimo que contém α e um regente de α e no qual a condição de ligação de α poderia, em princípio, ser satisfeita.

(Chomsky & Lasnik 1995: 102, tradução nossa)³⁹

Os autores definem CFC como uma projeção que contém todas as funções gramaticais compatíveis com seu núcleo (Chomsky & Lasnik 1995: 102). Essa nova definição possibilita considerar como domínio, por exemplo, a categoria que contém o anafórico, seu regente e um *binder* potencial (um NP acessível que c-comande o anafórico) (cf. Carreira 2008: 61). Com isso, não apenas um IP/TP é um CFC, mas também um NP em determinados casos. Esse raciocínio também pode ser estendido às SCs em construções depictivas, de modo a considerá-las como um domínio⁴⁰.

Passamos agora a discutir outros dados que podem ser explicados se assumirmos a formação de uma *small clause* do tipo [*ec* AP] nas construções depictivas. Trata-se de evidências relacionadas ao comportamento do quantificador *ambos* no PB (cf. seção 2.1.2.5 de Ferreira (2017)). O dado em (66a) mostra um contexto em que esse quantificador pode ficar *stranded* ('encalhado'), nos termos de Sportiche (1988), em uma aparente flutuação à direita. Por sua vez, (66b) revela que *ambos* não admite a ordem nome + quantificador — isto é, o DP não pode se mover internamente ao sintagma [*ambos os alunos*]⁴¹.

- (66) a. Os alunos fizeram ambos perguntas interessantes.
b. *[Os alunos_i ambos t_i] fizeram perguntas interessantes.

(Lacerda 2012: 51)

Os dados a seguir, no entanto, revelam um contraste interessante: quando *ambos* se refere a um nome integrando o objeto direto, sem a presença de um predicado secundário, esse quantificador não pode ficar encalhado, como mostra (67b); no entanto, quando se acrescenta um depictivo, o quantificador pode, sim, ficar encalhado, o que é mostrado em (68b).

- (67) a. O João comeu ambas as carnes
b. *O João comeu as carnes ambas.

(Ferreira 2017: 123)

³⁹ No original: "The GC for α is the minimal CFC that contains α and a governor of α and in which α 's binding condition could, in principle, be satisfied" (Chomsky & Lasnik 1995: 102).

⁴⁰ A ideia de assumirmos a noção reformulada de domínio por Chomsky & Lasnik (1995) surgiu da leitura de Carreira (2008). Remetemos o leitor a Ferreira (2017: 109-111) para uma explicação detalhada do raciocínio que nos levou à conclusão de que a SC pode ser um domínio.

⁴¹ Quem nos sugeriu a utilização do quantificador *ambos* nos dados discutidos foi Marcus Lunguinho (c.p.).

- (68) a. O João comeu ambas as carnes cruas.
b. O João comeu as carnes ambas cruas.

(Ferreira 2017: 123)

A gramaticalidade de (68b) pode ser explicada assumindo-se, em conformidade com o que propõe Legendre (1997: 59) acerca de sentenças semelhantes no francês com o quantificador *tous* ('todos'), que *ambos* não se move à direita do objeto, mas há, na verdade, um encalhe desse quantificador. Essa análise é possível se considerarmos que a sentença em (68b) teria a estrutura apresentada em (69): o quantificador seria gerado em uma *small clause* adjunta com uma categoria vazia como sujeito e ficaria encalhado nessa SC, podendo a categoria vazia representar um vestígio ou uma cópia apagada do DP *as carnes*, que se moveria à esquerda, saindo da SC⁴². Observa-se, ainda, que a representação em (69) está em conformidade com a generalização de Sportiche (1988) de que um quantificador flutuante pode aparecer adjacente a uma posição de vestígio do DP (cf. Guerra Vicente 2006).

- (69) O João comeu as carnes; [_{SC} ambas + ec_i cruas].

(Ferreira 2017: 124)

Nesta subseção, nosso objetivo foi mostrar que uma proposta de representação na qual as construções depictivas contêm uma SC adjunta formada pelo predicado secundário e por uma categoria vazia como sujeito explica tanto os fatos de constituição discutidos, que revelam que o DP manifesto e o depictivo não formam um constituinte, quanto os fatos de ligação observados e o comportamento do item *ambos* no PB. Teorias de simples adjunção do depictivo que não prevejam o c-comando do predicado secundário pelo elemento relevante não explicam, em

⁴² Como dito aqui e em Ferreira (2017: 116-125), nossas evidências acerca do quantificador *ambos* no PB se baseiam em Legendre (1997), que procura explicar o contraste entre as sentenças do francês **Pierre a mangé les légumes tous* ('Pierre comeu os legumes todos') e *Pierre mangera les légumes tous crus* ('Pierre comerá os legumes todos crus'). A autora assume a hipótese de que, nesta última sentença, há uma SC adjunta com PRO como sujeito, aliada à análise de Sportiche (1988) para *tous*. Sua representação seria a seguinte: *Pierre mangera les légumes* [_{SC} *tous* + PRO *crus*] (Legendre 1997: 60). Nos nossos dados, optamos por utilizar o item *ambas*, em vez de *todas* (que seria equivalente a *tous*), porque no PB o item *todo* admite a ordem inversa DP + Quantificador em sentenças simples com objeto direto (cf. Guerra Vicente 2006), como mostrado em (i).

- (i) a. Pedro comeu todas as carnes.
b. Pedro comeu as carnes todas.

(Ferreira 2017: 121)

Assim, um dado como (ii), por si só, não constituiria evidência da existência de uma SC adjunta com uma categoria vazia como sujeito: neste caso, poderia simplesmente estar ocorrendo o deslocamento do DP *as carnes* internamente ao constituinte [*todas as carnes*] (ou seja, [[*as carnes*], *todas t*]).

- (ii) Pedro comeu as carnes todas cruas.

(Ferreira 2017: 121)

Além disso, há uma peculiaridade quanto ao item *todo* no PB, que é ambíguo entre uma leitura de quantificação e uma leitura de intensidade (cf. Guerra Vicente & Quadros Gomes 2013). Em princípio, as duas interpretações estão disponíveis para (ii), o que dificultaria a tentativa de isolar a leitura relevante para nós (a de quantificação). O quantificador *ambos*, diferentemente, apresenta distribuição semelhante a *tous* nos aspectos relevantes para este trabalho, uma vez que não permite a ordem DP + Quantificador em sentenças simples com objeto direto (*vide* (67b)) e permite o encalhe em contexto de predicação secundária (*vide* (68b)), além de não apresentar a ambiguidade quantidade/intensidade.

princípio, alguns dos fatos de ligação abordados — por exemplo, a análise de Lobato (2016[1990]), que supõe que os predicados secundários orientados para o sujeito estão em uma relação de simples adjunção ao IP não explica os fatos discutidos em (64). Além disso, o comportamento do quantificador *ambos* nos dados discutidos acima não parece ser algo fácil de se explicar em teorias de simples adjunção do depictivo como a de Carreira (2015).

Essas considerações nos levam a concluir que não é desarrazoado supor — contra Foltran (1999), Lobato (2016[1990]) e Carreira (2015) — que há uma *small clause* adjunta com uma categoria vazia como sujeito nas construções de predicação secundária depictiva⁴³. Resta identificar o local de adjunção dessa SC e detalhar sua estrutura interna, o que será tema da próxima subseção.

1.3 Proposta de derivação

Nesta subseção, detalharemos as propostas de derivação de construções depictivas orientadas para o sujeito e para o objeto direto conforme apresentado em Ferreira (2017). Nosso objetivo nesse trabalho era propor uma derivação que: captasse os fatos de constituição e as outras propriedades sintáticas das construções de predicação secundária discutidas anteriormente; detalhasse o mecanismo de concordância que se estabelece entre o predicado secundário e o seu sujeito; desse conta da dupla atribuição de papel temático ao argumentado partilhado nessas construções; e estivesse em conformidade com os princípios do Minimalismo (Chomsky 1995, 2000, 2001, entre outros). Como veremos, uma das maiores vantagens da nossa proposta reside em dispensarmos como sujeito da SC a categoria PRO — a qual é indesejável em abordagens teóricas minimalistas que desejem eliminar o módulo PRO (Hornstein 1999) —, diferentemente de outros trabalhos que abordam o tema da concordância (e.g. Legendre 1997; Ikawa 1995; Asada 2012), e em unificarmos o tratamento da concordância que se estabelece no âmbito da predicação primária e no da predicação secundária, utilizando a mesma operação, *Agree* (Chomsky 2000, 2001), para ambos os casos. Os problemas que ficaram em aberto serão discutidos na sequência.

1.3.1 Ferramentas teóricas

O trabalho em questão (Ferreira 2017) se insere no quadro teórico do Minimalismo, versão mais recente do modelo de Princípios e Parâmetros, conforme proposto em Chomsky (1995, 2000, 2001, entre outros). Chomsky (2000: 89) assume a existência de uma Faculdade da Linguagem (FL), dispositivo inato dedicado à linguagem. A partir da exposição do estado inicial de FL, chamado de Gramática Universal ou S_0 , a um ambiente com dados linguísticos externos, são desenvolvidos outros estados de FL, que correspondem a gramáticas particulares (Chomsky

⁴³ Ademais, como apontou Jairo Nunes (c.p.), a postulação de uma categoria vazia é, em última análise, motivada pela visão tácita do depictivo como função fregeana (Frege 2009 [1879]: 48; Alcoforado 2009).

2000: 90). L é um sistema cognitivo que armazena informações sobre som, significado e organização estrutural, gerando informações do tipo $\text{Exp} = \langle \text{Phon}, \text{Sem} \rangle$, em que Phon fornece “instruções” para sistemas sensorio-motores e Sem fornece as “instruções” para sistemas de pensamento; essas informações são acessadas por sistemas de *performance* (externos a FL, mas internos ao indivíduo) mediante níveis de interface (IL), de modo a satisfazer condições de legibilidade necessárias para que FL seja usada (Chomsky 2000: 90-94).

Quando Exp é legível em um nível de interface, diz-se que a computação da expressão converge nesse nível; caso contrário, ela não converge — ocorre *crash* (Chomsky 2000: 95). Apenas os traços interpretáveis são legíveis nas interfaces, ao passo que os traços não interpretáveis são ilegíveis. Uma derivação só converge em um nível de interface se contiver apenas traços interpretáveis. Assume-se que a configuração paramétrica de uma língua está codificada nos itens lexicais, que reúnem propriedades linguísticas (traços F) selecionadas por L, que mapeia F a $\{\text{Exp}\} = \{\text{PF}, \text{LF}\}$ (Chomsky 2001: 10). As informações semânticas e os traços formais contidos nos itens lexicais são interpretados em LF (*Logical Form*), e sua computação é denominada *narrow syntax* (Chomsky 2001: 7-10). Os traços formais não interpretáveis devem ser eliminados nessa computação para a derivação convergir em LF; esse é o caso dos traços de flexão, que são eliminados por meio da concordância com traços interpretáveis (Chomsky 2001: 3-11).

No projeto minimalista, valorizam-se princípios de economia derivacional e de elegância, o que segue como consequência da hipótese (chamada *tese minimalista mais forte*) de que a linguagem é uma solução ótima para condições de legibilidade impostas por sistemas externos; nesse contexto, deseja-se saber quão bom é o *design* de FL (Chomsky 2000: 92). Como explicam Hornstein, Nunes & Grohmann (2005: 7-8), esses princípios incluem os princípios de economia metodológica, como o de que “menos é melhor” (por exemplo: é melhor haver apenas uma relação primitiva do que duas, quando possível), e os princípios de economia substantiva, que incluem condições de menor esforço, a eliminação de elementos desnecessários à derivação, o fato de que operações só são permitidas se houver razão para serem aplicadas, entre outros⁴⁴ — a respeito dos princípios de economia derivacional, ver Chomsky (1991, 1993), Chomsky & Lasnik (1995), Collins (1994, 2001), Epstein (1992), Epstein *et al.* (2013), Motut (2010).

Em Ferreira (2017), assumimos, com Chomsky (1995), que os itens lexicais presentes em uma derivação são selecionados da Numeração, um arranjo de itens lexicais. O sistema computacional dispõe de certas operações para que seja possível formar derivacionalmente sentenças a partir desses itens. A operação mais básica é *Merge*, que toma dois objetos sintáticos (α , β) e forma, a partir deles, um objeto novo, $\gamma = \{\alpha, \beta\}$ (Chomsky 2001: 3). Segundo

⁴⁴ Seguindo esse raciocínio, Chomsky (2003: 2-3) argumenta que é desejável eliminar níveis que não sejam os de interface e preservar a Condição de Inclusividade e a teoria de *Bare Phrase Structure*. Assim, a rigor, não deveriam ser introduzidos novos elementos ao longo da derivação, como índices, vestígios, rótulos ou níveis barra. Entretanto, por uma questão de conveniência, vamos continuar utilizando esse tipo de elemento em nossas representações, como o vestígio (*t*) para indicar o movimento de um DP.

o autor, a existência de *Merge* dispensa justificativa: ela é uma operação que “vem de graça” e é indispensável para um sistema recursivo.

Outra operação do sistema é *Agree*, que se associa à concordância e está ligada à eliminação de traços não interpretáveis da derivação: ocorre uma relação entre uma sonda (conjunto de traços- ϕ não interpretáveis) e um alvo (conjunto de traços compatíveis), que resulta no apagamento de traços não interpretáveis da sonda (Chomsky 2000: 122). Em Chomsky (2001: 5), entende-se que *Agree* *valora* esses traços não interpretáveis. Chomsky (2000: 102) assume que as categorias funcionais *v* e *T* apresentam traços- ϕ não interpretáveis, que funcionam como sondas. Outros traços não interpretáveis são o traço de Caso, presente em nominais, e EPP. Em uma derivação, um DP entra com um conjunto de traços- ϕ interpretáveis (de gênero, número e pessoa) e um traço de Caso, que é eliminado na relação de concordância entre sonda e alvo. Porém, para Chomsky (2000: 124), apenas uma sonda com um conjunto completo de traços- ϕ (i.e., que tem pelo menos os traços de pessoa e número) pode apagar o traço de Caso de um DP; portanto, uma sonda defectiva (com um conjunto incompleto de traços- ϕ) não é capaz de apagar Caso.

Conforme Chomsky (2000: 122), *matching* é uma relação entre uma sonda e um alvo e significa identidade de traços, mas nem todo par compatível leva à ocorrência de *Agree*. Para que haja essa operação, de acordo com o autor, é preciso que o alvo esteja no domínio (D(P)) de uma sonda (P) e que sejam satisfeitas condições de localidade, sendo localidade reduzida a *c*-comando mais próximo (Chomsky 2000: 122). Além disso, é preciso que alvo e sonda estejam ativos para que ocorra *Agree*, o que se denomina Condição de Atividade (Chomsky 2001: 6). São os traços não interpretáveis da sonda e do alvo que os tornam ativos e devem ser eliminados sob *Agree* (Chomsky 2001: 6). Para a sonda, estar ativo é ter um conjunto de traços- ϕ não interpretáveis (não valorados) (Chomsky 2001: 6). No caso do alvo, em uma relação-A, estar ativo corresponde a ter um traço não interpretável de Caso (não valorado); após esse traço de Caso ser valorado/chechado, o alvo fica congelado (*frozen in place*), não podendo mais entrar em outra relação de concordância, mover-se ou satisfazer EPP de uma categoria (Chomsky 2000: 123).

Chomsky (2000: 101) prevê, ainda, a existência de outra operação, *Move*, entendida como uma combinação de *Merge* e *Agree* e relacionada à propriedade de deslocamento de sintagmas (cf. Nunes 2003). Chomsky (2000: 101) identifica *Move* como uma operação complexa que, além de ser composta por essas duas outras operações, exige o passo de determinar o sintagma a ser movido (*pied-piping* generalizado). Assim, devido à complexidade envolvida na operação *Move* e aos princípios de economia assumidos no Minimalismo, as operações *Merge* e *Agree* são preferíveis à operação *Move*, por serem mais simples (Chomsky 2000: 101-102). Nesse sentido, *Merge-over-Move* apresenta-se como um princípio de economia derivacional, compreendendo o entendimento de que, sempre que possível e sempre que isso implicar uma solução ótima, deve ser feito *Merge* de um elemento da Numeração em vez de *Move* de um item já inserido na derivação, por ser esta operação mais custosa.

Embora assumamos os pressupostos com relação a *Merge* e a *Agree*, divergimos de Chomsky (2000) quanto à postulação de *Move*: assumimos, com Nunes (1995, 2001, 2004), que não existe essa operação, mas que movimento é reduzido a aplicações de *Copy* e *Merge*. Isso é conceitualmente desejável da perspectiva minimalista, pois explica a propriedade de deslocamento por meio de operações já existentes, sem que seja necessário estipular uma nova operação.

Nunes (1995, 2001, 2004) desenvolve sua proposta a partir de Chomsky (1993), que introduz a teoria de movimento por cópia, rompendo com o entendimento do modelo GB de que o movimento de um objeto sintático deixa um vestígio em sua posição original, que vincula as propriedades do objeto movido para fins de interpretação, sendo capaz de formar uma cadeia não trivial (cf. Nunes 2003: 206). Nunes (1995, 2001, 2004) dispensa a ideia de vestígio e alia a noção de cópia à de formação e redução de cadeias: propõe que movimento é resultado das operações independentes *Copy*, *Merge*, Formar Cadeia e Reduzir Cadeia (apagamento de *links* da cadeia para fins de linearização)⁴⁵.

O entendimento de que movimento resulta de aplicações de *Copy* e *Merge* possibilita que o sistema disponha de instâncias do chamado *sideward movement* (movimento lateral) (Nunes 1995), que não se submete à condição de que o objeto sintático se mova para uma posição que c-comande sua posição original (cf. Boeckx, Hornstein & Nunes 2010). Nessa perspectiva, o sistema pode, como afirma Nunes (2014: 82), copiar um elemento α de um objeto sintático K e fazer *Merge* desse elemento com L, outro objeto sintático, que é independente e separado de K, o que está ilustrado em (70). Conforme explicam Boeckx, Hornstein & Nunes (2010: 86), isso é possível porque, no quadro minimalista, o sistema pode operar com múltiplas *root trees*.

- (70) a. $K = [\dots \alpha \dots]$
 $L = [\dots]$
- b. *Copy*
 $K = [\dots \alpha^i \dots]$
 $L = [\dots]$
 $M = \alpha^i$
- c. *Merge*
 $K = [\dots \alpha^i \dots]$
 $P = [\alpha^i [L \dots]]$

(Nunes 2014: 82)

⁴⁵ Remetemos o leitor a Nunes (1995, 2001, 2004) para um entendimento mais aprofundado dos argumentos utilizados pelo autor contra a existência de *Move* como uma operação primitiva do sistema computacional. Conforme o autor, sua proposta, em que *Move* é reinterpretado como resultado das operações independentes *Copy*, *Merge*, Formar Cadeia e Reduzir Cadeia, possui não somente vantagens conceituais, mas também empíricas (Nunes 2004), sendo preferível, sob uma ótica minimalista.

Ao assumirmos a teoria de movimento por cópia, o entendimento de que movimento se reduz a aplicações de *Copy* e *Merge*, a hipótese de que o sistema permite *sideward movement* e a ideia de que c-comando não está incluído na definição de movimento (Hornstein 1999: 79), estamos assumindo também que *Agree* (que exige c-comando) não é um subcomponente do mecanismo de movimento, discordando de Chomsky (2000, 2001, 2004) quanto a este quesito. Ademais, convém destacar que, apesar de ser dispensada para a realização de movimento, a relação de c-comando é importante na proposta de Nunes (2004), na medida em que é uma condição para a formação de cadeias e a linearização de sentenças: por exemplo, no caso de *sideward movement* de determinado objeto sintático e de posterior movimento desse elemento para uma posição mais alta que as outras duas cópias (sendo que estas duas cópias mais baixas não estabelecem c-comando entre si), a formação de cadeia aconteceria a partir da cópia mais alta, que c-comanda as duas cópias mais baixas (Nunes 2004: 93-95).

Outras hipóteses que assumimos, mas que não são defendidas por Chomsky, são a de que o movimento de um argumento para uma posição- θ é permitido e a de que um mesmo argumento pode receber mais de um papel- θ , seguindo Hornstein (1999, 2001). Chomsky (2000: 103) rejeita essas possibilidades ao estipular que posições temáticas não podem ser ocupadas por argumentos por meio de movimento, mas apenas por “puro *Merge*”. Além disso, no critério temático em Chomsky (1981), já se propunha que cada argumento só pode carregar um papel- θ ; contudo, Hornstein (2001: 217) defende que isso não é uma condição minimalista de interface e não segue logicamente de nenhum princípio, logo nada impediria um argumento de receber mais de um papel. Hornstein também defende que papel- θ é um traço a ser checado, o que motivaria o movimento de um DP para uma posição- θ — e a existência dessa motivação é desejável em uma perspectiva minimalista; de acordo com Hornstein (1999: 79; 2001: 79), considerar que um papel- θ é um traço a ser checado possibilita que se respeite o princípio *Greed* (Chomsky 1993).

Além de a restrição ao movimento de um DP para uma posição- θ não ter fundamento na perspectiva teórica, ela também não se sustenta do ponto de vista empírico. Como explica M. Ferreira (2000), a existência de verbos de controle como o exemplificado em (71) favorece a hipótese de que o movimento para posições- θ é possível. O autor afirma que se pode conferir à construção em (71a) a derivação em (71b): assumindo-se que o T da oração encaixada não atribui Caso, o DP *John* se moveria de dentro do TP encaixado para uma posição temática porque seu Caso não seria checado na oração subordinada. Segundo M. Ferreira (2000), verbos desse tipo contrariam a expectativa daqueles que argumentam contra a possibilidade de movimento para posições- θ ⁴⁶.

⁴⁶ Remetemos o leitor a Ferreira (2017: 173-180) para uma explicação mais detalhada da defesa da possibilidade de movimento para posições- θ , a partir do argumentado em Rodrigues (2004a), Hornstein (1999, 2001) e M. Ferreira (2000).

- (71) a. John tries to be intelligent.
'João tenta ser inteligente.'
- b. [TP John_i [VP t_i V [VP tries [TP t_i to be intelligent]]]]

(M. Ferreira 2000: 10)

M. Ferreira (2000: 10) observa que construções com verbo de controle motivaram a postulação da categoria nula PRO por parte dos autores que são contrários à assunção da hipótese de movimento para posição- θ para explicar a gramaticalidade de um dado como (71a). De acordo com essa perspectiva, PRO seria o sujeito do T não finito encaixado que é complemento de verbos de controle e consistiria na única categoria capaz de checar o Caso nulo, atribuído por esse tipo particular de TP (M. Ferreira 2000: 10). Contudo, como demonstrado acima, é possível explicar a gramaticalidade de (71a) sem recorrer à postulação de PRO, caso se assuma a possibilidade de movimento para posições- θ e caso se considere que o T infinitivo é incapaz de atribuir Caso (M. Ferreira 2000: 10; Hornstein 1999, 2001).

Com isso, como mostra M. Ferreira (2000), assumir a possibilidade de movimento para uma posição- θ tem a vantagem de dispensar a categoria especial PRO e o pressuposto de que um tipo específico de T não finito atribui Caso nulo, que são duas estipulações desnecessárias sob uma perspectiva minimalista. Nesse viés, Hornstein (1999, 2001), em sua análise que ficou conhecida como *Movement Theory of Control* (MTC), demonstra que as propriedades de construções de controle (obrigatório) podem ser derivadas a partir de uma análise de movimento, observando que PRO se comporta como um vestígio (cópia) deixado pelo movimento-A do DP controlador.

1.3.2 Derivação de construções depictivas

De posse dessas ferramentas, passamos à derivação das construções depictivas, conforme apresentado na dissertação. Nossa análise pode ser entendida como uma consequência da MTC, haja vista considerarmos que essas construções — que têm sido tipicamente analisadas como estruturas de controle — são derivadas pelo movimento do DP de dentro da SC adjunta para uma posição- θ na oração matriz. Além disso, essas estruturas exibem características de sentenças de controle obrigatório (cf. Hornstein 1999):

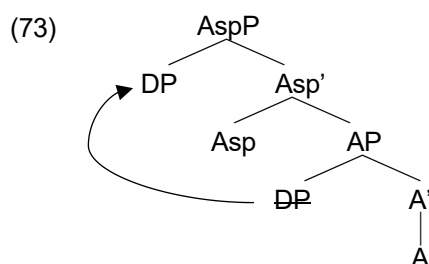
- (72) a. *Choveu cansado.
- b. (i) O João_k estudou cansado e a Maria_j também.
(Maria_j também estudou *ec_{j/k}* cansada)
(ii) ?O João comeu uma pizza crua e uma carne também.
- c. Só o João estuda cansado.

(Ferreira 2017: 183)

O dado (72a)⁴⁷ revela que o depictivo deve ter um antecedente, (72b) evidencia que é veiculada a leitura *sloppy* quando há elipse do depictivo e (72c) mostra que a categoria nula, sujeito do depictivo, é interpretada como uma variável ligada ao ser controlada por um “Só-DP”, que são algumas das características de controle obrigatório (cf. Hornstein 1999; Nunes 2014; Ferreira 2000).

1.3.2.1 Construções depictivas de sujeito

Começamos apresentando a estrutura da SC nas construções depictivas. Estamos supondo que o DP (controlador do depictivo) é gerado no âmbito de uma projeção lexical AP, onde recebe um papel- θ do adjetivo, via *Merge*. O AP é selecionado por um núcleo Asp, uma categoria funcional; esta categoria possui somente os traços de gênero e de número, mas não de pessoa, portanto é defectiva, nos termos de Chomsky (2000, 2001), uma vez que é ϕ -incompleta. Asp possui, ainda, um traço [EPP], que alça para seu Spec o DP contido no AP. A estrutura da SC, composta pelo sintagma AP e por AspP, está apresentada em (73). Observa-se que a proposta conjuga as duas possibilidades apresentadas em (48): envolve tanto uma projeção lexical à la Stowell quanto uma categoria funcional que seleciona uma categoria predicativa. A estrutura também é compatível com o pressuposto de que SCs prescindem de TP (Cardinaletti & Guasti, 1995; Den Dikken 2006: 48).



(Ferreira 2017: 152)

Vamos considerar a derivação da construção depictiva em (74), em que o predicado secundário está orientado para o sujeito.

(74) O João leu a carta cansado.

(Ferreira 2017: 184)

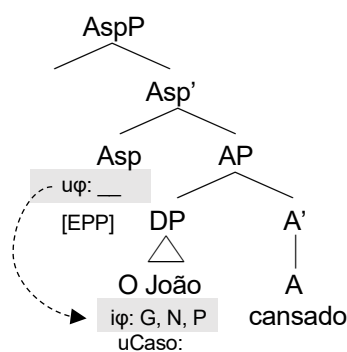
⁴⁷ O dado em (72a) nos foi sugerido por Jairo Nunes (c.p.). A esse respeito, gostaríamos de ressaltar também que uma sentença como (i), com um depictivo circunstancial orientado a um argumento implícito, não contradiz a afirmação de que depictivo requer um antecedente: estamos supondo que esse tipo de sentença entraria em outro paradigma, aproximando-se de sentenças com sujeito indeterminado.

(i) Essa música não pode ser cantada bêbado.

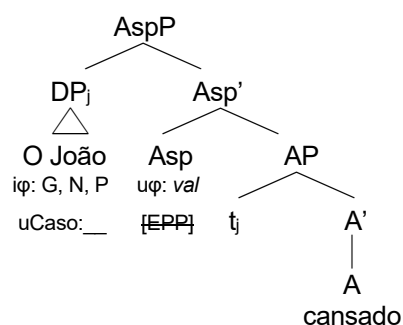
(Ferreira 2017: 142)

A formação da *small clause* começa com o *Merge* do DP *O João*, retirado da Numeração, com o adjetivo *cansado*⁴⁸. Com esse *Merge*, o DP é θ -marcado pelo adjetivo. Na sequência, o núcleo Asp é retirado da Numeração e ocorre *Merge* entre ele e o AP. O DP entra na derivação com um conjunto de traços- ϕ interpretáveis (de gênero, número e pessoa) e com um traço de Caso não interpretável, enquanto Asp possui um conjunto incompleto de traços- ϕ e um traço [EPP], como já dito. No passo em (75a), os traços- ϕ não interpretáveis de Asp e os traços- ϕ interpretáveis compatíveis do DP estão em uma configuração sonda-alvo, uma vez que os traços relevantes do DP estão no domínio da sonda (i.e., são c-comandados pelos traços que constituem a sonda). Por meio de *Agree*, o conjunto de traços- ϕ da sonda é valorado (como masculino e singular) conforme os traços- ϕ do DP, porém o traço de Caso do DP não é valorado nessa relação: isto resulta do fato de que Asp é uma sonda defectiva, pois não tem o traço [pessoa]. O traço [EPP] de Asp é satisfeito com o movimento do DP para [Spec, Asp], e o DP deixa em sua posição de origem uma cópia — representada aqui como vestígio por comodidade. Isso está ilustrado em (75b).

(75) a. Configuração sonda-alvo



b. Valoração dos traços- ϕ de Asp

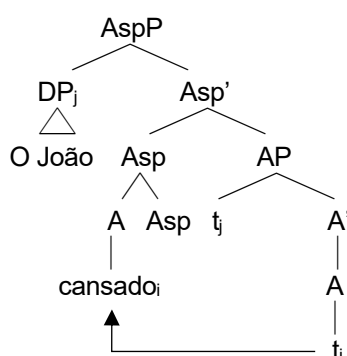


(Ferreira 2017: 185, 186)

A derivação continua com o movimento e a adjunção do adjetivo para o núcleo Asp, o que também pode ser entendido como uma instância de *Copy* e *Merge*. Aqui, a relação entre o adjetivo, núcleo lexical, e Asp, núcleo funcional, é tida como semelhante à relação entre V e T. Nesse sentido, o movimento de A-para-Asp ocorreria de forma semelhante ao movimento (de núcleo) de V-para-T (cf. Boeckx, Hornstein & Nunes 2010: 86). Estamos supondo também que, com esse movimento, o adjetivo adquire a morfologia de gênero e de número, de modo similar à forma como um verbo adquire sua flexão.

⁴⁸ A rigor, o adjetivo vai adquirir os morfemas de gênero e número no curso da derivação, ou seja, ele não vem da Numeração em sua forma flexionada. Estamos fazendo uma simplificação aqui.

(76) Movimento e adjunção do depictivo para Asp

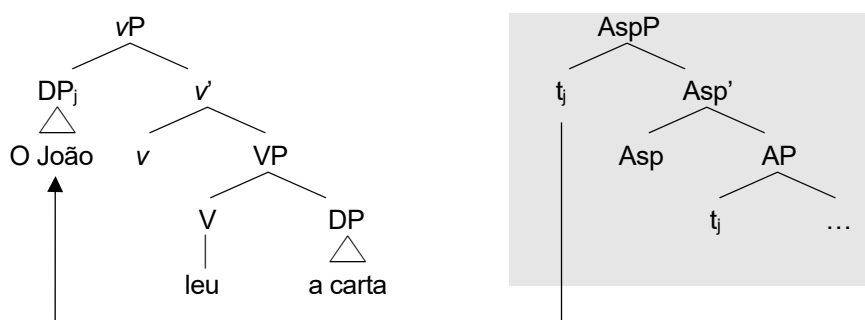


(Ferreira 2017: 187)

Em Ferreira (2017), assumimos também que, por meio da adjunção do adjetivo ao núcleo do sintagma aspectual AspP, o depictivo adquire a interpretação *stage-level*. Contudo, antecipando o que discutiremos na próxima seção, observamos que assumir que Asp confere ao adjetivo a interpretação *stage-level* ou *individual-level* (e que essas leituras não são parte da informação lexical contida nos adjetivos) é problemático e será descartado nesta tese, pois isso prevê que qualquer adjetivo pode, em princípio, ter qualquer uma dessas interpretações, o que não é o caso⁴⁹.

Voltando à derivação, observamos que, no ponto em (76), o DP *O João* continua ativo e está livre para se deslocar para uma posição-A, pois seu traço não interpretável de Caso ainda não foi valorado. Enquanto a SC depictiva é construída, forma-se paralelamente a oração matriz. Primeiro, ocorre *Merge* entre o DP *a carta* e o verbo *ler*, ambos retirados da Numeração, e o DP *a carta* é marcado tematicamente pelo verbo. O VP é formado e ocorre *Merge* entre esse sintagma e *v*, retirado da Numeração. O conjunto completo de traços- ϕ não interpretáveis de *v* atua como uma sonda, e os traços- ϕ interpretáveis do DP, no domínio da sonda, são um alvo. Ocorre *Agree* entre *v* e o DP *a carta*: os traços não interpretáveis da sonda são valorados e o traço de Caso desse DP é valorado como acusativo, o que o torna incapaz de mover-se. O núcleo *v* tem outro papel- θ para atribuir em [Spec, *v*]. A necessidade de atribuir/checar esse papel temático externo motiva o movimento lateral do DP *O João* de dentro da SC para [Spec, *v*].

(77) *Sideward movement*: construção depictiva de sujeito



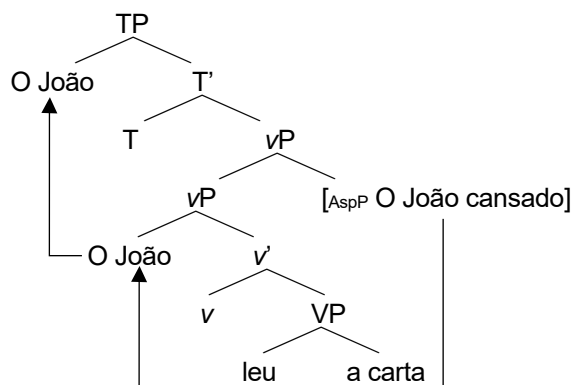
(Ferreira 2017: 188)

⁴⁹ Em Ferreira (2020), já apresentamos uma discussão preliminar sobre esse ponto.

O sistema faz uma cópia do DP *O João* para a posição de [Spec, *v*] porque não existe, na Numeração, um DP que possa checar/receber o papel- θ remanescente de *v*. É assim que ocorre, então, a segunda marcação temática do DP *O João*. Depois disso, o *vP* é formado e ocorre a adjunção, via *Merge*, da SC *AspP* a *vP*. Observa-se que o *Merge* de *AspP* à oração matriz ocorre depois do movimento do DP *O João* para fora da SC, o que garante que não ocorra violação de extração de adjuntos, considerados ilhas sintáticas (cf. Nunes 2014: 82; Boeckx, Hornstein & Nunes 2010: 93).

Após a adjunção da SC, a derivação segue normalmente. T, que possui um conjunto completo de traços- ϕ não interpretáveis e um traço [EPP], é retirado da Numeração. Ocorre *Merge* entre T e o vP recém-formado. O conjunto de traços- ϕ de T e o conjunto de traços- ϕ interpretáveis compatíveis do DP *O João* atuam, respectivamente, como sonda e alvo, entrando em uma relação de *Agree*; nessa relação de concordância com T, que é ϕ -completo, o traço de Caso do DP *O João* é valorado (como nominativo) e os traços- ϕ não interpretáveis de T são valorados. O movimento de *O João* para [Spec, T] satisfaz o traço [EPP] de T. Como o Caso do DP foi valorado, ele é incapaz de realizar movimentos-A posteriores. Nesse momento, a derivação atinge o ponto exemplificado em (78), com os movimentos apresentados de forma esquematizada. Depois disso, ocorre a formação do CP da oração matriz. Com todos os traços não interpretados valorados/checados, a derivação converge.

(78) Derivação das construções depictivas de sujeito



(Ferreira 2017: 192)

Antes de encerrar esta subseção, cabe uma palavra a respeito do local de adjunção da SC depictiva de sujeito. Em Ferreira (2017: 135-138), são discutidas evidências, a partir de Foltran (1999), de que o depictivo de sujeito está mais alto que o VP. Mais especificamente, são discutidos os testes de anteposição do VP, pseudoclivagem e extraposição de objeto, além das considerações acerca de advérbios de modo. Embora Foltran conclua, a partir dessas evidências, que o depictivo de sujeito se adjunge ao IP, assumimos, em Ferreira (2017), que a adjunção desses predicados secundários é feita ao vP.

1.3.2.2 Construções depictivas de objeto direto

A derivação das construções com depictivo orientado ao objeto direto se inicia da mesma forma que a derivação que acabamos de detalhar. A sentença que vamos abordar se encontra em (79).

(79) O João comeu a carne crua.

(Ferreira 2017: 193)

Primeiramente, no âmbito da SC, ocorre *Merge* entre o DP *a carne* e o adjetivo, formando-se o AP. Por meio dessa operação, o DP *a carne* é marcado tematicamente pelo depictivo. Na sequência, ocorre *Merge* entre o núcleo Asp, retirado da Numeração, e o AP recém-formado, atingindo-se o estágio em (80).

(80) [_{AspP} Asp [_{AP} [_{DP} a carne] [crua]]]

(Ferreira 2017: 193)

O conjunto incompleto de traços- ϕ não interpretáveis de Asp constitui uma sonda para o conjunto de traços- ϕ interpretáveis do DP *a carne*, o alvo, ocorrendo uma relação de *Agree* entre eles. Os traços- ϕ de Asp são valorados, mas o traço de Caso do DP *a carne* não é valorado, o que possibilita que ele continue participando de novos movimentos-A e de novas relações de concordância. Este DP se move para [Spec, Asp], o que satisfaz o traço [EPP] de Asp. Em seguida, o adjetivo *crua* se move e se adjunge ao núcleo Asp. A derivação atinge o ponto em (81). Nota-se que, até este passo, os passos derivacionais das construções depictivas de sujeito e de objeto direto são idênticos.

(81) [_{AspP} [_{DP} a carne]_i [_{Asp'} *crua*_i + Asp [_{AP} *t_j* *t_i*]]]

(Ferreira 2017: 193)

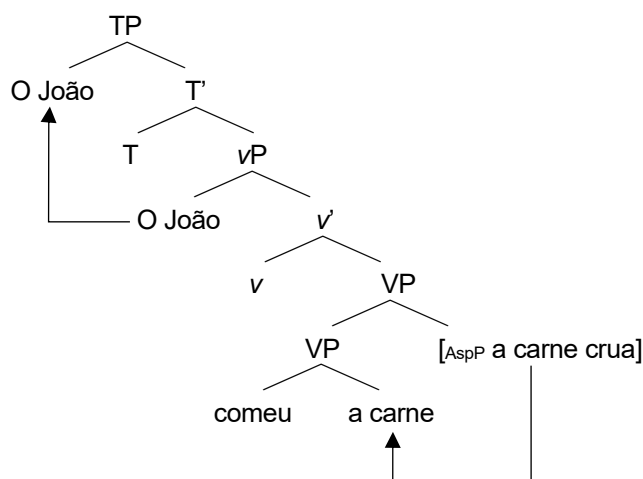
A oração matriz vai-se formando paralelamente, a começar pela construção do VP. O verbo em questão, *comer*, tem um papel- θ interno que deve ser atribuído. Isso pode ser feito, em princípio, pelo *Merge* de um elemento disponível na Numeração — no caso, o DP *O João* — ou por meio do movimento lateral (*Copy + Merge*) do DP *a carne*, contido na *small clause*. Ferreira (2017) supõe que o sistema, neste caso, opta por esta segunda possibilidade, o que está representado em (82). Neste esquema, elaborado com base em Nunes (2014: 83), K representa o sintagma AspP (a *small clause*), L representa o verbo *comer* (objeto sintático separado de K) e M consiste no objeto sintático formado após a ocorrência do movimento lateral, ou seja, da cópia de *a carne* a partir de K e *Merge* dessa cópia com L.

- (82) a. K = [a carne crua]
L = [comeu]
- b. K = [a carneⁱ crua]
M = [comeu a carneⁱ]

(Ferreira 2017: 194)

Por meio do *Merge* com V, o sintagma *a carne* recebe seu segundo papel temático. Em seguida, a SC se adjunge ao VP e ocorre *Merge* entre essa estrutura recém-formada e *v*, retirado da Numeração. O conjunto completo de traços- ϕ não interpretáveis de *v* atua como uma sonda, e o conjunto de traços- ϕ interpretáveis compatíveis do DP *a carne*, no domínio da sonda, constitui o alvo. Ocorre a operação *Agree*: os traços- ϕ de *v* são valorados e o traço de Caso do DP é valorado (como acusativo). Na sequência, o DP *O João* é retirado da Numeração e ocorre *Merge* desse DP em [Spec, *v*], posição em que ele recebe um papel- θ de *v*. Forma-se o *vP*, com o qual T, retirado da Numeração, é unido por *Merge*. Ocorre uma relação de *Agree* entre o conjunto completo de traços- ϕ não interpretáveis de T (sonda) e os traços- ϕ interpretáveis compatíveis do DP *O João* (alvo). O traço de Caso deste DP é valorado (como nominativo), e o movimento desse sintagma para [Spec, T] satisfaz o traço [EPP] de T. Obtém-se a formação em (83), com os movimentos dos nominais representados de modo esquematizado. A derivação termina com a formação do CP. Estando os traços não interpretados apagados, a derivação converge.

- (83) Derivação das construções depictivas de objeto direto



(Ferreira 2017: 195)

Quanto ao local de adjunção da SC depictiva de objeto direto, optamos, em Ferreira (2017: 126-134), pela adjunção ao VP da oração matriz. Para chegar a essa conclusão, utilizamos sobretudo os trabalhos de Foltran (1999), que se baseia em Roberts (1988), e Legendre (1997), analisando os testes de anteposição do VP, pseudoclivagem, estruturas coordenadas reduzidas e elipse do VP. A partir dessas evidências, concluímos que o depictivo de objeto é mais baixo que o depictivo de sujeito, pertencendo ao âmbito do VP. Remetemos o leitor a Ferreira (2017) para um maior

detalhamento dessas evidências. Na próxima seção, abordaremos as razões pelas quais a estrutura em (83) deve ser repensada.

2 Questões de interface: o que esta tese focará

Apresentado o teor da discussão que empreendemos em Ferreira (2017), estamos em condições de discorrer sobre as três questões de interface que serão o foco desta tese, reunidas a seguir. As questões (i) e (iii) estão ligadas sobretudo às facetas semântica/aspectual e pragmática das construções depictivas, enquanto (ii) está ligada principalmente à sintaxe dessas estruturas.

- (i) Existem predicados depictivos do tipo *individual-level* no português brasileiro?
- (ii) Como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto proposta em Ferreira (2017)?
- (iii) Que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB?

Cada uma dessas questões surgiu de uma lacuna ou de uma inconsistência que identificamos a partir da pesquisa realizada no mestrado. No caso de (i), trata-se de uma lacuna não apenas do trabalho de Ferreira (2017), mas da literatura sobre o tema em geral, pois comumente se assume que os depictivos veiculam uma interpretação *stage-level* (Foltran 1999; entre outros), como já discutimos. A questão (ii) resulta de dificuldades da análise proposta em Ferreira (2017): por exemplo, a derivação de construções depictivas de objeto direto prevê que o sujeito de uma oração adjunta pode ser controlado pelo objeto direto da oração matriz; contudo, essa possibilidade não se confirma em dados do PB como *O João cumprimentou a Maria; depois de ec_j entrar na sala*, extraído de Nunes (2014: 79). O questionamento (iii), por fim, refere-se a uma lacuna do trabalho de Ferreira (2017): não nos aprofundamos na relação entre o predicado matriz e o depictivo em uma perspectiva semântica, embora haja trabalhos sobre o tema, notadamente Foltran (1999, 2002).

2.1 Predicados *individual-level* como depictivos no PB

À primeira questão que confrontaremos — “Existem predicados depictivos do tipo *individual-level* no português brasileiro?” — dedicaremos o Capítulo 2 desta tese. Nosso interesse nesse tópico surgiu da afirmação de McNally (1993: 4) de que é incorreto alegar que depictivos (os quais a autora chama de adjuntos predicativos) devem ser sempre transitórios ou *stage-level*, contrariamente ao que é comumente assumido na literatura. Conforme a autora, apesar de parecer que apenas predicados *stage-level* podem funcionar como adjuntos, o que explicaria os contrastes nos pares em (84)-(85), propriedades *individual-level* podem, sim, aparecer nessas construções, como ilustram (86)-(87), embora dados como (87) (de *nonsubject control*) sejam mais difíceis de construir, segundo McNally.

(84) a. Fleisher played the piano injured.
'Fleisher tocou o piano machucado/ferido.'

b. ??Fleisher played the piano talented.
'Fleisher tocou o piano talentoso.'

(McNally 1993: 2)

(85) a. We ate the vegetables raw.
'Nós comemos os vegetais crus.'

b. ??We ate the vegetables organic.
'Nós comemos os vegetais orgânicos.'

(McNally 1993: 2)

(86) a. The neighbor's girls entered the Army enthusiastic advocates of U.S. interventionism.
'As meninas / As filhas do vizinho entraram no Exército defensoras entusiasmadas do intervencionismo norte-americano.'

b. They left the Army fervent noninterventionists.
'Elas saíram do Exército não intervencionistas fervorosas.'

(McNally 1993: 4)

(87) a. Ernest's parents sent him off to boarding school an immature brat, and he came back just as bratty.
'Os pais de Ernest o mandaram para um colégio interno [sendo] um pirralho/moleque imaturo, e ele voltou tão malcriado quanto [era antes].'

b. George Bush was born a Republican, and they will bury him a Republican.
'George Bush nasceu republicano (*literalmente: um republicano*), e vão enterrá-lo republicano (*literalmente: um republicano*).'

(McNally 1993: 4)

McNally (1993) rejeita a hipótese de que, em sentenças como (86)-(87), estaria ocorrendo a coerção interpretativa do predicado, isto é, de que um predicado *individual-level* estaria sendo forçado a ser interpretado como *stage-level*. Segundo a autora, em casos como (86)-(87), não é necessário que o predicado secundário veicule uma propriedade transitória e, conseqüentemente, não é preciso nenhum contexto especial para forçar a interpretação desses predicados (McNally 1993).

Observa-se que esse entendimento contrasta com o defendido por Foltran (1999). A autora trata o dado em (88), do português brasileiro, como um exemplo de sentença "em que um predicado *individual level* apresenta a interpretação *stage level*" (Foltran 1999: 170). Nesse sentido, a autora afirma explicitamente que, nessas construções, "só podem ocorrer predicados *stage level*."

(...) Na verdade, a restrição que se faz não é ao adjetivo em si, mas à leitura *individual level* desse adjetivo. Qualquer adjetivo é permitido, desde que veicule uma leitura de estágio” (Foltran 1999: 42).

(88) Ele partiu para a Europa ingênuo e voltou depravado.

(Foltran 1999: 170)

Nesta tese, argumentaremos, com base em McNally (1993), a favor da existência de predicados *individual-level* como predicados secundários. No próximo capítulo, estudaremos os argumentos e as evidências do inglês apresentados pela autora, que recorre a noções pragmáticas para explicar por que certas sentenças construídas com predicados *individual-level* são ruins, como (84b) e (85b), e por que outras são boas, como (86)-(87). Nosso intuito é verificar se o português brasileiro exibe construções depictivas com predicados *individual-level* semelhantes às que McNally apresenta no inglês — e mostraremos que sim. Nesse sentido, defenderemos que existem contextos (como em (88)) em que um depictivo *individual-level* não é forçado a ser interpretado como *stage-level* ou transitório.

Isso não significa, todavia, que a possibilidade de coerção de um predicado IL seja totalmente descartada em nossa análise: argumentaremos que essa possibilidade existe, mas ela ocorre em contextos diferentes do ilustrado em (88). Identificaremos, a partir de McNally (1993, 1997), pelo menos dois cenários em que um predicado IL sofre coerção e adquire um sabor *stage-level*: quando um predicado matriz IL se combina com um predicado secundário SL e é induzido a ser interpretado como SL, em uma leitura circunstancial, como em (89); ou quando um predicado *individual-level* é interpretado como temporário em razão do contexto, como em (90).

- (89) a. Sam disliked Paul angry.
'Sam não gostou / não gostava de Paul zangado.'
- b. Dan never believed Mary drunk.
'Dan nunca acreditou na Mary bêbada.'

(McNally 1997: 158)

- (90) It seems like Madonna dyes her hair every other week. When she's blond, she vaguely resembles Marilyn Monroe.
'Parece que Madonna tinge seu cabelo semana sim, semana não. Quando ela está loira, ela lembra vagamente Marilyn Monroe.'

(McNally 1993: 5)

Entendemos que, em sentenças como (89), em que um predicado matriz *individual-level* adquire um sabor SL, constitui-se uma construção depictiva circunstancial. A sentença em (91) também entra nesse paradigma, em nosso entendimento.

(91) A Maria bêbada é chata.

(Rodrigues & Foltran 2013: 497)

Em suma, isso significa que discordaremos de Foltran (1999) quanto ao seguinte ponto: para nós, uma construção como (88) não ilustra um caso em que um depictivo *individual-level* sofre coerção para ser interpretado como *stage-level*, pois, nesse caso, o depictivo não é interpretado como temporário ou como um estágio. Reconheceremos que um predicado *individual-level* pode, sim, sofrer coerção, mas isso ocorre em contextos como (91) (em que o predicado matriz sofre coerção por influência do depictivo *stage-level*) ou (92) (em que tanto o depictivo quanto o predicado matriz expressam uma propriedade *individual-level* lida como *stage-level*).

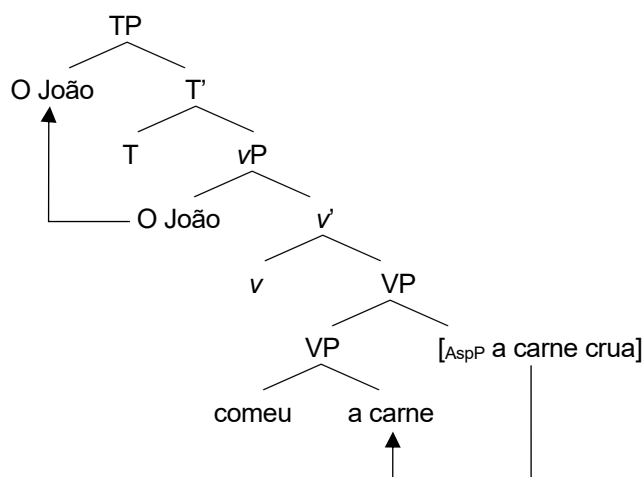
(92) A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i.

Além de discutir essas evidências, investigaremos como essa compreensão pode ser incorporada à proposta defendida em Ferreira (2017). De modo mais específico, dando continuidade à discussão iniciada por nós em Ferreira (2020), reanalisaremos o papel da categoria aspectual Asp no âmbito da SC depictiva, verificando como ela interage com os traços semânticos do predicado secundário. Ademais, relacionaremos a discussão acerca de predicados secundários SL e IL a dados com as cópulas *ser* e *estar* no PB, sendo as sentenças copulares outro ambiente em que se verifica a distinção *stage-level* vs. *individual-level*, ao qual também se pode associar Asp; para discutir este quesito, vamos nos valer da contribuição de Silvagni (2022).

2.2 Problemas da derivação de Ferreira (2017) para construções depictivas de OD

Após tratar dos depictivos *individual-level*, vamos dar ênfase à sintaxe das sentenças depictivas em sentido estrito no Capítulo 3, procurando responder ao seguinte questionamento: “Como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto proposta em Ferreira (2017)?”. A derivação de Ferreira (2017) para estas construções está apresentada em (93) (repetição de (83)).

(93) Derivação das construções depictivas de objeto direto



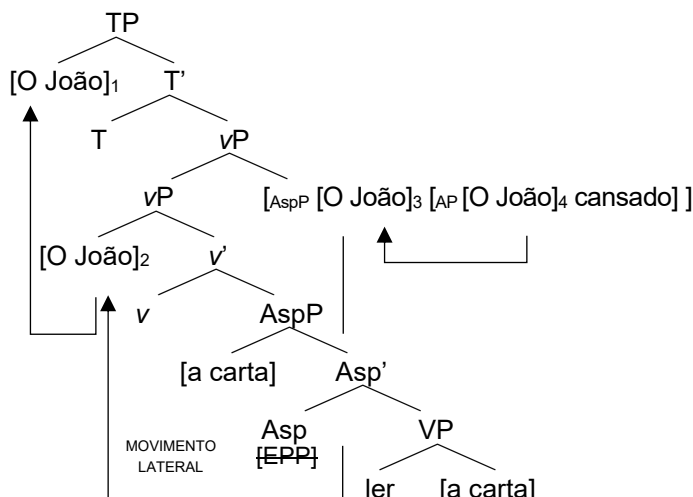
(Ferreira 2017: 195)

As principais dificuldades que identificamos nessa análise são as seguintes: (a) a sentença não pode ser linearizada, se assumirmos a teoria de Nunes (1995, 2004): como não há c-comando entre as cópias do DP que se move da SC para a oração matriz, não há formação de cadeia e, portanto, não pode ser aplicada a operação Reduzir Cadeia, que apaga os *links* de uma cadeia para efeitos de linearização; (b) assumindo-se que as sentenças depictivas de objeto direto são construções de controle do adjunto pelo objeto, resta explicar por que, em dados como *O João cumprimentou a Maria; depois de ec_i entrar na sala* (Nunes 2014: 79), o sujeito da oração adjunta não pode ser controlado pelo objeto direto; a questão aqui é como diferenciar essas duas construções, que, em princípio, são estruturalmente semelhantes; (c) a derivação proposta supostamente fere o princípio *Merge-over-Move*, segundo Ferreira (2017).

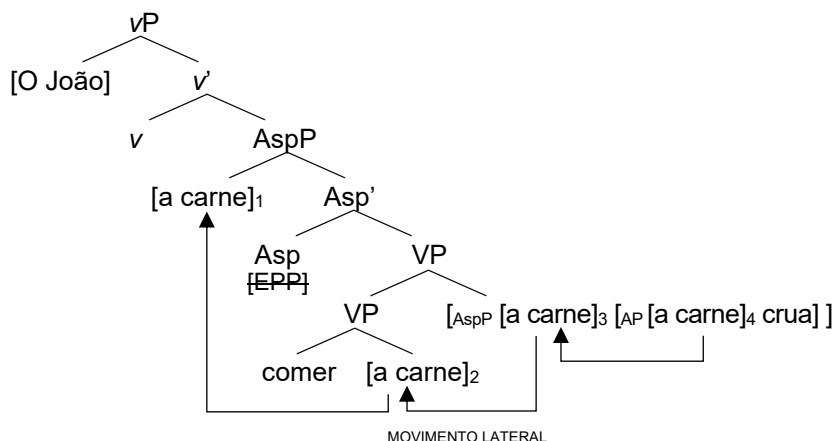
Com relação à dificuldade exposta em (a), que diz respeito à linearização das sentenças depictivas, o desafio, adotando-se a proposta de Nunes (1995, 2004), é garantir o c-comando entre as cópias do DP que se move da SC para a oração matriz. Como dito anteriormente, a falta de c-comando entre as cópias na proposta de Ferreira (2017) para construções depictivas de objeto direto impede que seja aplicada a operação Reduzir Cadeia, que apaga uma das cópias; assim, a estrutura não poderia ser linearizada porque haveria mais de uma cópia visível no componente fonológico.

Quanto a esse quesito, vamos repensar a representação sintática que propusemos em Ferreira (2017), de modo a adotar uma configuração em que o depictivo de objeto esteja mais baixo que a posição do objeto direto na oração matriz, ou seja, mais baixo que o seu controlador, garantindo-se o c-comando entre as cópias. Para tanto, defenderemos que existe uma projeção AspP entre o vP e o VP, na oração matriz, e que o objeto direto se move para [Spec, AspP] para satisfazer o traço EPP de Asp. Desse modo, as representações de sentenças transitivas com depictivo orientado para o sujeito e para o objeto direto serão, respectivamente, (94) e (95). Tais configurações permitirão a linearização de ambas as construções.

(94) O João_i leu a carta cansado_i.



(95) O João comeu a carne_i crua_i.



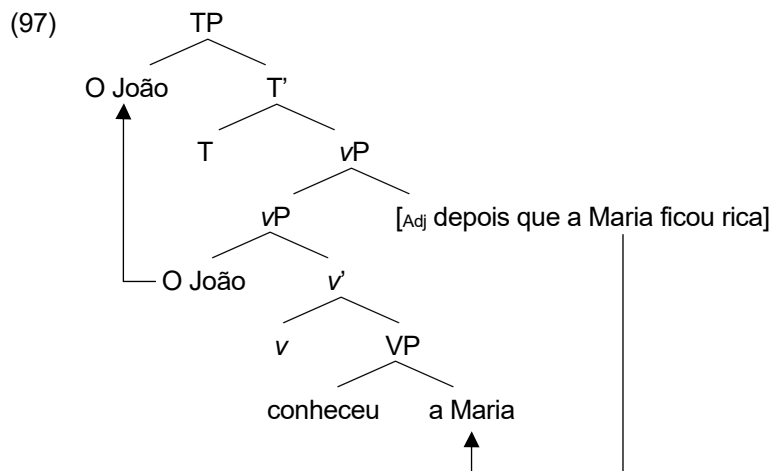
A resolução desse problema ajudará a resolver o desafio identificado em (b). Trata-se do fato de que o controle de objeto para dentro de um adjunto não é possível em sentenças que contêm uma estrutura similar àquela que Ferreira (2017) propõe para as construções depictivas. É o caso de (96a), com um sujeito nulo na oração adjunta. Observa-se que, diferentemente, construções com controle da oração adjunta pelo sujeito da oração matriz, como (96b), são gramaticais.

- (96) a. *O João conheceu a Maria depois que ficou rica.
b. O João comeu um pastel quando foi na feira.

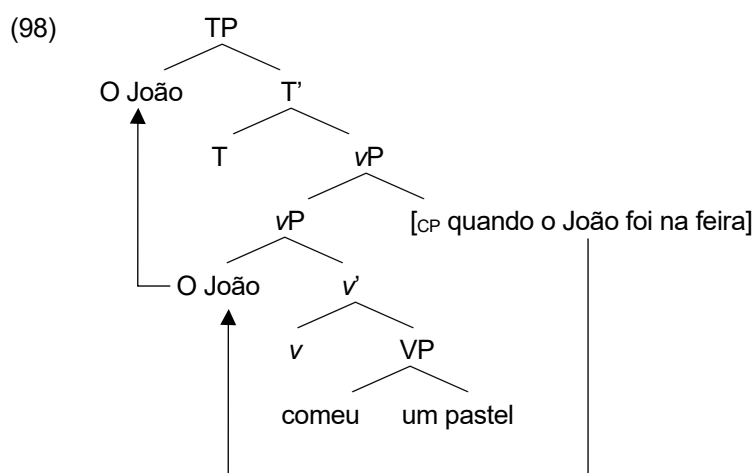
(M. Ferreira 2000: 52, 54)

Para explicar o contraste de gramaticalidade acima, M. Ferreira (2000), assumindo a proposta de Nunes (1995) quanto à linearização de sentenças, propõe que, em (96b), mas não em (96a), é obtida uma configuração que permite a linearização da estrutura, uma vez que, após o movimento lateral do DP, a cópia mais alta do DP c-comanda as duas mais baixas, o que

possibilita a aplicação de Reduzir Cadeia (*vide* (104)). M. Ferreira (2000) confere a (96a) a estrutura em (97), ao passo que (96b) recebe a representação em (98).



(M. Ferreira 2000: 55)



(M. Ferreira 2000: 55)

Nunes (2014) mostra que essa mesma assimetria sujeito/objeto aparece na sentença em (99). No inglês, o contraste também se sustenta, como ilustra (100): a única interpretação possível para esta sentença é aquela em que a oração adjunta é controlada pelo sujeito da oração matriz.

(99) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [e_{C1} / *_k entrar na sala].

(Nunes 2014: 79)

(100) John greeted Mary after entering the room.
'John cumprimentou Mary depois de entrar na sala.'

(Nunes 2014: 82)

Nunes (2014) adota a análise de movimento lateral, somada à assunção do princípio *Merge-over-Move*, para explicar a única leitura disponível para (99) e (100): a derivação que poderia levar à leitura de controle pelo objeto fracassaria por uma questão de economia derivacional (cf. também Hornstein 1999, 2001).

Nosso desafio com relação a esse tópico é distinguir as sentenças depictivas de construções como (96) e (99). Considerando que todos esses dados são passíveis de serem analisados como estruturas de controle sob a MTC, aliada à proposta de *sideward movement*, e que todos envolvem *adjunct control*, explicaremos que o controle pelo objeto é permitido nas construções depictivas, mas não nas outras estruturas mencionadas, devido aos diferentes locais de adjunção de cada estrutura: em sentenças como **O João cumprimentou a Maria_k depois de ec_k entrar na sala* e **O João conheceu a Maria depois que ficou rica*, o controle pelo objeto não é possível porque a oração adjunta está em uma posição mais alta na sentença (possivelmente vP), em que a cópia não é c-comandada pelo “antecedente” na oração matriz, o que inviabiliza a linearização da sentença com *object control* (cf. Nunes 2004; M. Ferreira 2000); nas construções depictivas, por outro lado, não há esse problema de c-comando, então as sentenças podem ser linearizadas.

Quanto ao desafio em (c), referente à economia do sistema, o problema se concentra no passo derivacional ilustrado em (101), relativo à sentença *O João comeu a carne crua*. Trata-se do momento em que supomos em Ferreira (2017) que o DP *a carne* é copiado da *small clause* para a posição de argumento interno de V.

- (101) a. K = [a carne crua]
L = [comeu]
- b. K = [a carneⁱ crua]
M = [comeu a carneⁱ]

(Ferreira 2017: 194)

No ponto exemplificado em (101a), em que o verbo *comeu* deve atribuir um papel-θ interno, há, em princípio, duas possibilidades de satisfazer a seleção argumental: o sistema pode fazer *Merge* do elemento *O João*, que está disponível na Numeração; ou pode haver o movimento lateral (*Copy + Merge*) de *a carne*, presente na SC. Considerando-se o princípio *Merge-over-Move*, o sistema deveria priorizar a primeira opção, que é mais econômica, sob a ótica minimalista. Entretanto, isso geraria a sentença indesejada em (102).

- (102) #A carne comeu o João crua.

(Ferreira 2017: 198)

Mostraremos, no entanto, que esse é um falso problema: nessa situação, não ocorre violação do princípio *Merge-over-Move*, porque ele só se aplica quando são comparadas duas derivações convergentes, e a sentença em (102) não converge por uma razão independente — a saber, a violação quanto à extração de adjuntos.⁵⁰

2.3 Relação entre predicado matriz e predicado secundário: restrições semânticas e pragmáticas

Após estudarmos o estatuto do depictivo *individual-level* no português brasileiro e a sintaxe das construções depictivas, partiremos, no Capítulo 4, para uma investigação focada na semântica das construções depictivas, buscando responder à questão “Que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB?”. Nosso intuito é explorar como o depictivo se relaciona com o tipo de evento expresso pelo predicado matriz e listar as condições necessárias para o licenciamento dessas sentenças. Para investigar essa questão, recorreremos a Foltran (1999), Rothstein (2004b), McNally (1993, 1997), Ardid-Gumiel (2001), entre outros trabalhos. Além de listar essas restrições (condições) sobre construções de predicação secundária, sistematizaremos o inventário de possíveis construções depictivas no PB, considerando a natureza SL ou IL do predicado primário e do predicado secundário. Também trataremos, nesse capítulo, da relação de ancoragem que as eventualidades em uma construção depictiva estabelecem entre si, partindo da noção de ancoragem presente em Irimia & Rapoport (2021), com modificações.

3 Conclusão

Neste capítulo, fizemos um resumo da pesquisa que empreendemos em Ferreira (2017), como um ponto de partida para a discussão que faremos nos próximos capítulos. Discorremos sobre as principais características das construções de predicação secundária depictiva, distinguindo esse tipo de sentença de estruturas similares; apresentamos nossos argumentos a favor de uma análise de *small clause* para as construções depictivas; e detalhamos a proposta de Ferreira (2017) de derivação das sentenças com depictivo orientado ao sujeito e ao objeto direto.

Na sequência, abordamos as três questões de interface que serão discutidas na tese, quais sejam: (i) Existem predicados depictivos do tipo *individual-level* no português brasileiro? (ii) Como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto como estruturas de controle, tal como proposto em Ferreira (2017)? (iii) Que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB? No próximo capítulo, trataremos do primeiro desses questionamentos.

⁵⁰ Agradecemos a Jairo Nunes (c.p.) por ter apontado esse fato para nós.

Capítulo 2 O estatuto de predicados *individual-level* como depictivos no português

O objetivo deste capítulo é responder à primeira questão proposta para a tese: (i) Existem predicados depictivos do tipo *individual-level* no português brasileiro? Se a resposta a esta pergunta é afirmativa, como depictivos *stage-level* (SL) e *individual-level* (IL) interagem com a categoria aspectual Asp, núcleo funcional da projeção que abriga o depictivo?

Na primeira seção, trataremos da distinção *stage-level* vs. *individual-level* e apresentaremos a proposta de McNally (1993), que analisa a possibilidade de ocorrência de depictivos IL no inglês sob a perspectiva da pragmática. Partindo dessa exposição, mostraremos, na segunda seção, dados do PB semelhantes aos que McNally (1993) aborda em seu trabalho, notadamente dados com depictivos que expressam uma propriedade IL. Ainda nessa seção, vamos propor, a partir dos tipos de depictivo identificados, que existem dois núcleos Asp: Asp_{IL} e Asp_{SL} — o primeiro se relaciona apenas com predicados IL, enquanto o segundo aparece em estruturas com predicado secundário SL ou IL. Na terceira seção, argumentaremos que esses dois tipos de Asp também podem se manifestar no ambiente de construções copulares, o que significa que eles não estão restritos a construções depictivas. Na quarta seção, falaremos brevemente sobre a noção de coerção. A última seção apresenta as conclusões do capítulo.¹

1 A distinção *stage-level* vs. *individual-level* e o trabalho de McNally (1993)

A diferença entre *propriedades* e *estados* aparece já no trabalho de Milsark (1976 [1974]): segundo o autor, *propriedades*² são fatos sobre uma entidade que assumimos serem permanentes e inalteráveis, ainda que não o sejam de fato, além de serem possuídas pela entidade, em certo sentido; *estados*, por outro lado, são condições que, pelo menos em princípio, são transitórias e não possuídas pela entidade da qual elas predicam, e sua remoção não causa alterações nas qualidades essenciais da entidade (cf. Winkler 1997: 11).

A partir do trabalho de Milsark (1976 [1974]), Carlson (1977) classifica os predicados em dois tipos: os chamados *stage-level*, que se referem a estágios de indivíduos; e os *individual-level*, que consistem em propriedades de indivíduos. De acordo com sua teoria, *dead* ('morto'), *awake* ('acordado'), *drunk* ('bêbado'), *naked* ('nu'), *tired* ('cansado') e *sick* ('doente') são exemplos de predicados de estágios de indivíduos, enquanto *intelligent* ('inteligente'), *big* ('grande'), *boring* ('tedioso'), *black* ('preto') e *fat* ('gordo') constituem exemplos de predicados de indivíduos, conforme explica Winkler (1997: 11).

¹ As ideias neste capítulo são um desenvolvimento do trabalho que iniciamos em Ferreira (2020). O que chamamos de Asp_{IL} e Asp_{SL} aqui corresponde, *grosso modo*, ao que chamamos de Asp[+PERS] e Asp[-PERS] em Ferreira (2020). Assim, algumas das noções e dos trabalhos discutidos aqui (notadamente, McNally) já foram abordados no referido trabalho.

² Milsark (1976 [1974]) utiliza o termo "propriedade" apenas em referência a predicados *individual-level*, porém, nesta tese, utilizaremos essa expressão de forma ampla, referindo-nos tanto a predicados IL quanto a predicados SL.

Na concepção de Carlson, um estágio é concebido como uma manifestação, temporal e espacialmente ligada, de alguma coisa³, ao passo que predicados de indivíduos expressam propriedades inerentes. Como explica Kratzer (1995: 126), na teoria de Carlson, um indivíduo pode ser uma espécie (*kind*), como um tipo de panela, ou pode ser um objeto, como esta ou aquela panela, ao passo que um estágio é uma parte espaço-temporal de um indivíduo: esta panela aqui e agora, ou aquela panela lá e depois.

Os predicados SL e IL têm sido associados na literatura à noção de “duração”: predicados SL expressariam qualidades transitórias, enquanto predicados IL expressariam qualidades permanentes (cf. Jiménez-Fernández 2012; entre outros). Os seguintes exemplos de Kratzer (1995: 125) refletem esse entendimento: “Que eu estou sentada em uma cadeira é uma propriedade minha bastante transitória. Que eu tenho cabelo castanho, não. A primeira propriedade é uma propriedade *stage-level* (...). A segunda é uma propriedade *individual-level*”⁴. No entanto, Silvagni (2022: 118) argumenta que, embora seja comum o emprego da ideia de “duração” (permanente ou transitória) para descrever a distinção *stage-level* vs. *individual-level*, ela não pode ser tomada como o traço definidor da natureza desses predicados. Em seu trabalho, o autor opta pelo entendimento clássico, com base em Carlson (1977) e Milsark (1976 [1974]), de que predicados IL descrevem propriedades (i.e., são *property-descriptive*), enquanto predicados SL descrevem acontecimentos (i.e., são *happening-descriptive*). Escandell-Vidal & Leonetti (2002) também rejeitam a definição de predicados SL e IL em termos de limites temporais: em vez disso, propõem que predicados IL denotam propriedades *classificatórias*, usadas para categorizar os indivíduos como pertencentes a determinada classe, enquanto os predicados SL denotam *estágios episódicos*, segundo os autores⁵. Definir esses predicados, como se vê, é uma tarefa não muito simples, que tem suscitado controvérsia; no entanto, para os propósitos deste capítulo, as características apresentadas são suficientes para termos uma noção inicial acerca dessa distinção. O debate a respeito da diferença entre esses predicados será retomado no Capítulo 4 desta tese.

Voltando à nossa discussão, vemos que a distinção SL vs. IL se manifesta em uma série de fenômenos gramaticais. A esse respeito, conforme afirma McNally (1993: 1), Carlson já observou que, no inglês, um plural nu (*bare plural*), quando é sujeito de um predicado SL, pode receber

³ No original: “A stage is conceived of as being, roughly, a spatially and temporally bounded manifestation of something” (Carlson 1977: 68).

⁴ No original: “That I am sitting on this chair is a very transitory property of mine. That I have brown hair is not. The first property is a stage-level property (...). The second property is an individual-level property.” (Kratzer 1995: 125).

⁵ Escandell-Vidal & Leonetti (2002) defendem que predicados IL não denotam propriedades permanentes; na realidade, seriam propriedades usadas para categorizar os indivíduos como pertencentes a uma classe específica. Os autores ilustram seu entendimento com o exemplo *Brutus is a rottweiler*: usar o termo *rottweiler*, segundo os autores, imediatamente dá acesso a um conceito classificatório ao qual nós associamos uma série de propriedades relacionadas a ele (Escandell-Vidal & Leonetti 2002: 160-161). Ainda segundo os autores, a natureza dos conceitos que concebemos como classificatórios é tal que a atribuição de um indivíduo a uma classe tende a produzir um resultado duradouro, mas não se aplica necessariamente de forma definitiva: por exemplo, podemos afirmar que *Felipe is a plumber*, classificando Felipe como pertencente à classe dos encanadores, mas estamos preparados para mudar essa atribuição caso sejamos informados de que agora ele é advogado (Escandell-Vidal & Leonetti 2002: 161). A análise dos autores é bem convincente, mas não vamos nos apressar em adotá-la, porque vamos querer estender a distinção *stage-level* e *individual-level* também a predicados verbais, e não temos muita clareza de como essa abordagem classificatória se aplicaria a estes predicados.

tanto a interpretação genérica (*vide* (1b)) quanto a interpretação existencial (*vide* (1c)); porém, quando é sujeito de um predicado IL, exibe apenas a interpretação genérica (*vide* (2b)).

Plurais nus

- | | | | |
|-----|----|--|------------------|
| (1) | a. | Surfers are nervous. | STAGE-LEVEL |
| | b. | $(\text{Gx} : \text{surfer}(x))[\text{nervous}(x)]$ | |
| | c. | $\exists x[\text{surfer}(x) \wedge \text{nervous}(x)]$ | |
| (2) | a. | Surfers are neurotic. | INDIVIDUAL-LEVEL |
| | b. | $(\text{Gx} : \text{surfer}(x))[\text{neurotic}(x)]$ | |

(McNally 1993: 1)

Sentenças com *there-insertion* (Milsark 1976 [1974]), do inglês, são outro ambiente sensível à distinção *stage-level* vs. *individual-level*, exibindo um contraste de gramaticalidade: nessas estruturas, apenas predicados *stage-level* podem aparecer (Kratzer 1995: 125).

There-insertion

- | | | | |
|-----|----|--------------------------------|------------------|
| (3) | a. | There are firemen available. | STAGE-LEVEL |
| | b. | *There are firemen altruistic. | INDIVIDUAL-LEVEL |

(Kratzer 1995: 125)

Construções absolutas (Stump 1985) também refletem a distinção SL vs. IL. Conforme Kratzer (1995: 125), *standing on a chair* ('de pé em uma cadeira') é um predicado *stage-level* típico, e a sentença (4a) pode adquirir uma interpretação condicional, significando "Se John ficar de pé em uma cadeira, ele pode tocar o teto"; por outro lado, *having unusually long arms* ('Por ter braços incomumente longos') é um predicado tipicamente *individual-level*, e a sentença (4b) não pode significar "Se John tem braços extraordinariamente longos, ele pode tocar o teto" — isto é, não admite a interpretação condicional⁶.

Construções absolutas

- | | | | |
|-----|----|---|------------------|
| (4) | a. | Standing on a chair, John can touch the ceiling.
'De pé em uma cadeira, John pode tocar o teto.' | STAGE-LEVEL |
| | b. | Having unusually long arms, John can touch the ceiling.
'Por ter braços incomumente longos, John pode tocar o teto.' | INDIVIDUAL-LEVEL |

(Stump 1985: 41-43)

⁶ Acreditamos que, no português brasileiro, o uso do gerúndio em estrutura absoluta pode causar ambiguidade entre uma interpretação SL ou IL a depender do contexto, por isso optamos por traduzir os exemplos em (4) sem recorrer a essa forma.

Há certa controvérsia sobre a natureza da diferença entre predicados SL e predicados IL. Como explica McNally (1993: 1), uma linha de análise, defendida em diferentes versões por Kratzer (1995) e Rapoport (1991 *apud* McNally 1993), considera que essa distinção envolve a estrutura argumental ou a representação lógico-semântica desses dois tipos de predicado: nessa perspectiva, os predicados *stage-level* teriam um argumento (neo)davidsoniano, ou seja, um argumento evento ou espaço-temporal, enquanto os predicados *individual-level* não teriam esse argumento.

A hipótese de que predicados *stage-level* têm um argumento espaço-temporal, diferentemente dos predicados IL, é utilizada por Rapoport para explicar a aparente obrigatoriedade de predicados *stage-level* em construções depictivas. Contrastes como os mostrados em (5) e (6) parecem indicar que um predicado IL não pode aparecer nessas estruturas.

- (5) a. We ate the vegetables raw. STAGE-LEVEL
 ‘Nós comemos os vegetais crus.’

- b. ??We ate the vegetables organic. INDIVIDUAL-LEVEL
 ‘??Nós comemos os vegetais orgânicos.’

(McNally 1993: 2)

- (6) a. Fleisher played the piano injured. STAGE-LEVEL
 ‘Fleisher tocou o piano ferido/machucado.’

- b. ??Fleisher played the piano talented. INDIVIDUAL-LEVEL
 ‘??Fleisher tocou o piano talentoso.’

(McNally 1993: 2)

De acordo com McNally (1993: 3), o predicado secundário expressa um estado em que se encontra o referente de seu controlador no momento em que vigora o estado de coisas descrito pelo predicado principal; Rapoport assume que o estado expresso pelo predicado adjunto deve ser transitório, identificando “transitoriedade” com “ser *stage-level*”. Para explicar por que propriedades não transitórias (IL) aparentemente não ocorrem nessas construções, Rapoport (1991 *apud* McNally 1993: 3) propõe que estas estruturas obedecem a um princípio, enunciado em (7), segundo o qual o predicado secundário somente é licenciado se um argumento evento em sua estrutura temática estiver vinculado (*linked*) a um argumento evento na estrutura temática do predicado principal ao qual está associado; por não apresentarem um argumento evento, predicados IL não poderiam realizar essa vinculação, portanto não seriam licenciados.

(7) Princípio de licenciamento

Cada sintagma em uma estrutura sintática deve ser licenciado através da vinculação direta de uma posição em sua estrutura-theta [*grosso modo*, sua estrutura argumental

somada à sua representação lógico-semântica (McNally)] a uma posição na estrutura-theta do núcleo de sua oração, dentro do domínio de regência desse núcleo.

(Rapoport 1991: 170 *apud* McNally 1993: 3, tradução nossa)⁷

McNally (1993), entretanto, rejeita a hipótese de que predicados secundários⁸ devem ser, necessariamente, transitórios ou SL. A autora apresenta os exemplos em (8)-(10) para demonstrar isso: todas as sentenças são construídas com predicados IL. Os dados em (8)-(9) são casos de depictivos orientados ao sujeito; exemplos que envolvem *nonsubject control*, segundo McNally, são mais difíceis de construir no inglês, mas existem, como mostram os dados em (10) (com depictivo orientado ao objeto direto).

- (8) a. The neighbor's girls entered the Army enthusiastic advocates of U.S. interventionism.
'As meninas / As filhas do vizinho entraram no Exército defensoras entusiasmadas do intervencionismo norte-americano.'
- b. They left the Army fervent noninterventionists.
'Elas saíram do Exército não intervencionistas fervorosas.'
- c. Poe died a pauper.
'Poe morreu pobre (*literalmente: um pobre*).'
- d. George was a Presbyterian for years. Today he's sitting in church a convert to Catholicism.
'George foi presbiteriano (*literalmente: um presbiteriano*) durante anos. Hoje ele está sentado na igreja convertido (*literalmente: um convertido*) ao Catolicismo.'

(McNally 1993: 4)

- (9) a. My dad was born compulsive and will die compulsive.
'Meu pai nasceu compulsivo e vai morrer compulsivo.'
- b. The monster was a gentle soul until Dr. Frankenstein operated a second time. He arose from the operating table malevolent and vengeful.
'O monstro era uma alma gentil até Dr. Frankenstein operá-lo pela segunda vez. Ele se levantou da mesa de cirurgia malévolo e vingativo.'
- c. Montse returned from the U.S. mature — or at least more mature than she was when she went there.
'Montse voltou dos Estados Unidos madura — ou pelo menos mais madura do que era quando foi pra lá.'

⁷ No original: "Licensing Principle: Every phrase in a syntactic structure must be licensed through the direct linking of a position in its theta-structure [roughly its argument structure plus its logico-semantic representation, LMcn.] to a position in the theta-structure of the head of its clause, within the government domain of that head." (McNally 1993: 3).

⁸ Lembramos que a terminologia para designar os predicados secundários depictivos varia entre os autores na literatura. McNally (1993) chama de "circunstanciais" os depictivos orientados para o sujeito, de "depictivos" os orientados para o objeto e de (adjuntos) "predicativos" ambos os tipos. Estamos empregando o termo "depictivo" neste trabalho indistintamente.

- d. The tablecloth went to the cleaners white and came back yellowish.
'A toalha de mesa foi para a lavanderia branca e voltou amarelada.'

(McNally 1993: 4)

- (10) a. Ernest's parents sent him off to boarding school an immature brat, and he came back just as bratty.
'Os pais de Ernest o mandaram para um colégio interno [sendo] um pirralho/moleque imaturo, e ele voltou tão malcriado quanto [era antes].'
- b. George Bush was born a Republican, and they will bury him a Republican.
'George Bush nasceu republicano (*literalmente: um republicano*), e vão enterrá-lo republicano (*literalmente: um republicano*).'

(McNally 1993: 4)

Acerca dos dados em (8)-(10), McNally (1993: 5) afirma que, com exceção das sentenças cujos predicados exprimem nascimento ou morte, todos os exemplos geram a implicatura conversacional⁹ de que o evento expresso pelo predicado da oração principal marca uma fronteira (um limite) contextualmente significativa logo após o suposto começo ou logo antes do suposto fim do intervalo de tempo durante o qual vigora a predicação adjunta. Assim, segundo a autora, infere-se de (8a) que a entrada das meninas no Exército precede o fim de sua defesa do intervencionismo (i.e., após entrarem no Exército, deixaram de ser intervencionistas). Conforme McNally (1993: 5), essa implicatura não surge quando o depictivo é SL, como em (11) e (12). Em (11d), por exemplo, não se infere nada sobre o estado de consciência da criança em qualquer outro tempo (além do intervalo temporal delimitado pelo predicado matriz), segundo a autora.¹⁰

- (11) a. The professor taught the class unprepared.
'O professor deu a aula despreparado.'
- b. You shouldn't go to work sick.
'Você não deveria ir para o trabalho doente.'
- c. In lifeguard training we had to swim fully clothed.
'No treinamento de salva-vidas, nós tínhamos que nadar totalmente vestidos.'
- d. The child lay in bed wide awake.
'A criança estava deitada na cama totalmente acordada.'

(McNally 1993: 3)

⁹ Apesar de McNally (1993) não apresentar o conceito de *conversational implicature* ('implicatura conversacional'), podemos entendê-la como uma inferência associada à interpretação da sentença. A respeito disso, ver Grice (1975).

¹⁰ Foltran (1999, p. 104, nt. 1) registra uma observação interessante de Ilari, que podemos associar a essas considerações de McNally (1993): "a sentença [João chegou desanimado] só afirma que o desânimo existe no momento da chegada. Se houver desânimo antes e depois, ele está no mundo, não na frase. Ou talvez esteja na frase apenas na estrita medida em que 'estar desanimado' é um durativo, e é difícil imaginar que um durativo possa ser tão breve quanto um pontual".

- (12) a. Fleisher played the piano untuned.
'Fleisher tocou o piano desafinado.'
- b. We served the meat cold.
'Nós servimos a carne fria.'
- c. The model wore the jacket unbuttoned.
'A modelo usou/vestiu a jaqueta desabotoada.'
- d. Never insert a plug into an outlet wet.
'Nunca insira um plugue em uma tomada molhado.'

(McNally 1993: 3)

Além disso, McNally (1993: 5) afirma que não se pode dizer que as propriedades expressas pelos adjuntos nos dados de (8) a (10) são forçadas a ter uma interpretação *stage-level*, em uma coerção interpretativa, como já se sugeriu na literatura para alguns casos em que predicados *individual-level* aparecem em contextos que deveriam, supostamente, licenciar somente predicados *stage-level*. Por exemplo, o contexto de orações atemporais em *when-clauses* sem um NP indefinido (cf. Carlson 1979; Kratzer 1995) tipicamente aceita predicados *stage-level*, mas não predicados *individual-level*, segundo explica a autora, o que está exemplificado em (13).

- (13) a. When Mary speaks French, she speaks it well. STAGE-LEVEL
'Quando Mary fala francês, ela fala bem.'
- b. *When Mary knows French, she knows it well. INDIVIDUAL-LEVEL
'*Quando Mary sabe francês, ela sabe bem.'

(Kratzer 1995: 129)

Contudo, de acordo com McNally, quando o predicado *individual-level* contextualmente expressa uma propriedade transitória, como em (14), o predicado pode figurar na *when-clause*.

- (14) It seems like Madonna dyes her hair every other week. When she's *blond*, she vaguely resembles Marilyn Monroe.
'Parece que Madonna tinge seu cabelo semana sim, semana não. Quando ela está *loira*, ela lembra vagamente Marilyn Monroe.'

(McNally 1993: 5, grifo nosso)

O ponto é que, para McNally (1993), os predicados depictivos *individual-level* nos dados (8)-(10) não devem ser analisados da mesma forma que o predicado *individual-level* em (14), que expressa uma propriedade entendida como temporária em razão do contexto. McNally rejeita a explicação de que ocorre coerção do predicado depictivo nos dados (8)-(10): nestes casos, segundo a autora, não é necessário que o predicado secundário vigore apenas transitoriamente e, consequentemente, não é preciso nenhum contexto especial para forçar a interpretação

desses predicados. Além disso, de acordo com a autora, se os predicados adjuntos em (8)-(10) fossem, de fato, SL, não deveríamos esperar que apresentassem a referida implicatura, o que é contrário aos fatos.

Considerando esse entendimento, McNally apresenta uma semântica para dar conta das sentenças com predicado secundário *individual-level*. A autora utiliza a análise proposta por Jackendoff (1990), em (15), como ponto de partida para traçar a semântica dos predicados adjuntos. Conforme explica McNally (1993: 6), o predicado WITH, nessa regra, implica uma relação entre o que é descrito pela oração principal e pela subordinada que é “mais próxima do que uma mera conjunção e menos do que uma causação completa” (Jackendoff 1990).

(15) **Regra de predicado adjunto depictivo** (Jackendoff 1990: 205)

Se NP corresponde a [X] e AP corresponde a [Y], então [s ... NP¹ ... AP¹ ...] pode corresponder a

$$\left[\begin{array}{c} F(\dots[X]^a\dots) \\ \text{Event } [\text{WITH}[\text{BE}_{ident}([\alpha], [\text{AT } [Y]])]] \end{array} \right]$$

(McNally 1993: 6, tradução nossa)¹¹

McNally (1993: 6) interpreta isso da seguinte maneira: predicados adjuntos impõem uma condição de intersecção sobre o estado de coisas (*state of affairs*) que um VP pode descrever; um VP que contenha esse adjunto identifica apenas os estados de coisas que podem ser simultaneamente descritos pelo V' e pelo adjunto, conforme a autora¹². Trata-se de uma exigência de simultaneidade, que, segundo McNally, mostra-se mais evidente nos julgamentos de sentenças como (16a) e (16b), em que o verbo matriz é télico. As sentenças em questão apresentam depictivos *stage-level*.

- (16) a. Kent walked to work tired. #However, when he arrived, he was no longer tired.
'Kent caminhou para o trabalho cansado. #No entanto, quando chegou, ele não estava mais cansado.'
- b. Max put on the shirt unbuttoned. #When he was finished putting it on, it was fully buttoned.
'Max vestiu a camisa desabotoada. #Quando ele estava terminando de vesti-la, ela estava completamente abotoada.'

(McNally 1993: 6)

McNally (1993: 6) refere que a maioria dos falantes por ela consultados considera os discursos em (16) contraditórios ou capazes de descrever apenas situações irreais em que o estado

¹¹ No original: "Depictive Predicate Adjunct Rule (Jackendoff 1990:205): If NP corresponds to [X] and AP corresponds to [Y], then [s...NP¹...AP¹...] may correspond to [...]." (McNally 1993: 6).

¹² McNally trata esses predicados como adjuntos no âmbito do VP, mas é importante lembrar que há divergência na literatura quanto ao local de adjunção do predicado depictivo.

descrito pelo predicado secundário vigora durante todo o evento descrito pelo verbo e muda instantaneamente assim que o evento culmina. A autora afirma que, de modo semelhante, uma sentença com um predicado atético como *The child lay in bed awake* ('A criança estava deitada na cama acordada') não descreve uma situação complexa na qual primeiro a criança está deitada na cama adormecida e depois sentada acordada (McNally 1993: 6)¹³.

Para captar esses fatos, a autora assume que estados de coisas são objetos primitivos e que o domínio desses estados de coisas é estruturado por uma relação de parte (*part relation*): nessa perspectiva, pode-se falar que um estado de coisas e é parte de outro, e' , o que é formalizado como $e \leq e'$ (McNally 1993: 6). Por exemplo, de acordo com a autora, podemos considerar que o estado de coisas e descrito pela sentença *Sally ran 5 miles and lifted weights* ('Sally correu 5 milhas e levantou pesos') tem duas partes: a parte e' (Sally corre 5 milhas) e a parte e'' (Sally levanta pesos). McNally (1993: 7) observa que estados de coisas atéticos podem conter partes do mesmo tipo: assim, conforme a autora, um estado de meu pai sendo compulsivo que se estende por toda a sua vida pode ter uma parte em que ele é compulsivo de 11 de maio de 1980 a 11 de maio de 1993, outra parte em que ele é compulsivo das 9 h às 11 h no dia 11 de maio de 1993, e assim por diante. Eventos télicos, por sua vez, não podem ser divididos dessa forma, i.e., em partes do mesmo tipo¹⁴. McNally assume que todo estado de coisas é associado a um tempo de execução (*running time*), que corresponde ao intervalo mínimo sobre o qual o estado de coisas se estende, sendo $\tau(e)$ o *run time* de e , em que τ é um homomorfismo que mapeia um estado de coisas e para seus tempos de execução (McNally 1993: 7). Considerando-se esse domínio estruturado, a autora afirma que predicados simples podem ser interpretados, com relação a dado modelo e atribuição de valores a variáveis, como conjuntos ordenados de n-tuplos de eventos e entidades, como em (17a), e que adjuntos predicativos controlados denotam conjuntos de eventos, como em (17b) (McNally 1993: 7).

¹³ McNally apresenta o dado em (i) como um possível contraexemplo a essa argumentação. Não se depreende dessa sentença que o estado de congelado perdura durante todo o evento descrito pelo verbo da oração matriz.

(i) We cooked the meat frozen.
'Nós cozinhamos a carne congelada.'

(McNally 1993: 6)

Farrell (2019), abordando o dado em (ii), cujo contexto é semelhante ao de (i), afirma que a exigência de cotemporalidade (simultaneidade) dos depictivos é melhor descrita como *coincidentalidade*: o autor defende que a propriedade veiculada pelo depictivo precisa vigorar/perdurar no início do evento, mas não precisa estender-se a todo o evento.

(ii) They boiled the lobster, alive.
'Eles cozinham a lagosta viva.'

(Farrell 2019: 107)

De acordo com o autor, no caso da sentença em (ii), exige-se que a lagosta esteja viva apenas no início do evento de ferver, uma vez que, presumivelmente, ela não está mais viva no fim desse evento (Farrell 2019: 107).

¹⁴ Podemos associar essa noção à propriedade de subintervalo, discutida em Kearns (2009). Conforme o raciocínio da autora, eventos télicos não têm essa propriedade; por exemplo, o evento expresso por *João comeu a maçã*, contido no intervalo I, não pode conter um subintervalo I' com o conteúdo *João comeu a maçã*. Diferentemente, eventos atéticos têm a propriedade de subintervalo: por exemplo, o evento expresso por *João assistiu TV*, contido no intervalo I, contém um subintervalo I' com o conteúdo *João assistiu TV* (Kearns 2009: 163-164).

- (17) a. $\llbracket P^n \rrbracket = \{ \langle e, x_1, \dots, x_n \rangle \mid P^n(e, x_1, \dots, x_n) \}$
 b. $\llbracket XP[PRED]_i \rrbracket = \{ e \mid XP[PRED](e, x_i) \}$

(McNally 1993: 7)

A partir da formalização em (17), McNally argumenta que VPs que contêm adjuntos predicativos podem ser interpretados como em (18a), expressão que afirma que um VP constituído por V' e XP[PRED], uma vez saturado por um argumento entidade, descreverá um estado de coisas com, pelo menos, duas partes coextensivas, uma descrita por V' e outra descrita pelo adjunto controlado (McNally 1993: 7). Assim, para uma sentença como (18b) a autora atribui a denotação em (18c).

- (18) a. $\llbracket V'XP[PRED]_{iVP} \rrbracket = \{ \langle e, x \rangle \mid \text{there is an } e', e'' \leq e \text{ such that } V'(e', x), XP[PRED]_i(e''), \text{ and } \tau(e) = \tau(e') = \tau(e'') \}$

- b. The child lay in bed awake.
 'A criança estava deitada na cama acordada.'

STAGE-LEVEL

- c. $\{ e \mid \text{there is an } e', e'' \leq e \text{ such that } \text{lay}(e', c), \text{awake}(e'', c), \text{ and } \tau(e) = \tau(e') = \tau(e'') \}$

(McNally 1993: 7)

Conforme a autora, é importante distinguir construções de predicação secundária como (18b) de estruturas coordenadas como (19). Segundo McNally (1993: 8), na teoria baseada em eventos por ela adotada, (19) também denota um conjunto de estados de coisas, sendo que cada um contém como partes um estado de coisas no qual a criança deita na cama e outro no qual a criança está acordada; no entanto, em (19), não é necessário que essas partes sejam simultâneas, diferentemente do que ocorre com (18b)¹⁵. Tendo em vista a exigência de coincidência temporal (*temporal overlap*) em construções depictivas, McNally (1993: 8) afirma que, em certo sentido, adjuntos predicativos podem ser concebidos como um tipo de modificador temporal.

- (19) The child lay in bed and was awake.
 'A criança estava deitada na cama e estava acordada.'

(McNally 1993: 7)

¹⁵ Bisol (1975) e Foltran (1999) também argumentam que orações coordenadas não constituem boas paráfrases para construções depictivas. Uma das evidências apresentadas por Bisol diz respeito ao escopo da negação. A autora mostra que a tentativa de negar uma construção depictiva como (ia) leva somente à interpretação indicada em (ic), em que a negação recai apenas sobre o adjetivo; o que está sendo negado, no caso, não é o evento denotado pelo verbo, mas o estado denotado pelo adjetivo. Por outro lado, construções coordenadas, como (iia), apresentam duas possibilidades de negação, segundo Bisol: uma em que a negação recai sobre o verbo, (iib), e outra em que incide sobre o adjetivo, (iic).

- | | | | |
|-----|---|------|---|
| (i) | a. O menino chegou cansado. | (ii) | a. O menino chegou e o menino estava cansado. |
| | b. O menino não chegou cansado. | | b. O menino estava cansado e não chegou. |
| | c. O menino não estava cansado quando chegou. | | c. O menino não estava cansado e chegou. |

(Bisol 1975: 17, 21, 22)

Assim, para Bisol, as sentenças (ia) e (iia) não possuem o mesmo sentido. A autora apresenta como equivalentes a (ia) as sentenças *O menino estava cansado quando chegou* ou *O menino estava cansado ao chegar* (Bisol 1975: 20).

McNally estende essa análise aos predicados *individual-level*, afirmando que estes também correspondem a estados de coisas no sentido relevante, pois é sempre possível identificar um intervalo no qual eles vigoram, ainda que o intervalo seja idêntico à duração da vida do indivíduo a que se referem; logo, esses estados podem ser temporalmente individualizados (*temporally individuated*) (McNally 1993: 8). Assim, segundo a autora, a regra semântica em (18a) pode ser usada para dados como (20a).

- (20) a. My dad was born compulsive. INDIVIDUAL-LEVEL
 'Meu pai nasceu compulsivo.'

- b. $\{e \mid \text{there is an } e', e'' \leq e \text{ such that } \mathbf{be-born}(e', d), \mathbf{compulsive}(e'', d), \text{ and } \tau(e) = \tau(e') = \tau(e'')\}$

(McNally 1993: 8)

McNally afirma que, embora normalmente se considere que um estado de coisas como “meu pai sendo compulsivo” corresponda a exatamente um estado de coisas que se estenda por toda sua vida, é possível, dada a atelicidade das propriedades *individual-level*, tomar qualquer subporção do intervalo em que vigora sua compulsividade e identificar essa subporção com um estado de coisas de “meu pai sendo compulsivo”, inclusive um intervalo que seja coextensivo com seu nascimento (McNally 1993: 8). Desse modo, a autora conclui que predicados secundários *stage-level* e *individual-level* recebem o mesmo tipo de interpretação, isto é, estão submetidos à mesma regra semântica.

Se, do ponto de vista semântico, predicados IL são licenciados em construções depictivas (como (20a): *My dad was born **compulsive***), por que alguns predicados adjuntos IL soam mal (como (6b): *??Fleisher played the piano **talented***)? Para responder a esse questionamento, McNally (1993) recorre às noções pragmáticas de informatividade e relevância. Ademais, a autora adota a proposta de Condoravdi (1992 *apud* McNally 1993) de que propriedades *individual-level* se diferenciam de propriedades *stage-level* no seguinte sentido.

- (21) Predicados *individual-level* são associados a uma inferência de persistência temporal, enquanto predicados *stage-level* não são. A inferência de persistência temporal especifica o seguinte: se uma eventualidade está ocorrendo em um tempo t e você não possui nenhuma informação de que ela não ocorrerá em um tempo posterior t' , infere-se, então, que ela vai ocorrer também nesse tempo t' . Essa é uma inferência *default*, existente apenas se não houver nenhuma informação em sentido contrário.

(Condoravdi 1992: 9 *apud* McNally 1993: 9, tradução nossa)¹⁶

¹⁶ No original: “Individual-level predicates are associated with an inference of temporal persistence, stage-level predicates are not. The inference of temporal persistence in effect specifies the following: if an eventuality is going on at time t and you have no information that it is not going on at some later time t' , then infer that it is going on at that later time t' as well. Note that this is a default inference, surfacing only if there is no information to the contrary.” (Condoravdi 1992: 9 *apud* McNally 1993: 9).

McNally assume que essa inferência de persistência temporal se estende não somente ao futuro, mas também ao passado. Além disso, ressalta que a semântica dos adjuntos predicativos (i.e., dos depictivos) impõe uma condição de simultaneidade sobre o estado de coisas descrito pelo V' e pelo adjunto, como vimos acima. McNally (1993: 9) defende que, se essa condição de simultaneidade for trivialmente cumprida, i.e., se for inferido que a propriedade denotada pelo adjunto vigora/perdura sempre que a propriedade denotada pelo predicado principal vigora, ou vice-versa, a justaposição desses dois predicados será infeliz; contudo, se a condição não for trivialmente cumprida, ou se a infelicidade puder ser explorada para efeitos conversacionais, então o adjunto será licenciado.

De acordo com essa perspectiva, adjuntos *stage-level* são felizes com predicados principais que sejam *stage-level* porque não é trivialmente o caso de que uma propriedade *stage-level* vigore simultaneamente com qualquer outra propriedade *stage-level* arbitrária, segundo McNally (1993: 9). A autora exemplifica esse ponto com a sentença *Marge went to work tired* ('Marge foi ao trabalho cansada'), a qual denota um estado de coisas no qual Marge simultaneamente vai ao trabalho e está cansada: nesse caso, conforme McNally, a condição de simultaneidade imposta pela regra em (18a) não é trivialmente cumprida pelos estados de coisas descritos no VP, porque a semântica lexical de predicados como *go* e *tired* não implicam nada em particular a respeito de quando ou por quanto tempo vigoram o evento de ir ou o cansaço. A autora afirma que é possível imaginar muitos casos em que Marge vai ao trabalho sem estar cansada, ou casos em que ela está cansada mesmo sem fazer nada. Como a condição de simultaneidade não é trivialmente cumprida, a justaposição dos predicados é feliz, e o adjunto *stage-level* é licenciado.

Diferentemente, em uma sentença como (22), com um predicado secundário *individual-level*, a condição de simultaneidade é trivialmente cumprida, razão pela qual a sentença soa estranha quando dita fora de contexto, conforme o raciocínio da autora.

- (22) ??Fleisher played the piano intelligent.
'??Fleisher tocou o piano inteligente.'

(McNally 1993: 9)

De acordo com McNally (1993: 9), se Fleisher é inteligente, então ele será inteligente em qualquer subintervalo arbitrário de toda sua vida; assim, em condições normais, é trivialmente o caso que, se Fleisher tocou piano, ele era inteligente ao fazer isso. Assim, o adjunto não contribui em nada para situar temporalmente o estado de coisas descrito pelo V', e o predicado principal também não ajuda a situar o intervalo no qual o predicado adjunto vigora, conforme a autora. Em resumo, se Fleisher é inteligente em cada subintervalo de sua vida, ele será trivialmente inteligente ao tocar piano; como, nesse caso, a condição de simultaneidade foi trivialmente cumprida, a justaposição dos predicados é infeliz, e o adjunto *individual-level* não é licenciado (McNally 1993: 9-10).

Essa explicação pragmática, de acordo com a autora, possui a vantagem de prever que um contexto pode melhorar exemplos (que contenham predicados adjuntos IL) que seriam inaceitáveis de outra forma, além de lançar luz sobre os fatores contextuais que provavelmente estão envolvidos na aceitabilidade das sentenças, bem como os efeitos conversacionais e as implicaturas que podem surgir (McNally 1993: 10). Nesse sentido, uma maneira de melhorar sentenças com predicados secundários IL, conforme a autora, é vencer a inferência de que a propriedade IL se aplica indefinidamente ao seu portador: se essa inferência de persistência temporal for vencida, a condição de simultaneidade deixará de ser trivialmente cumprida. Isso é o que ocorre em sentenças como (23) (repetição de (8b)): de acordo com a autora, essa sentença implica que a saída das meninas do Exército marca uma fronteira relevante para o fim de sua defesa do intervencionismo — ou seja, as meninas já não eram mais intervencionistas quando saíram do Exército.

- (23) They left the Army fervent noninterventionists.
'Elas saíram do Exército não intervencionistas fervorosas.'

(McNally 1993: 10)

McNally (1993: 100) afirma que até uma versão de (6b) (*??Fleisher played the piano talented*) pode ser melhorada, ou até mesmo se tornar completamente aceitável, se houver um contexto em que um evento de tocar um instrumento marca o limite de alguém ser talentoso, como mostra o exemplo em (24).

- (24) Bill has been playing the saxophone for years on Pacific Avenue. His secret wish has always been to play the saxophone like John Coltrane, but as everyone knows, he's got no talent whatsoever. Yet miracles do happen: the ghost of John Coltrane appeared before him last night and for a small price offered to endow him with that famous inspiration and skill. *And today, Bill is playing the saxophone talented.*

'Bill toca saxofone há anos em Pacific Avenue. Seu desejo secreto sempre foi tocar saxofone como John Coltrane, mas, como todo mundo sabe, ele não tem talento algum. No entanto, milagres acontecem: o fantasma de John Coltrane apareceu diante dele ontem e, por um pequeno preço, ofereceu dotá-lo daquela famosa inspiração e habilidade. *E hoje, Bill está tocando o saxofone talentoso.*'

(McNally 1993: 10)

Além disso, conforme a autora, a análise pragmática explica o fato de que a combinação de um predicado principal *individual-level* e um predicado secundário *stage-level* resulta infeliz ou faz o predicado principal ser interpretado como *stage-level*, como em (25), em que os estados de crença de Marge são tomados como transitórios (McNally 1993: 11).

- (25) ?Marge believes in the afterlife drunk, but not sober.
'Marge acredita na vida após a morte bêbada, mas não sóbria.'¹⁷

(McNally 1993: 11)

Assumindo-se que acreditar (*believing*) é uma propriedade que licencia uma inferência de persistência temporal, a condição de simultaneidade é trivialmente satisfeita em (25), então a justaposição de predicados deveria ser infeliz, segundo McNally. Contudo, conforme a autora, a inferência de persistência temporal associada ao predicado matriz *individual-level* é vencida nesse caso porque a sentença está no presente simples, o que significa que ela possui uma interpretação habitual da qual se infere que o estado de crença de Marge vigora quando (e apenas quando) ela está bêbada (McNally 1993: 11)¹⁸.

Conforme a autora, quando a inferência de persistência temporal associada a predicados IL não pode ser vencida, acontecem coisas estranhas: ou não podemos tornar a sentença feliz, como em (26a), ou a sentença adquire uma interpretação bizarra ou engraçada, como em (26b) — neste caso, como Fiestaware é uma cerâmica por natureza, a única interpretação que faz sentido, de acordo com a autora, é considerar que o pronome *it* identifica ironicamente algo que era pra ser Fiestaware, mas não é (McNally 1993: 11).

- (26) a. ??Felix wore the shirt cotton.
'??Felix vestiu a camisa [de] algodão.'
- b. Mary took my Fiestaware to a potluck, and it came back plastic.
'Mary levou minha Fiestaware [*tipo de louça*] para uma festa, e ela voltou plástico.'

(McNally 1993: 11)

Por fim, de acordo com a autora, essa análise pragmática também prevê a possibilidade de a infelicidade decorrente do emprego de adjuntos IL ser explorada para efeito conversacional:

- (27) Joe went into the exam unprepared, he went into the exam tired, he went into the exam without a calculator. *But he didn't go into the exam stupid.* And so it turned out that he got the highest grade in the class, despite himself.
- 'Joe foi para a prova despreparado, ele foi para a prova cansado, ele foi para a prova sem uma calculadora. *Mas ele não foi para a prova burro.* E aconteceu que ele tirou a nota mais alta da turma, apesar de tudo.'

(McNally 1993: 11)

¹⁷ Para nós, a sentença no português é plenamente aceitável, mas esse pode não ser o caso para outros falantes. Para estas pessoas, como sugerido por Marcos Carreira (c.p.), a aceitabilidade pode melhorar se acrescentamos *só*: *Marge só acredita na vida após a morte bêbada, mas não sóbria*. Isso ocorre porque o item *só* reforça a interpretação condicional de que o estado de crença vigora somente quando Marge está bêbada; nessa situação, *só* teria escopo sobre o depictivo.

¹⁸ Como o predicado secundário (*drunk*) em (25) envolve uma interpretação condicional, consideramos que ele se classifica como um depictivo circunstancial, no sentido de Himmelmann & Schultze-Berndt (2005) e Nichols (1978).

Nesse caso, segundo McNally, não há implicação de que Joe deixou de ser burro ou de que em breve se tornará burro, o que significa que não foi vencida a inferência *default* responsável por fazer os predicados *individual-level* serem infelizes. No entanto, ainda segundo a autora, a sentença em itálico em (27) é licenciada porque a informação de que Joe foi para a prova é parte do conhecimento compartilhado (*common ground*) quando a sentença é acrescentada ao discurso, de modo que a importância comunicativa (*communicative import*) da sentença não é introduzir um estado de coisas complexo no qual Joe simultaneamente vai para a prova e é burro, mas simplesmente declarar que Joe não é burro; ao trazer a estrutura sintática da sentença anterior, o falante adiciona efeito retórico a essa afirmação (McNally 1993: 11-12).

Em resumo, McNally (1993) afirma que sua proposta se opõe àquelas que reduzem a distinção *individual-level* vs. *stage-level* à ausência vs. presença de um argumento (neo)davidsoniano que serve para individualizar estados de coisas em termos de tempo: a autora defende que, para que sentenças com predicados adjuntos *individual-level* sejam interpretadas, elas também devem ser especificadas com algum tipo de parâmetro temporal. Além disso, a autora supõe que os dois tipos de predicado contêm um argumento estado de coisas (*state of affairs argument*), de modo que um predicado como *intelligent* também descreve um estado de coisas (McNally 1993: 12).

Ademais, ao discutir a proposta de De Swart (1991) de que predicados IL estão associados a uma pressuposição de singularidade (*uniqueness presupposition*), no sentido de que vigoram uma única vez, McNally (1993: 12-13) afirma que a felicidade ou infelicidade de predicados *individual-level* não depende diretamente de eles vigorarem aplicando-se a um indivíduo uma única vez. A autora afirma que, de fato, a inferência *default* é a de que os adjuntos IL felizes em (8)-(10) (*They left the Army fervent noninterventionists*; *My dad was born compulsive* [...]; entre outros) vigoram por um único intervalo, diferentemente de adjuntos SL felizes; contudo, esses adjuntos não são licenciados em razão de (ou apesar de) um tempo de vigência único, mas em razão de ser possível estabelecer um limite que marca o início ou o fim do intervalo no qual vigoram (McNally 1993: 13).

Contudo, McNally reforça que sua análise apoia a ideia de que a distinção IL vs. SL envolve uma inferência de persistência temporal que pode ser derrotada. Assim, para explicar a infelicidade do predicado IL na sentença em (22) (*??Fleisher played the piano intelligent*), McNally recorre à proposta em (21) (de Condoravdi), assumindo que, na ausência de informação em sentido contrário, infere-se que alguém que é inteligente é inteligente indefinidamente (McNally 1993: 13). Essa inferência satisfaz trivialmente a condição de simultaneidade imposta pela predicação adjunta, o que, por sua vez, gera a infelicidade da sentença, como explica McNally (1993: 13). A autora defende que a nossa capacidade de derrotar essa inferência está envolvida no licenciamento de exemplos como (23) (*They left the Army fervent noninterventionists*) e (24) ([...] *And today, Bill is playing the saxophone talented*) e que a incapacidade de vencer essa inferência explica a inaceitabilidade de (26a) (*??Felix wore the shirt cotton*).

Por fim, McNally (1993: 13) acrescenta que, desde o trabalho de Carlson (1977), é reconhecido que a distinção *individual-level* vs. *stage-level* não envolve apenas tempo, uma vez que propriedades como “estar morto” ou “estar vivo” parecem ser *stage-level*, mas, em geral, vigoram por um tempo maior que predicados *individual-level* como “ser criança”¹⁹. No entanto, a autora afirma que o diagnóstico envolvido nos fatos acerca de plurais nus mencionados em (1a) e (2a) (respectivamente, *Surfers are nervous* e *Surfers are neurotic*), que são os casos dos quais Carlson mais se ocupa, não é sensível aos intervalos nos quais a propriedade vigora/perdura, como apontado no exemplo em (28), em que o plural nu somente possui a interpretação genérica, apesar da tentativa de coerção para uma interpretação *stage-level* (McNally 1993: 13).

- (28) Around here everyone dyes their hair every other day. *Today firemen have blond hair.*
'Aqui todo mundo tinge o cabelo dia sim, dia não. *Hoje bombeiros têm cabelo loiro.*'

(Condoravdi 1992 *apud* McNally 1993: 13)

Feita a apresentação da análise de McNally (1993), reunimos, no Quadro 1, algumas possibilidades de licenciamento de predicados IL identificadas a partir do trabalho da autora.

Quadro 1 – Possibilidades de licenciamento de predicados *individual-level*

tipo	características
① PREDICADO IL SEM COERÇÃO	A inferência de persistência temporal associada ao predicado IL é vencida porque é possível identificar um limite significativo (<i>significant boundary</i>) que marca o início ou o fim do intervalo durante o qual vigora o predicado IL. Isso pode ocorrer sem um contexto (quando o próprio predicado primário delimita uma fronteira) ou com a construção de um contexto. Nesse caso, o predicado IL não expressa uma propriedade transitória. (23) They left the Army <i>fervent noninterventionists</i>. (24) [...] And today, Bill is playing the saxophone <i>talented</i>.
② PREDICADO IL COM COERÇÃO	A inferência de persistência temporal associada ao predicado IL é vencida porque podemos identificar a condição (ou um período/tempo) em que se aplica esse predicado. O predicado IL se comporta como SL, ou seja, possui um sabor SL. McNally (1993) não trata de predicados secundários IL em construções depictivas que exibam esse comportamento, mas os seguintes exemplos apresentados pela autora podem ser considerados ilustrativos dessa classe. (14) It seems like Madonna dyes her hair every other week. When she's <i>blond</i>, she vaguely resembles Marilyn Monroe. (25) ?Marge <i>believes</i> in the afterlife drunk, but not sober.
③ INFERÊNCIA NÃO VENCIDA	A inferência de persistência temporal associada ao predicado IL não é vencida, mas a infelicidade da justaposição dos predicados é explorada para efeitos conversacionais. (27) Joe went into the exam unprepared, he went into the exam tired, he went into the exam without a calculator. But he didn't go into the exam <i>stupid</i>. [...]

Fonte: elaboração própria, com base em McNally (1993).

¹⁹ A esse respeito, ver também Silvagni (2022), que afirma que a “duração” (permanente ou temporário) não pode ser considerada o traço definidor de um predicado como *individual-level* ou *stage-level*, como mencionamos anteriormente.

É importante ressaltar que as sentenças que estamos classificando aqui como tipo 1 não envolvem coerção interpretativa do predicado *individual-level*: nesse caso, esse predicado não é interpretado como *stage-level*; não é uma propriedade que se aplica temporariamente. Exemplos adicionais desse tipo de sentença são apresentados em (29), dados extraídos de McNally (1997) — trabalho em que a autora retoma a discussão feita em 1993. McNally (1997: 159) observa que esse tipo de construção ocorre principalmente com predicados principais associados com estados de coisas classificados como *achievements*, portanto télicos e pontuais. Em suma, os predicados IL nas construções do tipo 1 não têm um sabor SL (McNally 1997: 160).

- (29) a. Yesterday, Matt went to work nihilistic; today, he is a changed person.
'Ontem, Matt foi trabalhar nihilista; hoje, ele é uma pessoa mudada.'
- b. Martha went to Europe naïve and excited and came back a jaded pseudo-intellectual.
'Marta foi pra Europa ingênua e animada e voltou uma pseudo-intelectual cínica.'

(McNally 1997: 159)

Quanto ao tipo 2, pode-se acrescentar às sentenças que agrupamos nessa “classe” os exemplos em (30a) e (30b), que significam, respectivamente, que Sam não gostava de Paul quando este estava zangado (em geral ou em uma situação em particular) e que Dan nunca acreditou em Mary quando esta estava bêbada, como explica McNally (1997: 158). Nesses casos, o predicado principal é *individual-level* e o predicado secundário é *stage-level*. A autora afirma que essas sentenças são interpretadas de tal forma que o predicado principal se aplica ao seu sujeito (*holds of its subject*) somente durante o período em que o predicado adjunto se aplica ao objeto, concluindo que a presença do predicado adjunto induz um comportamento “*stage-level-like*” no predicado principal (McNally 1997: 158-159), havendo, então, coerção sobre *disliked* e *believed*.

- (30) a. Sam disliked Paul angry.
'Sam não gostou / não gostava de Paul zangado.'
- b. Dan never believed Mary drunk.
'Dan nunca acreditou na Mary bêbada.'

(McNally 1997: 158)

Considerando a divisão no Quadro 1, vamos nos referir apenas a sentenças do tipo 2, em que se enquadram os dados em (30), como casos de coerção do predicado *individual-level* para uma leitura *stage-level* porque nelas o predicado IL está se comportando como SL (i.e., possui um sabor *stage-level*), no sentido de McNally (1993, 1997).²⁰ Queremos reforçar que estamos considerando dados como (31) (repetição de (14)) também como um caso de coerção de um predicado *individual-level*, pois, como vimos, esse predicado é entendido como temporário em razão do contexto, segundo McNally (1993: 5).

²⁰ Cf. Quadro 3, no Capítulo 4 desta tese, para um panorama das possibilidades de coerção de depictivos IL.

- (31) It seems like Madonna dyes her hair every other week. When she's *blond*, she vaguely resembles Marilyn Monroe.

'Parece que Madonna tinge seu cabelo semana sim, semana não. Quando ela está *loira*, ela lembra vagamente Marilyn Monroe.'

(McNally 1993: 5, grifo nosso)

O Quadro 1 foi construído apenas para mostrar, didaticamente, possibilidades de licenciamento de um predicado *individual-level* que serão mais relevantes para nosso estudo neste capítulo. Na próxima seção, vamos focar particularmente os tipos 1 e 2, mostrando que o português brasileiro apresenta construções depictivas que se enquadram em cada um desses "grupos". Além disso, vamos integrar a teoria de McNally ao trabalho que iniciamos em Ferreira (2017), na medida em que relacionaremos essas duas possibilidades de licenciamento a um núcleo Asp, que supomos ser o núcleo funcional da *small clause*.

2 Depictivos *individual-level* no português brasileiro e o papel de Asp

Um dos primeiros trabalhos que se dispôs a verificar se o português brasileiro apresenta predicados secundários *individual-level* em construções depictivas, nesses termos, é o de Foltran (1999). Na verdade, antes mesmo disso, Bisol (1975) já havia proposto que o adjetivo que ocorre nessas construções tem o traço [-inerente], como é o caso de *triste*, *vitorioso*, *atrasado*, em oposição a predicados como *alto*, *grande*, *redondo*, que exprimem propriedades inerentes, segundo a autora. Foltran (1999) relaciona a distinção entre propriedades inerentes e não inerentes, no sentido de Bisol, à distinção, feita a partir de Carlson, entre propriedades *individual-level* e *stage-level*. Segundo Foltran, somente predicados *stage-level* (não inerentes) podem figurar como predicado secundário nas estruturas em apreço, o que explicaria a inaceitabilidade dos dados em (32).

- (32) a. #O menino chegou inteligente.
b. #Pedro encontrou o livro difícil.

(Foltran 1999: 42)

Foltran (1999: 42) conclui que "a restrição que se faz não é ao adjetivo em si, mas à leitura *individual level* desse adjetivo. Qualquer adjetivo é permitido, desde que veicule uma leitura de estágio". Assim, de acordo com a autora, o predicado *americano*, que normalmente é empregado como *individual-level*, deve ser lido como um adjetivo de estágio se for empregado em uma construção de predicação secundária, como em (33).

- (33) Ele voltou americano.

(Foltran 1999: 42)

Foltran (1999: 170) também argumenta que, no exemplo em (34), os adjetivos *ingênuo* e *depravado* são predicados *individual-level* que estão se comportando como *stage-level*. A autora parece entender, portanto, que os predicados *individual-level* que ocorrem nos dados (33) e (34) estão sob coerção interpretativa para serem lidos como *stage-level*, e só são licenciados por essa razão. Em um trabalho posterior, a autora mantém essa análise (Foltran 2002: 275).

(34) Ele partiu para a Europa ingênuo e voltou depravado.

(Foltran 1999: 170)

Contudo, discordamos de Foltran quanto a esses pontos. Mais especificamente, entendemos que: (i) predicados com a leitura IL podem, sim, ocorrer como predicados secundários em construções *depictivas*; (ii) os adjetivos nas construções *depictivas* em (33)-(34) não são lidos como SL, e sim como IL. Nossas conclusões decorrem naturalmente da aplicação da proposta de McNally (1993, 1997) a esses exemplos²¹. A seguir, mostraremos como esses e outros dados do PB se comportam frente à análise pragmática de McNally que apresentamos na seção anterior.

Primeiramente, observamos que a inaceitabilidade dos dados em (32a) e (32b) (*#O menino chegou inteligente* e *#Pedro encontrou o livro difícil*, respectivamente) é semelhante à inaceitabilidade das sentenças do inglês em (35) e (36) (repetição de (22) e (5b), respectivamente), no seguinte sentido: em todos esses casos, podemos assumir, a partir de McNally, que a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL não foi vencida e que a condição de simultaneidade imposta pela predicação adjunta foi trivialmente cumprida.

(35) ??Fleisher played the piano intelligent.
'??Fleisher tocou o piano inteligente.'

(McNally 1993: 9)

(36) ??We ate the vegetables organic.
'??Nós comemos os vegetais orgânicos.'

(McNally 1993: 2)

No caso da sentença (32a) (*#O menino chegou inteligente*), isso significa que, se o menino é inteligente, infere-se que ele o será por toda a sua vida; assim, é trivialmente o caso que ele será inteligente em qualquer subintervalo de sua vida, incluindo o subintervalo em que ocorre o evento de chegar. Assim, o predicado *individual-level*, nessa situação, não contribui como modificador temporal para situar o estado de coisas descrito pelo predicado principal, nem o predicado

²¹ Convém sinalizar que Foltran (1999, 2002) também adota a proposta de McNally (1997), mas chega a conclusões diferentes das nossas acerca dos dados (33) e (34), ao defender que o *depictivo* não admite uma interpretação IL.

principal ajuda a situar o intervalo em que vigora o predicado secundário. Repare-se que essa é exatamente a análise que McNally (1993: 9-10) propõe para o adjetivo *intelligent* em (35).

Mas, como vimos, a análise de McNally prevê que o adjetivo IL na sentença #*O menino chegou inteligente* pode ser licenciado se conseguirmos vencer a inferência de que a propriedade se aplica indefinidamente ao seu portador. Não é difícil pensar em um cenário em que isso aconteça. Por exemplo, em (37), o evento de chegar pode ser inferido como um limite relevante para a mudança de propriedade, a partir do qual o predicado *inteligente* deixa de ser aplicado ao indivíduo: com isso, esse adjetivo *individual-level* deixa de possuir uma inferência de persistência temporal *unbounded* (tanto para o passado quanto para o futuro) e passamos a inferir que ele deixou de ser aplicado ao seu portador a partir de determinado ponto em diante.

(37) O menino chegou inteligente e saiu burro.

As sentenças em (38) e (39) (repetição de (33) e (34), respectivamente) podem ser analisadas da mesma forma que o dado anterior. Nesses casos, também podemos considerar que a inferência de persistência temporal associada ao predicado *individual-level* em cada exemplo é vencida porque se infere que o evento expresso pelo predicado principal marca uma fronteira contextualmente significativa logo após o suposto começo ou logo antes do suposto fim do intervalo de tempo em que vigora a propriedade expressa pelo predicado secundário.

(38) Ele voltou americano.

(Foltran 1999: 42)

(39) Ele partiu para a Europa ingênuo e voltou depravado.

(Foltran 1999: 170)

Os dois exemplos acima são muito semelhantes aos dados em (40) (repetição de (29b)) e (41). Acerca destas sentenças, McNally (1997: 164) argumenta que os predicados *individual-level* são úteis como modificadores temporais do evento expresso pelo predicado primário, porque não estão associados a uma inferência de persistência temporal *unbounded*, em direção ao passado e ao futuro. Conforme a autora, esse tipo de sentença porta a implicatura de que a propriedade expressa pelo predicado secundário começou a se aplicar ao seu controlador dentro de um intervalo que se deu logo antes do tempo em que vigora a propriedade principal, que é o que ocorre em (41), ou que deixará de vigorar logo depois (McNally 1997: 164). Nos dados do PB em (38) e (39), os depictivos IL apresentam a mesma conexão relevante com o predicado principal.

- (40) Martha went to Europe naïve and excited and came back a jaded pseudo-intellectual.
'Marta foi pra Europa ingênua e animada e voltou uma pseudo-intelectual cínica.'

(McNally 1997: 159)

- (41) After a year of working with Mother Teresa, the teenager came home generous and altruistic.
'Depois de um ano trabalhando com Madre Teresa, o adolescente voltou pra casa generoso e altruísta.'

(McNally 1997: 164)

Quanto a (41), McNally (1997: 164) afirma que a conexão relevante é estabelecida derrotando-se, em uma direção, a inferência de persistência temporal para as propriedades IL, deixando o tempo de vigência (*hold-time*) da propriedade *bounded* em uma ponta (e potencialmente *unbounded* na outra), de onde inferimos que o adolescente não era generoso nem altruísta antes de sua experiência com Madre Teresa. McNally ressalta, todavia, que isso é apenas uma inferência, uma vez que nada na sentença acarreta uma relação entre o fato de voltar para casa e o início da generosidade e do altruísmo; a única relação estabelecida é a de que o intervalo em que a volta para casa ocorre deve estar contido dentro do intervalo em que a generosidade e o altruísmo se aplicam (*hold*) ao adolescente. A autora também afirma que não há uma relação causal entre o predicado primário e o secundário, uma vez que a causa mais provável do início da generosidade e do altruísmo não é a volta para casa, mas alguma parte da experiência anterior, cujo ponto de término é marcado pela volta para casa (McNally 1997: 164-165).

Repare-se que, sob a análise de McNally (1997), quando o predicado secundário *individual-level* é incapaz de funcionar como um restritor temporal em relação à propriedade descrita pelo predicado principal, ou seja, não é útil como um modificador temporal, mantendo a inferência de persistência temporal *unbounded* em direção ao passado e ao futuro, o adjunto não é licenciado. É por isso que predicados principais IL não podem nunca ser modificados por predicados secundários IL, segundo McNally (1997: 159-160), como ilustram os dados em (42), do inglês, e em (43), do PB.

- (42) a. *Everyone admired the rescuers courageous.
 *'Todos admiraram os socorristas corajosos.'

 b. *Felix knows methods effective.
 *'Felix sabe métodos efetivos'

(McNally 1997: 160)

- (43) a. #João sabe matemática filho de diplomata.
 b. #Ana acredita em assombração brasileira.
 c. #Pedro gosta de poesia advogado.

Diante do que apresentamos, vamos considerar que os dados em (37)–(39) (*O menino chegou inteligente e saiu burro; Ele voltou americano; Ele partiu para a Europa ingênuo e voltou depravado*) enquadram-se todos naquilo que identificamos como o tipo 1 no Quadro 1. Trata-se de sentenças cujo predicado secundário é um predicado *individual-level* que não está sofrendo coerção interpretativa para ser lido como *stage-level*, não sendo interpretado como temporário. Nesses casos, o predicado *individual-level* é licenciado porque a inferência de persistência temporal associada a esse predicado é vencida, porque o predicado principal marca um limite (uma fronteira) significativa.

Outros exemplos do português que se enquadram nesse paradigma são apresentados a seguir. Ressaltamos que, em alguns casos, é necessário um contexto que mostre que foi vencida a inferência de persistência temporal associada ao predicado *individual-level*. A sentença em (44), por exemplo, soa bem se considerarmos o seguinte cenário: Aloísio é um jogador de futebol que nasceu no Brasil e atuava em um time nacional, até que, um dia, recebeu uma proposta bastante vantajosa para jogar em um time chinês; a condição para isso, entretanto, era que ele mudasse de nacionalidade assim que chegasse à China, o que ele aceitou fazer. Assim, pode-se dizer a sentença (44), em que o evento de viajar delimita o fim da aplicação da propriedade *brasileiro* ao indivíduo em questão (ou seja, ele era brasileiro antes da viagem, mas deixou de ser depois dela):

- (44) Aloísio viajou pra China brasileiro.
(Contexto: Aloísio é um jogador de futebol que mudou de nacionalidade)

(Ferreira & Moreira 2021)

Exemplos adicionais desse tipo de construção são apresentados a seguir. Semelhantemente ao que McNally (1993, 1997) observa para o inglês, notamos que no PB parece ser mais fácil construir exemplos em que o depictivo *individual-level* se orienta ao sujeito da sentença ((45)–(48)), embora seja possível a orientação ao objeto direto (*vide* primeira oração de (49)). Nesses exemplos, não há uma interpretação *stage-level* dos predicados secundários destacados em negrito, e sim a inferência de que, a partir de determinado ponto, a propriedade IL passou a se aplicar indefinidamente ao indivíduo.

- (45) O vestido foi pra máquina de lavar vermelho e voltou **rosa**.
(46) Rita retornou do salão **ruiva**.
(47) Mário saiu da UnB **engenheiro agrônomo**.
(48) Pedro voltou da reunião **um militante de carteirinha**.
(49) Ana mandou seu filho para a escola imaturo, mas ele saiu de lá **um menino obediente**.

É interessante perceber que outros elementos que compõem a oração matriz contribuem para indicar que um predicado *individual-level* passou a vigorar (ou deixou de vigorar) em determinado intervalo, especificando o “agente” responsável pela mudança. Nesse sentido, repare-se que a sentença em (47) (*Mário saiu da UnB engenheiro agrônomo*), ao especificar o local de onde o indivíduo saiu, fornece, em comparação com *Mário saiu engenheiro agrônomo*, mais informações que nos permitem inferir o limite contextualmente significativo para a aplicação da propriedade IL, o que torna a sentença (47) mais aceitável que esta última²². Todas as sentenças em (45)-(49), aliás, fornecem um elemento locativo (*máquina, salão, UnB, escola*) ou uma ocasião (*reunião*) que se liga ao verbo principal e indica o elemento responsável por fazer o indivíduo adquirir a propriedade IL em questão (cf. Ardid-Gumiel 2001 para uma visão semelhante).²³

Um fato curioso é que algumas sentenças com um depictivo *individual-level* no PB parecem admitir que o predicado secundário seja introduzido por *como* — observem-se (50) e (52). Por enquanto, esse fato não será explorado em nossa análise.²⁴

(50) “Certa vez, ao conversar com seus amigos Hugo Dyson e J.R.R. Tolkien a respeito da natureza dos mitos, Tolkien disse a Lewis que os mitos, assim como os contos de fadas, não são mentiras, mas verdades parciais, encobertas. (...) C.S. Lewis entrou nessa conversa *como um ateu* e *saiu como um teísta*, contudo ainda não um cristão.”²⁵

(51) C.S. Lewis entrou nessa conversa um ateu e saiu um teísta.

(52) “O cientista Francis Collins entrou ateu no projeto e saiu como um homem de fé convicta.”²⁶

Nesse ponto, gostaríamos de integrar a proposta pragmática de McNally à análise que começamos a desenvolver em Ferreira (2017). Estamos assumindo que as construções depictivas apresentam uma SC adjunta, que abriga o depictivo e seu sujeito. Nessa SC, um

²² Agradecemos a Paulo Medeiros (c.p.) por ter apontado esse fato para nós na ocasião da qualificação deste trabalho. O professor fez essa observação quanto ao contraste entre *Ele chegou do Sul gordo* vs. *Ele chegou gordo*, sendo a primeira dessas sentenças mais aceitável que a segunda, em sua opinião.

²³ Como apontado por Marcus Lunguinho (c.p.) durante a defesa desta tese, a presença de um elemento que indique o local ou a ocasião que se relaciona à atividade responsável por fazer o indivíduo adquirir ou perder a propriedade IL, apesar de comum, não é necessária sempre. Nesse sentido, vê-se que construções com verbo intransitivo também admitem a presença de depictivos *individual-level*, como mostrado em (i) (dado fornecido por Lunguinho).

(i) Ele dormiu pobre e acordou rico.

²⁴ Sinalizamos, todavia, que a possibilidade de introduzir o termo *como* nessas sentenças parece apontar para mais um contexto sensível à distinção *stage-level* vs *individual-level*. Observem-se os seguintes exemplos.

(i) a. C.S. Lewis entrou nessa conversa *cansado*. (STAGE-LEVEL)
b. *C.S. Lewis entrou nessa conversa **como** *cansado*.

(ii) a. C.S. Lewis entrou nessa conversa *um homem ateu*. (INDIVIDUAL-LEVEL)
b. C.S. Lewis entrou nessa conversa **como** *um homem ateu*.

O contraste entre (i) e (ii) sugere que depictivos *stage-level* não admitem a alternância com *como*, diferentemente de depictivos *individual-level*.

²⁵ Extraído de: <https://www.erealizacoes.com.br/blog/c-s-lewis/>. Acesso em: 25 jul. 2023 (grifo nosso).

²⁶ Dom Aloísio Roque Oppermann, SCJ. Extraído de: <https://cleofas.com.br/por-que-deus-e-um-ser-escondido/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

núcleo Asp seleciona um XP formado pelo DP + predicado (X). A representação em (53) refere-se ao caso de o depictivo ser um adjetivo.

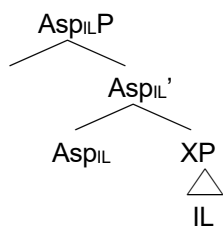
(53) [AspP DP_i [Asp' Asp [AP DP_i A]]]

(Ferreira 2017: 7)

Vamos investigar dois caminhos possíveis de análise. O primeiro deles é supor que existem dois tipos de Asp independentes: Asp_{IL} e Asp_{SL}. Vamos assumir a hipótese de que, ao entrar na derivação, um predicado já carrega consigo a informação de que veicula uma propriedade *individual-level* ou *stage-level*. Podemos conceber essa noção em termos de traços semânticos, entendendo que esse item lexical possui um desses dois traços ao entrar na derivação: [IL] ou [SL]. Nesse primeiro caminho de análise, assume-se que Asp_{IL} somente seleciona predicados do tipo *individual-level*, enquanto Asp_{SL} pode selecionar tanto os predicados *stage-level* quanto os *individual-level*. Uma consequência disso é que Asp não confere a interpretação IL ou SL ao predicado secundário²⁷: a relação que Asp estabelece com o predicado secundário seria de compatibilidade semântica na seleção, no caso das combinações Asp_{IL} + predicado IL e Asp_{SL} + predicado SL. No caso da seleção de um predicado IL por Asp_{SL}, haveria uma incompatibilidade semântica — um *mismatch* gramatical; porém é justamente esse *mismatch* que provocaria a leitura de coerção do predicado IL (cf. Fernald 1999): o núcleo Asp_{SL} forçaria a interpretação do predicado IL como uma propriedade temporária ou condicional, portanto, como um predicado SL.

Nessa análise, podemos considerar que, nas *small clauses* das sentenças do tipo 1, em que o predicado depictivo IL não está sofrendo coerção interpretativa (não sendo interpretado como temporário), Asp_{IL} seleciona o predicado IL. A representação dessa SC está em (54).

(54) Asp_{IL} + predicado IL



Conformam-se a esse padrão todas as *small clauses* depictivas nos exemplos em (55). Em geral, esse tipo de sentença pode ser parafraseado com a cópula *ser*, como mostram as parafrases abaixo de cada dado:

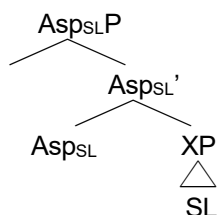
²⁷ Ao assumirmos que não é Asp que confere a interpretação IL ou SL ao predicado (embora Asp_{SL} possa contribuir para a coerção de um predicado IL), estamos descartando a hipótese que havíamos assumido em Ferreira (2017) de que essa categoria seria a única responsável por atribuir esse tipo de interpretação a um predicado.

- (55) a. O cientista Francis Collins entrou no projeto ateu.
(cf. O cientista Francis Collins entrou no projeto *sendo* ateu.)
- b. Mário saiu da UnB engenheiro agrônomo.
(cf. Mário saiu da UnB *sendo* engenheiro agrônomo.)
- c. Pedro voltou da reunião um militante de carteirinha.
(cf. Pedro voltou da reunião *sendo* um militante de carteirinha.)
- d. Ele voltou americano.
(cf. Ele voltou *sendo* americano.)

No caso das construções depictivas em que o predicado secundário é *stage-level* (e, portanto, veicula uma leitura transitória), como nas sentenças em (56)²⁸, podemos assumir que a *small clause* é composta por um Asp_{SL} , que seleciona a predicação *stage-level*, conforme (57).

- (56) a. Pedro chegou cansado.
b. Maria dirigiu o carro bêbada.
c. Eu comi os tomates crus.
d. Ana encontrou os meninos doentes.

- (57) Asp_{SL} + predicado SL



Essas sentenças podem ser parafraseadas por meio da cópula *estar*, como mostrado a seguir:

- (58) a. Pedro chegou *estando* cansado. /
Pedro *estava* cansado quando chegou.
- b. Maria dirigiu o carro *estando* bêbada. /
Maria *estava* bêbada quando dirigiu o carro.
- c. Eu comi os tomates *estando* crus. /
Os tomates *estavam* crus quando eu os comi.
- d. Ana encontrou os meninos *estando* doentes. /
Os meninos *estavam* doentes quando Ana os encontrou.

²⁸ Ressaltamos que os adjetivos nesses exemplos funcionam como predicados secundários, não como modificadores atributivos ou integrantes de uma *small clause* complemento. Assim, em *Ana encontrou os meninos doentes*, a sequência *os meninos doentes* não constitui uma SC complemento verbal.

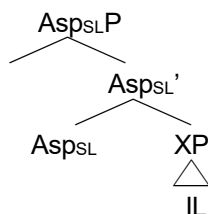
Uma terceira possibilidade de construção depictiva é aquela em que o predicado secundário é do tipo *individual-level*, porém expressa uma propriedade condicional ou temporária em virtude do contexto. Trata-se da situação em que o predicado IL sofre uma coerção interpretativa, o que identificamos como característico do tipo 2 no Quadro 1: nesses casos, a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL é vencida porque ele assume uma interpretação condicional ou temporária, adquirindo um sabor *stage-level*. Embora McNally (1993) não apresente exemplos com depictivos IL que atendam a essa descrição, acreditamos que o exemplo em (59) se enquadre nesse paradigma.

(59) A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i.

Nesse caso, o predicado secundário *loira* está sendo coagido para ser interpretado como SL porque é entendido como um dos estados entre os quais Madonna pode alternar, e não como uma propriedade tida como indefinidamente permanente: ela ora está loira, ora não está; quando está loira, lembra a Marilyn Monroe. A inferência de persistência temporal associada a esse predicado é, então, vencida. Esse exemplo de depictivo *individual-level* se configura como circunstancial porque ele estabelece uma leitura de causa/condição: se/quando Madonna está loira, ela lembra a Marilyn Monroe.

Pode-se entender que, na *small clause* associada à sentença acima, Asp_{SL} selecionaria uma predicação *individual-level*, como mostra (60).

(60) Asp_{SL} + predicado IL



Paráfrases adequadas para essa frase são construídas com a cópula *estar*, vide (61). Nota-se, assim, um padrão: quando o núcleo Asp_{SL} está envolvido, a sentença aceita a paráfrase com *estar*; quando o núcleo Asp_{IL} está envolvido, a sentença aceita a paráfrase com *ser*.

(61) A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe *estando* loira_i. /
A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe quando *está* loira_i.

É difícil pensar em um caso de coerção de um predicado depictivo *individual-level* que não gere uma interpretação circunstancial. A tentativa de fazer a coerção operar sobre um predicado *individual-level* que atue como depictivo em sentido estrito geraria um dado como (62), que parece ser bastante marginal (ou mesmo inaceitável), ainda que seja construído um contexto que contribua para se interpretar que a propriedade *individual-level* está se aplicando apenas temporariamente ao indivíduo.

(62) *?Ontem, Fleisher tocou o piano talentoso.²⁹

Em resumo, quando ocorre a coerção de um predicado *individual-level* e ele adquire um sabor *stage-level*, obtém-se normalmente uma construção circunstancial, seja a coerção operada sobre um predicado *individual-level* na oração matriz, como em (63), seja ela operada sobre um depictivo *individual-level*, como em (59)³⁰.

(63) A Maria bêbada é chata.

(Rodrigues & Foltran 2013: 497)

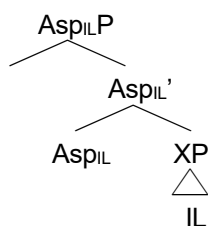
Como sugerimos anteriormente, pode-se considerar que a coerção interpretativa que gera a leitura circunstancial do depictivo é disparada pelo *mismatch* na gramática (Fernald 1999). No caso de (59) (*A Madonna lembra a Marilyn Monroe loira*), esse *mismatch* residiria na seleção do depictivo IL por um Asp_{SL}; no caso de (63) (*A Maria bêbada é chata*), o *mismatch* ocorreria na oração matriz, que contém uma predicação primária IL sendo interpretada como *stage-level*.

Voltando à representação em (60), gostaríamos de sinalizar que, do ponto de vista semântico, o fato de Asp_{SL} poder selecionar uma predicação IL decorreria da possibilidade de a propriedade IL, que é inerentemente atética e *unbounded* (em direção ao passado e ao futuro), poder ser “temporalmente recortada”; ou seja, é possível selecionar uma subparte do intervalo em que vigora a propriedade *individual-level*, em virtude de sua atelicidade (cf. McNally 1993: 7-8).

Em resumo, essa primeira possibilidade de análise da *small clause* consiste em considerar que existem dois núcleos Asp distintos (Asp_{IL} e Asp_{SL}), que podem se combinar com predicados *stage-level* ou *individual-level* das seguintes maneiras.

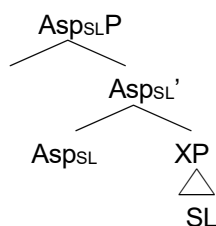
(64) **Primeira possibilidade de análise da *small clause***

a. Asp_{IL} + predicado IL



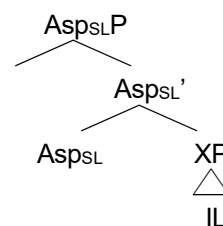
Ele voltou [Asp_{ILP} americano].

b. Asp_{SL} + predicado SL



Maria dirigiu o carro [Asp_{SLP} bêbada].

c. Asp_{SL} + predicado IL



A Madonna lembra a Marilyn [Asp_{SLP} loira].

²⁹ Note que esse é o mesmo tipo de dado que McNally (1993: 2) julga como ruim em seu trabalho, como vimos anteriormente neste capítulo: ??*Fleisher played the piano talented*.

³⁰ Em (59), há também coerção sobre o predicado da oração matriz, pois a propriedade IL *lembrar a Marilyn Monroe* passa a ser entendida como temporária por influência do predicado secundário: infere-se que a Madonna alterna entre estados em que ela lembra a Marilyn Monroe ou não, o que vence a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL na oração primária. Isso voltará a ser discutido no Capítulo 4.

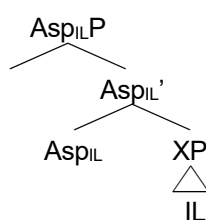
Uma segunda possibilidade de análise é considerar que não há dois núcleos Asp (Asp_{IL} e Asp_{SL}) independentes, e sim um “sistema” aspectual que é cindido em mais de um núcleo³¹. Nessa abordagem, o núcleo Asp_{SL} estaria acima de Asp_{IL} , o que é compatível com o fato de que, quando as cópulas *estar* e *ser* coocorrem (assumindo-se que elas sejam a realização lexical de Asp_{SL} e Asp_{IL} , respectivamente, ou que estejam abrigadas nesses sintagmas), fora do contexto de construção depictiva, *estar* fica mais alta que *ser*, como se vê a seguir:³²

- (65) a. estar sendo / está sendo
b. *ser estando / *é estando

Nessa perspectiva, um predicado *stage-level* sempre vai projetar um núcleo Asp_{SL} , enquanto um predicado *individual-level* sempre vai projetar um núcleo Asp_{IL} ; porém, no caso de Asp_{IL} , pode ou não haver um núcleo Asp_{SL} ativo acima dele: se não houver, não se obtém a leitura de coerção do depictivo *individual-level* (e.g. *Ele voltou americano*); se existir esse núcleo, é obtida a interpretação de coerção do predicado IL (e.g. *A Madonna lembra a Marilyn loira*). As diferentes combinações segundo essa possibilidade de análise estão em (66).

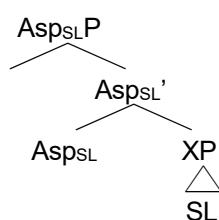
(66) Segunda possibilidade de análise da *small clause*

a. Asp_{IL} + predicado IL



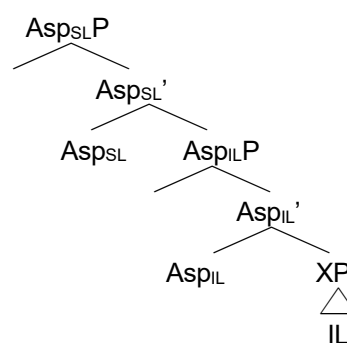
Ele voltou [Asp_{ILP} americano].

b. Asp_{SL} + predicado SL



Maria dirigiu o carro [Asp_{SLP} bêbada].

c. Asp_{SL} + Asp_{IL} + predicado IL



A Madonna lembra a Marilyn [Asp_{SLP} [Asp_{ILP} loira]].

Na prática, a principal diferença entre essas duas possibilidades de análise é a forma como os dados com coerção do predicado IL (e.g. *A Madonna lembra a Marilyn loira*) são analisados. Na primeira possibilidade, a leitura de coerção é obtida pela combinação direta (*Merge*) de Asp_{SL} com o predicado IL, sem haver um núcleo Asp_{IL} na SC — neste caso, poderíamos entender, com Fernald (1999), que a coerção é um processo disparado por um *mismatch* gramatical, que, no caso, ocorre com o *Merge* entre Asp_{SL} e o predicado IL. Na segunda possibilidade, que apresenta um mapeamento definido da estrutura da projeção aspectual cindida, a leitura de coerção é obtida quando os dois núcleos se fazem presentes, de modo que o predicado *individual-level*

³¹ Paulo Medeiros Junior (c.p.) foi quem apontou para nós esse segundo caminho de análise, quando da qualificação desta tese.

³² Silvagni (2022) apresenta uma observação semelhante sobre as diferentes alturas de *ser* e *estar* no espanhol, porém supõe que apenas *estar* é uma projeção funcional Asp, enquanto *ser* é um verbo lexical: “Studying *estar* as Asp is motivated by independent facts: (i) *estar* is grammaticalized as a copula; (ii) *estar* is higher than *ser* and lexical verbs: *estar siendo* vs **ser estando*; (...)”. (Silvagni 2022, p. 119, nt. 23).

projeta Asp_{IL} e, logo acima dele, há um núcleo Asp_{SL} — neste caso, apesar de haver um *mismatch* entre Asp_{SL} e o XP *individual-level*, eles não se c-comandam mutuamente; porém, poderíamos supor, como já se defendeu na literatura (Escandell-Vidal & Leonetti 2002), que a relação de escopo entre o elemento que provoca a coerção e impõe uma restrição semântica (Asp_{SL}) e o elemento coagido (predicado IL) é uma condição para disparar a coerção.

Existe também uma diferença, entre essas duas possibilidades, quanto à forma como o núcleo Asp se relaciona com o predicado. Na primeira possibilidade, supõe-se que Asp seleciona o predicado: Asp_{IL} seleciona apenas predicados *individual-level*, enquanto Asp_{SL} poderia selecionar tanto predicados *stage-level* quanto *individual-level*.³³

Na segunda possibilidade, pode-se supor que o adjetivo, a partir do tipo de traço que contém (um traço [SL] ou um traço [IL]), é que projeta o núcleo funcional. Aqui, poderíamos partir do pressuposto de que existem três tipos de predicado: (i) predicados que contêm apenas o traço [SL], caso em que são considerados *stage-level*; (ii) predicados que têm somente o traço [IL], considerados (puramente) *individual-level*; e (iii) predicados que são *individual-level*, ou seja, têm um traço [IL], mas que podem ser subespecificados com um traço [SL] também, que seria o caso dos predicados IL que adquirem um “sabor” SL (coerção). Se o adjetivo é *individual-level* e porta apenas o traço [IL], ele ativa apenas a projeção Asp_{IL} ³⁴: é o caso de *americano*, em *Ele voltou americano* (aqui não há coerção do predicado). Se o adjetivo é *stage-level*, sendo subespecificado apenas com o traço [SL], ele ativa apenas Asp_{SL} : esse é o caso de *bêbada*, em *Maria dirigiu o carro bêbada*. Porém, se o adjetivo é *individual-level*, mas, além de ter um traço [IL], é subespecificado com um traço [SL], ele projeta um Asp_{IL} e também um Asp_{SL} : é o caso de *loira*, em *Madonna_i lembra Marilyn loira_i* — neste caso, a existência dos dois núcleos aspectuais estaria relacionada com a interpretação de coerção do predicado *individual-level*, que adquiriria um “sabor” *stage-level* (circunstancial). Um resumo dessa perspectiva, no que se refere aos traços, encontra-se em (67).

- | | | |
|---------|---|-----------------------------|
| (67) a. | <i>Ele voltou americano.</i>
americano: [IL] | DEPICTIVO IL |
| b. | <i>Maria dirigiu o carro bêbada.</i>
bêbada: [SL] | DEPICTIVO SL |
| c. | <i>Madonna_i lembra Marilyn loira_i.</i> ³⁵
loira: [IL], [SL] | DEPICTIVO IL COM “SABOR” SL |

³³ A ideia de “seleção” está sendo empregada aqui de modo vago, apenas para sugerir uma espécie de relação semântica entre os elementos que sofrem *Merge* (Asp e a categoria adjetival), embora não esteja claro para nós que tipo de seleção seria esse. Os termos “selecionar” e “seleção”, portanto, não remetem necessariamente à mesma relação estabelecida entre um predicado e seus argumentos, por isso não devem ser tomados tão ao pé da letra.

³⁴ Nesse caso, pode-se considerar que a projeção Asp_{SL} até existe (está disponível na periferia do adjetivo), porém permanece inativa nessa situação.

³⁵ Aqui se presume que, na situação de coerção, o depictivo é primariamente *individual-level* e, adicionalmente, possui um traço SL, provavelmente menos proeminente que seu traço IL.

Qualquer uma dessas possibilidades seria, em princípio, compatível com o comportamento dos dados que estamos analisando, pois ambas captam a ideia de coerção do predicado IL em termos da combinação desse predicado com um núcleo Asp_{SL} e ambas preveem que Asp_{IL} não se combina com um predicado *stage-level* na *small clause* depictiva. Além disso, as duas apresentam vantagens e desvantagens teóricas. Na primeira possibilidade de análise, em que a coerção interpretativa de um predicado IL para SL seria vista apenas como o resultado do *mismatch* gramatical no *Merge* de Asp_{SL} com um predicado IL, não seria necessário supor que um predicado que eventualmente será coagido para receber outra interpretação tem que entrar na derivação com dois traços; nessa perspectiva, cada predicado entraria com apenas um traço (IL ou SL), e a leitura de coerção seria obtida de forma composicional. Porém, aqui teríamos que supor que existem dois núcleos “Asp” independentes, que não se relacionam entre si no âmbito da *small clause* depictiva. A segunda possibilidade de análise, em que se supõe a ativação dos dois núcleos (Asp_{SL} e Asp_{IL}) para se obter a leitura de coerção, tem a vantagem de relacionar os dois núcleos Asp e de fazê-lo de forma ordenada, em um espírito “cartográfico”³⁶, porém implica supor que o adjetivo que resultará numa leitura SL coagida entra na derivação com dois traços (IL e SL), um dos quais seria mais básico ou proeminente que o outro — no caso, um adjetivo IL coagido para ser lido como SL já entraria na derivação com a informação de que tem um traço básico [IL], mas seria subespecificado com um traço [SL] adicional que faria sua informação *individual-level* ser lida como *stage-level*.

Neste momento, não conseguimos optar por um desses caminhos de análise: acreditamos que, para decidir qual deles é preferível, é necessário realizar um estudo mais detalhado, contemplando as consequências teóricas e empíricas de cada perspectiva. Por essa razão, neste trabalho, vamos assumir apenas os pontos comuns de cada possibilidade e deixar em aberto a estrutura interna da *small clause* depictiva circunstancial que contém um depictivo IL sendo lido como SL (*A Madonna, lembra a Marilyn loira*). Um ponto comum em relação a esses casos de coerção é que teríamos uma projeção Asp_{SL} sendo combinada com um predicado que tem um traço *individual-level*. Outro ponto comum entre esses dois caminhos é que a noção de coerção, embora não tenha sido aprofundada, é entendida como um processo sintático, na medida em que é disparada por algum elemento na estrutura gramatical³⁷. Nesta tese, vamos nos ater apenas a esses pontos comuns de cada possibilidade, deixando para trabalhos futuros um aprofundamento da questão.

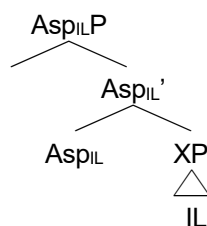
Considerando-se o exposto, as representações a seguir resumem as estruturas que estamos propondo para cada possibilidade de *small clause* depictiva. Como deixamos em aberto a estrutura interna da *small clause* com depictivo IL com “sabor” SL (que pode ou não conter uma projeção Asp_{IL}), isso está representado pelas reticências em (68c).

³⁶ O projeto cartográfico, como afirmam Rizzi & Bocci (2017: 2), tem a vantagem de supor que estruturas funcionais são objetos sintáticos que consistem em sequências ricamente articuladas de elementos funcionais. Há uma série de condições cartográficas que não estamos discutindo aqui (cf. Rizzi 1997), mas acreditamos que seria possível fornecer uma análise para as construções depictivas seguindo uma proposta cartográfica.

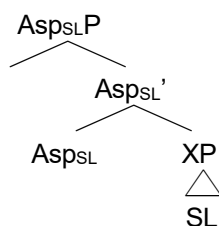
³⁷ Cf. Escandell-Vidal & Leonetti (2002) para uma análise de coerção em termos sintáticos.

(68) Possibilidades de *small clause* nas construções depictivas (versão adotada)

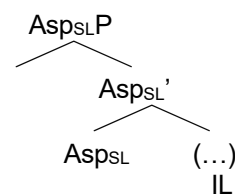
a. Asp_{IL}P + predicado IL



b. Asp_{SL}P + predicado SL



c. Asp_{SL}P + predicado IL



Ele voltou [Asp_{IL}P americano]. *Maria dirigiu o carro* [Asp_{SL}P bêbada]. *A Madonna, lembra a Marilyn* [Asp_{SL}P (...) loira].

Dissemos acima que, nas construções depictivas, um predicado depictivo SL se combina apenas com um Asp_{SL}, não podendo se combinar com um Asp_{IL}, ao passo que um predicado secundário IL pode aparecer com ambos os núcleos. Conforme nossa interpretação, isso significa que um predicado *stage-level* não pode ser coagido para ser interpretado como IL nesse contexto, porém um predicado *individual-level* pode ser coagido para ser interpretado como SL. Na próxima seção, discutiremos brevemente alguns dados de construções copulares a fim de mostrar que esses ambientes exibem essa mesma dinâmica de coerção, de modo que uma análise em termos dos núcleos Asp_{IL} e Asp_{SL} também poderia ser estendida a tais construções.

3 Construções copulares com *ser* e *estar* e a distinção IL vs. SL

Nesta seção, abordaremos alguns dados apresentados em Silvagni (2022), que estuda como as línguas românicas codificam a distinção IL vs. SL no domínio da predicação não verbal, em construções copulares simples. Nosso intuito é argumentar que as construções copulares no português, assim como as construções depictivas, também podem ser analisadas em termos da presença de Asp_{IL} ou Asp_{SL}.

Segundo o autor, sentenças copulares no espanhol, no português e no catalão apresentam alternância entre as cópulas *ser* e *estar*, que têm sido associadas à dicotomia IL vs. SL (Silvagni 2022: 108). Exemplos dessas línguas encontram-se em (69).

- | | | | |
|------|----|---------------------------------------|-----------|
| (69) | a. | Ana {es abogada / está enfadada}. | ESPAÑHOL |
| | b. | A Ana {é advogada / está chateada}. | PORTUGUÊS |
| | c. | L'Anna {és advocada / està enfadada}. | CATALÃO |

(Silvagni 2022: 108)

O autor argumenta a favor de uma análise que considera que *ser* e *estar* são os expoentes sintáticos dessa dicotomia: por um lado, sintagmas encabeçados por *ser* expressam uma característica, uma propriedade intrínseca do sujeito; por outro lado, a construção com *estar*

denota uma situação na qual o sujeito está envolvido, configurando, portanto, uma estrutura que expressa uma condição, um estado ou uma manifestação do sujeito (Silvagni 2022: 110-111).³⁸

Em seu trabalho, o autor apresenta uma série de evidências de que as predicções com *ser* e *estar* se comportam como típicas predicções IL e SL, respectivamente. O contraste entre (70) e (71), por exemplo, mostra que somente as predicções com *estar* podem ser modificadas por modificadores locativos e comitativos relacionados a um evento, o que é uma propriedade típica de predicções SL (Silvagni 2022: 111).³⁹

- | | | | |
|------|----|---|-----------|
| (70) | a. | *Ana es abogada {en la biblioteca / con sus libros}. | ESPAÑHOL |
| | b. | *A Ana é advogada {na biblioteca / com os seus livros}. | PORTUGUÊS |
| | c. | *L'Anna és advocada {a la biblioteca / amb els seus llibres}. | CATALÃO |

(Silvagni 2022: 111)

- | | | | |
|------|----|---|-----------|
| (71) | a. | Ana está tumbada {en su habitación / con su peluche}. | ESPAÑHOL |
| | b. | A Ana está deitada {no seu quarto / com seu urso}. | PORTUGUÊS |
| | c. | L'Anna està estirada {a la seva habitació / amb el seu peluix}. | CATALÃO |

(Silvagni 2022: 111)

Mas a característica discutida pelo autor que é mais relevante para este capítulo diz respeito ao seguinte padrão encontrado no espanhol: segundo o autor, nessa língua, predicados SL se combinam exclusivamente com *estar*, enquanto predicados IL se combinam com *ser* e, sob certas situações discursivas apropriadas, podem ser forçados a ter uma leitura SL quando combinados com *estar* (Silvagni 2022: 120). Essas possibilidades estão apresentadas em (72).

- | | | |
|------|----|---|
| (72) | a. | ser + ILPs: ser {alto / guapo / simpático} |
| | | estar + ILPs: estar {alto / guapo / simpático} |
| | b. | estar + SLPs: estar {harto / cansado / tumbado} |
| | | *ser + SLPs: *ser {harto / cansado / tumbado} |

(Silvagni 2022: 120)

³⁸ Apesar de ser comumente reconhecido na literatura que as cópulas *ser* e *estar* refletem a distinção IL vs. SL, esse não é um entendimento consensual. Maienborn (2005a), por exemplo, ao estudar o espanhol, argumenta contra a noção de que o sistema gramatical seria sensível a oposições conceituais do tipo “permanente vs. temporário” ou “essencial vs. arbitrário”, defendendo que o contraste em questão é de natureza pragmática.

³⁹ Marcos Carreira (c.p.) apresentou as seguintes sentenças como possíveis contraexemplos ao que está sendo argumentado aqui.

- | | | |
|-----|----|---|
| (i) | a. | Marcos é professor na UEPG. |
| | b. | Marcos é professor com seus amigos na UEPG. |

Consideramos, no entanto, que esses dados não são ilustrativos do fenômeno que estamos discutindo nesta seção, pois *ser*, nesses casos, parece afastado de seu uso como cópula. É como se as sentenças em (i) fossem equivalentes a *Marcos trabalha/atua como professor na UEPG* e *Marcos trabalha/atua como professor com seus amigos na UEPG*, respectivamente, o que não corresponde à leitura pretendida. Outra possibilidade é considerar que o elemento locativo é licenciado por se pretender enfatizar o papel que o indivíduo exerce em determinado local: na UEPG, Marcos é professor; em casa, Marcos é pai e marido; no bar com os amigos, Marcos é contador de piadas.

A respeito da coerção de predicados IL (segunda linha de (72a)), Silvagni (2022: 122) afirma que o uso de *estar* nesse caso está sujeito a diversas restrições gramaticais e pragmáticas. Nesse sentido, conforme o autor, o uso dessa cópula com predicados IL é sujeito à evidencialidade, ou seja, ao comprometimento do falante com o fato de ter tido uma evidência perceptual direta que o leve a descrever uma manifestação ou um estado do sujeito (Silvagni 2022: 122). Além disso, o autor observa que a naturalidade da construção *estar + predicado IL* varia entre os dialetos do espanhol e depende das restrições conceituais do falante e da frequência⁴⁰ (Silvagni 2022: 122).

O PB apresenta a mesma distribuição que o espanhol, proibindo (em geral) que a cópula *ser* se combine com predicados SL e permitindo que predicados IL se combinem com *estar*:

- (73) a. *ser* + IL: *ser alto / lindo / simpático*.
 estar + IL: *estar alto / lindo / simpático*.
 b. *estar* + SL: *estar farto / cansado / deitado*.
 **ser* + SL: **ser farto / cansado / deitado*.

Esse padrão pode ser explicado se adotarmos a hipótese de que as construções copulares com *ser* e *estar* também envolvem os núcleos Asp_{IL} e Asp_{SL} . Especificamente, a assunção de que Asp_{IL} se combina somente com predicados *individual-level* explicaria a agramaticalidade indicada na segunda linha de (73b) (**ser farto / cansado / deitado*): a presença de *ser* implicaria a projeção de Asp_{IL} , porém nesse caso o adjetivo *stage-level* não teria o traço [IL], que seria compatível com essa projeção (ou que ativaria essa projeção). A hipótese de que Asp_{SL} pode se combinar tanto com predicados *stage-level* quanto com predicados *individual-level*, por sua vez, explicaria a possibilidade de coerção na segunda linha de (73a) (*estar alto / lindo / simpático*): nesse caso, a presença de *estar* implicaria a projeção de Asp_{SL} , mas o adjetivo *individual-level* seria licenciado porque essa projeção pode se combinar com ambos os tipos de predicado.

4 A noção de coerção

Antes de concluir este capítulo, é útil fazer algumas considerações sobre a noção de coerção. Primeiramente, gostaríamos de apontar que, apesar de estarmos supondo que Asp_{IL} não se combina com predicados SL nas construções *depictivas* e nas construções copulares como as abordadas aqui, isso não significa que um predicado SL não possa nunca ser interpretado como IL, passando a ser interpretado como uma propriedade intrínseca (em vez de um acontecimento), em uma espécie de coerção para que seja lido como *individual-level*. Isso pode acontecer, porém outros expedientes sintáticos estão normalmente envolvidos na coerção — ou isso acontece em outros contextos que não o da predicação secundária. A respeito disso, observe-se o contraste em (74)⁴¹:

⁴⁰ A esse respeito, o autor cita o trabalho de Escandell-Vidal e Leonetti (2016).

⁴¹ Quem nos forneceu esses dados foi Marcos Carreira (c.p.), a quem agradecemos por apontar esse contraste.

- (74) a. #Ele é cansado.
b. Ele é um cansado. (Não quero trabalhar com ele!).

A sentença em (74a) mostra que, de fato, a cópula *ser* não se combina muito bem com um predicado *stage-level* como *cansado*; porém, (74b) mostra que, quando substituímos *cansado* por *um cansado*, a sentença fica melhor. A frase (74b) (*Ele é um cansado*) poderia ser parafraseada como *Ele vive cansado* ou *Ele está sempre cansado*. O sintagma *um cansado* aproxima-se muito de um predicado IL: nesse sentido, o predicado *cansado*, característica tida (em tese) como temporária, passa a ser interpretado como uma qualidade mais intrínseca do indivíduo, provavelmente em razão da ocorrência de reiterados episódios em que o indivíduo esteve cansado. Algo semelhante ocorre com predicados do tipo *stage-level* quando atuam como modificadores atributivos: *O João bêbado chegou* (i.e., o João que está sempre bêbado, e não o João que não bebe). Quando um predicado SL sofre coerção e passa a ser interpretado como *individual-level*, funcionando como modificador atributivo, a propriedade em questão não fica temporalmente ligada ao evento denotado pelo predicado da oração matriz, diferentemente do que ocorre com depictivos SL. Quanto a isso, observe-se o contraste entre (75a) e (75b):

- (75) a. O João **bêbado** é que dirigiu o carro, mas dessa vez ele estava sóbrio.
(LEITURA ATRIBUTIVA)
b. #O João é que dirigiu o carro **bêbado**, mas dessa vez ele estava sóbrio.
(LEITURA PREDICATIVA)

Seguindo o raciocínio de Rothstein (2004b), como vimos anteriormente (no Capítulo 1 desta tese⁴²), podemos entender que (75a) não é contraditória porque o predicado SL *bêbado*, coagido para ser interpretado como *individual-level*, é um modificador atributivo que expressa uma propriedade que não se ancora no tempo expresso pelo predicado da oração matriz. A sentença em (75b), por outro lado, é contraditória porque *bêbado* é um depictivo que possui uma leitura SL, denotando uma eventualidade temporalmente ancorada no evento da oração matriz.

Sob essa ótica, então, consideramos que a sentença em (74b) é licenciada porque *um cansado* é tomado como um predicado *individual-level* pela cópula *ser* — isto é, *cansado* é “lido” como SL pela cópula *ser*, mas *um cansado* é “lido” como IL, o que permite o licenciamento do DP. Nesse caso, presumimos que a coerção do predicado SL para IL ocorreria internamente ao DP.

Todavia, nem todo predicado *stage-level* aceita bem a coerção para ser lido como um predicado *individual-level*, mesmo quando tentamos fazê-lo agir como um modificador nominal no âmbito do DP, como os atributos em (76). Nesse caso, parece difícil imaginar um contexto em que o atributo *farto* ou *deitado* aconteça com tanta frequência que passe a ser interpretado como uma propriedade intrínseca do indivíduo.

⁴² Os dados do inglês que foram abordados no Capítulo 1 são os seguintes, ambos retirados de Rothstein (2004b: 63): *I met the drunk man again, but this time he was sober* vs. *#I met the man drunk again, but this time he was sober*.

- (76) a. #Ele é farto / deitado.
b. #Ele é um farto / um deitado.

Semelhantemente, nem todo predicado *individual-level* aceita bem ser submetido à coerção para *stage-level*. Nesse sentido, uma sentença como (77a) é aceitável, mas (77b) parece bem menos natural.

- (77) a. Ana está linda com essa roupa.
b. #Ana está advogada / brasileira com essa roupa.

Entretanto, uma sentença como (77b) seria mais aceitável se pensássemos em um contexto em que o indivíduo em questão está exibindo características estereotípicas associadas à propriedade descrita pelo predicado, percebidas pelo falante que profere a sentença (cf. Fernald 1999; Silvagni 2022). É isso que mostram os seguintes dados: nesses casos, as características da roupa que a pessoa está usando estão sendo associadas a estereótipos ligados aos predicados *advogada* e *brasileira*, os quais admitem, então, a coerção com *estar*.⁴³ Nota-se que a presença de advérbios como *muito* e *bem* facilitam a leitura de coerção.

- (78) a. Ana está muito advogada com essa roupa.
(= um terninho que lhe dá a aparência de uma pessoa que atua na advocacia)

b. Ana está bem brasileira com essa roupa.
(= um vestido cujas características são associadas ao Brasil, como cores vibrantes)

Mais exemplos de coerção IL-para-SL se encontram em (79).

- (79) a. Ana está bem inglesa hoje.
(= Ana está se comportando como (ou aparentando ser) uma típica mulher inglesa)

b. “Você realmente não se parece consigo mesma, mas está muito bonita. Não sou nada perto de você, pois Belle tem muito estilo e *você está bem francesa*, eu lhe garanto.”⁴⁴

Nos exemplos acima, a combinação de *estar* com os adjetivos gentílicos *inglês* e *francês* aponta uma forma de agir, de se comportar ou de aparentar associada a um estereótipo relacionado a

⁴³ O predicado IL também pode ser combinado com a cópula *estar*, sendo coagido para ser lido como SL, quando o falante pretende enfatizar que a profissão está sendo exercida apenas em caráter momentâneo, como nas seguintes sentenças.

- (i) Ana não É advogada — ela ESTÁ advogada. Pretende mudar de carreira em breve.
(ii) “Não sou ministro. Estou ministro.” (Famosa frase de Eduardo Portella, ex-ministro da Educação (1979-1980))

Agradecemos aos alunos da turma de English 7 da UERJ por apontarem a sentença em (i) quando ministramos uma palestra em 30 de abril de 2025, a convite da professora Luísa de Freitas, e agradecemos a Jairo Nunes (c.p.) por ter apontado a frase em (ii).

⁴⁴ Extraído do romance *Mulherzinhas*, de Louisa May Alcott: ALCOTT, Louisa May. *Mulherzinhas*. Porto Alegre/RS: L&PM Editores, 2017 (grifo nosso).

cada nacionalidade, situação que tem sido analisada como uma instância de coerção na literatura (Fernald 1999; Marques & Basso 2017). Quanto a isso, vejamos o seguinte exemplo:

(80) Você está muito britânico (ultimamente).

(Marques & Basso 2017: 140)

Marques & Basso afirmam que o fenômeno da coerção pode ser entendido como um processo por meio do qual uma sentença que, em princípio, não faria sentido é reinterpretada pelo ouvinte, recebendo um novo sentido que a torna aceitável; nesse cenário, de acordo com os autores, a coerção seria obtida pela eliminação dos conflitos entre o conteúdo semântico de determinado constituinte e as exigências da construção na qual este se encontra (Marques & Basso 2017: 139). Os autores ilustram esse processo com o exemplo em (80): no caso, o predicado IL *britânico* está sendo reinterpretado pelo ouvinte como SL, e isso é possível nessa situação porque “britânico” pode se referir a estereótipos relacionados a essa nacionalidade, como tomar chá e agir educadamente, conforme Marques & Basso (2017: 139-140). Isso explicaria por que a sentença em (81) não seria aceitável, ainda segundo os autores: o predicado IL “surinamês” não evoca nenhuma outra referência além da nacionalidade (Marques & Basso 2017: 140).

(81) #Você está muito surinamês (ultimamente).

(Marques & Basso 2017: 140)

Outros exemplos de predicados *individual-level* que sofrem coerção e passam a obter uma interpretação *stage-level* estão em (82), que trazem dados do inglês.

- (82) a. Nancy is rarely clever.
'Nancy raramente é inteligente.'
- b. Laura is often pedantic.
'Laura é frequentemente pedante.'
- c. Sam is sometimes a bore.
'Sam às vezes é um chato.'
- d. Max is sometimes intelligent.
'Max às vezes é inteligente.'
- e. Carlos is frequently a child.
'Carlos é frequentemente uma criança.'
- f. Karen is often Bohemian.
'Karen é frequentemente boêmia.'

(Fernald 1999: 52)

Fernald (1999: 52) explica que, no inglês, advérbios de quantificação como *rarely*, *often*, *sometimes* e *frequently* são normalmente considerados diagnósticos para predicados *stage-level*, porém certos predicados *individual-level* se combinam muito bem com eles, como mostram as sentenças em (82). Para o autor, isso se dá porque os predicados IL sofrem uma mudança em sua interpretação nessas sentenças: todos os exemplos em (82) implicam que o sujeito está se comportando, em alguma situação, de uma forma consistente com a realidade de ter a propriedade denotada pelo predicado IL (Fernald 1999: 52-53). O autor considera que tal mudança na interpretação do predicado se deve ao que ele chama de *evidential coercion* ('coerção evidencial'), porque envolve a ideia de que o sujeito está dando evidência comportamental de ter a propriedade descrita pelo predicado *individual-level* (Fernald 1999: 53).

Segundo Fernald (1999: 54), uma leitura de coerção também é possível em sentenças com o *be* no progressivo, como em (83) — que, de acordo com Stump (1985), está associado à ideia de o indivíduo *agir* de tal forma.

- (83) a. Nancy is being clever.
'Nancy está sendo esperta.'
- b. Laura is being pedantic.
'Laura está sendo pedante.'
- c. Sam is being a bore.
'Sam está sendo um chato.'
- d. Max is being intelligent.
'Max está sendo inteligente.'
- e. Carlos is being a child.
'Carlos está sendo uma criança.'
- f. Karen is being Bohemian.
'Karen está sendo boêmia.'

(Fernald 1999: 54)

Os exemplos em (84) são construções do português equivalentes às que estão em (83), configurando também uma instância de coerção, a nosso ver. Nesse tipo de situação, o que está em jogo é o comportamento do indivíduo, por isso é apropriado o uso da locução *está sendo*. Conforme explica Foltran (1999: 137), uma sentença como *Ele está sendo tolo* é adequada em um contexto em que se está julgando o comportamento da pessoa, e não sua índole, de forma a indicar que ela está *agindo* de forma tola; nesse caso, segundo Foltran, o sujeito adquire um caráter agentivo.

- (84) a. João está sendo chato.
b. Maria está sendo inteligente.
c. Ele está sendo idiota.

Quanto aos predicados relacionados à cor do cabelo, estes são normalmente concebidos como propriedades IL (cf. Kratzer 1995), mas aceitam bem a combinação com *estar*, como se vê em (85). Recordemos que McNally (1993: 5) concebe o predicado *blond*, na sentença *It seems like Madonna dyes her hair every other week. When she's blond, she vaguely resembles Marilyn Monroe*, como um predicado *individual-level* que contextualmente expressa uma propriedade transitória, o que estamos entendendo como um caso de coerção. Considerando isso, entendemos que predicados referentes à cor do cabelo são propriedades *individual-level* que podem sofrer coerção e ser interpretadas como *stage-level*. Além disso, Fernald (1999: 59) cita a sentença *Tim has blond hair* como um exemplo de sentença cujo valor de verdade pode mudar como resultado de um ato volitivo por parte do indivíduo. Tendo isso em vista, podemos tomar as frases em (85) como exemplos de coerção nos quais a propriedade em questão (a cor do cabelo) é entendida como algo temporário ou como algo que o indivíduo pode mudar livremente.

- (85) a. Maria está loira.
b. Xuxa está morena.

Em resumo, Fernald (1999: 55) afirma que a coerção evidencial ocorre quando o indivíduo exhibe um comportamento associado com alguma propriedade IL ou quando o sujeito potencialmente tem controle sobre esses comportamentos, de modo que o sucesso da coerção depende da disponibilidade de comportamentos estereotipados associados à propriedade em questão.⁴⁵

Compreendendo que a combinação de *estar* com um predicado IL sempre indica coerção — a qual pode ser concebida como resultado da percepção do falante sobre uma situação que o leve a descrever a propriedade IL como um estágio ou algo temporalmente limitado (Escandell-Vidal & Leonetti 2002; Silvagni 2022), como resultado da associação do comportamento do indivíduo a estereótipos ligados a uma propriedade IL ou como reflexo de um comportamento (associado a uma propriedade IL) sobre o qual o sujeito tem controle ou volição (Fernald 1999) —, podemos explicar com mais clareza o que estamos querendo dizer ao afirmar que a construção depictiva em (86a) indica coerção interpretativa do predicado depictivo IL. Tal sentença aceita ser parafraseada por *estar*, como mostra (86b), o que, por si só, revela que está ocorrendo coerção do predicado IL. Aqui, o predicado IL em (86a) recebe uma leitura de estágio: depreende-se da sentença que Madonna alterna entre situações em que está ou não loira, de modo que, quando se encontra loira (situação focada na frase), ela lembra a Marilyn Monroe. Portanto, a estrutura

⁴⁵ Fernald (1999) faz uma distinção entre “coerção evidencial” e “interrupção”. O autor apresenta como exemplos de predicados que recebem uma leitura de interrupção os predicados IL contidos em dados como *Max is sometimes a California resident* e *Karen is sometimes Norwegian*, em que o advérbio induz a leitura de que a propriedade às vezes se aplica ao seu sujeito, às vezes não; trata-se de uma interrupção nos intervalos sobre os quais é verdadeiro que a propriedade IL se aplica ao sujeito (Fernald 1999: 56). O autor, entretanto, não considera os casos de interrupção como exemplos de coerção, na medida em que não produzem predicados *stage-level*, diferentemente do que se obtém com a coerção evidencial, que efetivamente produz predicados SL.

da *small clause* subjacente a essa construção depictiva é a que envolve um núcleo Asp_{SL} e um predicado IL, como se vê em (86c).

(86) Construção depictiva circunstancial com depictivo IL (com coerção)

- a. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i.
- b. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe quando está loira_i.
- c. *Small clause*: Asp_{SL} + predicado IL

Repare-se que a frase *A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i* é concebida por nós como uma construção depictiva circunstancial, no sentido de Himmelmann & Schultze-Berndt (2005) e Nichols (1978), classificação que também atribuímos à sentença de McNally (1993: 11) *Marge believes in the afterlife drunk, but not sober*. No primeiro caso, *loira* é um predicado IL que sofre coerção e passa a ser interpretado como SL, ao passo que, na sentença de McNally, *drunk* já nasce como um predicado SL. Porém, em ambos os cenários, o predicado primário denota uma propriedade IL cuja inferência de persistência temporal é vencida por influência do predicado secundário: infere-se que o predicado principal denota uma propriedade que vigora quando, e apenas quando, a propriedade expressa pelo predicado secundário vigora (cf. McNally 1993: 11), isto é, quando Madonna está loira, ela lembra a Marilyn Monroe, e Marge, quando está bêbada, acredita em vida após a morte.

A análise que conferimos ao dado em (86a) não pode ser estendida a sentenças como (87).

- (87) The neighbor's girls entered the Army enthusiastic advocates of U.S. interventionism.
'As meninas / As filhas do vizinho entraram no Exército defensoras entusiasmadas do intervencionismo norte-americano.'

(McNally 1993: 4)

Fernald (1999: 58) argumenta que sua análise de coerção evidencial corrobora o entendimento de McNally (1993) a respeito de dados como (87). Como já vimos neste capítulo, a autora defende que o predicado adjunto (o depictivo) nesse caso é *individual-level*, o que é permitido quando a oração matriz licencia uma leitura do depictivo como um estado alterado (Fernald 1999: 58). Fernald (1999: 58) afirma que sua análise de coerção torna improvável supor que o predicado IL está “sendo usado” como *stage-level* em dados como (87), uma vez que esses exemplos não exibem coerção evidencial — eles simplesmente acarretam que o depictivo é um estado alterado (*changed state*).

Da mesma maneira, seguindo Fernald (1999) (bem como Escandell-Vidal & Leonetti (2002)), entendemos que dados como (88a) não são exemplos de coerção IL-para-SL: aqui, o depictivo é IL e não está sendo usado como SL. Uma evidência adicional contra o argumento de coerção neste caso é o fato de a cópula *ser* estar envolvida em paráfrases adequadas dessa sentença,

como mostram (88b), e não a cópula *estar*, o que indica que o predicado se comporta como *individual-level* (cf. Escandell-Vidal & Leonetti 2002)⁴⁶. Em nossa análise, a SC subjacente à frase em (88a), em que o depictivo IL não sofre coerção, é a que envolve o núcleo *Asp_{IL}* e o predicado IL, como se vê em (88c). Além disso, repare-se que o que temos em (88a) é uma construção depictiva em sentido estrito, e não um depictivo circunstancial.

(88) Construção depictiva em sentido estrito com depictivo IL (sem coerção)

- a. Ele voltou da viagem americano.
- b. Ele era americano quando voltou da viagem. / Ele voltou da viagem sendo americano.
- c. *Small clause*: *Asp_{IL}* + predicado IL

Diante do exposto, observa-se que o tipo de *Asp* tem um papel importante em nossa análise para determinar a coerção do predicado depictivo *individual-level*, na medida em que essa leitura só é obtida quando a *small clause* depictiva contém um *Asp_{SL}* e um depictivo IL. Estamos concebendo a coerção, portanto, não como um fenômeno puramente pragmático, mas como um processo sintático, no sentido de que decorre da combinação entre elementos gramaticais; neste ponto, nossa análise se aproxima de trabalhos como Fernald (1999), Escandell-Vidal & Leonetti (2002) e Silvagni (2022), que também compreendem a coerção como um processo disparado por um elemento gramatical.

5 Conclusão

Neste capítulo, discorremos sobre a distinção entre propriedades *stage-level* e *individual-level*, conforme estabelecida a partir de Carlson (1977), e detalhamos a proposta de McNally (1993) acerca da possibilidade de ocorrência de predicados depictivos *individual-level* no inglês. A partir da análise pragmática apresentada por McNally, que associa os predicados IL a uma inferência de persistência temporal, identificamos três possibilidades de licenciamento de predicados *individual-level*: grupo 1 — o predicado IL não sofre coerção interpretativa, i.e., não é interpretado como temporário, mas a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL é vencida por ser possível identificar um limite que marca o início ou o fim do intervalo durante o qual vigora o predicado, configurando-se uma estrutura com depictivo em sentido estrito; grupo 2 — o predicado IL sofre coerção interpretativa e adquire um sabor SL, e a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL é vencida, configurando-se uma estrutura com depictivo circunstancial; e grupo 3 — a inferência de persistência temporal do predicado IL não é vencida, mas a infelicidade da justaposição dos predicados é explorada para efeito conversacional. A

⁴⁶ Escandell-Vidal & Leonetti (2002), que estudam o fenômeno da coerção e a distinção SL vs. IL no espanhol, afirmam que as sentenças *Volvió a su casa millonario* e *Empezó futbolista y se jubila ministro* admitem uma paráfrase com *ser* (*Volvió siendo millonario, Empezó siendo futbolista y se jubila siendo ministro*), o que significa que esses predicados se comportam como *individual-level*, não se tratando, portanto, de um caso de coerção. Esse é exatamente o mesmo entendimento que estamos adotando com relação a dados do português como (88a).

partir desse mapeamento, identificamos predicados depictivos IL do PB que se enquadram nos grupos 1 e 2, como os exemplificados a seguir⁴⁷.

(89) Grupo 1 (predicado depictivo IL sem coerção = depictivo em sentido estrito)

- a. Ele voltou **americano**.
- b. Ele partiu para a Europa **ingênuo** e voltou **depravado**.
- c. O vestido foi pra máquina de lavar **vermelho** e voltou **rosa**.
- d. Rita retornou do salão **ruiva**.
- e. Mário saiu da UnB **engenheiro agrônomo**.
- f. Pedro voltou da reunião **um militante de carteirinha**.
- g. Ana mandou seu filho para a escola **imaturo**, mas ele saiu de lá **um menino obediente**.
- h. Ele chegou do Sul **gordo**.
- i. C.S. Lewis entrou nessa conversa **um ateu** e saiu **um teísta**.
- j. O cientista Francis Collins entrou **ateu** no projeto.

(90) Grupo 2 (predicado depictivo IL com coerção = circunstancial)

- a. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe **loira**_i.
- b. A Xuxa é linda **morena**.

Um dos pontos centrais deste capítulo residiu em defender que construções depictivas no PB podem, sim, apresentar um predicado secundário verdadeiramente *individual-level*, que não sofre coerção interpretativa para ser lido como *stage-level*. Esse é o caso de todas as sentenças em (89). Quanto a isso, divergimos de Foltran (1999: 42), que afirma que “[q]ualquer adjetivo é permitido [como predicado secundário], desde que veicule uma leitura de estágio”. Nesse sentido, quanto à sentença (89a), a autora defende que o predicado *americano*, que normalmente é empregado como *individual-level*, deve ser lido como um adjetivo de estágio nesse contexto. Da mesma forma, Foltran (1999: 170) defende que, na sentença (89b), os adjetivos *ingênuo* e *depravado* são predicados *individual-level* comportando-se como *stage-level*. Em nosso entendimento, baseado em McNally (1993), nenhum desses adjetivos está sofrendo coerção: o que acontece é que a inferência de persistência temporal associada a esses predicados *individual-level* foi vencida, pois o evento expresso pelo predicado principal marca uma fronteira que indica a mudança de propriedade, e o predicado IL deixa de ser entendido como *unbounded* em relação ao passado e ao futuro. Assim em (89a), por exemplo, a volta marca uma fronteira contextualmente relevante para o início do intervalo de tempo em que vigora a propriedade *americano*; em (89b), a partida para a Europa marca um limite relevante para o fim do intervalo de tempo em que vigora a propriedade *ingênuo*, e a volta marca uma fronteira relevante para o início da vigência da propriedade *depravado*⁴⁸. Derrotar a inferência de persistência temporal

⁴⁷ Os dados (89a) e (89b) são de Foltran (1999: 42, 170).

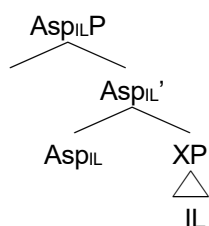
⁴⁸ Como apontado por Jairo Nunes (c.p.) e Marcos Carreira (c.p.), não é que a propriedade denotada pelo depictivo IL se inicia ou termina exatamente no ponto em que se inicia o evento do predicado primário; o que acontece é que a eventualidade denotada pelo predicado da oração matriz parece *registrar evidencialmente* a mudança de propriedade, tornando-se um limite contextualmente relevante nesse sentido.

associada aos predicados depictivos IL em (89) é o que licencia seu emprego, e não uma suposta coerção para a leitura SL. Defendemos, todavia, que um depictivo IL pode, sim, sofrer coerção e adquirir um sabor SL, mas isso ocorre em frases como (90), em que se obtém uma interpretação circunstancial, e não em (89).

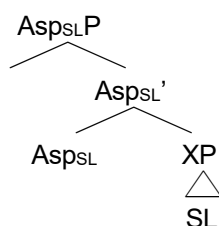
Na sequência, relacionamos o comportamento dos predicados secundários (tanto os SL quanto os IL) à presença do núcleo Asp que integra a SC depictiva. Chegamos, então, às seguintes configurações possíveis de *small clause* em construções de predicação secundária depictiva:

(91) **Possibilidades de *small clause* nas construções depictivas (versão adotada)**

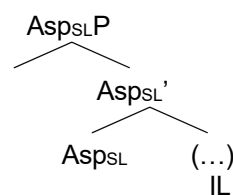
a. Asp_{IL}P + predicado IL



b. Asp_{SL}P + predicado SL



c. Asp_{SL}P + predicado IL



Ele voltou [_{Asp_{IL}P} *americano*]. *Maria dirigiu o carro* [_{Asp_{SL}P} *bêbada*]. *A Madonna_i lembra a Marilyn* [_{Asp_{SL}P} (...) *loira*].

Adotamos a ideia de que predicados IL que não sofrem coerção para serem lidos como SL se relacionam apenas com o núcleo Asp_{IL}, ao passo que predicados SL só se relacionam com Asp_{SL}. Quanto aos predicados IL que sofrem coerção, adquirindo um “sabor SL”, estes estabelecem uma relação com o núcleo Asp_{SL}.

Argumentamos, ainda, que as restrições de combinação das cópulas *ser* e *estar* no PB, como mostrado em (92), também podem ser analisadas em termos da presença desses núcleos Asp.

(92) a. *ser* + IL: *ser alto / lindo / simpático*.
estar + IL: *estar alto / lindo / simpático*.

b. *estar* + SL: *estar farto / cansado / deitado*.
**ser* + SL: **ser farto / cansado / deitado*.

A hipótese de que Asp_{IL} se combina apenas com predicados IL explicaria a inaceitabilidade de **ser farto / cansado / deitado*: a presença de *ser* implicaria a projeção de Asp_{IL}, porém nesse caso os adjetivos são SL, que não podem se combinar com essa projeção. A assunção de que Asp_{SL} pode se combinar tanto com predicados SL quanto com predicados IL, por sua vez, explicaria a possibilidade de *estar alto / lindo / simpático*: nesse caso, a presença de *estar* implicaria a projeção de Asp_{SL}, o qual pode se relacionar com esses adjetivos *individual-level*; neste caso, contudo, ocorre coerção do adjetivo IL, que passa a ser interpretado como SL.

Por fim, abordamos a noção de coerção de um predicado IL para SL e explicamos de forma mais detalhada, a partir de Silvagni (2022), Fernald (1999), entre outros, por que a combinação de *estar* com um predicado *individual-level* é sempre entendida como um processo de coerção. Com base nisso, reforçamos que a construção depictiva em (93a), ao admitir a paráfrase com a cópula *estar* (vide (93b)), apresenta um depictivo IL que sofre coerção para SL, enquanto a sentença em (94a), parafraseada com a cópula *ser*, contém um depictivo IL que não sofre coerção.

- (93) a. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i.
b. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe quando está loira_i.
- (94) a. Ele voltou da viagem americano.
b. Ele era americano quando voltou da viagem. / Ele voltou da viagem sendo americano.

Dissemos que a ideia de coerção neste trabalho está sendo compreendida como um processo de base gramatical, e não puramente pragmático, pois resulta da combinação entre dois elementos na sintaxe — um Asp_{SL} e um predicado IL. Como exatamente essa combinação dispara a coerção (se é por meio do *mismatch* de traços quando ocorre *Merge* entre os elementos ou por meio de uma relação de escopo) é um aspecto que ficou em aberto neste trabalho, devendo ser explorado em trabalhos futuros.

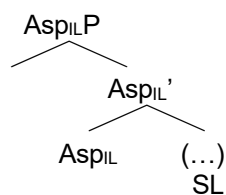
Outro tópico que merece ser aprofundado em outras pesquisas diz respeito a quais subclasses de predicados IL aceitam a coerção para SL. Dentro da classe dos IL, existem aqueles que não são facilmente submetidos à coerção para uma leitura SL (como *mamífero*, *humano* — #*O cachorro está mamífero* / #*Ele está humano*) e aqueles que aceitam mais facilmente a coerção (como *inteligente*, *loiro* — *Ele está inteligente* / *Ele está loiro*).⁴⁹ Da mesma forma, seria interessante identificar quais tipos de predicados SL aceitam a coerção para IL no âmbito do DP: *bêbado* aceita bem a coerção (*O João bêbado*), mas outros adjetivos, nem tanto (#*O João farto/deitado*). Retomaremos a discussão sobre depictivos SL e IL no Capítulo 4.

O último tópico que queremos abordar neste capítulo, ainda não comentado anteriormente, diz respeito a uma quarta possibilidade lógica de *small clause* depictiva, que, por alguma razão, o sistema não gera: aquela em que Asp_{IL} se combina com um depictivo SL, conforme mostra (95).

⁴⁹ Conforme indicado por Jairo Nunes (c.p.), esses diferentes comportamentos dos predicados diante da coerção parecem favorecer a ideia de que *mamífero*, por exemplo, é especificado como IL, mas *loiro* não é especificado nem para IL, nem para SL. Essa possibilidade de análise, contudo, não foi explorada nesta tese.

(95) **Quarto tipo de SC (não gerado pelo sistema)**

Asp_{IL} + predicado SL



A questão que se coloca aqui é a seguinte: o que impede a derivação dessa ordem inversa, em que Asp_{IL} impõe a coerção sobre um depictivo *stage-level*, fazendo-o ser lido como *individual-level*? Ainda não chegamos a uma resposta definitiva para isso, mas temos algumas ideias de por que essa restrição acontece. Primeiramente, vamos observar alguns dados. Vimos que, no contexto de construções copulares, a combinação de *ser* com um predicado *stage-level* parece ser bem difícil de se obter, como notado por Silvagni (2022).

- (96) a. *ser* + ILPs: *ser* {alto / guapo / simpático}
 estar + ILPs: *estar* {alto / guapo / simpático}
- b. *estar* + SLPs: *estar* {harto / cansado / tumbado}
 **ser* + SLPs: **ser* {harto / cansado / tumbado}

(Silvagni 2022: 120)

A rejeição a essa combinação parece bem evidente com certos predicados, como mostram as sentenças em (97). Isso pode constituir uma pista empírica contra a combinação de Asp_{IL} com um predicado *stage-level*, se aceitarmos a hipótese de que a cópula também pode ser analisada em termos da presença desse núcleo aspectual.

- (97) a. *Ele é exausto_{SL}.
 b. *Ela é sóbria_{SL} (= não embriagada).

Entretanto, é temerário afirmar que a combinação de *ser* com um predicado *stage-level* é sempre proibida. Na verdade, conseguimos pensar em casos em que um predicado presumivelmente *stage-level* se combina com a cópula IL *ser*, como ilustram os dados em (98):

- (98) a. O bolo dessa loja é molhadinho_{SL}. Pode comprar sem medo!
 b. O semáforo perto da minha casa é intermitente_{SL} (= está sempre piscando).
 c. João não ESTÁ bêbado_{SL}: ele É bêbado_{SL} (= está bêbado o tempo todo).

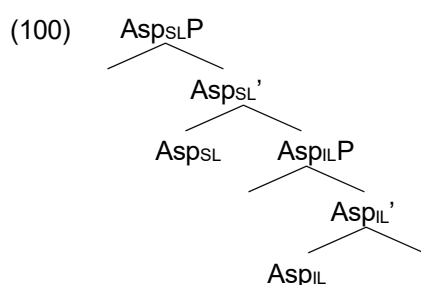
Porém, ainda que a combinação de uma cópula IL com um predicado SL seja possível no contexto de construções copulares simples, isso não significa que ela seja possível no âmbito de uma construção depictiva. Na realidade, quando tentamos construir um dado em que um depictivo *stage-level* seja lido como *individual-level*, seja o predicado secundário um depictivo em sentido estrito ou

um depictivo circunstancial, notamos que parece impossível obter a leitura de coerção SL-para-IL. Vejamos os dados a seguir.

- (99) a. João voltou do bar bêbado_{SL}. DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO
 b. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe bêbada_{i SL}. DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL

Nos dados acima, não parece ser possível atribuir uma interpretação IL ao predicado *bêbado/bêbada*, que seria equivalente a “é (ou está sempre) bêbado/bêbada”: as sentenças simplesmente significam que *João estava bêbado quando voltou do bar* e que *Madonna, quando está bêbada, lembra a Marilyn Monroe*, respectivamente. A sentença em (99a) não tem a interpretação de que *#João era bêbado quando voltou do bar* ou de que *#João voltou do bar sendo bêbado*. Do mesmo modo, a sentença em (99b) não tem a leitura de que *#Madonna, quando é bêbada, lembra a Marilyn Monroe* ou de que *#Madonna, sendo bêbada, lembra a Marilyn Monroe*. O primeiro ponto contra a estrutura em (95), então, é a aparente falta de evidência empírica correspondente a essa configuração. Essa é, contudo, apenas nossa intuição inicial sobre esses dados; seria interessante a realização de um estudo futuro para confirmar se nosso entendimento está no caminho certo.

Do ponto de vista teórico, caso assumíssemos, em um espírito cartográfico, que as *small clauses* depictivas têm a estrutura em (100) (possibilidade aventada em (66)), estando a projeção Asp_{SL} sempre acima de Asp_{IL}, e sendo cada núcleo aspectual ativado ou não a depender do tipo de traço do predicado secundário, então teríamos um caminho para explicar por que a estrutura em (95) não seria possível. Nesse caso, a ordem em (100) seria fixa, de modo que a projeção Asp_{IL}P não poderia ficar acima do Asp_{SL}P.



Como dissemos anteriormente, essa alternativa seria compatível com o fato de que, quando as cópulas *ser* e *estar* coocorrem, *estar* sempre fica mais alta que *ser*, como mostram os dados em (101). Aqui está implícita a hipótese de que as cópulas *ser* e *estar* estariam, de alguma forma, abrigadas nas projeções Asp_{IL} e Asp_{SL}, respectivamente.

- (101) a. está sendo
 b. *é estando

Essas são, enfim, algumas ideias que podem ser levadas em consideração em pesquisas futuras para explicar por que a estrutura em (95) não é gerada pelo sistema. O fenômeno da coerção de

predicados constitui um tópico de pesquisa muito interessante, mas é algo que não pôde ser devidamente explorado neste trabalho.

No próximo capítulo, trataremos da sintaxe das construções depictivas em sentido estrito.

Capítulo 3 Sintaxe de depictivos em sentido estrito: controle em adjuntos e *sideward movement*

Mudando o foco da nossa discussão para os aspectos sintáticos das construções depictivas em sentido estrito, o presente capítulo estará concentrado em responder à segunda questão de interface proposta para esta tese: (ii) Como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto proposta em Ferreira (2017)?

O grande problema empírico que abordaremos no capítulo refere-se ao contraste entre dados como (1) e (2): por que, em (1), tanto o sujeito quanto o objeto direto da oração matriz podem controlar o sujeito do depictivo *bêbado*, mas, em (2), somente o sujeito da oração matriz pode controlar o sujeito da oração adjunta?

(1) O João_i cumprimentou o Paulo_k *ec_{i/k}* bêbado.

(2) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [*ec_i / *_k* entrar na sala].

(Nunes 2014: 79)

Como explicar esse contraste se essas construções são semelhantes, no sentido de que, em ambas as situações, o elemento controlado está inserido em uma estrutura adjunta — uma *small clause* adjunta, no caso de (1), e uma oração adjunta, no caso de (2)? Em resumo: por que é possível o controle em adjuntos pelo objeto direto (*object control into adjuncts*) em construções depictivas¹, mas não no contexto de orações adjuntas como a que está em (2)?

Acrescenta-se a esse problema a constatação feita em Ferreira (2017) de que a derivação da sentença *O João cumprimentou o Paulo_j bêbado_j* (com controle do depictivo pelo objeto direto), conforme proposta no referido trabalho, deveria ser descartada pelo sistema computacional por supostamente ferir o princípio de economia derivacional *Merge-over-Move*. Além disso, argumentamos em Ferreira (2017) que essa sentença não pode ser linearizada, conforme o sistema de Nunes (2004), se seguirmos a derivação proposta na dissertação.

Isso nos motiva, então, a dar uma resposta a essas questões nesta tese e repensar algumas das suposições assumidas na dissertação, a fim de não somente obter as derivações das construções depictivas de sujeito e de objeto direto, mas também explicar o contraste entre as estruturas em (1) e (2). É importante ressaltar que, neste capítulo, vamos nos ocupar apenas de depictivos em sentido estrito (caso dos predicados secundários em (1)), e não de construções

¹ Outros contextos em que o controle em adjuntos por um objeto direto é possível incluem o das *subject-gap purpose clauses* (SPC), como *I bought this blender_i [PRO_i to help me make split pea soup]* (Green 2019: 23), como será discutido adiante no capítulo.

depictivas circunstanciais (cf. Nichols 1978, 1981; Simpson 2005; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005), uma vez que estas possivelmente apresentam uma estrutura sintática diferente.

O capítulo se organiza da seguinte forma. Na primeira seção, reapresentaremos os pressupostos teóricos que assumimos em Ferreira (2017), bem como um resumo das propostas de derivação de construções depictivas oferecidas na dissertação. Na segunda seção, discorreremos sobre os três potenciais problemas decorrentes dessa análise, que havíamos apontado na dissertação: (i) a impossibilidade de linearizar as construções depictivas orientadas a objeto direto, se seguirmos o sistema de Nunes (2004); (ii) a inexplicabilidade da ausência de *object control* em construções semelhantes; (iii) a aparente violação do princípio de economia *Merge-over-Move* nas construções depictivas de OD. A terceira seção apresentará as soluções encontradas nesta tese para os três problemas elencados.² Por fim, a quarta seção trará nossas conclusões.

Antes de passarmos à discussão, queremos fazer alguns *disclaimers*. Primeiramente, estamos cientes dos desenvolvimentos teóricos que levaram à distinção entre os conceitos de checagem e valoração na teoria gerativa (cf. Chomsky 1995, 2000, 2001, entre outros), mas os termos “checar” e “valorar” serão usados, por vezes, de forma intercambiável neste texto, porque a diferença não é relevante para esta discussão. Além disso, utilizaremos vestígios (*t*) (para indicar movimento), índices, rótulos ou níveis-barras por uma questão de conveniência.

1 Pressupostos adotados em Ferreira (2017)

Em Ferreira (2017), nosso objetivo era propor uma derivação para sentenças com depictivo orientado ao sujeito da oração matriz, como (3a), e para sentenças com depictivo orientado para o objeto direto, como (3b).

- | | | |
|-----|--|--------------------------------------|
| (3) | a. O João leu a carta <i>cansado</i> . | DEPICTIVO ORIENTADO AO SUJEITO |
| | b. O João comeu a carne <i>crua</i> . | DEPICTIVO ORIENTADO AO OBJETO DIRETO |
- (Ferreira 2017: 184, 193)

Como dito anteriormente, o trabalho em questão se insere no quadro teórico do Minimalismo, conforme proposto a partir de Chomsky (1995, 2000, 2001, entre outros). Porém, incorporamos aos nossos pressupostos importantes assunções de outros trabalhos minimalistas, notadamente Nunes (1995, 2001, 2004) e Hornstein (1999, 2001), que divergem de Chomsky quanto à noção de movimento. Em (4), estão listadas, de modo resumido, as ferramentas teóricas que foram cruciais para a análise proposta na dissertação e que também serão importantes para a discussão feita na seção subsequente.

² Agradecemos a Jairo Nunes, Marcus Linguinho, Paulo Medeiros Junior, Marcos Carreira e Helena Guerra Vicente por terem discutido conosco, em comunicação pessoal, muitas das ideias apresentadas neste capítulo e por terem nos ajudado a encontrar as soluções desses problemas. Em especial, agradecemos a Jairo Nunes pelos comentários sobre economia derivacional feitos quando da defesa desta tese. Quaisquer erros neste capítulo são de nossa responsabilidade.

(4) PRESSUPOSTOS TEÓRICOS EM FERREIRA (2017)

a. NUMERAÇÃO

Assume-se, a partir de Chomsky (1995), que os itens lexicais presentes em uma derivação são selecionados da Numeração, a qual consiste em um arranjo de itens lexicais, e não diretamente do léxico (Lex). Ao final da derivação, é preciso que todos os itens presentes na Numeração tenham sido selecionados.

b. MERGE

A possibilidade de “agrupar” os itens lexicais presentes na Numeração e formar novos objetos sintáticos a partir deles decorre da existência de *Merge*, operação do sistema computacional que, de acordo com Chomsky (2001: 3), é indispensável para um sistema recursivo. Essa operação não requer nenhuma justificativa, pois “vem de graça” (Chomsky 2001: 3). *Merge* toma dois objetos sintáticos α e β e forma um objeto sintático novo, $\gamma = \{\alpha, \beta\}$, a partir deles (Chomsky 2001: 3).

c. AGREE

Agree é uma operação do sistema associada à concordância e à existência de traços não interpretáveis, os quais devem ser eliminados para que a derivação possa convergir (Chomsky 2000, 2001). O conjunto de traços de concordância chama-se conjunto de traços- ϕ . *Agree* estabelece uma relação entre uma sonda (conjunto de traços- ϕ não interpretáveis) e um alvo (conjunto de traços compatíveis, que são interpretáveis), a qual resulta no apagamento de traços não interpretáveis da sonda (Chomsky 2000: 122). Chomsky (2001: 5) entende que a operação *Agree* *valora* os traços não interpretáveis. Um DP entra na derivação com um conjunto de traços- ϕ interpretáveis (de gênero, número e pessoa) e um traço não interpretável de Caso. As categorias funcionais *v* e *T* têm traços- ϕ não interpretáveis (Chomsky 2000: 102).

Para a ocorrência de *Agree*, além de haver *matching* (identidade de traços) entre sonda e alvo, é preciso que o alvo esteja no domínio (D(P)) da sonda (P) (ou seja, que o alvo seja c-comandado pela sonda) e que sejam satisfeitas condições de localidade, a qual é reduzida a c-comando mais próximo (Chomsky 2000: 122).

Outro requisito para haver *Agree* é a Condição de Atividade: alvo e sonda devem estar ativos para que *Agree* possa acontecer; são os traços não interpretáveis do alvo e da sonda que os tornam ativos e devem ser eliminados sob *Agree* (Chomsky, 2001: 6). Para o alvo, em uma relação-A, estar ativo significa ter um traço não interpretável de Caso (não valorado); depois que o traço de Caso é valorado/checado, o alvo fica “congelado”, sem poder entrar em outra relação de concordância nem mover-se, além de não poder satisfazer o traço EPP (não interpretável) de uma categoria (Chomsky 2000: 123). Para a sonda, estar ativo equivale a ter um conjunto de traços- ϕ não interpretáveis (não valorados) (Chomsky 2001: 6).

Apenas uma sonda com um conjunto completo de traços- ϕ (i.e., que apresenta pelo menos os traços de pessoa e número) pode apagar o traço de Caso de um DP; então, uma sonda defectiva (com um conjunto incompleto de traços- ϕ) não é capaz de apagar o traço de Caso do alvo (Chomsky 2000: 124; Chomsky 2001: 6-7).

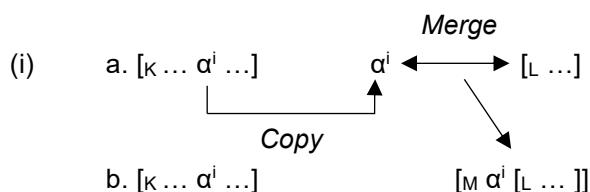
d. MOVIMENTO COMO *COPY + MERGE*

Assume-se, com Nunes (1995, 2001, 2004), que a propriedade de deslocamento que as línguas apresentam — isto é, o fato de um elemento poder ser interpretado em um local diferente daquele em que ele é realizado foneticamente (cf. Nunes 2003) — resulta não da operação *Move*, mas da interação entre as operações independentes *Copy*, *Merge*, *Form Chain* (Formar Cadeia) e *Chain Reduction* (Reduzir Cadeia), operação esta que apaga *links* de cadeias para fins de linearização (Nunes 2004: 5). Observa-se, assim, que a perspectiva de Nunes se contrapõe à de Chomsky (2000), segundo o qual o sistema dispõe da operação complexa *Move*, que, além de ser composta pelas operações *Merge* e *Agree*, requer o passo adicional de determinar o sintagma a ser movido (*pied-piping* generalizado) (Chomsky 2000: 101).

Para Nunes, *Move* não existe como uma operação primitiva do sistema computacional: movimentos de objetos sintáticos são interpretados como simples aplicações de *Copy* e *Merge* (Boeckx, Hornstein & Nunes 2010: 104), isto é, em termos de cópia de um elemento e *Merge* da cópia em outra posição na árvore. Nunes (2004) se refere à sua proposta como *Copy + Merge theory of movement* (teoria de movimento como *Copy + Merge*), que seria conceitualmente mais desejável que a de Chomsky (2000), em uma perspectiva minimalista, por explicar a propriedade de deslocamento por meio de operações já existentes, sem a necessidade de se estipular uma nova operação.

e. *SEWARD MOVEMENT* (MOVIMENTO LATERAL)

De acordo com Nunes (2004: 6), a característica distintiva da teoria de movimento como *Copy + Merge* é o fato de que ela elimina a estipulação de que uma cópia só pode sofrer *Merge* com um objeto sintático que contenha o original. Esse novo entendimento possibilita instâncias do que o autor chama de *sideward movement* (movimento lateral): o sistema computacional copia um elemento α de um objeto sintático K e faz *Merge* de α com um objeto sintático L, desconectado de K e formado de modo independente (Nunes 2004: 90), gerando M, como ilustra (i). Essa possibilidade de o sistema copiar um elemento de uma árvore e depois fazer *Merge* da cópia com outro objeto, independente e separado dessa árvore, deve-se ao fato de o sistema poder operar com múltiplas *root trees* (Boeckx, Hornstein & Nunes 2010: 86).



(Nunes 2004: 90)

De acordo com Nunes (2004: 90), em (ib), nenhuma cadeia é formada entre as cópias de α , assumindo-se que os *links* de uma cadeia devem estar em uma relação de c-comando (assimétrico). Assim, embora c-comando entre as cópias seja requisito para a formação de cadeias, ele não é necessário para o movimento, em si (para *Copy + Merge* de um elemento sintático). Logo, nem todo movimento enseja a

formação de cadeias, pois c-comando não faz parte dessa definição de movimento (Hornstein, 1999: 79).

Em outras palavras, um elemento pode mover-se, por *sideward movement*, para uma posição que não c-comande o local de onde ele se moveu. Porém, nesse caso, para que seja formada uma cadeia, é necessário que haja um novo movimento de uma das cópias para uma posição mais alta que a das duas outras cópias (a “original” e a formada por movimento lateral), de modo que a formação de cadeia aconteceria a partir da cópia mais alta, que passaria a c-comandar as duas cópias mais baixas, as quais não estabelecem entre si uma relação de c-comando (Nunes, 2004: 93-95). Essa perspectiva difere da visão de Chomsky (2000, 2001, 2004). Como já dissemos, para este autor, um dos subcomponentes de *Move* é a operação *Agree*, que exige c-comando entre sonda e alvo; logo, no sistema de Chomsky, c-comando é condição necessária para um objeto sintático se mover. Além disso, para Chomsky, movimento implica formação de cadeia, diferentemente do que propõe Nunes.

f. PRINCÍPIO *MERGE-OVER-MOVE*

O princípio *Merge-over-Move*, na perspectiva minimalista, refere-se à preferência de se realizar *Merge* de determinado elemento da Numeração, em vez de *Move* de um objeto já inserido na derivação, sempre que possível e sempre que isso implicar uma solução ótima (cf. Chomsky 1995). Isso se deve ao entendimento de que operações mais simples são preferíveis a operações mais complexas: como a operação *Move* é mais complexa que seus subcomponentes *Merge* e *Agree*, ela deve ser escolhida apenas como *last resort* (Chomsky 2000: 101-102).

Em Nunes (2004: 93), o princípio *Merge-over-Move* é reinterpretado como uma preferência por *Merge* em vez de *Copy*. Corroborando esse entendimento, Hornstein (2001: 49) argumenta que, se *Move* = *Copy* + *Merge*, então *Merge* de um elemento envolve menos operações do que a realização de *Copy* + *Merge*; portanto, *Merge* seria uma operação “mais barata”.

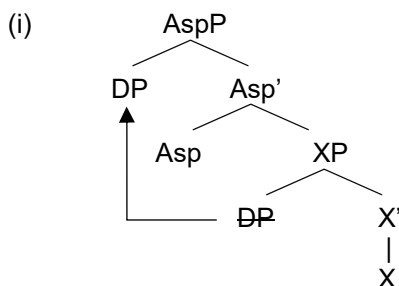
g. MOVIMENTO PARA POSIÇÃO- θ

Segundo Hornstein (1999, 2001), assumimos que um DP pode receber mais de um papel- θ e que um argumento pode mover-se (*Copy* + *Merge*) para uma posição- θ . Nesse contexto, assumimos que papéis- θ são traços formais atribuídos/valorados sob *Merge*, divergindo, assim, de Chomsky (1995, entre outros), que trata papéis temáticos em termos configuracionais. Esses pressupostos são condizentes com a hipótese de que movimento é o resultado de *Copy* + *Merge*: conforme Nunes (2009: 5), se papéis- θ são atribuídos sob *Merge* e se movimento necessariamente envolve *Merge*, então movimento pode licenciar a atribuição de papel temático.

h. CATEGORIA DA *SMALL CLAUSE*, DERIVAÇÃO E LOCAL DE ADJUNÇÃO

Supõe-se que, nas construções depictivas, a *small clause* é uma projeção AspP, sendo Asp um núcleo funcional que seleciona uma projeção lexical (como um AP)³.

³ Embora seja mais comum a ocorrência de adjetivos como predicados secundários depictivos (de modo que a projeção lexical selecionada por Asp seria um AP), é possível também que o depictivo seja um gerúndio (*Ela tomou o chá fervendo*) ou um DP (*Voltou da guerra um herói*).

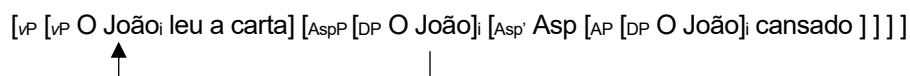


O DP é gerado dentro da projeção lexical, onde recebe um papel temático do predicado depictivo via *Merge*, e depois se move (= *Copy + Merge*) para [Spec, Asp], para satisfazer o traço EPP de Asp, como ilustrado na árvore anterior.

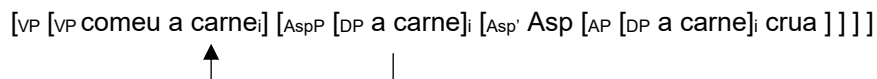
Asp é uma sonda defectiva, ou seja, não é ϕ -completa, porque possui apenas os traços não interpretáveis de gênero e de número, mas não o de pessoa. Por ser defectiva, Asp não consegue valorar o traço de Caso do DP, alvo com o qual estabelece *Agree* (cf. Chomsky, 2000: 124; Chomsky, 2001: 6-7), porém o conjunto de traços- ϕ não interpretáveis de Asp é valorado. Dessa forma, por ter um traço não interpretável de Caso não valorado e não apagado, o DP em [Spec, Asp] continua ativo para participar de movimentos-A posteriores e de novas relações de concordância.

A oração matriz é construída à parte. Após a formação da *small clause* AspP, o DP em [Spec, Asp] se move para [Spec, v] na oração matriz, no caso da construção depictiva de sujeito (*O João leu a carta cansado*), ou para a posição de complemento de V, no caso da construção depictiva de objeto direto (*O João comeu a carne crua*), de modo que o DP copiado recebe o segundo papel- θ via *Merge* na oração matriz. Em seguida, a *small clause* se adjunge a uma projeção na oração principal: a vP (depictiva de sujeito) ou a VP (depictiva de objeto direto). O seguinte esquema ilustra o movimento do DP para a oração matriz e a adjunção da *small clause* em cada caso:

(ii) DEPICTIVA DE SUJEITO → ADJUNÇÃO DE ASPP A vP



(iii) DEPICTIVA DE OBJETO DIRETO → ADJUNÇÃO DE ASPP A VP



Um ponto importante a se destacar é que a adjunção de AspP à oração matriz ocorre apenas após o movimento do DP (que estava em [Spec, Asp]) para uma posição- θ na oração matriz, o que garante que não haja violação quanto à extração de adjuntos, que são ilhas (Nunes 2014: 82; Boeckx, Hornstein & Nunes 2010: 93).

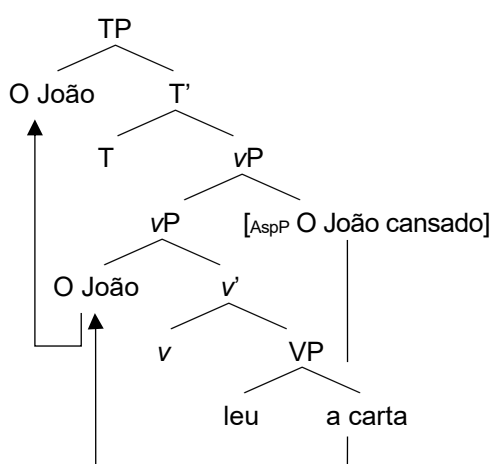
i. CONSTRUÇÕES DEPICTIVAS COMO ESTRUTURAS DE CONTROLE E MTC

A caracterização das construções depictivas como estruturas de controle não é novidade na literatura. Nesse sentido, trabalhos como Stowell (1983), Legendre (1997) e Ikawa (1995), por exemplo, lançam mão da hipótese de que o sujeito da *small clause* seria PRO, categoria tradicionalmente associada às construções de controle. No entanto, apesar de também considerarmos essas construções como estruturas de controle, a proposta aqui apresentada difere desses trabalhos na medida em que rejeitamos a análise delas em termos da categoria especial PRO. Como vimos, em nossa análise, as construções depictivas são derivadas a partir do movimento do DP (*Copy + Merge*) de dentro da *small clause* adjunta para uma posição- θ na oração matriz. Por isso, essa proposta pode ser entendida como uma consequência da teoria de controle por movimento — *Movement Theory of Control* (MTC) (Hornstein, 1999, 2001).

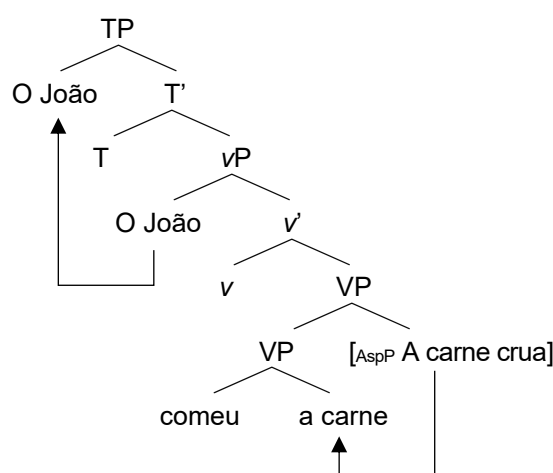
As derivações propostas na dissertação estão esquematizadas em (5).⁴

(5) Resumo das derivações propostas em Ferreira (2017)

a. Depictivas de sujeito



b. Depictivas de objeto direto



Uma vez apresentadas as ferramentas que guiaram nossa análise na dissertação, bem como as derivações propostas, discorreremos a seguir sobre três problemas que ela suscita.

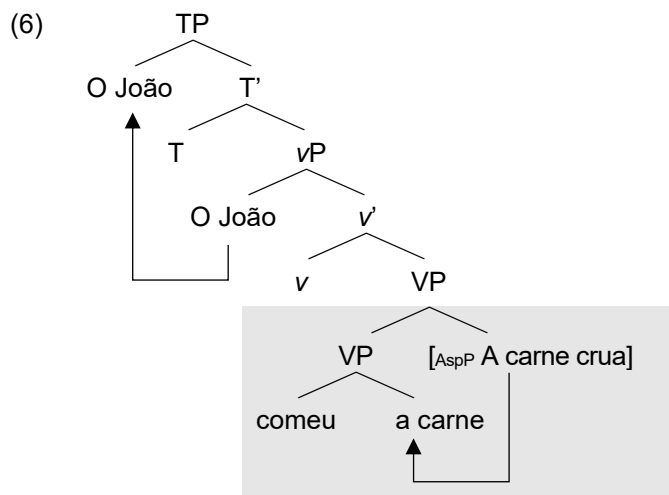
⁴ Queremos esclarecer que nosso trabalho não é o único a analisar as construções depictivas em termos de movimento lateral: Ardid-Gumiel (2001), por exemplo, apresenta uma proposta similar, que também dispensa PRO. Além disso, a autora também lança mão do mecanismo *Agree* para explicar a concordância no âmbito da predicação secundária. Porém, a autora não faz uso de uma *small clause* AspP, diferentemente de nós: em sua análise, o alvo (o DP) está no Spec da sonda (o adjetivo), o que depende da hipótese de que o Spec pode fazer parte do domínio de procura da sonda, em um tipo de *Agree* às avessas. Nossa proposta não depende de se assumir essa hipótese adicional, pois estamos supondo que a sonda c-comanda o alvo, em conformidade com o mecanismo de *Agree* descrito em Chomsky (2000). Outras propostas a respeito de predicação secundária que também dispensam PRO, seguindo Hornstein (2001), incluem os trabalhos de Marušič, Marvin & Žaucer (2003) e Belahcen & Announi (2023): o primeiro supõe a existência de uma *small clause* Dep(ictive)P, em cujo especificador está o DP (sujeito da predicação secundária), com o AP como seu complemento, porém essa SC não seria adjungida a alguma projeção da oração matriz — em vez disso, ela sofreria *Merge* na posição argumental relevante (i.e., onde ficaria o *host* do depictivo); o segundo trabalho propõe uma análise semelhante à nossa, no sentido de que também assume que o depictivo está contido em uma *small clause* AspP que se adjunge a vP (no caso do depictivo de sujeito) ou a VP (para depictivos de objeto direto), mas, diferentemente de nós, supõe que Asp seleciona um núcleo P (que, por sua vez, seleciona um sintagma PredP ou um TP defectivo).

2 O puzzle: problemas decorrentes da análise

Nesta seção, abordaremos três problemas decorrentes da análise apresentada em Ferreira (2017), sobre os quais nos debruçaremos nesta tese: (i) o fato de não ser possível linearizar as construções depictivas de OD, se seguirmos as condições de Nunes (2004) sobre linearização; (ii) o fato de não conseguirmos explicar, a partir dos pressupostos enunciados em (4), por que o controle em adjuntos pelo OD seria permitido no caso das construções depictivas, mas não em sentenças estruturalmente semelhantes, com uma oração adjunta, a exemplo de *O João_i cumprimentou a Maria_k depois de [ec_i / *_k entrar na sala]* (Nunes 2014: 79), como aludido no início deste capítulo; e (iii) a aparente violação do princípio *Merge-over-Move* nas construções depictivas de objeto direto.

2.1 Não linearização de construções depictivas orientadas a OD

O primeiro problema decorrente da proposta feita na dissertação diz respeito à linearização das construções depictivas de OD. Como dito anteriormente, a definição de movimento que estamos adotando, seguindo Nunes (1995, 2001, 2004), não inclui a relação de c-comando entre cópias; assim, é possível realizar movimento para uma posição em que a cópia não c-comande a posição “original”. Isso é o que ocorre no momento da derivação em que o DP sai da *small clause* para a posição de complemento de V na oração matriz, como mostra (6).



Todavia, conforme a proposta de Nunes, a relação de c-comando é um requisito para a formação de cadeias entre as cópias e, conseqüentemente, para a linearização de uma sentença, uma vez que tal configuração permite a aplicação da operação Reduzir Cadeia. A derivação em (6), então, representará um problema para nós se adotarmos a proposta de Nunes quanto à linearização das sentenças, na medida em que não ocorre c-comando entre as cópias do DP *a carne* em nenhum momento dessa derivação. Como haverá mais de uma cópia visível no componente fonológico, a operação não poderá ser aplicada nesse caso, e a linearização não será possível.

2.2 Inexplicabilidade da ausência de *object control* em construções semelhantes

A análise que delineamos em Ferreira (2017) suscita outra questão: assumindo-se que o controle em adjuntos pelo objeto direto seja possível no caso das construções depictivas, por que ele não é verificado em sentenças semelhantes, como nas construções com orações adjuntas temporais, nas quais o elemento controlado também se insere numa estrutura em adjunção? Nesse sentido, o que explica o contraste entre (1) e (2) — repetidos aqui como (7) e (8)? Por que o controle em adjuntos pelo OD (*object control into adjuncts*) seria possível em um caso, mas não no outro?

(7) O João_i cumprimentou o Paulo_k [_{ec_i / k} bêbado].

(8) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [_{ec_i / *_k} entrar na sala].

(Nunes 2014: 79)

Conforme observa Nunes (2014: 83), o inglês se comporta como o português brasileiro com relação a essa propriedade, pois também apresenta a assimetria sujeito-objeto no contexto de orações adjuntas, como mostra o dado em (9).

(9) John greeted Mary after entering the room.
'John_i cumprimentou Mary_k depois de (_{ec_i / *_k}) entrar na sala.'

(Nunes 2014: 82)

Na ótica de Nunes (2014) e Hornstein (1999, 2001), o motivo de uma sentença como (9) disparar sempre *subject control*, em vez de *object control*, está sustentado na aplicação do princípio *Merge-over-Move*, em combinação com a possibilidade de *sideward movement*. Como explica Nunes (2014: 83), no passo derivacional em (10), para atribuir o papel-θ interno de *greeted*, o sistema pode escolher entre selecionar *John* da Numeração e fazer o *Merge* desse elemento com *greeted* ou realizar o *sideward movement* de *Mary*. Sendo *Merge* preferível à realização de movimento, a derivação segue conforme (11), que gera a leitura de *subject control*.

(10) N = {John₁, greeted₀, Mary₀, after₁, entering₀, the₀, room₀}
K = [Mary entering the room]
M = [greeted]

(Nunes 2014: 83)

(11) a. K = [Mary entering the room]
L = [greeted John]

b. K = [Mary_i entering the room]
M = [Mary_i greeted John]

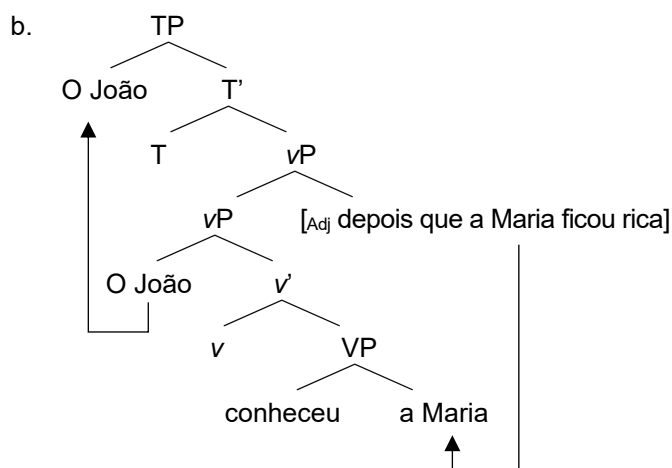
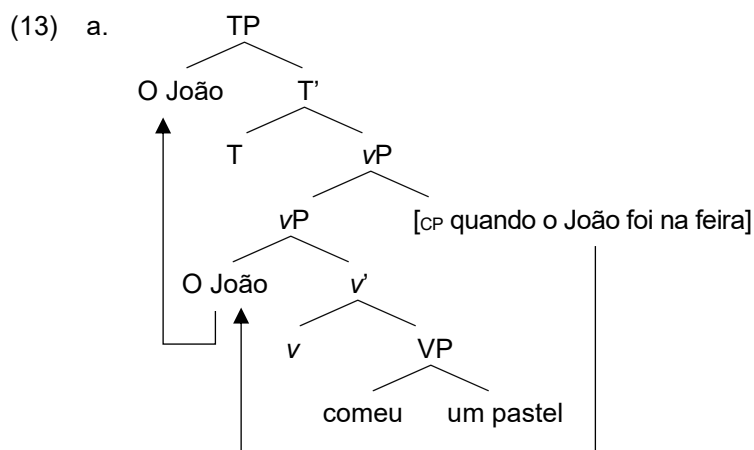
- c. [Maryⁱ [_{VP} [_{VP} Maryⁱ] greeted John] [after Maryⁱ entering the room]]
- d. Maryⁱ greeted John_k after *ec*_{i/*k} entering the room.

(Nunes 2014: 83)

Acrescentam-se a (8) e (9) as sentenças em (12), que revelam a mesma assimetria sujeito-objeto: no português brasileiro, o sujeito nulo contido na ilha-adjunto finita somente pode ser controlado pelo sujeito da oração matriz, e não pelo objeto direto (*vide* (12b)), como discutido por M. Ferreira (2000). O autor atribui às sentenças em (12) as estruturas em (13), respectivamente.

- (12) a. O João comeu um pastel quando foi na feira.
b. *O João conheceu a Maria depois que ficou rica.

(M. Ferreira 2000: 52, 54)



(M. Ferreira 2000: 52, 55)

Assumindo a proposta de Nunes (1995), M. Ferreira (2000) argumenta que apenas a estrutura (13a) pode ser linearizada, porque ela apresenta uma configuração que permite a aplicação da

operação Reduzir Cadeia, já que a cópia mais alta de *O João*, no TP, c-comanda as duas cópias mais baixas, formando duas cadeias encabeçadas pelo mesmo elemento. Com isso, a operação Reduzir Cadeia se aplica duas vezes em (13a) e elimina as cópias na cauda dessas cadeias, de forma a permitir sua linearização (M. Ferreira 2000: 54). A estrutura em (13b), por sua vez, não tem a configuração necessária para a aplicação dessa operação, pois não há c-comando entre a cópia de *a Maria* na oração matriz e a cópia na oração adjunta e, conseqüentemente, não ocorre formação de cadeia entre elas; assim, Reduzir Cadeia não pode ser aplicada, e mais de uma cópia de *a Maria* fica visível no componente fonológico, o que cancela a derivação e impede sua linearização (M. Ferreira 2000: 53).

Em resumo, nosso desafio com relação aos dados aqui tratados é explicar por que o controle dentro de adjuntos pelo objeto direto seria possível no caso das construções depictivas como (7) (*O João_i cumprimentou o Paulo_k [ec_{i/k} bêbado]*), mas não em sentenças com estruturas similares, como (8) (*O João_i cumprimentou a Maria_k depois de [ec_{i/*k} entrar na sala]*) e (12b) (**O João conheceu a Maria depois que ficou rica*), especialmente se quisermos manter as condições assumidas em Nunes (2004) quanto à linearização de sentenças.

Cabe apontar que existem contextos em que o *object control* é permitido dentro de adjuntos. A esse respeito, Nunes (2014) observa um fenômeno interessante: segundo o autor, tanto no inglês quanto no português, a assimetria sujeito-objeto se mantém quando os DPs da oração matriz envolvem sintagmas-*wh* que permanecem *in situ*, conforme ilustram (14a) e (15a); entretanto, se o objeto da oração matriz sofre *wh-movement*, o português passa a permitir tanto o controle de sujeito quanto o controle de objeto (*vide* (15b)), ao passo que o inglês permanece bloqueando o controle de objeto (*vide* (14b)).

- (14) a. [Which man]_i greeted [which woman]_k after [ec_{i/*k} entering the room]?
b. [Which woman]_k did John_i greet *t_k* after [ec_{i/*k} entering the room]?

(Nunes 2014: 79)

- (15) a. [Que homem]_i cumprimentou [que mulher]_k depois de [ec_{i/*k} entrar na sala]?
b. [Que mulher]_k é que [o João]_i cumprimentou *t_k* depois de [ec_{i/k} entrar na sala]?

(Nunes 2014: 80)

A fim de explicar a possibilidade de controle de objeto em (15b), Nunes (2014) recorre à proposta de Hornstein (2001) para o controle em adjuntos, dentro da MTC, e à proposta de Bošković (2007) de parametrização de *edge features*, argumentando que, em casos como esse, o princípio *Merge-over-Move* não se aplica em razão da presença de *edge features* em elementos-*wh*, o que permitiria tanto o controle de sujeito quanto de objeto. Essa análise de Nunes (2014), todavia, não poderia ser estendida às construções depictivas que são o foco da nossa discussão aqui, pois, embora até seja possível aplicá-la a sentenças como (16a), em que um elemento-*wh* objeto

sofre *wh*-movement, não seria possível fazer o mesmo com as construções depictivas canônicas, como (16b), em que inexistente elemento-*wh* com o traço que dispensaria a aplicação de *Merge-over-Move*.

- (16) a. Que amigo_k o João_i cumprimentou *t_k* [*ec_{i/k}* cansado]?
 b. O João_i cumprimentou o Paulo_k [*ec_{i/k}* cansado].

Continuamos, assim, com o desafio de dar conta da possibilidade de *object control* nas construções depictivas canônicas, em contraste com os contextos semelhantes em que esse tipo de controle não é possível, idealmente sem nos valer de explicações *ad hoc* para essa finalidade. Neste capítulo, mostraremos um caminho para solucionar esse impasse.

2.3 Aparente violação do princípio *Merge-over-Move* nas depictivas orientadas a OD

O terceiro ponto que gostaríamos de destacar é o momento da derivação em que o sistema computacional se vê diante de duas opções: (i) selecionar um elemento da Numeração e realizar *Merge* dele em uma posição temática; ou (ii) realizar *sideward movement* do DP contido na *small clause*. Estamos, com isso, chamando atenção para a aplicação do princípio *Merge-over-Move*, descrito em (4f).

Observemos primeiramente a sentença *O João leu a carta cansado*, com o depictivo orientado ao sujeito da oração matriz. Considerando-se que a *small clause* — [_{AspP} *O João cansado*] — e a oração principal são formadas de modo paralelo e separado, o sistema dispõe de duas opções quando da construção do VP da oração principal, especificamente no momento de escolher o complemento de V e atribuir-lhe o papel-θ interno. Um dos caminhos é fazer *Merge* de *a carta* com *leu*, conforme ilustrado em (17)⁵, que representa justamente a derivação que propusemos em Ferreira (2017).⁶

- (17) a. K = [O João cansado]
 L = [leu a carta]
 b. K = [O João_i cansado]
 M = [O João_i leu a carta]
 c. [O João_i [_{VP} [_{VP} ~~O João_i~~ leu a carta] [_{AspP} ~~O João_i~~ cansado]]]
 d. O João_i leu a carta cansado_i.

⁵ As representações desta subseção foram construídas com base em Nunes (2014).

⁶ Na realidade, nesse passo da derivação em (17), *a* e *carta* são selecionados da Numeração e o DP é formado independentemente, como uma subárvore, e depois copiado como um todo. Por ora, para fins da argumentação, estamos considerando isso como equivalente a selecionar o DP a partir da Numeração.

No entanto, existe, em princípio, uma segunda possibilidade, que é a de o sistema realizar *sideward movement* do DP contido na *small clause* para a posição de complemento de V. Posteriormente, haveria o *Merge* do DP *a carta* em [Spec, v]. Essa alternativa está representada em (18).

- (18) a. K = [O João cansado]
L = [leu]
- b. K = [O Joãoⁱ cansado]
M = [leu o Joãoⁱ]
- c. [A carta^k [_{VP} [_{VP} ~~A carta^k~~ leu O Joãoⁱ] [_{AspP} ~~O Joãoⁱ~~ cansado]]]
- d. #A carta leu o João_i cansado_i.

No entanto, seguindo-se o raciocínio de Hornstein (1999, 2001) e Nunes (2014: 83), a derivação alternativa em (18) — que gera uma leitura indesejada — deve ser descartada por questões de economia: em razão do princípio *Merge-over-Move*, o sistema deveria preferir realizar o *Merge* de *a carta* com *leu* no passo em (18b), em vez de mover *o João*.

Observa-se, todavia, que a derivação de construções depictivas de objeto direto, conforme proposto em Ferreira (2017), depende da suposta violação desse princípio no momento em que está sendo construído o VP da oração principal. Para a derivação da sentença *O João comeu a carne crua*, o que propusemos foi que, no passo em (19b), ocorre o *sideward movement* do DP de dentro da *small clause* [_{AspP} *A carne crua*] para a posição de complemento de V, como mostrado em (19).

- (19) a. K = [A carne crua]
L = [comeu]
- b. K = [A carneⁱ crua]
M = [comeu a carneⁱ]
- c. [O João^k [_{VP} ~~O João^k~~ [_{VP} comeu a carneⁱ] [_{AspP} ~~a carneⁱ~~ crua]]]
- d. O João comeu a carne_i crua_i.

O problema, então, é que a derivação em (19) supostamente viola *Merge-over-Move*: se esse princípio realmente se aplica a esse caso, espera-se que o sistema escolha a derivação em (20), isto é, faça *Merge* entre *comeu* e o DP que ainda está na Numeração (*o João*) no momento da atribuição do papel-θ interno. O movimento lateral do DP contido na *small clause* ocorreria somente depois, quando da formação do vP. Isso, no entanto, levaria à construção indesejada em (20d).

- (20) a. K = [A carne crua]
L = [comeu o João]
- b. K = [A carneⁱ crua]
M = [A carneⁱ comeu o João]
- c. [A carne^k [_{VP} ~~A carne^k~~ [_{VP} comeu o João] [_{AspP} ~~a carneⁱ~~ crua]]]]
- d. #A carne_i comeu o João crua_i.

Em suma, à luz desses pressupostos, a situação da sentença examinada, com depictivo de OD, é esta: se *Merge-over-Move* se aplica a esses casos, realizar *Merge* de *a carne* com V seria uma opção menos econômica, mas geraria a construção desejada em (21a); por sua vez, fazer *Merge* de *o João* com V seria supostamente mais econômico (por não violar o princípio), porém geraria a construção indesejada em (21b).

- (21) a. O João comeu a carne_i [_{AspP} ~~a carne_i~~ crua].
b. #A carne_i comeu o João [_{AspP} ~~a carne_i~~ crua].

Veremos, no entanto, que esse é um falso problema, pois o princípio *Merge-over-Move* não se aplica a (20) porque a derivação em (20d) não converge por motivos independentes, e o princípio só se aplica quando estamos comparando derivações convergentes.

3 Novo olhar sobre a sintaxe da predicação secundária: soluções adotadas nesta tese

Esta seção abordará as soluções para os problemas apontados na seção anterior, sendo dividida em três partes. Na primeira subseção, trataremos da questão de como garantir a linearização das construções depictivas de objeto direto (OD), assumindo a teoria de Nunes (2014) sobre linearização e *sideward movement*. Na sequência, compararemos as construções depictivas a sentenças com orações temporais adjuntas, explicando por que, nas construções depictivas, o objeto direto da oração matriz pode controlar o DP que está dentro da *small clause* adjunta, mas, em contraste, é impossível o controle do DP em uma oração adverbial temporal adjunta por um objeto direto da oração matriz. Por fim, abordaremos as questões relativas ao princípio *Merge-over-Move*.

3.1 Linearização de construções depictivas⁷

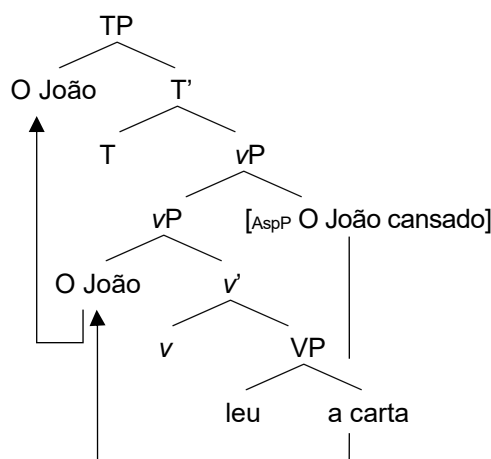
O primeiro problema que a análise apresentada na dissertação enfrenta se refere à linearização das construções depictivas — especificamente, as de objeto direto. Para relembrar essa questão, retomemos, em (22) (repetição de (5)), as derivações que foram propostas para as construções

⁷ Agradecemos à profa. Janayna Carvalho (c.p.) e ao prof. Marcus Lunguinho (c.p.) por discutirem conosco algumas das ideias apresentadas nesta seção.

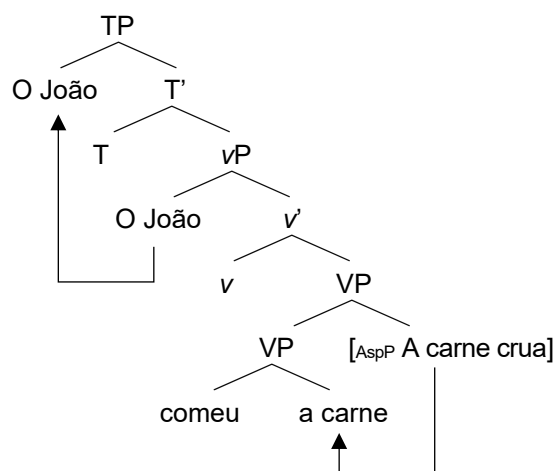
depictivas de sujeito (como *O João leu a carta cansado*) e de objeto direto (como *O João comeu a carne crua*).

(22) Resumo das derivações propostas em Ferreira (2017)

a. Depictivas de sujeito



b. Depictivas de objeto direto

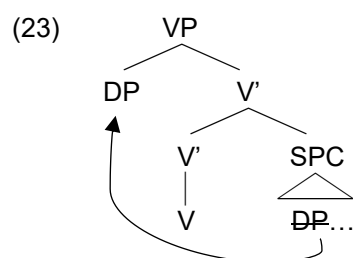


Como dito anteriormente, a noção de movimento que estamos adotando não inclui c-comando; isso significa que um objeto pode ser movido para uma posição que não c-comande sua posição original (cf. Hornstein 1999: 79; Boeckx, Hornstein & Nunes 2010), o que possibilita a realização de movimento lateral (Nunes 1995, 2001, 2004, entre outros). É isso que permite, então, o movimento de *O João* para [Spec, vP], em (22a), e o movimento de *A carne* para o complemento de V, em (22b), sendo que os referidos elementos são movidos da *small clause* antes de esta ser adjungida à oração matriz, conforme defendemos em Ferreira (2017).

Contudo, apesar de a existência de c-comando entre cópias ser dispensável para a realização de movimento, ela é requisito para a formação de cadeias, considerando-se a proposta de Nunes (1995, 2004), que concebe movimento como o resultado da aplicação das operações *Copy*, *Merge*, *Form Chain* (Formar Cadeia) e *Chain Reduction* (Reduzir Cadeia), em conjunto, como já dissemos. O autor defende que a impossibilidade de realização fonética de mais um elo de uma cadeia é decorrente do Axioma da Correspondência Linear (LCA) de Kayne (1994), para quem a ordem linear dos itens lexicais em PF é determinada mediante c-comando assimétrico (Nunes 2003: 207). Assim, após formada uma cadeia, apenas um de seus elos é conservado e os demais são apagados por meio de Reduzir Cadeia (Nunes 1995, 2003, 2004). Somente em (22a), mas não em (22b), existe uma configuração que permite a aplicação dessa operação que apaga os elos de uma cadeia: em (22a), a cópia de *O João* que se encontra em [Spec, TP] c-comanda assimetricamente tanto a cópia em [Spec, v] quanto a cópia em [Spec, Asp] na *small clause* adjunta, o que possibilita a formação de duas cadeias encabeçadas pela cópia mais alta no TP; a operação Reduzir Cadeia pode, então, ser aplicada, eliminando as cópias mais baixas; com

isso, a sentença pode ser linearizada. Em (22b), não há c-comando assimétrico entre as cópias de *a carne*, então não existe formação de cadeia entre elas nem a possibilidade de linearização da estrutura, porque Reduzir Cadeia não poderia ser aplicada e mais de uma cópia ficaria visível no componente fonológico. Isso é um problema para nós, porque a sentença *O João comeu a carne crua* é gramatical e deveria poder ser linearizada. O objetivo desta subseção, portanto, é repensar a estrutura em (22b) e encontrar uma maneira de garantir o c-comando entre as cópias de *a carne*, de modo a permitir a aplicação de Reduzir Cadeia; idealmente, queremos que a cópia na oração matriz c-comande assimetricamente a cópia contida na *small clause*.

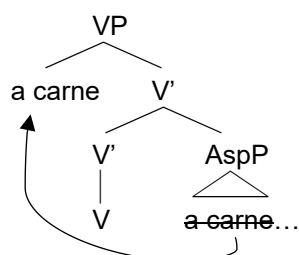
Existem, pelo menos, quatro possibilidades estruturais que, em princípio, atenderiam ao nosso objetivo. Vamos investigá-las para escolher a mais promissora. A primeira delas é a configuração que Green (2019) atribui a *subject-gap purpose clauses* (SPC), do tipo *I bought this blender [PRO_i to help me make split pea soup]* (Green 2019: 23). Essa saída consiste em assumir a proposta de Kratzer (1996)⁸ de que o objeto direto do verbo nasce como especificador de V; além disso, considerando-se que adjuntos podem se adjungir ao nível V' (cf. Whelpton 1995), assume-se que a oração adjunta está abaixo da posição de seu controlador (Green 2019: 24). Encontra-se em (23) a estrutura proposta por Green (2019) para as SPC.



(Green 2019: 24)

Conforme Green, essa configuração permite o *upward movement* do DP da posição controlada para a posição controladora. No caso das nossas construções depictivas de objeto direto, a estrutura equivalente, seguindo-se essa análise, seria (24).

(24) 1ª possibilidade: *upward movement* e objeto direto “gerado” em [Spec, VP]

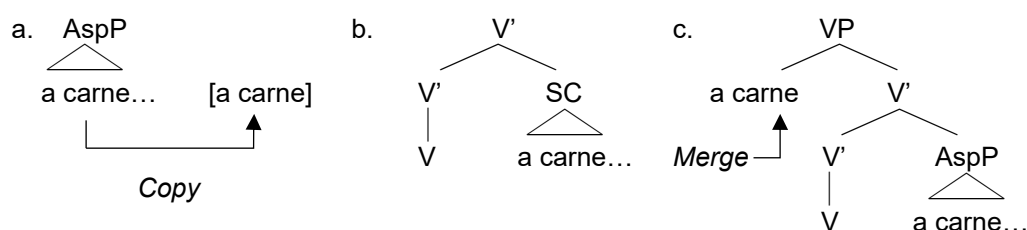


⁸ Cf. Larson (1988).

Apesar de resolver a questão do c-comando entre as cópias, essa saída é um tanto problemática. Se admitirmos que a *small clause* se adjunge antes de o DP contido nela ser copiado, isso incorreria em uma violação de extração de elementos em adjuntos, considerados ilhas sintáticas das quais normalmente nada se pode extrair (cf. Nunes 2014: 82)⁹. No entanto, se admitirmos que o DP contido na *small clause* seria movido lateralmente primeiro e que a adjunção da *small clause* ocorreria depois, tardiamente (o que nos livraria do problema da extração de adjuntos), teríamos outra dificuldade, já notada por Green (2019): a adjunção baixa e tardia violaria a Condição de Extensão (Chomsky 2015 [1995])¹⁰, caso consideremos que ela se aplica a adjuntos também (cf. Hornstein 1999; Nunes 2004). Como essa violação também não é desejável, vamos buscar outra alternativa.

A segunda possibilidade que atenderia ao nosso objetivo e, ao mesmo tempo, estaria livre das duas violações acima descritas seria a seguinte: o sistema primeiro constrói a *small clause*, faz a cópia do DP contido em [Spec, Asp] e deixa essa cópia “reservada” no *workspace*, sem realizar imediatamente seu *Merge*, conforme (25a); depois, a *small clause* se adjunge à oração matriz no nível intermediário do VP, como mostra (25b); na sequência, a cópia do DP que estava “esperando” no *workspace* sofre *Merge* em [Spec, VP] da oração matriz, obtendo-se, com isso, a configuração em (25c), que se parece com a apresentada em (24). Como *Copy* do elemento contido na *small clause* ocorreria antes da adjunção desta à subárvore matriz, não haveria a violação da extração de adjuntos; ademais, não haveria inserção tardia de um adjunto em uma posição baixa na árvore.

(25) 2ª possibilidade: *Copy* sem *Merge* imediato



⁹ Quando é possível a extração de adjuntos, só se pode extrair material θ -regido, conforme explica Foltran (1999: 81). No caso da predicação secundária, no entanto, Foltran (1999) constata que não é possível extrair nenhum dos dois tipos — material θ -regido e material não θ -regido —, o que, segundo a autora, reforça o caráter de adjunto dessas estruturas.

- (i) Eu encontrei o aluno consciente de seu lugar.
? De que eu encontrei o aluno consciente?
- (ii) Eu encontrei o aluno consciente de seu lugar por ter sido advertido.
*Por que eu encontrei o aluno consciente de seu lugar?

(Foltran 1999: 81)

¹⁰ De acordo com a Condição de Extensão (Chomsky 2015 [1995]), adições à estrutura têm sempre como alvo nódulos raízes, sendo um nódulo raiz um marcador frasal que não é subárvore de outro marcador frasal, isto é, não é parte de outro marcador frasal (Lopes 2001: 262).

A saída em (25) seria excelente para nós — se não fosse um problema para a *Copy Theory of Movement* a realização de *Copy* sem *Merge* imediato para uma posição (para fins de checagem de algum traço). A respeito disso, Hornstein (2001: 100) afirma que aplicações de *Copy* têm que ser restringidas de tal forma que a operação só aconteça se for rapidamente seguida de *Merge*, integrando-se a cópia a uma subestrutura maior; caso contrário, o sistema hipergera de forma significativa. O autor apresenta o dado agramatical em (26) como evidência empírica de que é necessário existir tal restrição.¹¹

(26) *Which book did you read Moby Dick before Frank reviewed.

(Hornstein 2001: 100)

Esse dado é derivado da seguinte forma pelo autor: faz-se uma cópia de *which book*, mas não se realiza o *Merge* dela em nenhum lugar; depois, é construído o VP matriz *you read Moby Dick*; na sequência, adjunge-se o adjunto a esse VP; o IP é construído e *you* é movido para seu Spec; continua-se fazendo o *Merge* de categorias funcionais e então se constrói o CP; por fim, faz-se *Merge* da cópia de *which book* (que havia sido feita antes) em [Spec, CP] (Hornstein 2001: 100). Segundo o autor, essa derivação respeita, em cada passo, extensão e *greed*; logo, a única coisa que pode ter dado errado foi deixar a cópia de *which book* “esperando” no *workspace*. Assim, é preciso garantir que uma cópia, uma vez criada, não fique ociosa; uma maneira de se fazer isso, segundo o autor, é acrescentar à definição de *Copy* a “cláusula” de que uma cópia deve ser rapidamente usada, ou seja, integrada a uma subestrutura maior — em outras palavras, sofrer *Merge* com alguma outra coisa logo depois de ser criada (Hornstein 2001: 100). Desse modo, o autor propõe o princípio em (27)¹². Se quisermos atender ao disposto nesse princípio, a sugestão em (25) não será uma solução viável. Investiguemos, então, outra via de análise.

(27) Uma cópia C feita no passo N de uma derivação deve ser gramaticalmente integrada no passo N+1.¹³

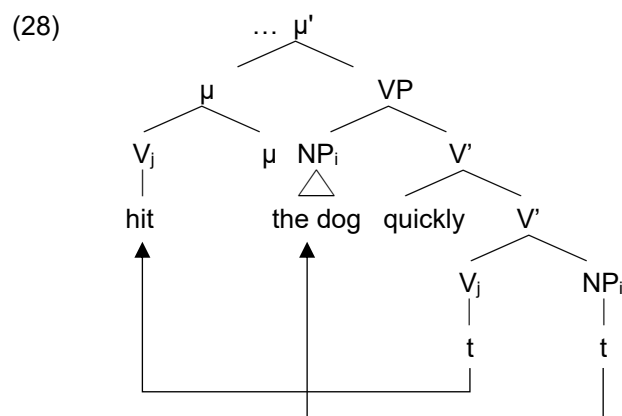
(Hornstein 2001: 100)

A terceira possibilidade que queremos abordar é a de que o objeto direto é gerado na posição de complemento de V e depois movido para [Spec, VP]. Esse tipo de análise já foi proposto, por exemplo, por Johnson (1991), para quem sentenças transitivas envolvem um núcleo funcional μ com o qual o VP se combina e ao qual o verbo deve se adjungir, além de exigirem o movimento do objeto NP para o especificador de VP para fins de atribuição de Caso via regência (Kratzer 1996: 119; Johnson 1991). A estrutura proposta pelo autor está em (28).

¹¹ Apesar de considerar essa restrição geral sobre cópias, Hornstein (2001, seção 8.1) propõe uma derivação para orações relativas que viola isso, porque nela é realizada cópia de um elemento que não sofre *Merge* imediato na sequência. Segundo o autor, isso é permitido nesse caso por ser “necessário para convergência” (Hornstein 2001: 105).

¹² O autor também propõe, em conjunto com (27), a seguinte definição: “An expression E is grammatically integrated iff_{def} E is a proper subset of a phrase marker”. Motut (2010: 22) observa que o resultado disso tudo é que *Copy* se torna “presa”/ligada a *Merge*, o que é muito próximo de reintroduzir *Move* como um primitivo.

¹³ No original: “A copy C made at step N of a derivation must be grammatically integrated at step N+1” (Hornstein 2001: 100).



(Johnson 1991: 586¹⁴)

O intuito de Johnson (1991) era dar conta de dados como (29) e (30), do inglês. Nessa língua, NPs objetos devem aparecer antes de advérbios e outros complementos verbais, o que pode ser derivado admitindo-se que esses NPs se movem para [Spec, VP] e que o advérbio está adjungido a uma projeção verbal intermediária; se o NP não realizar esse movimento, o resultado será uma sentença agramatical, como as em (29) (cf. Kratzer 1996: 120; Johnson 1991).

- (29) a. *Mikey visited quietly his parents.
 b. *Betsy sung loudly the anthem.
 c. *Chris hit quickly the dog.

(Johnson 1991: 580)

Porém, somente NPs seriam obrigados a fazer tal movimento, haja vista a gramaticalidade dos dados em (30) (cf. Kratzer 1996: 120; Johnson 1991).

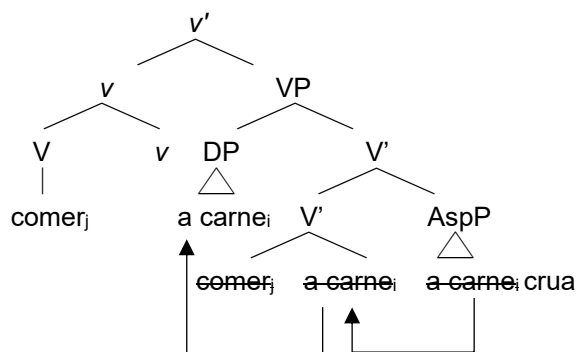
- (30) a. Chris walked quickly down the street.
 b. Mikey talked slowly to Gary.
 c. Betsy spoke loudly with everyone.
 d. Sam said suddenly that we must all leave.
 e. Gary tried diligently to leave.

(Johnson 1991: 580)

Se aceitarmos que, nas construções depictivas de objeto direto do português, a *small clause* pode ser adjungida à subárvore matriz [V DP_{obj}] e que, como supõe Johnson (1991), o objeto direto se move internamente na projeção verbal até a posição de especificador de VP, então poderemos conceber a estrutura em (31) para tais construções, considerando que a projeção funcional acima do VP seria o *v*, e não o *μ* de Johnson.

¹⁴ As setas nessa representação não constam no original; são um acréscimo nosso para facilitar a visualização dos movimentos.

(31) 3ª possibilidade: movimento do objeto para [Spec, VP]



Outros teóricos também supõem a existência de uma categoria funcional acima do VP. Kratzer (1996), por exemplo, propõe o núcleo funcional Voice, enquanto Bowers (1993, 2001) propõe Pr (mnemônico de *predicate* ou *predication*), sendo estes núcleos responsáveis pela introdução do argumento externo. Diferentemente de Johnson (1991), no entanto, as propostas de Kratzer (como acabamos de ver) e a de Bowers assumem que o objeto é originado já em [Spec, V], e não que ele se move para essa posição. O diferencial de uma análise como (31) seria justamente o movimento do objeto direto para uma posição na qual ele passará a c-comandar a cópia do DP que está contida na *small clause* adjunta, sem incorrer nas dificuldades que as outras soluções apresentam, referentes à adjunção tardia e baixa do adjunto, à violação da Condição de Extensão e à realização de *Copy* sem *Merge* imediato.

Entretanto, existe um problema que a possibilidade em (31) enfrenta, diferentemente das opções anteriores: a violação da Restrição de Antilocalidade, segundo a qual movimentos não podem ser muito curtos (cf. Grohmann, 2011; Abels 2003). No caso, estaríamos diante de uma violação relativa ao movimento de *Comp-to-Spec*: um elemento que sofre *Merge* como complemento do núcleo de um sintagma não pode mover-se internamente para a posição de especificador desse mesmo sintagma, como representado em (32).

(32) Proibição do movimento *Comp-to-Spec*:

*[_{XP} YP_i [_{X'} X⁰ YP_i]]

(Grohmann 2009: 2)

Conforme explica Gallego (2010), a razão que Abels (2003) apresenta para essa proibição parte de sua interpretação de *Last Resort* de Chomsky (1986, 1995), baseada na ideia de que todo movimento deve envolver a checagem de algum traço: como o primeiro *Merge* do núcleo com o complemento seria suficiente para checar todos os traços da dependência núcleo-complemento, então o movimento de YP para [Spec, X] não seria permitido¹⁵. Contudo, o autor afirma que a

¹⁵ Na proposta de Johnson (1991), existe a motivação para o movimento do objeto, que é a atribuição de Caso via regência, como vimos acima.

restrição referente ao movimento de *Comp-to-Spec* existe mesmo em uma configuração de *Bare Phrase Structure* (Chomsky 1995), uma vez que o movimento de um elemento neste caso não geraria efeito no *output*, isto é, o resultado do movimento levaria à mesma estrutura existente anteriormente (Gallego 2010: 1).

No entanto, a possibilidade de movimento do objeto para [Spec, VP] não parece tão descabida em uma perspectiva minimalista, sendo aventada por Chomsky (2008) em sua discussão sobre fases. O autor sugere que, de forma análoga à dinâmica entre C e T, em que T herda seus traços de *Agree* de C, também parece haver a transmissão de traços de *Agree* na relação entre v^* e V, de modo que v^{*16} deve ser capaz de alçar o objeto para [Spec, VP]:¹⁷

Sob assunções ótimas, a transmissão do traço de *Agree* deveria ser uma propriedade de núcleos de fase em geral, e não apenas de C. Então, v^* deveria transmitir seu traço de *Agree* para V, e o *probe* de um objeto com Caso estrutural por v^* deveria possibilitar seu alçamento para Spec-V, em uma analogia passo a passo com o alçamento para Spec-T por C. Isso geraria conclusões intrigantes, mas enigmáticas, sobre o alçamento de objetos para Spec-V, particularmente em construções ECM, mas talvez de forma geral. A evidência é convincente, mas não fica claro por que tais regras deveriam existir: por que objetos deveriam ser alçados para Spec-V, uma operação que é ainda mais estranha por seus efeitos não serem visíveis, dado que V depois se move para v^* ? Esses fatos estranhos se encaixam automaticamente se as propriedades da fase C se aplicarem a fases de maneira geral. Eles fornecem, portanto, mais evidência para apoiar as hipóteses básicas: C e v^* são núcleos de fase, e seu traço de *Agree* é herdado pelo LI [item lexical] que eles selecionam. Além disso, se as sugestões acima sobre motivação estiverem certas, o curioso fenômeno de alçamento para Spec-V segue da exigência [da interface] C-I de que a distinção A-A' seja observada na fase CP [...]. (Chomsky 2008: 148)¹⁸

Em um trabalho mais recente, Chomsky *et al.* (2023) também mencionam a possibilidade de movimento do objeto em sentenças transitivas como (33), porém o fazem de forma mais explícita e detalhada do que no texto de 2008. Vamos ver como isso ocorre — de modo bem simplificado, desconsiderando grande parte dos detalhamentos teóricos específicos desse trabalho.

¹⁶ Chomsky (2008: 148) define v^* como o núcleo funcional associado a uma estrutura argumental completa, construções transitivas e de experienciador, sendo v^* uma das muitas escolhas possíveis para v.

¹⁷ Agradecemos a Marcus Lunguinho (c.p.) por nos lembrar essa passagem de Chomsky (2008).

¹⁸ No original: “On optimal assumptions, transmission of the Agree feature should be a property of phase-heads in general, not just of C. Hence v^* should transmit its Agree feature to V, and probe of an object with structural Case by v^* should be able to raise it to Spec-V, a step-by-step analogue to raising to Spec-T by C. That would yield the intriguing but puzzling conclusions about raising of objects to Spec-V, particularly in ECM constructions, but perhaps generally. The evidence is compelling, but has been unclear why such rules should exist: why should objects raise to Spec-V at all, an operation that is even more odd because its effects are not visible, given that V then raises to v^* ? These strange facts fall into place automatically if the properties of the C-phase hold of phases generally. They thus yield further evidence to support the basic assumptions: C and v^* are the phase heads, and their Agree feature is inherited by the LI they select. Furthermore, if the suggestions above about motivation prove to be accurate, the curious phenomenon of raising to Spec-V follows from the C-I requirement that the A-A' distinction must be observed at the CP-phase [...].” (Chomsky 2008: 148).

- (33) The fox ate a pear.
'A raposa comeu uma pera.'

(Chomsky *et al.* 2023: 36)

Nessa sentença, a construção do sintagma predicativo (uma fase v^*P) acontece da seguinte forma, conforme proposto pelos autores. Ocorre o *Merge* externo (EM) da raiz "R" EAT com o NP *a pear* (construído previamente), tendo sido R inserido a partir do Léxico no *workspace* (WS), o que é mostrado em (34a); como resultado dessa ação, o *workspace* é modificado (WS'), pois passa a ter um novo elemento, que é o conjunto {R, NP}, como mostra (34b) (Chomsky *et al.* 2023: 37).¹⁹

- (34) a. WS = [R, NP] onde NP = {a, pear}
b. WS' = [{R, NP}] = EM de argumento para criar uma posição theta

(Chomsky *et al.* 2023: 37, tradução nossa)

Segundo os autores, não é claro se, depois disso, é opcional ou obrigatória a ocorrência de *object shift*, por meio do qual o complemento de R é alçado para criar uma posição de especificador de R, mas eles assumem que isso acontece nessa situação — e tal alçamento tem que ser uma instância de *Merge* interno (IM), pois a posição de especificador de R é não temática, e EM de um argumento sempre tem que ser feito em uma posição temática, dentro dessa perspectiva (Chomsky *et al.* 2023: 37-38). Conforme os autores, quando o objeto é alçado para Spec-R, via aplicação de IM, são criadas automaticamente inscrições (*inscriptions*) idênticas²⁰ do objeto, e sua posição original como complemento deve ser preservada; com isso, o *workspace* chega à configuração em (35) (Chomsky *et al.* 2023: 38).

- (35) WS = [{[a, pear], {R, {a, pear}}}] = [{IA, {R, IA}}], IA é o argumento interno

(Chomsky *et al.* 2023: 38, tradução nossa)

¹⁹ Segundo Chomsky *et al.* (2023: 2), o processo computacional da construção de estruturas ocorre dentro de um *workspace* (WS), o qual vai sendo atualizado ao longo da derivação de uma expressão, passando a conter, além das inscrições de itens lexicais, objetos que vão sendo construídos por *Merge*. Nessa perspectiva, a operação *Merge* toma como *input* o WS e fornece como *output* um WS modificado: por exemplo, a partir de um *workspace* WS = [the, see, I, child], uma aplicação de *Merge* poderia criar o conjunto {the, child} e adicionar esse conjunto ao WS, o que resultaria no *workspace* WS' = [see, I, {the, child}] (Chomsky *et al.* 2023: 3). Os autores assumem a existência de dois modos de aplicação da operação *Merge*: *Merge* externo (EM) e *Merge* interno (IM); no caso de EM, os dois alvos de *Merge*, P e Q, são membros separados do *workspace* (WS); no caso de IM, Q está contido em P (Chomsky *et al.* 2023: 20).

²⁰ Dentro desse quadro teórico, inscrições idênticas só são transformadas em cópias depois de sofrerem *Merge*, por meio da operação *Form Copy*, o que só acontece com determinada configuração de c-comando; essa operação é o que garante que as inscrições estruturalmente idênticas terão a mesma interpretação (Chomsky *et al.* 2023: 24, 40). Talvez seja útil notar que a operação *Form Copy* embasa a análise de controle obrigatório de Chomsky *et al.* (2023), mas a ideia de cópia nesse trabalho é bastante diferente da abordagem de Hornstein (1999): para Hornstein, controle envolve movimento de um NP de uma posição temática para outra, ao passo que, para Chomsky *et al.*, não ocorreria *Merge* interno nesse caso, mas sim uma combinação de *Merge* externo com *Form Copy* (Chomsky *et al.* 2023: 61). Por exemplo, no caso de controle obrigatório em adjunto, como em [INFLP *Priya* [_{VP} *Priya* saw *Taro*] [_{PP} after *Priya* leaving work]]] (extraído de Chomsky *et al.* 2023: 62), uma análise em termos de *sideward movement* é assumida por Hornstein, mas rejeitada por Chomsky *et al.*: para os autores, o vP e o PP são construídos independentemente, *Priya* é alçado para Spec-INFL e depois a operação *Form Copy* é aplicada, formando um *link* entre a inscrição mais alta e as inscrições mais baixas (Chomsky *et al.* 2023: 62).

Na sequência, ocorre o *Merge* do núcleo de fase v^* , depois o argumento externo é inserido na estrutura via *Merge* externo, obtendo-se (36) (Chomsky *et al.* 2023: 38)

$$(36) \quad \{ \{EA, \{v^*, \{IA, \{R, IA\}\}\}\} \} EA = \{the, fox\}$$

(Chomsky *et al.* 2023: 38)

Em resumo, a derivação prossegue com *Merge* de INFL (I) e depois com *Merge* do argumento externo em Spec-INFL; em seguida, o núcleo C é introduzido via *Merge*, e assim se obtém o nível CP, como mostra (37), que vai gerar a estrutura pronunciada como *The fox ate a pear* (Chomsky *et al.* 2023: 39).

$$(37) \quad WS = \{ \{C \{EA, \{I, \{EA, \{v^*, \{IA, \{R, IA\}\}\}\}\} \} \}$$

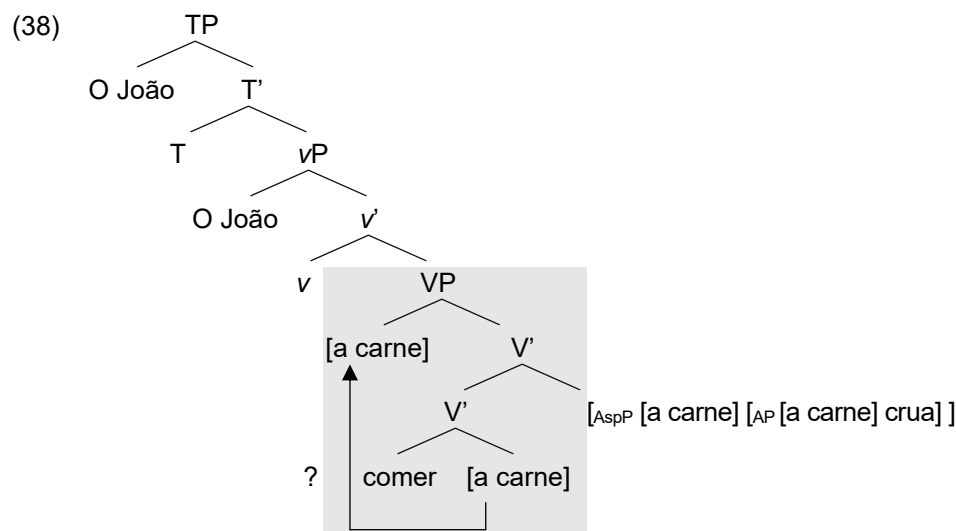
(Chomsky *et al.* 2023: 39)²¹

Se aceitarmos, à luz dessas considerações, que o movimento do objeto para [Spec, VP] é lícito em (31), assim como o movimento do argumento interno para Spec-R é aceito em (37), então a terceira possibilidade se revela como uma opção melhor que as anteriores, por ser a que traz menos consequências teóricas “danosas”, por assim dizer, e permitir a configuração de que precisamos (c-comando assimétrico entre as cópias). No entanto, admitir esse tipo de movimento seria uma escolha muito polêmica, em razão da violação da Restrição de Antilocalidade e da pouca motivação teórica para o deslocamento desse DP para [Spec, VP] além da analogia com o sistema C-T (Chomsky 2008) — afinal, a motivação de Johnson (1991) para esse movimento, que era a atribuição de Caso ao objeto via regência, não cabe mais no quadro teórico atual do Minimalismo; além disso, mesmo Chomsky *et al.* (2023: 37) afirmam que não está claro se tal movimento é obrigatório ou não, embora o assumam, como acabamos de ver. cremos que o problema da antilocalidade até pode ser resolvido se assumirmos que o VP se expande em mais projeções, no espírito de Ramchand (2008), por exemplo. Porém, o segundo problema é o que mais nos preocupa: se todo movimento sintático é *feature-driven*, i.e., realizado com o intuito de se checar um traço, o que justificaria o movimento do DP objeto, na posição de complemento de V, para o especificador desse sintagma, destacado em (38)?²² Certamente não pode ser um traço [EPP] de V, pois este é um núcleo lexical, e aqui se pressupõe que esse tipo de traço é restrito a categorias funcionais (cf. Chomsky 2000)²³. Devido a essas dificuldades, concluímos que essa ainda não é a solução ideal para nós.

²¹ Nessa representação, a área grifada em cinza indica material não mais acessível à operação *Merge* devido à *Phase Impenetrability Condition* (PIC), enquanto os elementos tachados se referem a inscrições idênticas e mais baixas (do argumento externo e do argumento interno) que não são mais acessíveis a *Merge* (Chomsky *et al.* 2023: 39).

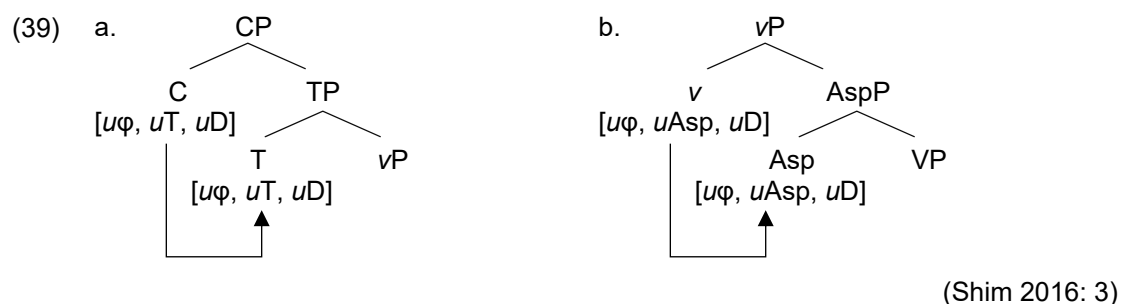
²² Alguém poderia argumentar que objetos se movem por razões de concordância, ainda que esse movimento não seja manifesto. Isso resolveria o problema da motivação para o movimento, mas ainda restaria a dificuldade relacionada à violação da Restrição de Antilocalidade.

²³ Em Chomsky (2000: 102), EPP é concebido como um traço não interpretável que se refere à propriedade de uma *core functional category* (CFC) — C, T e v — de permitir um Spec adicional. Em Ferreira (2017) e nesta tese, estamos assumindo que a categoria funcional Asp também dispõe desse traço.



A quarta possibilidade que queremos abordar aqui resolveria, enfim, os dois problemas descritos acima: trata-se da ideia de que v , na oração matriz, seleciona uma categoria Asp, e não V. Essa visão é adotada, por exemplo, por Shim (2016)²⁴. Vamos abordar brevemente os argumentos da autora para, em seguida, tratar dos aspectos de sua proposta que serão aproveitados nesta tese. Shim (2016) defende a noção de que, na realidade, não é V que herda os *probing features* de v na oração matriz, como suposto por Chomsky (2008), mas sim Asp. A autora afirma que, apesar de Chomsky assumir que a herança de traços (*feature inheritance* — FI) é uma propriedade geral de núcleos de fase e, portanto, aplicável ao domínio v -V, a FI de C para T não parece paralela à FI de v para V, visto que T é uma categoria funcional e V é uma categoria lexical (Shim 2016: 1). A autora segue argumentando que, sob a própria visão de Chomsky de que apenas categorias funcionais podem ter traços parametrizados — no caso de v , Chomsky (2008) propõe que tal núcleo pode ou não apresentar uma propriedade EPP que motiva o movimento aberto do objeto, o que explicaria o contraste entre as línguas de ordem VO e as de ordem OV —, categorias lexicais como V não podem herdar traços de um núcleo de fase (Shim 2016: 1-2). Diante disso e de algumas lacunas que identifica na perspectiva de Chomsky com relação à forma como a *feature inheritance* opera, a autora assume que o complemento de v não é o VP, e sim AspP (cf. Travis 2000), e propõe que o núcleo funcional Asp herda os traços de v , de forma paralela ao que ocorre entre C e T (Shim 2016: 2). As representações em (39) mostram a analogia entre C-T e v -Asp sob essa perspectiva: a categoria funcional Asp é a beneficiária dos *probing features* de v , como traços- ϕ , traços aspectuais e traço de Caso (D), assim como T seria a beneficiária dos *probing features* de C (Shim 2016: 2).

²⁴ Cf. também Travis (2000).



Shim (2016: 3) afirma que Chomsky não discute o que acontece quando os traços de C são transmitidos para T, não ficando claro se todos os traços são transmitidos nesse processo ou se eles são passados de forma seletiva, e também não sendo claro se tais traços desaparecem de C depois de serem descarregados em T ou se eles permanecem ativos em C. A fim de preencher essas lacunas, a autora propõe os seguintes princípios e regras operacionais que orientam o processo de *feature inheritance*.

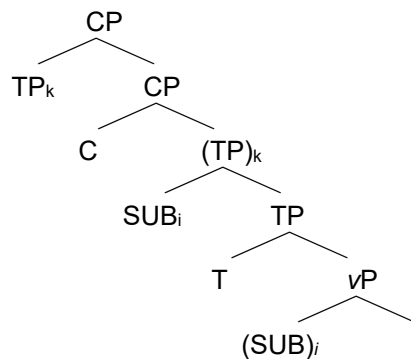
- (40) a. Princípios de FI
- Seleção de traços*: traços podem ser herdados seletivamente.
 - Expiração de traços*: traços herdados só ficam ativos no herdeiro (T, Asp) e perdem sua capacidade de sondagem no doador (C, v).
- b. Regras operacionais de FI
- Precocidade*: valore traços e satisfaça EPP o mais cedo possível.
 - Economia*: minimize o número de operações de checagem de traços.
 - Concordância múltipla sob antisimetria*: apenas um alvo é *spelled out* no especificador de uma sonda em múltiplas relações de concordância.

(Shim 2016: 3)²⁵

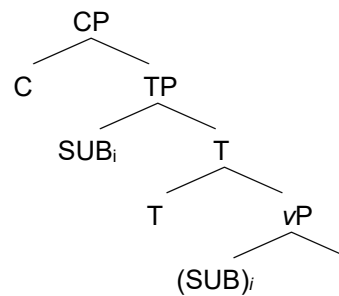
A principal preocupação de Shim é derivar a estrutura *head-final* do japonês e do coreano em comparação com a estrutura *head-initial* do inglês, distinção que a autora atribui às diferentes especificações de EPP nos traços de C e v e à diferença de valoração de traços nesses núcleos em cada uma das línguas (Shim 2016: 3). No caso do domínio C-T, o japonês e o coreano exibem um padrão de complemento-núcleo (o núcleo C aparece depois do TP), enquanto o inglês tem o padrão núcleo-complemento (o núcleo C aparece antes do TP). Para explicar esse contraste, a autora assume que o sujeito gerado em [Spec, v] se move para [Spec, TP] nas três línguas, mas o TP se move depois para [Spec, CP] apenas no japonês e no coreano, permanecendo *in situ* no inglês, como mostrado em (41) (Shim 2016: 4).

²⁵ No original: “(2) *Principles of FI* a. *Feature selection*: Features may be selectively inherited. b. *Feature expiration*: Inherited features are only active on the heir (T, Asp) and lose their probing capability on the donor (C, v). (3) *Operational rules of FI* a. *Earliness*: Value features and satisfy EPP as early as possible. b. *Economy*: Minimize the number of feature checking operations. c. *Multiple agree under antisymmetry*: Only one goal is spelled out at the specifier of a probe in multiple agree relations.” (Shim 2016: 3).

(41) a. Japonês/coreano



b. Inglês



(Shim 2016: 4)

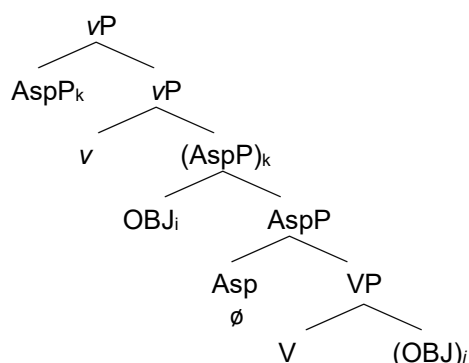
De acordo com a autora, assumindo-se que tanto o movimento do sujeito quanto o alçamento do TP são induzidos pela especificação de EPP em um dos traços de C, isso mostra que as especificações de EPP nesse núcleo são diferentes no japonês/coreano e no inglês: dois dos traços de C têm a propriedade EPP no japonês/coreano, sendo cada um responsável pelo movimento do sujeito e do TP, enquanto apenas um traço de C, o que dispara o movimento do sujeito, é especificado para EPP no inglês (Shim 2016: 4). A autora assume que C possui os mesmos traços, $[u\phi, uT, uD]$, em todas essas línguas e que o traço de Caso $[uD]$ em C nas três línguas é especificado para EPP, o que dispara o movimento do sujeito para TP; porém, considera que $[uT]$ em C é especificado para EPP apenas no coreano e no japonês, o que resulta no alçamento do TP para $[Spec, CP]$ (Shim 2016: 4). Essas diferentes especificações para EPP nos traços de C em cada língua estão mostradas em (42).

- (42) a. C $[u\phi, uT^{EPP}, uD^{EPP}]$ japonês/coreano
 b. C $[u\phi, uT, uD^{EPP}]$ inglês

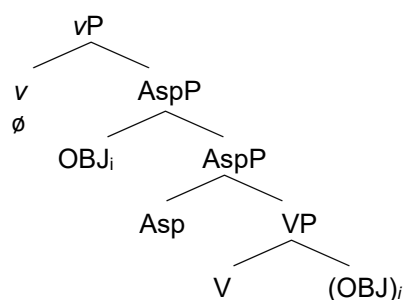
(Shim 2016: 5)

Segundo a autora, o contraste *head-final* vs. *head-initial* também existe no domínio *v-Asp*, de modo que V aparece depois de seu complemento no japonês e no coreano, ao passo que, no inglês, aparece antes do objeto (Shim 2016: 5). No caso do japonês e do coreano, primeiro o objeto se move para $[Spec, Asp]$, derivando-se a ordem OV dentro de $AspP$, depois todo o $AspP$ é alçado para $[Spec, vP]$, em razão das especificações para EPP em *v*, o que leva à estrutura em (43a); no caso do inglês, *Asp* permanece *in situ*, como mostra (43b) (Shim 2016: 5). Quanto ao movimento de núcleos, a autora assume que V é alçado para *Asp* e depois o complexo $Asp+V$ é alçado para *v* (Shim 2016: 5, ft. 2).

(43) a. Japonês/coreano



b. Inglês



(Shim 2016: 5)

Como se vê, o domínio v -Asp em (43) é paralelo ao domínio C-T em (41), e o núcleo v possui, em cada língua, as especificações em (44), conforme a autora, de modo que $[uD^{EPP}]$ e $[uAsp^{EPP}]$ em v disparam o movimento do objeto para [Spec, AspP] e o alçamento de Asp para [Spec, vP], respectivamente (Shim 2016: 5).

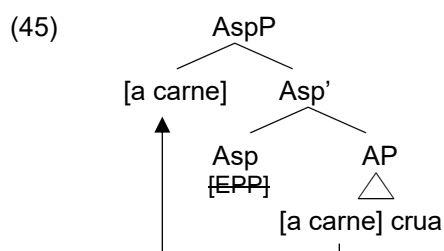
- (44) a. v $[u\phi, uAsp^{EPP}, uD^{EPP}]$ japonês/coreano
 b. v $[u\phi, uAsp, uD^{EPP}]$ inglês

(Shim 2016: 5)

Seguindo o princípio da seleção de traços em (40a-i), a autora supõe que, entre os três traços existentes em v , Asp pode herdar apenas dois, no japonês/coreano: $[u\phi, uD^{EPP}]$; o traço $[uD^{EPP}]$ dispara o *object shift* para [Spec, Asp] e, uma vez transmitido para Asp, ele não funciona mais como uma sonda em v , devido ao princípio da expiração de traços em (40a-ii) (Shim 2016: 6). No entanto, o traço $[uAsp^{EPP}]$ em v não é transmitido para Asp, o que significa que ele se mantém ativo em v , o que leva ao alçamento de AspP para [Spec, vP] nessas línguas, de acordo com Shim (2016: 6).

Shim (2016) segue explicando como os princípios e as regras em (40) atuam para derivar a ordem OV do japonês e do coreano, mas não é nosso interesse abordar a fundo essa questão, porque isso foge ao escopo deste trabalho. Também não é nosso interesse adotar na íntegra a proposta da autora, mesmo porque temos algumas ressalvas quanto a certos aspectos que não estão claros em sua análise: por exemplo, Shim não explicita se há múltiplos especificadores em v , um onde nasceria o argumento externo e outro que abrigaria o AspP alçado no japonês e no coreano, ou se se trata de uma projeção cindida. Também não vamos assumir nada em particular quanto à ordem de palavras em línguas OV. Os pontos presentes no trabalho de Shim que queremos adotar e que são pertinentes para esta tese são os seguintes: (i) a ideia de que V não participa de uma relação de *feature inheritance* com v , não herdando, portanto, os traços- ϕ e EPP desse núcleo de fase; (ii) a proposta de que o VP é selecionado por Asp, e posteriormente v seleciona AspP; e (iii) a ideia de que o objeto direto, o qual nasce como complemento de V, é

alçado para [Spec, AspP], em razão de uma propriedade EPP em Asp. Com relação a este último ponto, vamos simplesmente assumir que o núcleo Asp, na oração matriz, possui um traço EPP (ou que um de seus traços possui uma propriedade EPP) independentemente de sua relação com *v*. Também seria possível supor que Asp herda os *probing features* de *v* nesse contexto; contudo, já vínhamos assumindo, desde Ferreira (2017), que o núcleo Asp contido em uma *small clause* tem seu próprio traço EPP (não herdado de nenhum outro núcleo), como mostrado em (45); por isso, seria coerente, para nossa análise, assumirmos que o núcleo Asp da *small clause* também possui tal propriedade, ideia que adotaremos nesta tese.



Sob a perspectiva de que Asp possui seu próprio traço EPP, a seleção de AspP por *v* na oração matriz e de VP por Asp poderia ser justificada não pela necessidade de passar traços adiante via FI, mas por uma razão semântica/aspectual: parece fazer sentido que a categoria Asp, que presumivelmente se associa a propriedades aspectuais, esteja localizada entre a projeção em que se introduz o argumento externo (*vP*) e a projeção que abriga o complexo verbo + argumento interno (*VP*), uma vez que diferentes interpretações aspectuais são geradas pela combinação do verbo com seu argumento interno, de modo que o argumento externo não altera a classe aspectual do VP²⁶. Embora Shim (2016) não mencione, em seu trabalho, nada a respeito das propriedades aspectuais de Asp, acreditamos que esse seja um caminho promissor para motivar a presença dessa categoria na oração matriz.²⁷ Não é nosso objetivo neste capítulo, porém, detalhar como Asp interagiria com as características aspectuais da construção de predicação secundária: nosso foco era encontrar uma estrutura que permitisse a linearização da sentença, tópico que agora temos condição de abordar.

A discussão que acabamos de fazer a partir de Shim (2016) traz, assim, uma quarta possibilidade estrutural para as sentenças depictivas de objeto direto, que prevê a existência de uma projeção

²⁶ A depender do tipo de objeto com o qual o verbo se combina, é obtida uma interpretação aspectual de atividade ou de *accomplishment*, considerando-se a classificação de Vendler (1967): *João comeu pizza* (atividade) vs. *João comeu uma pizza* (*accomplishment*). O argumento externo não altera a classe aspectual do sintagma verbal — apenas atua na quantificação (multiplicação) do evento; assim, na frase *Os convidados leram o livro*, o argumento externo *Os convidados* faz a frase ter mais de uma interpretação, sem que isso mude as propriedades aspectuais do evento: pode ter havido uma leitura do livro ou múltiplas leituras, mas o sintagma verbal continua sendo *accomplishment* em ambos os casos. Esses exemplos e essas observações foram apresentados a nós por Marcus Lunguinho (c.p.), que também apontou a possível relação desse fenômeno com a categoria Asp. Janayna Carvalho (c.p.) também discutiu conosco exemplos pertinentes a respeito da mudança de interpretação aspectual causada pela presença de um objeto direto: *João correu* (atividade) vs. *João correu uma maratona* (*accomplishment*).

²⁷ Travis (2000) apresenta evidências do tagalo de que existe uma categoria não lexical aspectual entre os dois VPs que compõem a estrutura larsoniana de *VP-shell*: VP1 > AspP > VP2. Porém, a estrutura proposta por Travis é diferente da nossa, uma vez que ela assume, por exemplo, que o argumento tema está em [Spec, VP2] e que o argumento em [Spec, AspP] pode ser um agente não volitivo.

AspP entre vP e VP, de maneira que o argumento interno se move para a posição de [Spec, Asp]. Estando nesta posição, o DP passa a c-comandar sua cópia contida na *small clause* adjunta. Essa estrutura é associada à seguinte derivação:

(a) forma-se primeiro a *small clause*, ambiente em que o DP recebe um papel temático do adjetivo, entra em uma relação de *Agree* com Asp e depois se move para o especificador dessa categoria funcional, satisfazendo seu traço EPP;

(b) nesse ponto, o traço de Caso do DP ainda não foi valorado, dado que Asp é uma sonda defectiva (por ser ϕ -incompleta), então o DP pode mover-se de [Spec, Asp] da SC para a posição de complemento de V, onde recebe seu segundo papel temático;

(c) a *small clause* se adjunge ao VP matriz recém-formado;

(d) um núcleo Asp seleciona o VP e entra em uma relação de *Agree* com o DP na posição de argumento interno;

(e) Asp não consegue valorar o traço de Caso do DP, por se tratar de uma sonda defectiva; porém, Asp possui um traço EPP que faz o DP argumento interno mover-se para [Spec, Asp], satisfazendo tal traço;

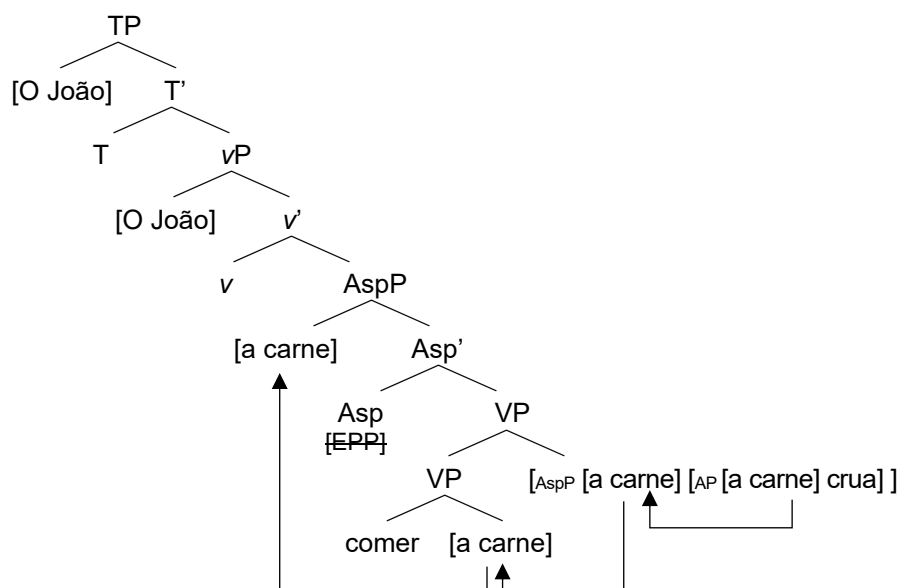
(f) depois, *v* é adicionado à estrutura e entra em relação de *Agree* com o DP argumento interno, valorando seu traço de Caso (como acusativo);

(g) o argumento externo sofre *Merge* na posição de [Spec, v], onde recebe um papel temático;

(h) depois, forma-se o TP, de modo que T entra em uma relação de *Agree* com o DP argumento externo, valora seu traço de Caso (como nominativo) e o alça para seu especificador, para satisfazer o traço EPP desse núcleo; e a derivação é concluída com a formação do CP.

Essa possibilidade estrutural está em (46), com os movimentos relevantes indicados por setas.

- (46) 4ª possibilidade (a escolhida): movimento do objeto para [Spec, Asp]



Todos os movimentos nessa derivação são motivados. No caso dos DPs, seu movimento é feito por uma de duas razões: para receber papel- θ , considerando-se que este é um traço a ser checado (Hornstein 1999, 2001); ou para satisfazer o traço EPP de alguma categoria funcional (Asp, T). Além disso, essa via de análise não incorre nos problemas que as demais possibilidades apresentavam: não ocorre violação de extração em adjuntos, pois a *small clause* só é adjungida depois que o DP sai de dentro dela; não há violação da Condição de Extensão, visto que não acontece adjunção tardia da SC; não ocorre *Copy* sem *Merge* imediato, uma vez que, quando o DP é copiado para se “mover”, ele não fica ocioso no *workspace*, mas sofre *Merge* logo em seguida; e não há violação da Restrição de Antilocalidade referente ao movimento de *Comp-to-Spec*, visto que o DP argumento interno se move da posição de complemento para a posição de especificador de outro sintagma, e não do mesmo sintagma em que foi gerado. Ademais, o ponto mais importante é que essa configuração permite o c-comando entre as cópias do DP argumento interno, que é uma das condições necessárias para a formação de cadeia e, consequentemente, para a linearização da sentença (Nunes 2004). No caso em questão, a cópia mais alta, em [Spec, Asp], c-comanda assimetricamente suas demais cópias. Por essas razões, a possibilidade em (46) é a estrutura que elegemos para as construções depictivas de objeto direto.

De posse dessas assunções, vamos verificar em detalhes se as condições sobre a operação Formar Cadeia, conforme proposto por Nunes (2004), são atendidas por essa representação, especificamente no que se refere às cópias do argumento interno. Essas condições estão enunciadas em (47).

(47) Condições sobre *Form Chain* (Formar Cadeia)

Dois constituintes α e β podem formar uma cadeia não trivial²⁸ $CH = (\alpha, \beta)$ se

- a. α é não distinto de β ;
- b. α c-comanda β ;
- c. há pelo menos um traço F de α tal que F entra em uma relação de checagem com um sub-rótulo do núcleo da projeção com a qual α sofre *Merge* e, para qualquer traço F de α , o traço F correspondente de β está acessível para o sistema computacional; e
- d. não existe nenhum constituinte γ tal que γ tenha um traço F' que seja do mesmo tipo que o traço F de α , e γ esteja mais perto de α do que β está.

(Nunes 2004: 91, tradução nossa)²⁹

As noções de sub-rótulo (*sublabel*) e proximidade (*closeness*), presentes em (47), são definidas da seguinte maneira pelo autor.

- (48) a. Sub-rótulo: σ é um sub-rótulo de um núcleo H se, e somente se, σ é um traço de H ou um traço de algum elemento adjungido a H .
- b. Proximidade: γ está mais próximo de β se, e somente se, (a) α c-comanda γ e γ c-comanda β , e (b) γ não está no mesmo domínio mínimo que α ou β .

(Nunes 2004: 91, tradução nossa)³⁰

De acordo com Nunes (2004: 91), (47a) estabelece que uma cadeia somente pode ser formada entre cópias de um objeto sintático, e (47c) e (47d) correspondem aos conceitos de *Last Resort* e *Minimal Link Condition* de Chomsky (2015 [1995], cap. 4), reformulados como condições sobre a formação de cadeias.

Na estrutura que estamos propondo para a construção depictiva de objeto direto em (49), há quatro cópias do DP [a carne], numeradas³¹ para facilitar a exposição: a cópia₄ refere-se ao *Merge* desse DP no âmbito do AP; a cópia₃ está em [Spec, Asp] na oração adjunta; a cópia₂ está na posição de complemento de V, na oração matriz; e a cópia₁ está em [Spec, Asp] na oração matriz. A situação das cópias quanto às relações de c-comando é esta: (a) a cópia₁ c-comanda

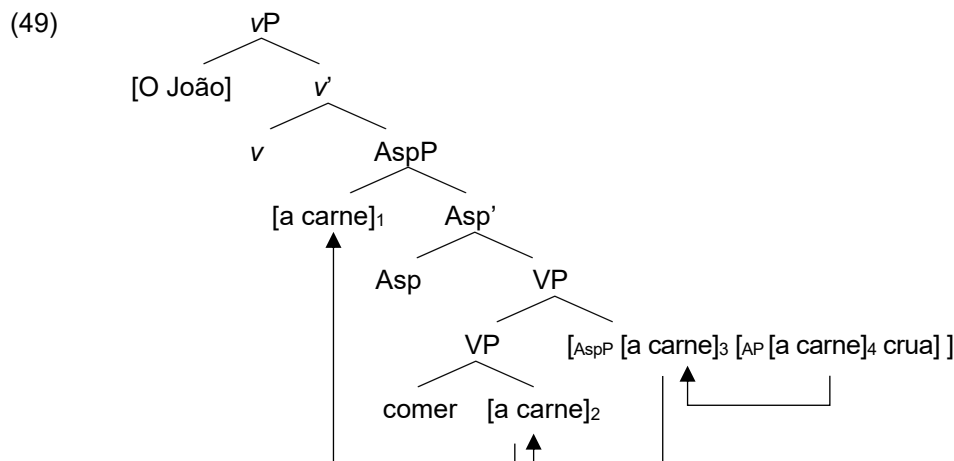
²⁸ No *framework* de Princípios e Parâmetros, uma cadeia (não trivial) consiste no objeto descontínuo formado por um elemento movido e seu vestígio (Nunes 2004: 1); no caso da teoria de Nunes, esses movimentos são analisados em termos de cópias, como já vimos, e não de vestígios.

²⁹ No original: “*Conditions on Form Chain*: Two constituents α and β can form the nontrivial chain $CH = (\alpha, \beta)$ if a. α is nondistinct from β ; b. α c-commands β ; c. there is at least one feature F of α such that F enters into a checking relation with a sublabel of the head of the projection with which α merges and for any such feature F of α , the corresponding feature F of β is accessible to the computational system; and d. there is no constituent γ such that γ has a feature F' that is of the same type as the feature F of α , and γ is closer to α than β is.” (Nunes 2004: 91).

³⁰ No original: “*Sublabel*: σ is a sublabel of the head H iff σ is a feature of H or a feature of some element adjoined to H . *Closeness*: γ is closer to α than β is iff (a) α c-commands γ and γ c-commands β , and (b) γ is not in the same minimal domain as α or β .” (Nunes 2004: 91).

³¹ Apesar de Nunes (2004) empregar números sobrescritos para identificar as cópias, vamos utilizar a notação subscrita, para não haver confusão com indicações de nota de rodapé.

assimetricamente a cópia₂, a cópia₃ e a cópia₄; (b) a cópia₃ c-comanda a cópia₄; (c) a cópia₂ não c-comanda nenhuma outra cópia e só é c-comandada pela cópia₁; (d) a cópia₄ não c-comanda nenhuma outra cópia e só é c-comandada pela cópia₃ e pela cópia₁.



Considerando-se as condições em (47), a cópia₁ e a cópia₂ podem formar a cadeia não trivial CH₁ = (cópia₁, cópia₂). Nota-se que a cópia₃ e a cópia₄ não estão mais próximas da cópia₁ do que a cópia₂ está, porque elas não c-comandam esta cópia (e esta cópia também não c-comanda as demais); assim, as cópias contidas na *small clause* não induzem efeitos de minimalidade, e a condição em (47d) é atendida sem problemas. Considerando-se que o sistema computacional pode gerar uma cadeia com mais de dois *links* (cf. Nunes 2001: 334), também se obtém a cadeia não trivial CH₂ = (cópia₁, cópia₃, cópia₄). A cópia₁ não pode formar uma cadeia não trivial apenas com a cópia₄, pois a cópia₃ induziria efeito de minimalidade. As duas cadeias aqui referidas, que são encabeçadas pelo mesmo elemento, estão indicadas em (50).

- (50) a. CH₁ = (a carne₁, a carne₂)
b. CH₂ = (a carne₁, a carne₃, a carne₄)

No entanto, cadeias não triviais, segundo Nunes (2004: 38), induzem violações do Axioma da Correspondência Linear (LCA), por isso devem ser submetidas à operação *Chain Reduction* (Reduzir Cadeia), enunciada em (51), responsável pelo apagamento de *links* em uma cadeia. Cadeias não triviais não poderiam ser linearizadas sem a aplicação de Reduzir Cadeia porque as condições de assimetria e não reflexividade (*irreflexivity*) sobre a ordem linear seriam violadas, uma vez que os elos da cadeia são não distintos (cf. (47a)) (Nunes 2004: 41)³².

³² A ideia de assimetria pressuposta aqui refere-se ao entendimento de que, se α precede β , então, necessariamente, β não precede α (Nunes 2004: 24). Observa-se, por exemplo, que, em (49), a cópia₁ c-comanda Asp, que, por sua vez, c-comanda a cópia₃. Acontece que a cópia₁ e a cópia₃ são não distintas, então Asp precederia um elemento e seria precedido por este mesmo elemento, o que fere a condição de assimetria.

(51) *Chain Reduction* (Reduzir Cadeia)

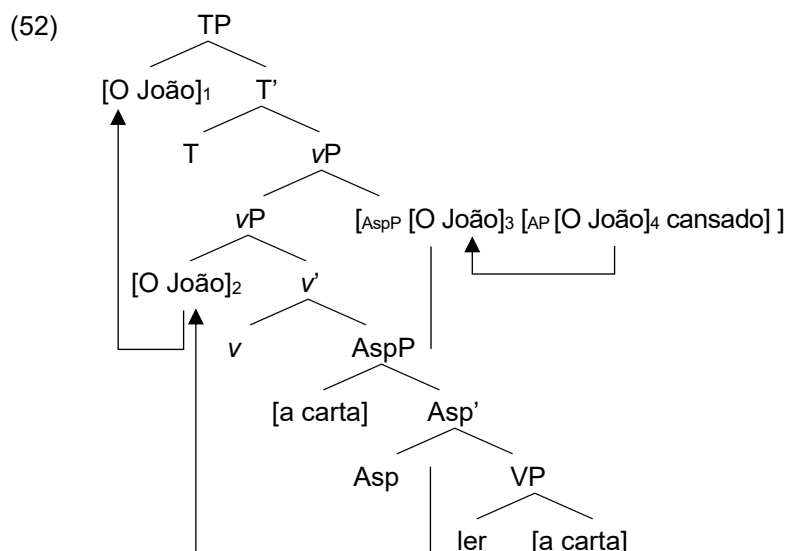
Apague o número mínimo de constituintes de uma cadeia não trivial CH que seja suficiente para que CH seja mapeado em uma ordem linear de acordo com o LCA [Axioma da Correspondência Linear].

(Nunes 2004: 27, tradução nossa³³)

No caso em análise, a operação Reduzir Cadeia é aplicada mais de uma vez, apagando as cópias mais baixas de [*a carne*] e mantendo apenas a cópia mais alta (cópia₁), que é a cabeça das cadeias. Com isso, a estrutura referente à derivação em (49) é linearizada sem problemas como *O João comeu a carne crua*.

A derivação que acabamos de discutir é referente a uma construção depictiva de objeto direto. Quanto às construções depictivas de sujeito, existe uma diferença com relação ao local de adjunção em nossa análise: a *small clause* está no nível de *vP*. Assim, considerando-se a estrutura em (52), a derivação da oração matriz prossegue com a formação do VP [*ler a carta*] e depois se forma AspP, com o argumento interno sendo movido para [Spec, Asp]. A *small clause* [*O João cansado*] se forma paralelamente, e nesse ambiente [*O João*] recebe um papel temático do predicado secundário. No momento de se formar o *vP* da oração matriz, [*O João*] se move (isto é, sofre *Copy + Merge*) para a posição de [Spec, *vP*], onde recebe o segundo papel temático, funcionando como argumento externo. Em seguida, ocorre a adjunção da SC a *vP*, e a derivação é completada com a formação do TP, havendo movimento de [*O João*] para [Spec, TP], e depois com a construção do CP. Quanto à concordância, [*O João*] estabelece uma relação de *Agree* com Asp no âmbito da SC, porém seu traço de Caso não é valorado nesse momento, dado que Asp é uma sonda defectiva, o que possibilita que o DP continue ativo, nos termos de Chomsky (2001). Posteriormente, [*O João*] entra em uma relação de concordância com T, situação em que o traço de Caso do DP é valorado como nominativo. No caso do argumento interno [*a carne*], seu traço de Caso é valorado como acusativo na relação de *Agree* com a sonda em *v*.

³³ No original: “*Chain Reduction* Delete the minimal number of constituents of a nontrivial chain CH that suffices for CH to be mapped into a linear order in accordance with the LCA.” (Nunes 2004: 27).



No que se refere às relações de c-comando entre as cópias relevantes aqui, nota-se, em (52), a mesma situação que observamos quanto às cópias em (49): (a) a cópia₁ c-comanda a cópia₂, a cópia₃ e a cópia₄; (b) a cópia₃ c-comanda a cópia₄; (c) a cópia₂ não c-comanda nenhuma outra cópia e somente é c-comandada pela cópia₁; (d) a cópia₄ não c-comanda nenhuma outra cópia e só é c-comandada pela cópia₃ e pela cópia₁. Tendo em vista as condições sobre a formação de cadeias (Nunes 2004), podemos identificar duas cadeias que envolvem o DP [O João], como apresentado em (53).

- (53)
- a. CH₁ = (O João₁, O João₂)
 - b. CH₂ = (O João₁, O João₃, O João₄)

Aqui a operação Reduzir Cadeia também pode ser aplicada mais de uma vez, apagando as cópias mais baixas de [O João] e mantendo apenas a cópia₁, que é a cabeça das cadeias. Assim, a estrutura relativa à derivação em (52) pode ser linearizada como *O João leu a carta cansado*, em concordância com o LCA.

Nesta subseção, solucionamos o primeiro problema identificado no início do capítulo, referente à linearização das construções depictivas de objeto direto. O problema, vale relembrar, era que a análise que propusemos em Ferreira (2017) não permitia o c-comando entre as cópias do DP relevante (o argumento interno e sua cópia contida na *small clause*), o que impedia a linearização da sentença, seguindo-se a teoria de Nunes (2004) sobre a formação de cadeias e apagamento de elos para fins de linearização. Verificamos que, para resolver essa dificuldade, seria melhor repensar a estrutura das construções depictivas; assim, após estudarmos quatro possibilidades estruturais potencialmente adequadas, decidimos assumir, a partir de Shim (2016), que existe uma projeção Asp acima do VP e abaixo do vP na oração matriz, sendo que o argumento interno se move da posição de complemento do verbo para [Spec, Asp]. Essa nova configuração permite a linearização da sentença, uma vez que agora é possível a formação de cadeia entre as cópias,

como se vê em (49). No caso das construções depictivas de sujeito, a linearização também ocorre sem problemas, porque o c-comando necessário entre as cópias é garantido nessa configuração, como se vê em (52). Na próxima subseção, trataremos do segundo problema proposto para este capítulo, relativo à ausência de *object control* em construções adjuntas semelhantes às depictivas.

3.2 Diferenciando SCs depictivas de orações adjuntas temporais

O segundo desafio que definimos para este capítulo era explicar por que, no português brasileiro, é possível o controle em adjuntos pelo objeto direto no caso de construções depictivas, como (54), mas não em orações adjuntas temporais infinitivas com sujeito nulo, como (55) e (56), que só admitem o controle pelo sujeito da oração matriz.

(54) O João_i cumprimentou o Paulo_k [*ec_i / k* bêbado].

(55) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [*ec_i / *k* entrar na sala].

(Nunes 2014: 79)

(56) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k antes de / ao / após [*ec_i / *k* entrar na sala].

O mesmo contraste se dá com as orações temporais finitas, como em (57), que também não admitem o controle do sujeito nulo pelo objeto direto da oração matriz. O exemplo em (58) mostra que esse controle não é possível nem mesmo quando a oração adjunta contém um elemento (no caso, *rica*) que forçaria a concordância com o objeto direto.

(57) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k quando / assim que / logo que / depois que [*ec_i / *k* entrou na sala].

(58) *O João conheceu a Maria depois que ficou rica.

(M. Ferreira 2000: 54)

Quando a oração temporal adjunta é substituída pela predicação secundária, o controle pelo objeto passa a ser permitido, como se vê em (59). Isso sugere que o contraste em questão é de natureza sintática/estrutural, e não semântica, já que as frases têm sentido muito próximo.

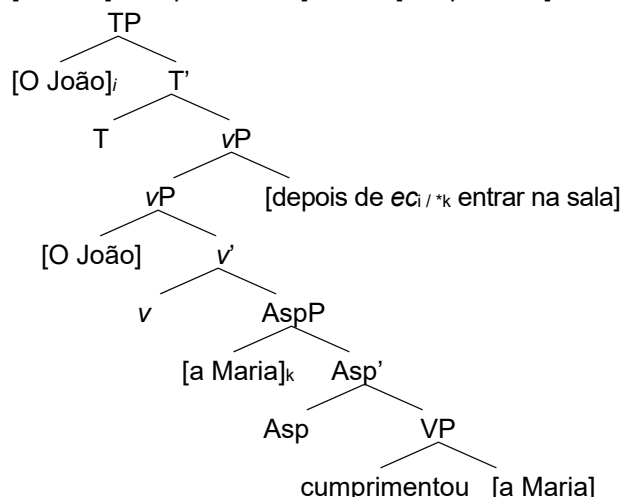
- (59) a. *O João conheceu a Maria enquanto era rica.
b. O João conheceu a Maria rica.³⁴

³⁴ Lembramos que a sequência linear em (59b) é ambígua entre a leitura atributiva e a leitura predicativa de *rica*; no caso, a interpretação relevante é a predicativa.

Assumindo o sistema de Nunes (2004), conseguimos explicar esse contraste a partir da relação de c-comando, que é condição para a operação Formar Cadeia: apenas nas construções depictivas, mas não nas sentenças com orações temporais, o objeto direto c-comanda uma cópia contida na estrutura adjunta. Com isso, as orações temporais não ficarão em uma configuração que permita a linearização da sentença, diferentemente das construções depictivas.

A falta de c-comando pelo objeto nas orações temporais se dá porque, presumivelmente, elas se adjungem a uma projeção mais alta na sentença — como ao vP (cf. M. Ferreira 2000) —, o que significa que, mesmo que o objeto direto suba para [Spec, AspP] dentro da oração matriz (análise que estamos adotando), isso não é suficiente para garantir o c-comando entre a cópia em [Spec, AspP] e a cópia na oração temporal. O exemplo em (60) evidencia melhor esse ponto, assumindo-se a adjunção a vP: a cópia de [a Maria]_k em [Spec, AspP] não c-comanda o adjunto, mas a cópia de [O João] em [Spec, TP] c-comanda a *ec* na oração adjunta.

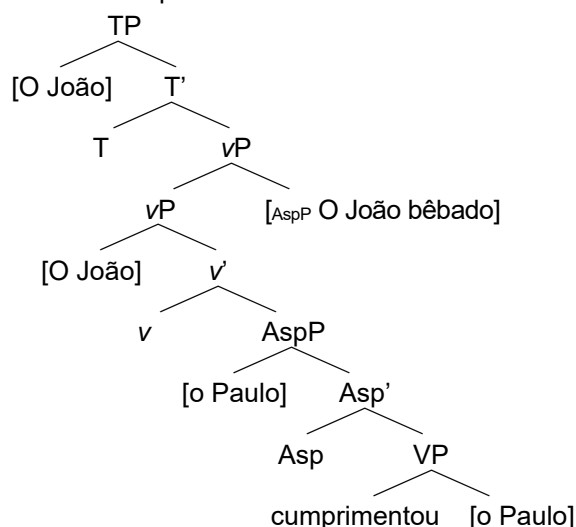
- (60) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [*ec*_i / *_k entrar na sala].



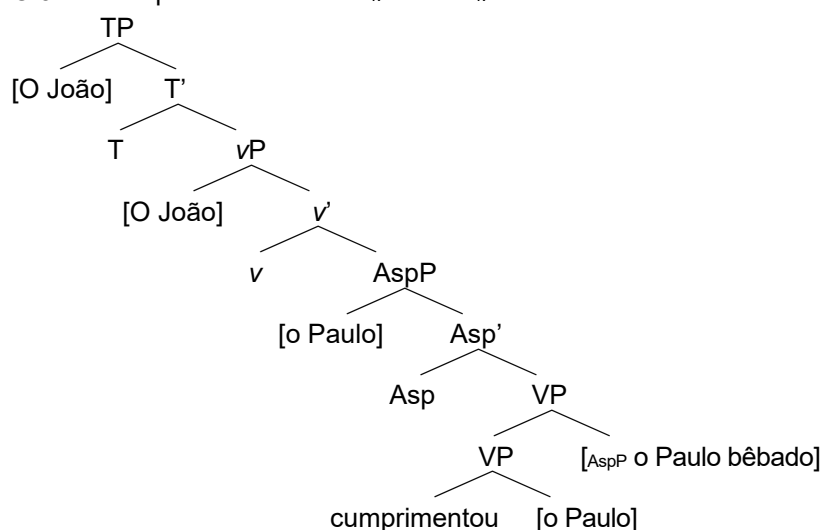
No caso da sentença com controle pelo objeto direto, a cópia de [a Maria] em [Spec, AspP] não formaria uma cadeia com uma cópia contida na oração adjunta, então a operação Reduzir Cadeia não poderia ser aplicada. Isso levaria à violação das condições de assimetria e não reflexividade, e a sentença não poderia ser linearizada (cf. Nunes 2004), o que explicaria a agramaticalidade de **O João cumprimentou a Maria_k depois de ec_k entrar na sala*. A sentença com controle pelo sujeito, diferentemente, pode ser linearizada sem problemas, porque a cópia de [O João] em [Spec, TP] pode formar uma cadeia não trivial com a cópia contida na oração adjunta, o que permitiria a aplicação de Reduzir Cadeia e não traria problemas de linearização; o resultado disso é a gramaticalidade de *O João_i cumprimentou a Maria depois de ec_i entrar na sala*. Essa análise é, assim, análoga à oferecida por M. Ferreira (2000) para as frases *O João comeu um pastel quando foi na feira* vs. **O João conheceu a Maria depois que ficou rica*, que o autor também analisa em termos de movimento lateral: apenas na primeira sentença existe a formação de cadeia entre as cópias do DP *O João*, enquanto na segunda não há formação de cadeia entre as cópias de *a Maria*, daí a agramaticalidade deste último dado (M. Ferreira 2000: 52-55).

Por outro lado, as *small clauses* depictivas, conforme a análise que estamos defendendo aqui, não levam a problemas de linearização. Tanto nas construções depictivas orientadas ao sujeito quanto nas orientadas ao objeto, as cópias relevantes estão em uma relação de c-comando, obtendo-se uma configuração que permite a aplicação de Reduzir Cadeia e, conseqüentemente, a linearização da estrutura. Isso se deve ao local de adjunção da *small clause*: estamos supondo que a de objeto direto se adjunge ao nível de VP, enquanto a de sujeito se adjunge ao vP³⁵, havendo uma projeção AspP entre o VP e o vP — ou seja, a *small clause* se adjunge à projeção da oração matriz onde “nasce” o argumento a que ela se refere. As estruturas em (61) e (62) mostram que a cópia relevante (em [Spec, TP] e [Spec, AspP], respectivamente) c-comanda a cópia na *small clause* adjunta. Dessa forma, ambas as sentenças convergem e são gramaticais.

- (61) O João_i cumprimentou o Paulo bêbado_i.



- (62) O João cumprimentou o Paulo_k bêbado_k.



³⁵ Em Ferreira (2017: 125-138), são discutidas evidências, a partir de Foltran (1999), Roberts (1988) e Legendre (1997), de que o depictivo de objeto é mais baixo que o depictivo de sujeito, situando-se no nível do VP, e são apresentados argumentos a favor da adjunção do depictivo de sujeito a vP.

Como se vê, adotando-se o sistema de Nunes (2004), em conjunto com os nossos pressupostos a respeito dos locais de adjunção, da existência de uma projeção AspP entre o VP e o vP e do movimento do objeto para [Spec, AspP], é possível explicar o contraste entre as construções depictivas e as sentenças com orações adjuntas no PB.³⁶ Como dito anteriormente, M. Ferreira (2000) também explica a assimetria sujeito-objeto quanto ao controle em orações adjuntas finitas no português brasileiro (*O João comeu um pastel quando foi na feira* vs. **O João conheceu a Maria depois que ficou rica*) valendo-se do sistema de Nunes (1995) e da diferença quanto à aplicação da operação Reduzir Cadeia. Nesse sentido, vê-se que não é necessário recorrer ao princípio *Merge-over-Move* para explicar esses contrastes.

Antes de finalizar esta subseção, queremos destacar que Hornstein & Nunes (2014: ft. 30) já observaram que a estrutura subjacente a *John_i saw Mary_k after PRO_{i/*k} eating lunch* que poderia resultar em *object control* é independentemente excluída sob o sistema de Nunes, já que as duas cópias de *Mary* não formam uma cadeia e não podem ser apagadas por meio de Reduzir Cadeia:

[...] Sob o sistema de Nunes (1995, 2001, 2004), por exemplo, a estrutura subjacente a (36) [*John_i saw Mary_k after PRO_{i/*k} eating lunch*] que poderia resultar em *object control* é independentemente excluída porque não pode ser linearizada, uma vez que as duas cópias de *Mary* não formam uma cadeia e, conseqüentemente, não estão sujeitas a serem apagadas por meio [da operação] Reduzir Cadeia [...] (Hornstein & Nunes 2014: ft. 30).³⁷

A contribuição desta tese, portanto, não reside em mostrar que as orações temporais podem ser analisadas somente com o sistema de Nunes (isto é, independentemente de MoM), porque isso já foi feito pelos autores mencionados; nossa contribuição está em mostrar que as construções depictivas também podem ser analisadas sob a mesma lógica, com base no sistema de Nunes, e que o contraste entre as *small clauses* depictivas e as orações temporais pode ser explicado a partir de diferentes locais de adjunção, assumindo-se que todas essas construções são estruturas de controle.

Nesta subseção, abordamos a segunda questão que havia sido proposta para este capítulo, que consistia em explicar por que o controle do sujeito de uma estrutura adjunta pelo objeto direto da oração matriz é permitido em construções depictivas, como *O João cumprimentou o Paulo_k bêbado_k*, mas não em orações adjuntas temporais, como **O João cumprimentou a Maria_k depois de ec_k entrar na sala* e **O João conheceu a Maria depois que ficou rica*, assumindo-se que todas

³⁶ Na comparação que estamos traçando entre essas estruturas, é pressuposta a hipótese de que o sujeito nulo das orações adjuntas temporais, assim como o sujeito da *small clause* depictiva, é obrigatoriamente controlado por seu “antecedente” na oração matriz (cf. M. Ferreira 2000; Rodrigues 2004b). As construções depictivas e as sentenças com orações adjuntas (finitas e infinitivas) também se assemelham quanto à ocorrência de *sideward movement*. No caso das construções depictivas, o DP pode se mover para fora da *small clause* porque, segundo estamos supondo, Asp é uma sonda defectiva, nos termos de Chomsky (2000, 2001), sendo incapaz de valorar o traço de Caso do DP. No caso das orações adjuntas infinitivas, o T não finito possui um conjunto incompleto de traços-φ, sendo também incapaz de valorar o traço de Caso do DP. Quanto às orações finitas, aqui se presume, com M. Ferreira (2000) e Nunes (2008, 2014), que T finito no PB pode possuir um conjunto completo ou incompleto de traços-φ; nesta segunda hipótese, também passa a ser incapaz de valorar o Caso do DP na oração adjunta, e este pode se mover para uma posição temática.

³⁷ No original: “[...] Under Nunes’s (1995, 2001, 2004) system, for instance, the structure underlying (36) that could result in object control is independently excluded because it cannot be linearized, as the two copies of *Mary* do not form a chain and, accordingly, are not subject to deletion under Chain Reduction. [...] (Hornstein & Nunes 2014: ft. 30).

essas estruturas são de controle. Argumentamos que esse contraste pode ser explicado a partir do sistema de Nunes (2004) quanto à linearização de sentenças e da diferença entre os locais de adjunção de cada estrutura adjunta: no caso das construções depictivas, a cópia do objeto direto contida em [Spec, AspP] c-comanda a cópia contida na *small clause*, que se adjunge a VP, o que permite a formação de uma cadeia não trivial entre elas e a aplicação da operação Reduzir Cadeia; no caso das orações adjuntas, a cópia do objeto direto contida em [Spec, AspP] não c-comanda a cópia contida na estrutura adjunta, que está situada em uma posição mais alta, presumivelmente o vP, o que resulta em um problema de linearização, já que a operação Reduzir Cadeia não pode ser aplicada nessa situação. A próxima seção trata da última questão proposta para o capítulo, referente ao princípio de economia *Merge-over-Move*.

3.3 Sobre o princípio *Merge-over-Move*

A terceira e última questão que vamos abordar neste capítulo diz respeito à suposta violação do princípio de economia *Merge-over-Move* nas construções depictivas orientadas para o objeto direto derivadas via *sideward movement*. Vamos mostrar, como já antecipamos, que este é, na verdade, um falso problema, porque MoM simplesmente não se aplica à derivação das depictivas de OD em questão, então não existe uma violação do princípio.

3.3.1 Inaplicabilidade de *Merge-over-Move*: violação quanto à extração de adjuntos

Relembremos que o problema que apontamos em Ferreira (2017) se concentra no passo derivacional ilustrado em (63), relativo à sentença *O João comeu a carne crua*. Nesse ponto da derivação, a *small clause* [*a carne crua*] já foi construída, e o próximo passo é iniciar a construção da oração matriz, o que será feito por meio do *Merge* de V com seu argumento interno.

- (63) K = [a carne crua]
L = [comeu]

(Ferreira 2017: 194)

No ponto exemplificado em (63), em que o verbo *comeu* deve atribuir um papel- θ interno, há, em princípio, duas possibilidades de se satisfazer a seleção argumental: o sistema pode fazer *Merge* do elemento *O João*, que está disponível na Numeração; ou pode haver o movimento lateral (*Copy + Merge*) de *a carne*, presente na SC, para a posição de argumento interno de V. A primeira opção está detalhada em (64). Entretanto, esse caminho geraria a sentença indesejada em (64d).

(64) Primeiro caminho: *Merge* de [o João]

- a. K = [A carne crua]
L = [comeu o João]

- b. K = [A carneⁱ crua]
M = [A carneⁱ comeu o João]
- c. [A carne^k [_{VP} ~~A carne^k~~ [_{VP} comeu o João] [_{AspP} ~~a carneⁱ crua~~]]]
- d. #A carne_i comeu o João crua_i.

A segunda opção, que consiste no *sideward movement* do DP contido na *small clause*, está detalhada em (65). Ela nos leva à construção desejada em (65d).

(65) **Segundo caminho: movimento lateral de [a carne]**

- a. K = [A carne crua]
L = [comeu]
- b. K = [A carneⁱ crua]
M = [comeu a carneⁱ]
- c. [O João^k [_{VP} ~~O João^k~~ [_{VP} comeu a carne_i] [_{AspP} ~~a carneⁱ crua~~]]]
- d. O João comeu a carne_i crua_i.

Considerando os dois caminhos, dissemos em Ferreira (2017) que o segundo deles, em (65), seria menos econômico, apesar de gerar a construção desejada, porque prioriza o movimento do DP contido na *small clause* em detrimento do Merge de [o João], o que feriria o princípio *Merge-over-Move*. Como dito anteriormente, esse princípio enuncia que, tudo o mais sendo igual, é preferível realizar *Merge* de determinado elemento da Numeração, em vez de *Move* de um objeto já inserido na derivação (cf. Chomsky 1995). Isso resulta do entendimento de que operações mais simples são preferíveis a operações mais complexas: como a operação *Move* é mais complexa que seus subcomponentes *Merge* e *Agree*, ela deve ser escolhida apenas como *last resort* (Chomsky 2000: 101-102). Chomsky (2000: 101) afirma que a operação *Move* é mais complexa até mesmo que a combinação de *Merge* e *Agree*, porque envolve o passo extra de determinar P(F) (*pied-piping* generalizado). No quadro da *Copy Theory of Movement*, em que a noção de movimento é fruto não de operação independente (*Move*), e sim resultado da aplicação de duas operações atômicas, *Copy* e *Merge*, o princípio *Merge-over-Move* é reinterpretado como uma preferência por *Merge* em vez de *Copy* (Nunes 2004: 93; Hornstein, Nunes & Grohmann 2005): segundo Hornstein (2001: 49), se *Move* é *Copy* + *Merge*, então *Merge* de um elemento envolve menos operações do que a realização de *Copy* + *Merge*, por isso *Merge* seria uma operação “mais barata”. Dito isso, se o princípio *Merge-over-Move* se aplica aos dados em (64) e (65), o sistema deveria priorizar a primeira opção, que leva à sentença indesejada.

No entanto, como apontado por Jairo Nunes (c.p.), o princípio *Merge-over-Move* não se aplica ao caso que estamos analisando aqui. Para que o princípio seja aplicado, devem ser comparadas apenas derivações que convergem, porém (64d), por motivos independentes, não converge:

esse caminho viola a restrição quanto à extração de adjuntos quando o DP *a carne* é copiado de dentro da *small clause* (já adjungida) para a posição de argumento externo de *vP*. Sendo assim, o princípio *Merge-over-Move* não pode se aplicar a (64).

Neste ponto, vale a pena relembrar o argumento de Chomsky que levou à formulação do princípio, para entender melhor por que ele só se aplica a derivações convergentes. Do ponto de vista empírico, o argumento para *Merge-over-Move*, conforme inicialmente proposto por Chomsky (1995), vem basicamente de um contraste no âmbito de sentenças existenciais do inglês, como observado em (66).³⁸

- (66) a. There seems to be someone in the room/here.
 ‘Parece haver alguém na sala/aqui.’
 b. *There seems someone to be in the room/here.
 ‘Parece alguém haver na sala/aqui.’

(Motut 2010: 13)

O contraste entre (66a) e (66b), conforme explica (Motut 2010: 13), é problemático no quadro teórico do Minimalismo porque a sentença agramatical em (66b) pode ser derivada sem maiores problemas, como se pode constatar a seguir. A partir da Numeração N_0 , em (67a), os elementos *someone* e *here* são selecionados mediante a operação *Select*, depois ocorre *Merge* entre esses itens, o que gera (67b). A Numeração restante a partir disso se encontra em (67c).

- (67) a. $N_0 = \{\text{there}_1, T_1, \text{seem}_1, \text{to}_1, \text{be}_1, \text{someone}_1, \text{here}_1\}$
 b. $[\text{sc someone here}]$
 c. $N_1 = \{\text{there}_1, T_1, \text{seem}_1, \text{to}_1, \text{be}_1, \text{someone}_0, \text{here}_0\}$

(Motut 2010: 14)

Na sequência, o elemento *be* é retirado da Numeração e a operação *Merge* ocorre novamente, formando-se (68a). A Numeração restante fica no estado indicado em (68b).

- (68) a. $[\text{vP be someone here}]$
 b. $N_2 = \{\text{there}_1, T_1, \text{seem}_1, \text{to}_1, \text{be}_0, \text{someone}_0, \text{here}_0\}$

(Motut 2010: 14)

³⁸ Conforme observa Motut (2010: 13), o mesmo contraste ocorre com qualquer frase expletiva em que haja uma oração infinitiva embaixo de um verbo de alçamento, como mostrado em (i).

- (i) a. There is likely to be a rainbow after the rain.
 b. * There is likely a rainbow to be after the rain.

(Motut 2010: 13)

Depois, seleciona-se *to* da Numeração e a operação *Merge* ocorre mais uma vez, o que gera a estrutura em (69a). A Numeração chega, então, ao estado indicado em (69b).

- (69) a. [TP to be someone here]
b. N₃ = {there₁, T₁, seem₁, to₀, be₀, someone₀, here₀}

(Motut 2010: 14)

Nesse momento, o sistema deve tomar uma decisão, pois há duas possibilidades para a derivação continuar: fazer *Move* de *someone* para [Spec, TP]; ou selecionar *there* da Numeração e fazer *Merge* deste item nessa posição. No caso dessa sentença (**There seems someone to be here*), ocorre *Move* de *someone*, como indicado em (70a). Como nenhum item é selecionado da Numeração, ela permanece com o mesmo número de elementos, como mostrado em (70b). Os passos subsequentes e as respectivas Numerações são apresentados em (71) – (73).

- (70) a. [TP someone to be ~~someone~~ here] (MOVE)
b. N₄ = {there₁, T₁, seem₁, to₀, be₀, someone₀, here₀}

(Motut 2010: 14)

- (71) a. [VP seem [TP someone to be ~~someone~~ here] (MERGE)
b. N₅ = {there₁, T₁, seem₀, to₀, be₀, someone₀, here₀}

- (72) a. [TP T [VP seem [TP someone to be ~~someone~~ here] (MERGE)
b. N₆ = {there₁, T₀, seem₀, to₀, be₀, someone₀, here₀}

- (73) a. [TP there T [VP seem [TP someone to be ~~someone~~ here] (MERGE)
b. N₇ = {there₀, T₀, seem₀, to₀, be₀, someone₀, here₀}

((71) – (73) extraídos de Motut (2010: 14))

Encontramo-nos, assim, diante de um problema, pois a sentença **There seems someone to be here* é derivada tranquilamente, apesar de ser evidentemente agramatical. Para resolver esse impasse, o princípio *Merge-over-Move* entra em cena, sendo levado em consideração para a derivação da sentença, como observa Motut (2010: 14). O argumento para a introdução desse princípio de economia está centrado no fato de que é possível obter outra derivação convergente a partir da Numeração N₀ (em (67a)). Após o passo em (69), no ponto de escolha entre *Merge* ou *Move*, se a derivação prosseguir com o *Merge* de *there* em [Spec, TP], procedendo conforme (74) – (77), será obtida a sentença gramatical *There seems to be someone here*.

- (74) a. [TP there to be someone here] (MERGE)
b. N₄ = {there₀, T₁, seem₁, to₀, be₀, someone₀, here₀}

- (75) a. [VP seem [TP there to be someone here]] (MERGE)
 b. N₅ = {there₀, T₁, seem₀, to₀, be₀, someone₀, here₀}
- (76) a. [TP T [VP seem [TP there to be someone here]] (MERGE)
 b. N₆ = {there₀, T₀, seem₀, to₀, be₀, someone₀, here₀}
- (77) a. [TP there T [VP seem [TP ~~there~~ to be someone here]] (MOVE)
 b. N₇ = {there₀, T₀, seem₀, to₀, be₀, someone₀, here₀}

((74) – (77) extraídos de Motut (2010: 15))

Tanto a decisão de fazer *Move*, em (70), quanto a opção de fazer *Merge*, em (74), satisfazem a necessidade de se checar o traço EPP de T⁰ nesse ponto da derivação, como aponta Motut (2010: 15). Ainda conforme explica a autora, ambas as derivações em questão são convergentes; além disso, elas partem do mesmo ponto, têm o mesmo número de passos (o que satisfaz a economia global) e têm a mesma quantidade total de operações *Merge* e de operações *Move*, mas somente uma delas resulta em uma frase verdadeiramente gramatical. Cria-se, então, uma nova métrica de economia — a noção de complexidade da operação — a fim de explicar a diferença de gramaticalidade entre (66a) e (66b): o princípio *Merge-over-Move* é consultado em determinado ponto e as duas derivações convergentes possíveis são comparadas, de modo que a derivação que envolve fazer *Move* em vez de *Merge* no ponto de decisão é descartada, e a sentença que utiliza a operação despreferida é agramatical (Motut 2010: 15).

Como afirma Motut (2010: 15), embora a comparação entre *Merge* ou *Move* seja local (isto é, envolva uma decisão que é tomada localmente, em determinado passo derivacional), o princípio *Merge-over-Move* compara somente caminhos derivacionais convergentes. Em suma, as condições para comparar duas derivações para fins de economia, de modo que uma derivação bloqueie a outra, são as seguintes: ambas as derivações devem começar com a mesma Numeração; e ambas devem ser convergentes (Motut 2010: 15). Essas condições são cumpridas no caso em questão, pois a derivação que resulta da decisão de fazer *Move*, em (70), e a que é gerada pela opção de fazer *Merge*, em (74), convergem e começam com a mesma Numeração.

Observa-se, assim, que o princípio *Merge-over-Move* tem uma natureza “mista”, sendo um princípio de economia que é, ao mesmo tempo, local e global³⁹, como apontado por Motut (2010) e por Castillo, Drury & Grohmann (2009): é local porque deve decidir localmente, em determinado

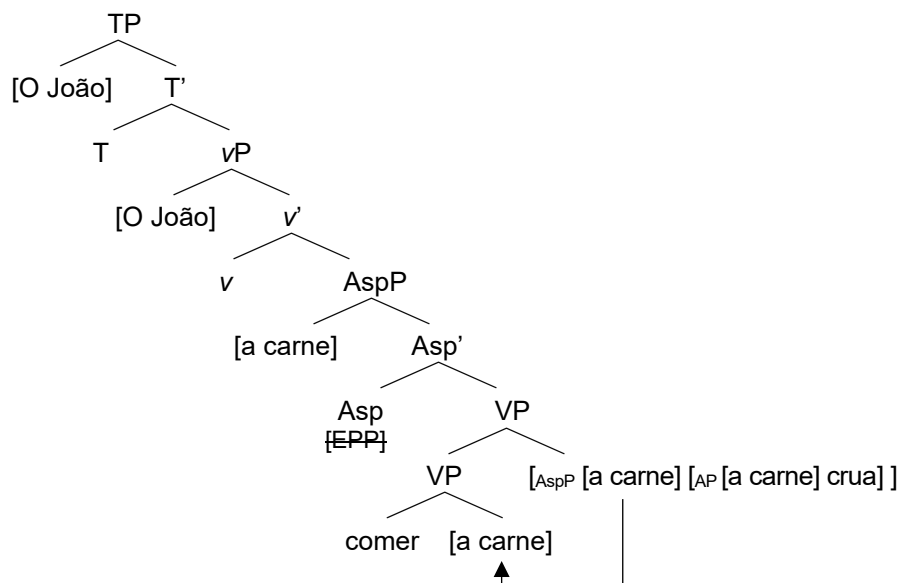
³⁹ A distinção entre economia global e economia local é a seguinte. A *global derivational economy* compara derivações (convergentes) como um todo, verificando se os recursos envolvidos em uma derivação são maiores ou menores que os recursos envolvidos em outra derivação que começa com a mesma Numeração (Motut 2010: 3); esse tipo de economia, conforme Motut (2010: 3), implica que a gramática tem a habilidade de *lookahead*: em certo ponto da derivação, a gramática consegue antecipar-se e “olhar adiante” para ver se a derivação vai convergir. A *local derivational economy*, diferentemente, normalmente não envolve a comparação entre caminhos derivacionais alternativos, como explica Motut (2010: 4): os princípios de economia derivacional local, em vez de compararem derivações convergentes, comparam opções em um ponto específico da derivação e decidem qual caminho derivacional é mais econômico; esses princípios precisam tomar decisões sobre economia derivacional com base apenas na informação disponível no ponto da derivação em que o princípio de economia se aplica, pois eles normalmente são “cegos” às consequências de se escolher um caminho ou outro (Motut 2010: 4).

passo da derivação, qual das duas operações é mais econômica; no entanto, o princípio só compara derivações convergentes, então precisa levar em consideração o ponto final de cada caminho derivacional que se ramifica a partir do ponto de decisão, o que é uma qualidade global (Motut 2010: 17). Ainda nesse viés, Castillo, Drury & Grohmann (2009) afirmam que, no caso de dados como *There seems to be someone in the room/here* vs. **There seems someone to be in the room/here*, que motivaram inicialmente a formulação de *Merge-over-Move*, MoM não pode ser estritamente global, pois os caminhos derivacionais que levam a ambas as sentenças são igualmente custosos em uma perspectiva global e ambos os caminhos convergem, porém MoM também não pode ser estritamente local, porque o princípio não pode se aplicar a derivações que não convergem (Motut 2010: 17-18).

Motut (2010: 17-18) aborda um argumento conceitual, oriundo de Chomsky (1995), e um argumento empírico, a partir de Castillo, Drury & Grohmann (2009), a favor da ideia de que *Merge-over-Move* não pode, de fato, comparar derivações que não convergem. O argumento conceitual é simples: a derivação mais econômica que se consegue imaginar é aquela em que nenhuma operação é aplicada, mas isso certamente levaria ao *crash* dessa derivação; se derivações não convergentes pudessem bloquear outras, a derivação em que nenhuma operação se aplica bloquearia todas as outras, por isso é preciso supor que condições de economia somente comparam derivações convergentes — ou seja, é preciso supor que condições de economia são globais (Motut 2010: 17; Chomsky 1995).

Como se vê, o princípio *Merge-over-Move* não se aplica à derivação de construções depictivas de OD propostas em Ferreira (2017) e também não se aplica àquela proposta nesta tese, então ele não é violado na análise proposta aqui. Vamos relembrar que a estrutura proposta nesta tese para as construções depictivas de objeto direto é a que se encontra em (78).

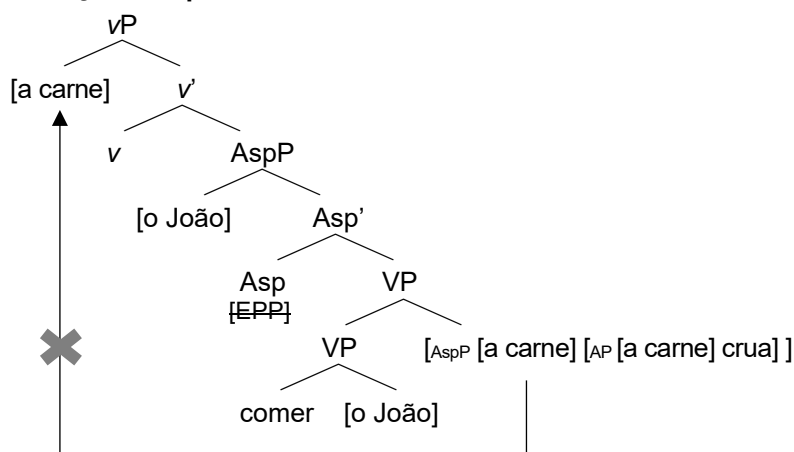
(78) **Derivação convergente (adotada nesta tese)**



Nota-se que aqui continuamos supondo que a *small clause* depictiva de objeto direto se adjunge a VP.⁴⁰ Para derivar essa sentença, é necessário haver o movimento lateral do DP contido na *small clause* para a posição de complemento de V, o que é indicado pela seta na representação acima. Somente depois desse movimento é que a *small clause* é adjungida ao VP, o que garante que não aconteça violação quanto à extração de adjuntos, que são considerados ilhas (Nunes 2014: 82; Boeckx, Hornstein & Nunes 2010: 93).

Se, em vez de realizarmos o movimento lateral de *a carne* para a posição de complemento de V, fizéssemos o Merge de *O João* como argumento interno de V, procedendo conforme (79), essa não seria uma opção mais econômica do que aquela que se encontra em (78), porque a derivação em (79) não iria convergir por motivos independentes. De modo mais específico, assim que ocorresse a formação do vP, seria necessário realizar o movimento (= *Copy + Merge*) do DP contido na *small clause* para [Spec, vP], conforme indicado pela seta na representação abaixo, o que incorreria na violação referente à extração de adjuntos, uma vez que, neste ponto da derivação, a SC já estaria adjungida ao VP.

(79) **Derivação independentemente excluída**



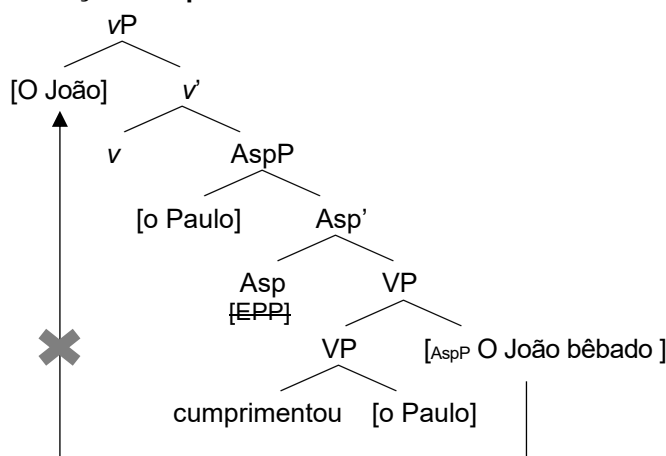
Dessa forma, as duas derivações em (78) e (79) não podem ser comparadas para fins de aplicação do princípio *Merge-over-Move*: como vimos, uma das condições para a aplicação de MoM é que as derivações comparadas sejam convergentes, mas isso não é cumprido pela opção em (79). Isso nos leva, então, à conclusão em (80).

- (80) a. **Derivação convergente: realizar movimento lateral de *a carne***
 O João comeu a carne_i [_{AspP} ~~a carne_i~~ crua].
- b. **Derivação não convergente: realizar *Merge* de *O João***
 *A carne_i comeu o João [_{AspP} ~~a carne_i~~ crua].

⁴⁰ Relembramos que assumimos a mesma altura de adjunção das *small clauses* depictivas em Ferreira (2017) e nesta tese; a diferença é que, nesta tese, assumimos que existe uma projeção Asp entre o VP e o vP, e que o objeto direto se move da posição de argumento interno de V para [Spec, AspP].

Não há, portanto, violação do princípio *Merge-over-Move* na análise proposta aqui, uma vez que ele simplesmente não se aplica ao caso em questão.⁴¹ Cabe mencionar também que a sentença específica em (80b) apresenta outro problema independente, além da violação da extração de adjuntos: as exigências de seleção semântica (s-seleção) (Zhang 2016; Chomsky 2002 [1957]) do predicado da oração matriz não seriam satisfeitas nesse caso, já que podemos entender que um ser animado não pode aparecer como argumento interno de *comeu*, e um ser inanimado não pode figurar como argumento externo nesse caso. No entanto, mesmo que escolhêssemos outro predicado e outros argumentos, de tal forma que as exigências de s-seleção fossem respeitadas, ainda assim uma derivação como (81) seria excluída por razões independentes

(81) **Derivação independentemente excluída**



A representação em (81) revela que o depictivo orientado ao sujeito não poderia estar adjungido ao VP da oração matriz, uma vez que isso violaria a condição sobre a extração de adjuntos.

3.3.1 *Merge-over-Move* e linearização

Vamos considerar agora duas possibilidades de derivação a partir da construção de uma *small clause* que se adjunge ao vP, situação em que não haveria a violação quanto à extração de adjuntos referida acima. Considere-se a seguinte Numeração (simplificada para fins de exposição), a partir da qual podemos começar a derivar uma sentença com a *small clause* [O João bêbado].

(82) $N_0 = \{O_2, João_1, cumprimentou_1, Paulo_1, bêbado_1\}$.

Existem, em tese, ao menos duas possibilidades teóricas aqui. A *small clause* [O João bêbado] e a subárvore matriz são construídas de modo separado; quando o verbo da oração matriz precisa selecionar um complemento, uma das possibilidades de que o sistema dispõe é realizar o *Merge* de [o Paulo] nessa posição, conforme (83a). Em (83b) e (83c), são mostrados os passos

⁴¹ Reforçamos o agradecimento ao professor Jairo Nunes (c.p.) por ter apontado esse fato para nós.

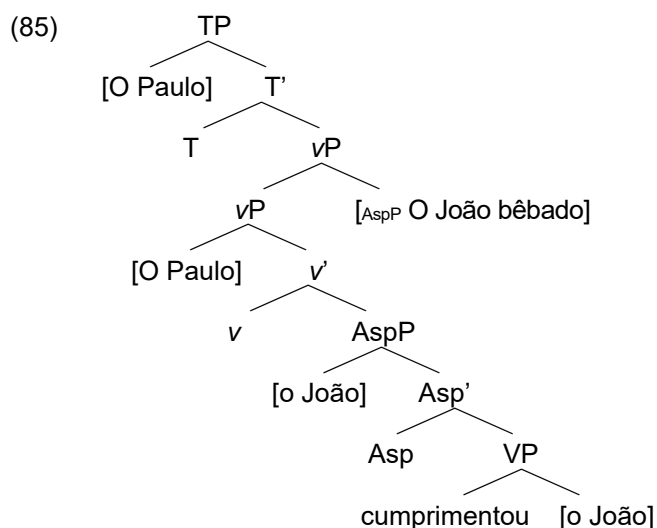
subsequentes a essa ação: o DP [O João] se move lateralmente para a posição de [Spec, vP] para checar o papel- θ externo da oração matriz, depois se move para [Spec, TP]. Isso resulta na sentença (83d).

- (83) a. K = [O João bêbado]
L = [cumprimentou o Paulo]
- b. K = [O Joãoⁱ bêbado]
M = [O Joãoⁱ cumprimentou o Paulo]
- c. [O Joãoⁱ [_{VP} [_{VP} ~~O Joãoⁱ~~ cumprimentou o Paulo] [_{AspP} ~~O Joãoⁱ~~ bêbado]]]
- d. O João_i cumprimentou o Paulo bêbado_i.

Mas existe, em princípio, uma segunda possibilidade de se preencher a posição de complemento de V: o sistema poderia realizar o movimento lateral de [O João] para essa posição, e depois realizar o *Merge* de [O Paulo] na posição de argumento externo, que posteriormente seria movido para [Spec, TP]. Essas ações, ilustradas em (84a) – (84c), resultariam na frase em (84d).

- (84) a. K = [O João bêbado]
L = [cumprimentou]
- b. K = [O Joãoⁱ bêbado]
M = [cumprimentou o Joãoⁱ]
- c. [O Paulo^k [_{VP} [_{VP} ~~O Paulo^k~~ cumprimentou o Joãoⁱ] [_{AspP} ~~O Joãoⁱ~~ bêbado]]]
- d. O Paulo cumprimentou o João_i bêbado_i.

A questão que se coloca aqui é: como excluir a derivação em (84)/(85), em que a SC com um depictivo orientado ao OD acaba sendo adjungida ao vP, em uma posição mais alta na estrutura?



A solução é simples: a estrutura em (84c)/(85) simplesmente não pode ser linearizada, se seguirmos o sistema de Nunes (1995, 2001, 2004), uma vez que as cópias de *o João* na estrutura acima não formam uma cadeia e, portanto, não podem ser apagadas por meio da operação Reduzir Cadeia.⁴² Com isso, a estrutura em (85) é excluída de forma independente.

Outra solução que se pode considerar aqui, caso a questão da linearização seja resolvida de outra maneira, é recorrer à aplicação do princípio *Merge-over-Move*: se tanto (83) quanto (84) resultarem em sentenças convergentes, que podem ser linearizadas de acordo com algum outro sistema, então poderíamos supor que o princípio MoM se aplica, de modo que ele descartaria o caminho em (84) (que leva a *O Paulo cumprimentou o João; bêbado*), porque esta opção realiza o movimento de um DP em vez de fazer *Merge* no ponto de escolha relevante, isto é, no passo da derivação em que se escolhe o argumento interno do verbo da oração matriz.

A primeira dessas soluções — seguir o sistema de Nunes (1995, 2001, 2004) para explicar a impossibilidade de derivar (85) — é mais interessante a nosso ver, porque é uma saída que independe da aplicação de *Merge-over-Move*. Essa saída nos parece melhor não somente porque já estamos aplicando a teoria de Nunes aos nossos dados, mas principalmente porque o estatuto de *Merge-over-Move* como um princípio de economia tem sido questionado nas últimas décadas; nesse sentido, já se argumentou que o princípio *Merge-over-Move* não tem mais razão de ser ou não deveria existir enquanto um princípio de economia derivacional (Motut 2010; Castillo, Drury & Grohmann 2009; Shima 2000; Deal 2009; Broekhuis & Klooster 2010; Boeckx & Grohmann 2007; Hornstein 2024; entre outros).⁴³ Do ponto de vista conceitual, uma das críticas já feitas em relação ao princípio reside no fato de que o conceito de *Move* sofreu modificações no decorrer dos anos, de modo que essa operação não pode ser considerada uma operação mais complexa que *Merge*. Quanto a isso, Boeckx & Grohmann (2007) observam que, em Chomsky (2004), *Move* é redefinido como sendo apenas uma das formas da operação básica *Merge* — no caso, *Merge* “interno”, em oposição ao *Merge* “externo”. A distinção entre esses dois tipos de *Merge* aparece descrita na seguinte passagem de Chomsky (2004):⁴⁴

A [*narrow syntax*] se baseia na operação “grátis” *Merge*. A [tese minimalista forte] acarreta que *Merge* de α , β é irrestrito, portanto *externo* ou *interno*. No *Merge* externo, α e β são objetos separados; no *Merge* interno, um é parte do outro, e *Merge* gera a propriedade de “deslocamento” [...]. (Chomsky 2004: 110, tradução nossa)⁴⁵.

⁴² Vale lembrar que essa é a mesma observação feita por Hornstein & Nunes (2014: ft. 30) para explicar por que a estrutura subjacente a *John_i saw Mary_k after PRO_{i/k} eating lunch* que poderia resultar em *object control* seria independentemente excluída.

⁴³ Agradecemos a Marcos Carreira (c.p.) e a Paulo Medeiros Junior (c.p.) por terem levantado essa questão na ocasião da qualificação desta tese.

⁴⁴ Em trabalho mais recente, Chomsky *et al.* (2023) afirmam que *Merge* interno e *Merge* externo são as únicas aplicações possíveis de *Merge* dentro de seu quadro teórico, porém atualizam a definição de *Merge* externo, de modo que ela não mais se refere ao *Merge* de objetos separados, e sim ao *Merge* de dois membros do *workspace* (WS) (Chomsky *et al.* 2023: 21, ft. 46). Porém, os autores frisam que há apenas uma operação *Merge* e que as expressões “interno” e “externo” são usadas apenas para fins de exposição, não possuindo significado teórico em si (Chomsky *et al.* 2023: 39).

⁴⁵ No original: “NS is based on the free operation Merge. SMT entails that Merge of α , β is unconstrained, therefore either external or internal. Under external Merge, α and β are separate objects; under internal Merge, one is part of the other, and Merge yields the property of ‘displacement’ [...]” (Chomsky 2004: 110).

Boeckx & Grohmann (2007: 210) notam que, sob essa nova ótica, a diferença entre *Merge* interno e *Merge* externo se restringe à relação entre os objetos a sofrerem *Merge*. Segundo os autores, nessa nova concepção de *Merge* e *Move*, não fica muito claro como o argumento conceitual que se baseia em economia motivaria MoM: *Merge* interno, se definido como na citação acima, não parece ser mais complexo que *Merge* externo, então *Merge-over-Move* perde seu argumento conceitual (Boeckx & Grohmann 2007: 210). Mais recentemente, Hornstein (2024) fez uma observação semelhante a essa, afirmando que, no início do Minimalismo, o princípio MoM era mais atraente: quando *Merge* era apenas *E-Merge* e movimento era considerado (pelos proponentes da *Copy Theory of Movement*) como uma operação composta por duas operações mais primitivas, *Copy* e *Merge*, fazia sentido considerar *Merge* mais “barato” que *Move*, pois este último envolvia mais operações; no entanto, ainda conforme o autor, se movimento e construção de estrutura (*structure building*) são unificados e *E-Merge* e *I-Merge* são tidos como instâncias da mesma operação *Merge*, esse não é mais o caso — isto é, não existe mais nenhuma razão óbvia para considerarmos *E-Merge* mais barato que *I-Merge* (Hornstein 2024: 150-151)⁴⁶. Em resumo, conforme afirma Motut (2010: 18), aparentemente as revisões subsequentes do conceito de *Move* anularam os fundamentos que, em certo momento, justificavam considerar *Merge* como uma operação menos complexa que *Move*.

Se for verdade que o princípio *Merge-over-Move* deve ser abandonado como um princípio de economia derivacional — ou seja, dispensado de forma geral, no modelo de gramática com o qual estamos trabalhando — e se for possível explicar, de forma alternativa, o contraste empírico inicial que motivou o princípio (*There seems to be someone in the room/here* vs. **There seems someone to be in the room/here*), o que já se mostrou possível com outras análises (cf. Castillo, Drury & Grohmann 2009; Hornstein 2009; Witkos 2004; Deal 2009; Broekhuis & Klooster 2010⁴⁷,

⁴⁶ Apesar de reconhecer esse problema para *Merge-over-Move*, Hornstein (2024) continua assumindo esse princípio ao argumentar como ele pode servir para explicar *weak crossover effects* e efeitos de anáfora de longa distância.

⁴⁷ Uma possibilidade alternativa de análise para o tipo de contraste empírico que motivou MoM, sem recorrer ao princípio, é discutida por Broekhuis & Klooster (2010), que podemos classificar como uma explicação de origem baixa do expletivo. Trata-se da hipótese de que o expletivo *there* forma um predicado *small clause*, sendo movido para [Spec, IP] em razão da inversão obrigatória de predicado (Moro 1997; Hoekstra & Mulder 1990; Den Dikken & Næss 1993). Os dados que os autores consideram em sua exposição são os apresentados em (i).

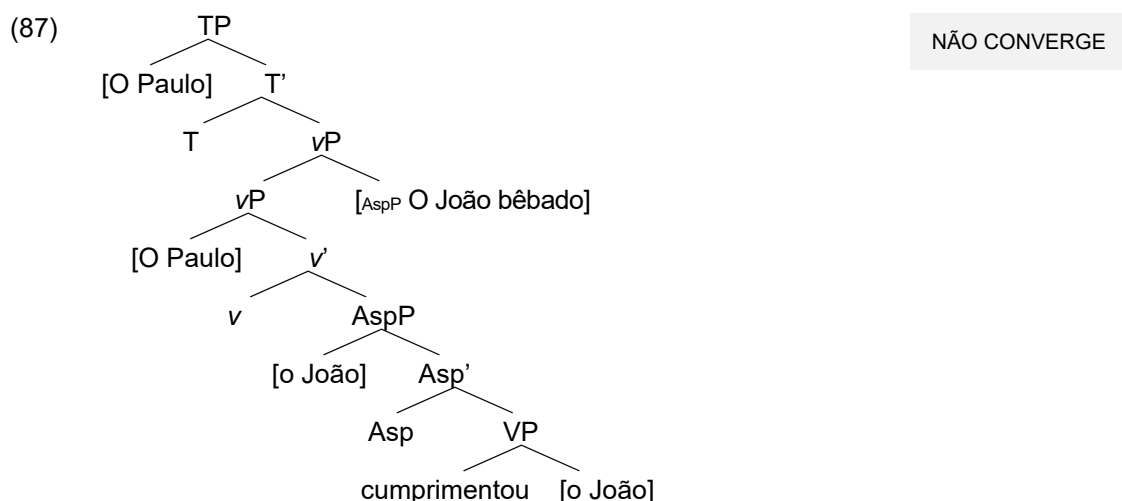
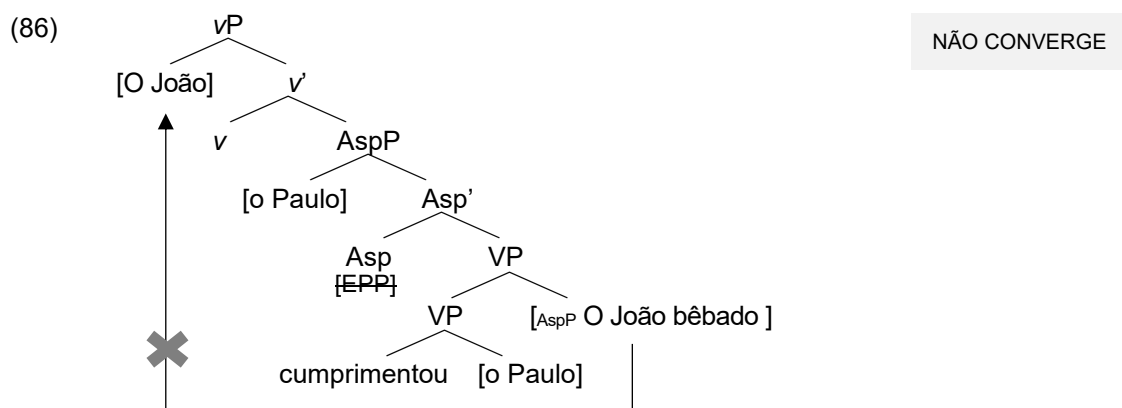
- (i) a. *There_i is likely* [_{IP} *t_i to be someone here*]
- b. **There is likely* [_{IP} *someone_i to be t_i here*]
- c. *Someone_i is likely* [_{IP} *t_i to be t_i here*]

(Broekhuis & Klooster 2010: 158)

Sob a perspectiva chomskyana, a explicação para o contraste entre (ia) e (ib) é a mesma fornecida para o par *There seems to be someone in the room/here* / **There seems someone to be in the room/here*: como explicam Broekhuis & Klooster (2010), no momento da derivação em que a posição de sujeito da oração infinitiva precisa ser preenchida, para se checar o traço EPP do I encaixado, ou se aplica *Merge*, de modo que o expletivo *there* passe a ocupar a posição de [Spec, IP], ou I atrai o NP *someone*, de forma que o NP se mova para [Spec, IP]; a assunção de que *Merge* é uma operação “sem custo”, diferentemente de *Move*, força a aplicação de *Merge* (Broekhuis & Klooster 2010: 158). No caso de (ic), a única opção possível é o movimento de *someone* para checar o traço EPP do I não finito encaixado, uma vez que, nessa perspectiva, o expletivo *there* não está contido na Numeração, como expõem Broekhuis & Klooster (2010: 158).

Porém, segundo argumentam os autores, é possível dar conta do conjunto de dados em (i) sem recorrer a essa explicação, caso se adote a hipótese da inversão do predicado mencionada acima. Considerando-se que o expletivo integre uma *small clause*, a sentença (ia) (*There is likely to be someone here*) é derivada por meio do movimento do expletivo para a posição de sujeito da oração encaixada devido à inversão de predicado, de modo que o traço EPP do I encaixado é checado; depois da inversão do predicado, como mostra (iia), apenas *there* pode ser movido para a posição de sujeito da oração matriz, uma vez que o movimento de *someone* por cima de *there* violaria condições de localidade, segundo Broekhuis & Klooster (2010: 159). O dado em (ib) (**There is likely someone to be here*) não pode ser derivado

Motut 2010, entre outros), ainda restaria a possibilidade de descartar a derivação em (85) usando apenas a teoria de Nunes (2004) a respeito da linearização de sentenças. Assim, concluímos que *Merge-over-Move* não representa um problema para as análises de construções depictivas propostas nessa tese, independentemente de esse princípio existir ou não: as duas derivações indesejadas que comentamos, em (86) e (87), podem ser excluídas de forma independente.



porque, após o movimento de *someone* para a posição de sujeito da oração encaixada, o movimento de *there* para a posição de sujeito da oração matriz, ilustrado em (iib), violaria as referidas condições de localidade (Broekhuis & Klooster 2010: 159). Ainda de acordo com os autores, a análise de (ic) se mantém basicamente a mesma e é dada em (iic), sendo o sintagma locativo *here* tomado como um adjunto na construção expletiva, e não como um predicado da *small clause* (Broekhuis & Klooster 2010: 159).

- (ii)
- There_i is likely [_{IP} *t_i* to be [_{SC} someone *t_i*] here]
 - *There is likely [_{IP} someone_i to be [_{SC} *t_i* *t_i*] here]
 - Someone_i is likely [_{IP} *t_i* to be [_{SC} *t_i* here]]

(Broekhuis & Klooster 2010: 159)

Broekhuis & Klooster afirmam que há evidência independente a favor da análise do expletivo em termos de inversão do predicado (cf. Moro 1997), referente à inversão locativa em dados como (iii). Nesse sentido, existe um paralelo entre as construções com expletivo analisadas em (ii) e as sentenças com inversão locativa em (iii), uma vez que o predicado locativo *down the hill*, assim como *there*, pode satisfazer o traço EPP (ver mais detalhes em Broekhuis & Klooster 2010).

- (iii)
- Down the hill_i seems [_{IP} *t_i* to roll [_{SC} a baby carriage *t_i*]]
 - *Down the hill_i seems [_{IP} a baby carriage_i to roll [_{SC} *t_i* *t_i*]]
 - A baby carriage_i seems [_{IP} *t_i* to roll [_{SC} *t_i* down the hill]]

(Broekhuis & Klooster 2010: 159)

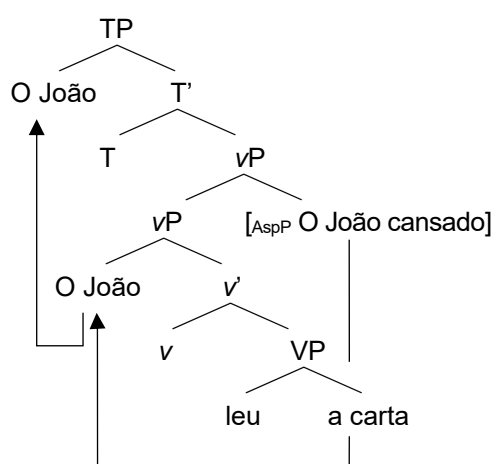
A derivação em (86) é excluída por violar a condição quanto à extração de adjuntos, e a derivação em (87) não pode ser linearizada, se seguirmos a teoria de Nunes (2004).

4 Conclusão

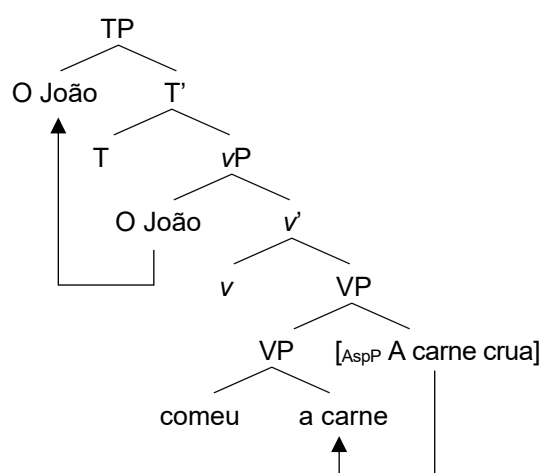
O objetivo deste capítulo, focado na sintaxe das construções depictivas, era responder à segunda questão de interface proposta para a tese: (ii) Como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto proposta em Ferreira (2017)? As derivações originalmente propostas na dissertação eram as seguintes:

(88) Resumo das derivações propostas em Ferreira (2017)

a. Depictivas de sujeito



b. Depictivas de objeto direto

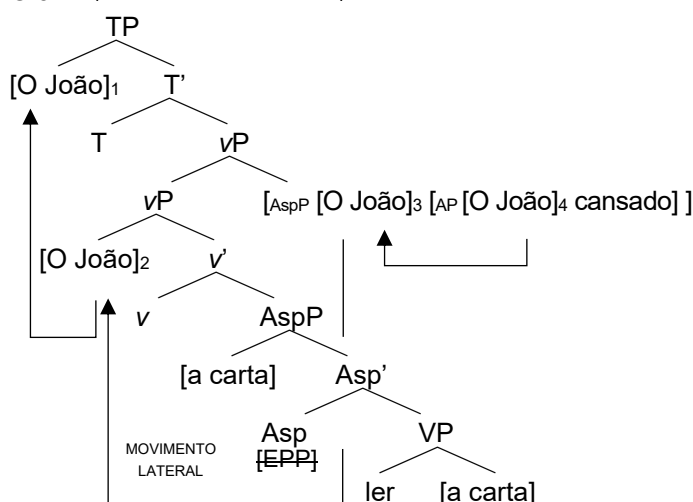


As dificuldades suscitadas por essa análise que havíamos apresentado na dissertação eram as seguintes: (i) o fato de não ser possível linearizar as construções depictivas de OD, seguindo-se as condições de Nunes (2004) sobre a linearização de sentenças (visto que não há c-comando entre as cópias relevantes); (ii) o fato de não conseguirmos explicar por que o controle em adjuntos pelo objeto seria permitido no caso das construções depictivas, mas não em sentenças semelhantes, com uma oração adjunta temporal; e (iii) a aparente violação do princípio *Merge-over-Move* nas construções depictivas de objeto direto.

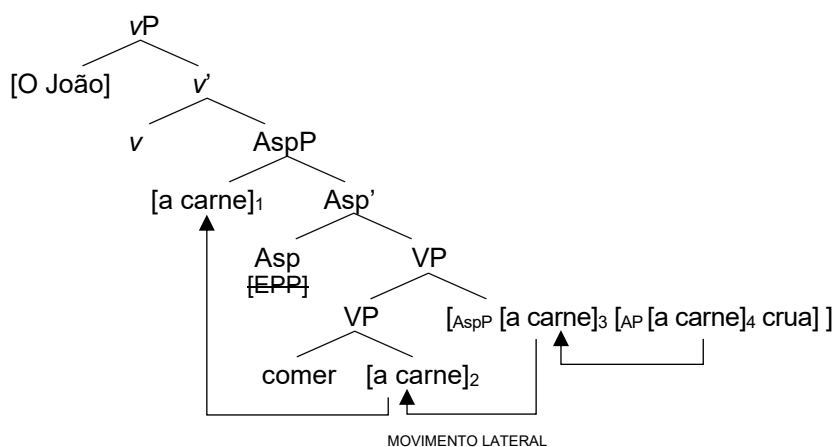
O primeiro dos problemas levantados, referente à linearização das construções depictivas, foi resolvido alterando-se a estrutura da oração principal/matriz da sentença. Após a discussão de algumas opções teóricas que potencialmente forneceria um caminho para solucionar nosso problema, decidimos adotar, a partir de Shim (2016), os seguintes entendimentos a respeito das categorias que compõem uma oração: V não participa de uma relação de *feature inheritance* com v; existe uma projeção AspP entre o vP e o VP da oração matriz; e o objeto direto, que “nasce” como complemento de V, é alçado para [Spec, AspP], devido a uma propriedade EPP

em Asp. Acerca do local de adjunção da SC depictiva, mantivemos a hipótese de que a de sujeito se adjunge a vP e que a de objeto direto se adjunge ao nível do VP. Também mantivemos o entendimento de que movimento resulta da interação entre as operações independentes *Copy*, *Merge*, Formar Cadeia e Reduzir Cadeia (Nunes 1995, 2001, 2004), a ideia de que o sistema realiza movimento lateral (Nunes 2004), a noção de que movimento para posição- θ , para fins de checagem/atribuição de papel, é lícito, seguindo Hornstein (1999, 2001), e a ideia de que construções depictivas são estruturas de controle. Essas assunções nos levaram a assumir as estruturas em (89) e (90) para as depictivas de sujeito e de objeto direto, respectivamente.

(89) O João_i leu a carta cansado_i.



(90) O João comeu a carne_i crua_i.

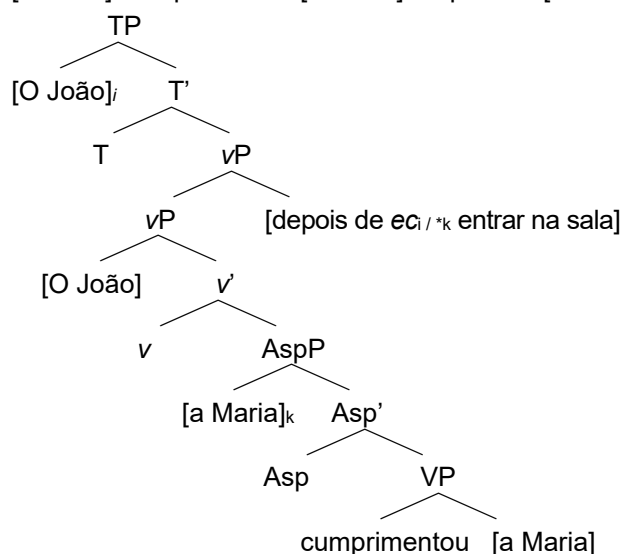


Em (89), a cópia mais alta de *O João*, em [Spec, TP], c-comanda assimetricamente suas demais cópias. Assim, há condições para a aplicação das operações Formar Cadeia e Reduzir Cadeia, conforme proposto por Nunes (2004), e a sentença pode ser linearizada sem problemas. Do mesmo modo, em (90), a cópia mais alta de *a carne*, em [Spec, AspP], c-comanda suas demais cópias, o que significa que a sentença também poderá ser linearizada sem dificuldades. Dessa

maneira, resolvemos o *puzzle* que dizia respeito à linearização das construções depictivas de objeto direto.

O segundo desafio deste capítulo também pôde ser solucionado a partir da nova configuração que assumimos para as construções depictivas. Quanto a isso, argumentamos que, em construções temporais adjuntas, como **O João cumprimentou a Maria_k depois de ec_k entrar na sala* e **O João conheceu a Maria depois que ficou rica*, o controle pelo objeto não é possível porque a oração adjunta está em uma posição mais alta na sentença (o *vP*), em que a cópia não é c-comandada por seu “antecedente” na oração matriz, como em (91).

- (91) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [ec_i / *_k entrar na sala].



As construções depictivas, diferentemente, não apresentam esse problema de c-comando, como acabamos de ver. O resultado disso é que a operação Reduzir Cadeia pode ser aplicada nas construções depictivas de objeto direto, mas não nas orações adjuntas temporais orientadas para o objeto, o que explica o contraste de gramaticalidade em questão.

A terceira questão proposta para o capítulo, referente ao princípio *Merge-over-Move*, também foi resolvida sem problemas. Nesse sentido, mostramos que derivações indesejadas podem ser excluídas de forma independente, de modo que não existe violação do princípio na análise aqui proposta. Uma derivação como (92), por exemplo, não converge por razões independentes, uma vez que, além de violar as condições de s-seleção do predicado da oração matriz, esse caminho de derivação apresenta violação quanto à extração de adjuntos, já que a SC depictiva de objeto direto está adjungida a VP, e o movimento lateral do DP nela contido ocorreria após a adjunção. Desse modo, essa sentença não viola *Merge-over-Move*, pois o princípio simplesmente não se aplica a essa situação, já que ele só compara derivações convergentes.

- (92) a. [A carne^k [_{VP} ~~A carne^k~~ [_{VP} [VP comeu o João] [_{AspP} ~~a carneⁱ~~ crua]]]]
 b. *A carne_i comeu o João [_{AspP} ~~a carne_i~~ crua].

No caso de uma derivação indesejada como (93), ela não apresenta violação quanto à extração de adjuntos. No entanto, essa derivação pode ser descartada, pois não somente viola as condições de s-seleção do predicado matriz, mas também é impossível de ser linearizada, se seguirmos as condições de Nunes (2004, entre outros) acerca da linearização de sentenças.

- (93) a. [A carta^k [_{VP} [_{VP} ~~A carta^k~~ leu O Joãoⁱ] [_{AspP} ~~O Joãoⁱ~~ cansado]]]
 b. *A carta leu o João_i cansado_i.

A partir das ideias abordadas neste capítulo, surgem outros questionamentos interessantes, que merecem ser explorados em pesquisas futuras. Por exemplo, já vimos que o contraste entre a construção depictiva em (94a), que admite o controle pelo sujeito e pelo objeto direto, e a sentença com a oração adjunta finita em (94b), que só admite o controle pelo objeto, pode ser explicado com base nas ferramentas teóricas que apresentamos aqui. Porém, o que dizer de uma sentença como (94c), que aparentemente admite tanto o controle pelo sujeito quanto pelo objeto direto da oração matriz, mas não tem a estrutura “tradicional” da construção depictiva, por explicitar o conectivo *quando*?

- (94) a. O João_i conheceu a Maria_k jovem_{i/k}.
 b. O João_i conheceu a Maria_k [quando ~~ec_i~~ / *_k era jovem].
 c. O João_i conheceu a Maria_k [quando jovem_{i/k}].

Quais são as estruturas subjacentes a (94c)? O sintagma entre colchetes é uma *small clause* depictiva como qualquer outra ou a presença de *quando* causa alguma interferência sintática? E o que exatamente diferencia (94b) e (94c) — é apenas a presença de T em (94b)? O fato de a oração adjunta em (94b) possuir T é o fator que faria seu local de adjunção à oração matriz ser mais alto? Essas são questões que podem ser investigadas futuramente.

Outro ponto interessante é referente à representação sintática de construções depictivas não canônicas, isto é, aquelas em que o depictivo não está orientado ao sujeito nem ao objeto direto. Quanto a isso, em Ferreira & Moreira (2021), apontamos, de forma incipiente, alguns contextos em que o depictivo se orienta a um objeto indireto (“alvo”), a um locativo ou a um argumento “agente” introduzido por *by-phrase* (implícito ou não) em passivas, como ilustrado a seguir.

- (95) **Objeto indireto em construções bitransitivas**
 a. João entregou a chave do carro pra ela atordoada.
 b. Pedro serviu água à Joana (já) bêbada.

(Ferreira & Moreira 2021)

(96) **Locativo**

- a. O garçom colocou os pratos na mesa (ainda) molhada.
- b. Bete serviu café na xícara crua.
(contexto: na xícara de argila que ainda não foi ao forno)

(Ferreira & Moreira 2021)

(97) **Argumento implícito em passivas**

- a. ??Essa música foi gravada bêbado.
- b. Esse poema é pra ser declamado apaixonado.

(Ferreira & Moreira 2021)

(98) **Argumento introduzido por *by-phrases* em passivas**

Essa música foi gravada pelo produtor bêbado.

(Ferreira & Moreira 2021)⁴⁸

A discussão acerca dos dados não canônicos se torna mais relevante quando se considera uma perspectiva translíngua sobre o assunto. O inglês, por exemplo, é muito menos livre quanto à distribuição dos depictivos, havendo, inclusive, análises (e.g. Williams 1980) que propõem restrições temáticas e estruturais para dar conta do fato de o inglês não permitir sentenças como **John gave the book to Mary_i sick_i* ('John deu o livro a Mary doente/quando ela estava doente') (Rothstein 2006: 216). Teorias clássicas sobre predicação secundária (Williams 1983; Rothstein 1985; Bowers 2001 etc.) foram construídas com base nos fatos dessa língua, notadamente a inaceitabilidade de construções depictivas de objeto indireto, locativo e argumento preposicionado. Há línguas, no entanto, que desafiam essas teorias, como o esloveno (Marušič, Marvin & Žaucer 2003) e o warlpiri (Simpson 2005), que permitem as possibilidades de orientação não canônica do depictivo — e o português brasileiro parece se enquadrar também neste segundo grupo.

Com referência a esse debate, seria proveitoso investigar primeiramente, em uma perspectiva descritiva, as circunstâncias em que dados como (95) – (98) são aceitos no PB; em alguns casos, parece que a presença de *ainda* ou *já* (*vide* (95b) e (96a)) melhora a aceitabilidade da sentença, e um dado com argumento implícito parece ser mais aceitável quando o depictivo é do tipo circunstancial (*vide* (97b)), e não um depictivo em sentido estrito (*vide* (97a)).⁴⁹ Depois, seria necessário explicar por que o controle do sujeito da SC adjunta por um elemento contido em um PP é permitido no português brasileiro, como em (95) (orientação do depictivo para o objeto indireto), mas não no inglês, por exemplo. Por limitações de tempo e escopo, essas questões não puderam ser abordadas nesta tese.

⁴⁸ Lembramos que, em todos esses dados, o adjetivo deve ser interpretado em sua leitura predicativa, não atributiva.

⁴⁹ Conforme nossa intuição, o dado em (95a) é bom/gramatical, mas ressaltamos que alguns falantes não aceitam bem essa sentença. Estamos cientes de que o dado (97b) também não soa bem para todos os falantes consultados.

Capítulo 4 Predicado primário e predicado secundário: restrições semânticas e pragmáticas

Neste capítulo¹, nosso objetivo é responder à terceira e última questão de interface que definimos para esta tese: (iii) Que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB? Mais especificamente, queremos focar a relação entre o depictivo e o predicado da oração matriz, a fim de definir as condições semânticas que licenciam essas estruturas. No Capítulo 2, já havíamos abordado esse tema, porém nossa ênfase recaiu sobre os depictivos *individual-level* e sobre as restrições pragmáticas que atuam sobre eles. Queremos agora ampliar e sistematizar o “inventário” de construções depictivas (de sujeito e de objeto direto), tratando não somente dos depictivos IL, mas também dos depictivos SL, mapeando os contextos em que eles são licenciados e levando em conta sua relação com o predicado matriz. Vamos integrar essa discussão às conclusões que obtivemos nos capítulos anteriores, acerca dos aspectos pragmáticos e sintáticos das construções depictivas, para formular generalizações sobre essas estruturas.

O capítulo está dividido da seguinte maneira. Na primeira seção, discutiremos a noção de coincidência temporal, que não pode deixar de ser abordada em um capítulo voltado ao significado dessas estruturas, por se tratar do mais conhecido requisito das construções depictivas. Feito isso, partiremos, na segunda seção, para o segundo requisito que construções depictivas precisam atender²: argumentaremos que deve haver ao menos uma predicação com leitura *stage-level*, ainda que se trate de um predicado IL coagido para SL, esteja essa predicação com leitura SL contida na SC depictiva ou na oração principal. Argumentaremos também que, nas construções depictivas, uma das predicções serve como uma espécie de âncora ou modificador temporal para a outra predicação. Na terceira seção, abordaremos, a partir de Ardid-Gumiel (2001), o terceiro requisito para as construções depictivas, relacionado às propriedades eventivas: a capacidade do depictivo de se referir a um (sub)evento processo ou a uma transição na estrutura eventiva do predicado matriz. Na quarta seção, trataremos, com base em Bosque (2022), do quarto requisito que as construções depictivas devem cumprir: a pertinência (relevância) do predicado secundário com relação ao predicado matriz. A última seção trará as conclusões do capítulo. Veremos, ao fim da discussão, que cada um desses requisitos, considerado isoladamente, é uma condição necessária, mas não suficiente, para licenciar uma construção depictiva: nossos resultados apontam que todos precisam ser atendidos simultaneamente por essas estruturas.

¹ O título desse capítulo foi inspirado no de Foltran (2002).

² Farrell (2017) defende que adjetivos depictivos orientados para o objeto no inglês estão submetidos a uma restrição de aspectualidade, de tal forma que o complexo formado por verbo + objeto + depictivo seja aspectualmente compatível com duratividade (*durativity*) e quantização (*quantization*). Em Farrell (2019), o autor repensa essa restrição considerando a ideia de telicidade em vez de quantização. Nesse ponto, nossa análise guarda alguma semelhança com a proposta do autor, porque também podemos considerar que predicções *stage-level* são [+télicas] e predicções *individual-level* são [-télicas] e porque entendemos que, em uma construção de predicação depictiva, ao menos uma das predicções envolvidas deve fornecer a informação semântica (SL) necessária para licenciá-la.

1 Requisito da coincidência temporal

A característica semântica das construções depictivas mais apontada na literatura certamente é a coincidência temporal, também descrita como uma relação de concomitância (Halliday 1967), contemporaneidade (Bisol 1975) ou sobreposição temporal (Himmelmann & Schultze-Berndt 2005). Trata-se da ideia de que o estado denotado pelo predicado secundário e a eventualidade expressa pelo predicado primário precisam, como afirma Foltran (1999: 103), coincidir em determinado intervalo de tempo. Assim, a sentença em (1a) informa que existe um intervalo de tempo em que a característica de *estar furioso*, aplicada a João, necessariamente coincide com o evento de *dirigir pela cidade*, do qual João é participante. Assim, a paráfrase mais adequada para (1a) é (1b), que, por meio da palavra *quando*, evidencia o estado do indivíduo enquanto participante do evento denotado pelo predicado matriz (cf. Foltran 1999; Ardid-Gumiel 2001).

- (1) a. O João dirigiu pela cidade furioso. DEP. STAGE-LEVEL
 b. O João estava furioso quando dirigiu pela cidade.

A relação de concomitância com o predicado da oração matriz é, como dissemos anteriormente nesta tese, uma das características que diferencia os depictivos de modificadores atributivos, por exemplo. Segundo Rothstein (2004b: 63), quando o AP é usado como predicado secundário depictivo, a propriedade que ele expressa deve estar vigente durante todo o tempo em que o evento da oração matriz estiver ocorrendo, porém, quando o adjetivo é um modificador nominal, esse não é o caso, uma vez que o modificador não está temporalmente relacionado ao verbo, mas se combina com N para formar uma expressão nominal. Essa é a razão para o contraste entre os dados (2a) e (2b), apresentados pela autora.

- (2) a. I met the drunk man again, but this time he was sober.
 'Eu encontrei [o homem bêbado] de novo, mas dessa vez ele estava sóbrio.'
 b. #I met the man drunk again, but this time he was sober.
 'Eu encontrei [o homem] [bêbado] de novo, mas dessa vez ele estava sóbrio.'

(Rothstein 2004b: 63)³

Em (2a), *drunk* ('bêbado') forma um constituinte nominal com *man* ('homem'), então não estabelece uma relação com o tempo da oração matriz, de modo que a continuação da sentença (...*but this time he was sober*) não a torna contraditória. Por outro lado, em (2b), *drunk* é um predicado secundário, que não forma um constituinte nominal com *man*, possuindo uma relação

³ Tanto no PB quanto no inglês, as duas leituras do adjetivo estão relacionadas a diferentes relações de constituição. Porém, no inglês, a diferença entre a leitura atributiva e a leitura predicativa também se revela na posição do adjetivo com relação ao substantivo: a primeira se obtém quando o adjetivo está em posição pré-nominal, enquanto a segunda é obtida quando o adjetivo está em posição pós-nominal. No português, as duas leituras são obtidas quando o adjetivo está em posição pós-nominal, de modo que a sequência *Eu encontrei o homem bêbado* é ambígua. Por esse motivo, incluímos os colchetes nas traduções, para evidenciar as diferentes relações de constituição entre *homem* e *bêbado* no PB que levam a cada interpretação na língua.

direta (de concomitância) com o tempo da oração matriz, por isso a continuação da sentença a torna contraditória.

Rothstein (2004b) também mostra o contraste entre depictivos e modificadores atributivos por meio da relação de acarretamento, como se vê em (3). A sentença em que o adjetivo é um modificador atributivo (*I met the drunk man today* — (3a)) não acarreta que o homem estava bêbado quando eu o encontrei, ao passo que a sentença com o predicado secundário (*I met the man drunk today* — (3b)) apresenta esse acarretamento, uma vez que o predicado depictivo está temporalmente ligado ao evento da oração matriz.

- (3) a. I met the drunk man today ENTAILS I met him today
DOES NOT ENTAIL I met him today and he was drunk when I met him.

‘Eu encontrei [o homem bêbado] hoje ACARRETA Eu o encontrei hoje
NÃO ACARRETA Eu o encontrei hoje e ele estava bêbado quando eu o encontrei.’

- b. I met the man drunk today ENTAILS I met him today and he was drunk when I met him.

‘Eu encontrei [o homem] [bêbado] ACARRETA Eu o encontrei hoje e ele estava bêbado quando eu o encontrei.’

(Rothstein 2004b: 63)

O fato de modificadores atributivos não estarem temporalmente ligados à eventualidade denotada pela oração matriz, diferentemente dos predicados depictivos, é o que torna as sentenças em (4) não contraditórias. Em (4a), o homem não está bêbado no intervalo de tempo em que ocorre a eventualidade de chegar, e em (4b) o homem não está furioso no momento em que se dá a eventualidade de dirigir, então a presença do depictivo nas frases não provoca uma contradição.⁴

- (4) a. O homem bêbado chegou sóbrio.
b. O homem furioso dirigiu calmo.

Por outro lado, para a sentença em (5a) ser verdadeira, é necessário que o homem esteja bêbado quando ocorre a eventualidade de chegar, do mesmo modo que a sentença em (5b), para ser verdadeira, exige que o homem esteja furioso durante a eventualidade de dirigir (cf. Rothstein 2006; Farrell 2017; entre outros).

⁴ Paulo Medeiros (c.p.) apresentou os seguintes dados em (i):

- (i) a. O homem canceroso levantou da cama curado.
b. O paciente morto voltou vivo.

Esses dados são interessantes porque, diferentemente das sentenças em (4), apresentam um modificador atributivo que se relaciona com o predicado da oração matriz, mas não no sentido de os predicados coincidirem temporalmente, e sim no sentido de que a propriedade veiculada pelo modificador atributivo deixou de vigorar em determinado momento: quando se levantou da cama, o homem não era mais canceroso; quando voltou, o paciente não estava mais morto (ou deixou de ser considerado morto).

- (5) a. O homem chegou bêbado.
b. O homem dirigiu furioso.

A relação de concomitância também distingue os predicados depictivos dos resultativos. Halliday (1967: 63) afirma que o depictivo é um elemento que caracteriza aquele que recebe o atributo (*the attribuant*) em relação ao processo, mas como concomitante ao processo, e não como um resultado dele, enquanto o predicado resultativo é aquele que resulta do processo⁵. Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 4) seguem esse mesmo espírito, afirmando que o depictivo expressa um estado que se mantém (*holds*) durante o tempo de referência do evento codificado pelo predicado principal; assim, em (6a), conforme os autores, as cenouras estavam frescas no momento em que George as comprou. Os resultativos, diferentemente, expressam um estado interpretado como resultado do estado de coisas codificado pelo predicado principal, de modo que (6b) expressa que as cenouras ficaram macias como resultado de terem sido fervidas, segundo os autores (Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 4).

- (6) a. George bought the carrots **fresh**. DEPCTIVO
'George comprou as cenouras frescas.'
(= as cenouras estavam frescas quando George as comprou)
- b. George boiled the carrots **soft**. RESULTATIVO
'George ferveu as cenouras até ficarem macias.'
(= as cenouras ficaram macias como resultado de George tê-las fervido)

(Himmelmann & Schultze-Berndt 2005: 1, 4)

Podemos dizer, então, que a relação de concomitância, coincidência ou sobreposição temporal constitui o primeiro requisito que as construções depictivas precisam atender. No entanto, essa relação merece ser um pouco mais detalhada. De acordo com Foltran (1999: 102-103), é temerário dizer que, em uma sentença como (7), existe uma sobreposição exata entre o fato denotado pelo predicado da oração matriz (*chegar*) e o fato denotado pelo predicado secundário (*estar desanimado*): conforme a autora, o fato designado pelo depictivo pode ocupar um intervalo de tempo maior, pois João poderia estar desanimado antes de chegar e continuar desanimado depois disso; entretanto, nesse caso, o relevante para a interpretação da frase é o intervalo de tempo em que a propriedade de estar desanimado e o fato de chegar coincidem (Foltran 1999: 103).

- (7) João chegou desanimado.

(Foltran 1999: 102)

Em outras palavras, de acordo com a perspectiva da autora, é possível que o intervalo de tempo em que vigora o estado denotado pelo predicado secundário extrapole o tempo de duração do

⁵ No original: "The 'depictive' element is an attribute which characterizes the attribuant in relation to the process, but as a concomitant, not a result, of the process" (Halliday 1967: 63).

evento denotado pela oração matriz, porém essa informação não está (ou pelo menos não é focada) na sentença. Ilari (*apud* Foltran 1999, p. 104, nt. 1) faz uma observação interessante a respeito disso: “a sentença [João chegou desanimado] só afirma que o desânimo existe no momento da chegada. Se houver desânimo antes e depois, ele está no mundo, não na frase”, ou talvez ele “esteja na frase apenas na estrita medida em que ‘estar desanimado’ é um durativo, e é difícil imaginar que um durativo possa ser tão breve quanto um pontual”.

Rothstein (2004b) concebe a relação de dependência temporal entre o estado denotado pelo predicado secundário e o evento da oração matriz em termos da função τ , conforme aparece definida em Krifka (1998), que mapeia um evento “e” para seu tempo de execução (*running time* ou *run time*), tal que $\tau(e_1 \sqcup e_2) = \tau(e_1) \sqcup \tau(e_2)$, o que significa que o *run time* da soma de e_1 e e_2 equivale à soma do *run time* de e_1 com o *run time* de e_2 (Rothstein 2004b: 69). Porém, a autora explica que a predicação secundária tem a restrição adicional de que os *run times* dos dois eventos precisam coincidir; assim, a autora apresenta a formalização em (8).

$$(8) \quad \text{SUM}[\alpha(e_1), \beta(e_2)] = \lambda e. \exists e_1 \exists e_2 [e =^S (e_1 \sqcup e_2) \wedge \alpha(e_1) \wedge \beta(e_2) \wedge \tau(e_1) = \tau(e_2)].$$

(Rothstein 2004b: 69)

Considerando-se essa sobreposição temporal, a sentença em (9a) teria a denotação em (9b), que significa que houve um evento que correspondeu à soma de um evento na denotação de *John drive the car* com um evento na denotação de *John drunk*, em que ambos os eventos estavam acontecendo no mesmo tempo, conforme Rothstein (2004b: 69)⁶. A autora afirma que o evento equivalente à soma pode ser parte de outro evento de John dirigindo o carro que não seja um evento de John estando bêbado, ou pode ser parte de outro evento de John estando bêbado que seja maior que o evento de John dirigindo o carro (Rothstein 2004b: 70).

- (9) a. John drove the car drunk.
‘John dirigiu o carro bêbado.’
- b. $\exists e \exists e_1 \exists e_2 [e =^S (e_1 \sqcup e_2) \wedge \text{DRIVE}(e_1) \wedge \text{Th}(e_1) = \text{THE CAR} \wedge \text{Ag}(e_1) = \text{JOHN} \wedge \text{DRUNK}(e_2) \wedge \text{Arg}(e_2) = \text{JOHN} \wedge \tau(e_1) = \tau(e_2)]$

(Rothstein 2004b: 69)

Rothstein (2004b: 70) afirma que, apesar de a formalização em (9b) indicar que a dependência temporal entre os dois eventos é simétrica, dados como (10) sugerem uma assimetria nessa relação, uma vez que é o evento introduzido pelo verbo que determina o tempo de execução do evento somado.

⁶ No original: “there occurred an event which was the sum of an event in the denotation of *John drive the car* and an event in the denotation of *John drunk*, where both events were going on at the same time” (Rothstein 2004b: 69).

- (10) John drove the car from Jerusalem to Tel Aviv drunk.
'John dirigiu o carro de Jerusalém para Tel Aviv bêbado.'

(Rothstein 2004b: 70)

Contudo, a autora afirma que essa assimetria se deve aos diferentes tipos de predicado verbal no que se refere à quantização (Krifka 1992), e não à semântica da operação de predicação secundária em si. Segundo a autora, em (9a), *drive the car* e *drunk* são predicados homogêneos, sendo o primeiro uma atividade e o segundo, um estado, o que significa que, para qualquer evento e_1 sob a denotação de *drive the car*, qualquer parte desse evento será também um evento de *driving the car*, e, para qualquer evento e_2 na denotação de *drunk*, qualquer parte de e_2 será também um evento de *drunk* (Rothstein 2004b: 70). Na sentença em (10), diferentemente, *drive the car from Jerusalem to Tel Aviv* é um *accomplishment*, que é quantizado, o que significa que, para qualquer evento na denotação dessa expressão verbal, nenhuma parte dele pode estar na denotação da mesma expressão verbal, de acordo com a autora; assim, o *run time* do evento introduzido pelo predicado verbal e_1 determina o tamanho do evento somado, $^S(e_1 \sqcup e_2)$, conforme Rothstein (2004b: 70).

Embora a formalização em (9b) capte a relação temporal entre o evento denotado pelo predicado verbal e o estado denotado pelo depictivo, ela não faz referência ao fato de que esses predicados devem, necessariamente, partilhar um argumento. Desse modo, para contemplar tanto a restrição da dependência temporal quanto a restrição do argumento partilhado, Rothstein (2004b) propõe a relação TPCONNECT (*Time-Participant Connected*), que se estabelece entre dois eventos e um indivíduo e se dá nas seguintes circunstâncias (Rothstein 2004b: 70-71):

- (11) TPCONNECT(e_1, e_2, y) se, e somente se,
- (i) $\tau(e_1) = \tau(e_2)$ (i.e. o *run time* de e_1 é o mesmo *run time* de e_2);
 - (ii) e_1 e e_2 compartilham um participante y .

(Rothstein 2004b: 71, tradução nossa⁷)

Ao discutir a relação de coincidência temporal entre os predicados, Farrell (2017: 27) argumenta que, em abordagens de soma de eventos como a de Rothstein (2004b), a ideia de que o *run time* da propriedade depictiva é definido pelo *run time* do evento matriz está relacionada com o fato de normalmente não ser possível afirmar que a propriedade depictiva não durou o evento todo. Assim, sob esse raciocínio, (12) soa contraditória porque a interpretação que se obtém de *He drove the car drunk* é a de que a propriedade de estar bêbado se manteve durante todo o evento de dirigir o carro, então não se pode afirmar que o indivíduo não estava bêbado no final (cf. Farrell 2017: 27).

⁷ "TPCONNECT(e_1, e_2, y) iff (i) $\tau(e_1) = \tau(e_2)$ (i.e. the run time of e_1 is the same as the run time of e_2); (ii) e_1 and e_2 share a participant y " (Rothstein 2004b: 71).

- (12) He drove the car drunk... #but he was sober by the end.
'Ele dirigiu o carro bêbado... #mas ele estava sóbrio no final.'

(Farrell 2017: 27)

Todavia, o autor afirma que alguns falantes parecem aceitar sentenças como (13a) e (13b), em que a propriedade pode ser cancelada antes do fim do *run time* do evento da oração matriz (Farrell 2017: 27).

- (13) a. He drove the car to the store drunk... %but he sobered up on the way there.
'Ele dirigiu o carro até a loja bêbado... %mas ficou sóbrio no caminho.'
- b. He took the tram home drunk... %but he sobered up before he got home.
'Ele pegou o bonde para casa bêbado... %mas ficou sóbrio antes de chegar em casa.'

(Farrell 2017: 28)

Isso, segundo o autor, mostra que a visão de que o tempo de execução da propriedade é definido pelo tempo de execução do evento matriz não está totalmente correta (Farrell 2017: 28). Evidência adicional de que o depictivo nem sempre precisa perdurar até o fim do evento matriz é apresentada nos seguintes exemplos.

- (14) They dissected the animal_i alive_i.
'Eles dissecaram o animal vivo.'

(Farrell 2017: 27)

- (15) They boiled the lobster_i alive_i.
'Eles ferveram a lagosta viva.'

(Farrell 2019: 107)

- (16) a. I threw/sent him the ball wet, but when he got it it was dry.
'Joguei/mandei a bola molhada para ele, mas, quando ele pegou, ela estava seca.'
- b. As it left my hand it was wet, #but I threw him the ball dry.
'Quando saiu da minha mão, estava molhada, #mas eu joguei a bola seca para ele.'

(Bruening 2015: 4)

Em (14), o estado denotado pelo predicado secundário não pode perdurar durante todo o evento da oração matriz, porque dissecação acarreta morte, então um animal não pode estar vivo durante todo o processo de dissecação, segundo afirma Farrell (2017: 28). Em (15), presume-se que a lagosta não esteja mais viva no fim do evento de ferver (Farrell 2019: 107). Em (16a), a propriedade *wet* ('molhado'), aplicada à bola, pode vigorar durante o evento causador de jogar, mas não precisa estar vigente no momento em que se obtém o estado resultante, ou seja, a bola

pode estar seca quando se alcança o estado resultante (Bruening 2015: 4). Diante dessa realidade, Farrell (2019: 107) argumenta que o requisito de coincidência temporal (*co-temporality*, na terminologia do autor) seria mais bem descrito como um requisito de “coincialidade” (*co-initiality*), já que a propriedade expressa pelo depictivo deve se manter no início do evento, mas não precisa se estender por todo o evento.

Com base no exposto, podemos trabalhar com uma definição ampla do requisito de coincidência temporal, que contempla mesmo os casos de depictivos que não duram todo o evento. Aqui, o termo “eventualidade” é um termo abrangente que designa tanto estados quanto eventos propriamente ditos, seguindo a terminologia de Bach (1986).

(17) **Requisito da coincidência temporal**

A eventualidade codificada pelo predicado primário e a eventualidade codificada pelo predicado secundário devem coincidir em determinado intervalo de tempo.

Note-se que essa formulação já nos permite diferenciar construções de predicação secundária depictivas de estruturas de coordenação. Isso é observado, por exemplo, por Silvagni (2024: 343): conforme o autor, embora o predicado primário e o predicado depictivo sejam entendidos como temporalmente coincidentes, sua relação lógica não é de uma sequência de eventos. Nesse sentido, na frase em (18a), em que o depictivo é um gerúndio, o evento de João cantando está contido no evento de João passeando, porém, em (18b), há dois eventos independentes, um de João passeando e um de João cantando, que não coincidem necessariamente.

- (18) a. Juan paseó cantando.
 ‘João passeou cantando.’
- b. Juan paseó y cantó.
 ‘João passeou e cantou.’

(Silvagni 2024: 343, nt. 3)

McNally (1993) faz uma observação semelhante a respeito dos dados em (19). Segundo a autora, a sentença em (19a), com um predicado secundário, denota partes de estados de coisas que devem ser simultâneas, mas a estrutura coordenada em (19b) não implica necessariamente que as partes coincidam temporalmente, pois pode ser o caso de a criança estar deitada em um momento e acordada em outro (cf. McNally 1993: 8).

- (19) a. The child lay in bed awake.
'A criança estava deitada na cama acordada.'
- b. The child lay in bed and was awake.
'A criança estava deitada na cama e estava acordada.'

(McNally 1993: 7)

Além disso, observa-se que a formulação em (17) não especifica por quanto tempo as duas eventualidades coincidem, nem em que momento do evento denotado pelo predicado matriz a propriedade expressa pelo depictivo vigora.⁸ A depender do tipo de predicado secundário — se *stage-level* ou *individual-level* — e do tipo de evento denotado pelo predicado da oração matriz (*achievement*, *accomplishment* etc.), essas características vão variar. Assim, para conseguirmos entender a relação entre os dois predicados para além da mera coincidência temporal, será preciso investigar mais a fundo esses aspectos, o que faremos na sequência.

2 Requisito da predicação com leitura *stage-level*

Nesta seção, argumentaremos que outra condição de licenciamento das construções depictivas é a exigência de que ao menos uma das eventualidades envolvidas na sentença (a da oração matriz ou a do predicado secundário) seja do tipo *stage-level*, ainda que esta leitura se obtenha por meio de coerção. Defenderemos também que essas eventualidades estão relacionadas da seguinte forma: uma delas funciona como um restritor ou uma âncora temporal em relação à outra. Nossas observações são fundamentadas em ideias apresentadas em Foltran (1999), McNally (1993) e Irimia & Rapoport (2021), mas com algumas modificações. Primeiramente, vamos tratar de distinções teóricas que serão importantes para a discussão, recapitulando a distinção *stage-level* vs. *individual-level*, em geral e no contexto das construções depictivas, e a inferência de persistência temporal associada aos predicados *individual-level*. Na sequência, falaremos das diferentes combinações que as construções depictivas podem apresentar com relação ao caráter SL ou IL das eventualidades: a) predicado primário SL + predicado secundário SL; b) predicado primário SL + predicado secundário IL (sem coerção); c) predicado primário IL + predicado secundário SL; d) predicado primário IL + predicado secundário IL (com coerção). Por fim, abordaremos a hipótese de que, nas construções depictivas, uma predicação servirá como âncora temporal da outra.

⁸ A definição em (17) apenas especifica que existe uma coincidência de eventualidades em determinado intervalo, o que abrange tanto os casos de depictivos que vigoram apenas no início do evento da oração matriz (*Ele cozinhou a lagosta viva*) quanto os casos de depictivos que vigoram durante todo o evento do predicado primário. Observa-se que essa coincidência não precisa ser total e exata: é possível que a eventualidade denotada pelo predicado secundário vigore por mais tempo que a eventualidade denotada pelo predicado da oração matriz, como já apontado por Foltran (1999).

2.1 Pressupostos gerais sobre predicados SL vs. IL

Nesta subseção, vamos recapitular a distinção *stage-level* vs. *individual-level*, visto que ela é essencial para o segundo requisito semântico que as construções depictivas devem atender e para a proposta de ancoragem que queremos apresentar neste capítulo. Depois, trataremos dessa distinção no âmbito das construções depictivas, resumindo a perspectiva de McNally (1993) a respeito da inferência de persistência temporal associada a predicados IL.

2.1.1 Recapitulando: predicados *stage-level* vs. *individual-level*

A distinção entre predicados *stage-level* e *individual-level*, como vimos no Capítulo 2 desta tese, foi desenvolvida por Carlson (1977) a partir da distinção de Milsark (1976 [1974]) entre *estados* e *propriedades*. Os *estados*, para Milsark (1976 [1974]), são condições que, em princípio, são transitórias e não possuídas pela entidade a que se referem, de maneira que, quando são removidas, não há alteração nas qualidades essenciais da entidade (cf. Winkler 1997: 11). Correspondem aos predicados *stage-level* de Carlson, que os identifica como estágios do indivíduo. Podem ser citados como exemplos desse tipo de predicado *bêbado*, *irritado*, *cansado*, *descalço*, *aliviado*, *atrasado*, *desamarrado*, *comovido*, *enfastiado*, *machucado*.

As *propriedades* de Milsark, por sua vez, são fatos referentes à entidade que assumimos serem permanentes e inalteráveis (mesmo que não o sejam de fato) e são, em certo sentido, “possuídas” pela entidade (cf. Winkler 1997: 11). Elas correspondem aos predicados *individual-level* de Carlson, que designam propriedades de indivíduos tidas como (mais) inerentes. Exemplos de predicados IL incluem *honesto*, *orgânico*, *altruísta*, *frutífero* (como em: *Essa árvore é frutífera*), *artesanal*, *humano*, *loiro*, *inteligente*. Foltran (1999: 42, 43 e 45) observa que DPs também são normalmente entendidos como propriedades IL, a exemplo de *um médico*.

Conforme explica Silvagni (2022: 118; 2024: 354-365), é comum que a distinção entre predicados SL e IL seja abordada em torno de uma descrição vaga de duração: predicados IL designariam propriedades permanentes, enquanto SL denotariam qualidades transitórias. Porém, o quesito “tempo” não pode ser considerado o único fator envolvido na distinção SL/IL, conforme McNally (1993: 13): a autora nota que propriedades como *dead* (‘morto’) ou *being alive* (‘estar vivo’) parecem ser *stage-level*, mas duram mais que propriedades tidas como *individual-level*, como *being a child* (‘ser criança’). Do mesmo modo, observamos que ser permanente não pode ser considerado equivalente a ser *individual-level*, e nem todo *stage-level* é estritamente transitório: um predicado como *sóbrio* (antônimo de *bêbado*) é interpretado como uma propriedade *stage-level* do indivíduo ainda que se informe que ele nunca bebeu e nunca beberá uma gota de álcool sequer na vida, ou seja, mesmo que se assegure um contexto em que o indivíduo jamais sairá da condição de sobriedade e que essa propriedade será, portanto, duradoura (cf. *#Ele é sóbrio / Ele está sóbrio*); se ser permanente fosse sinônimo de ser IL, teríamos que considerar *sóbrio* um

predicado IL nesse exemplo, o que não é o caso. Talvez o potencial latente do indivíduo de perder o estado de sobriedade a qualquer tempo — isto é, a mera possibilidade lógica de esse estado mudar a qualquer momento, ainda que esta não se concretize no mundo atual — contribua para concebermos o predicado *sóbrio* como *stage-level*. Quanto às propriedades IL, não existe a expectativa de que elas deixem de vigorar a qualquer tempo⁹.

Diante disso, vê-se que a tarefa de definir o que exatamente são predicados *stage-level* e predicados *individual-level* não é tão fácil quanto parece ser em um primeiro momento, por envolver diferentes fatores linguísticos e até mesmo filosóficos. É difícil diferenciar essas classes de predicado por meio de uma única característica. Ainda assim, reconhecemos que essa distinção existe, mas parece envolver mais de uma dimensão, como inerência, duração, telicidade e “posse”, que podem ser mais ou menos proeminentes em cada predicado. Predicados como *farto* (no sentido de *satisfeito*, *saciado* ou *cansado*) ou *exausto* parecem bem menos permanentes e menos inerentes que *gripado* ou *machucado*, embora todos esses exemplos pertençam à classe dos *stage-level*.¹⁰ Adjetivos como *mamífero* e *orgânico* são entendidos como mais inerentes e mais permanentes que *inteligente* ou *vermelho*, mas todos esses predicados são *individual-level*. Assim, ainda que os membros de cada classe não exibam exatamente o mesmo comportamento quanto a alguma dimensão (como o quesito “inerência”), entendemos que isso não deslegitima a divisão dos predicados em SL e IL — que, aliás, é amplamente reconhecida na literatura.

Partindo da ideia de que essa oposição existe, estamos trabalhando com o pressuposto de que os predicados já contêm, em si, a informação de que denotam uma propriedade *stage-level* ou *individual-level*.¹¹ Essa ideia é inspirada sobretudo no trabalho de Bisol (1975: 29), que propõe a divisão dos adjetivos em termos de um traço que eles portam: para a autora, certos adjetivos contêm um traço [–inerente], como *triste*, *vitorioso* e *atrasado*, em oposição a adjetivos que expressam propriedades inerentes, como *alto*, *grande* e *redondo*. Porém, em vez de supor que os predicados contêm o traço [±inerente], vamos trabalhar com os traços [SL] e [IL], mnemônicos de *stage-level* e *individual-level*, respectivamente. Contudo, é possível que cada um desses traços corresponda, na verdade, a um conjunto de traços, correspondentes às várias dimensões que esses predicados contemplam. Já se apontou na literatura, por exemplo, que esses dois

⁹ McNally (1997: 161) faz uma observação que vai ao encontro do que estamos dizendo: “if someone is a child or is naïve, it is a fact about childhood and naïveté that that person cannot alternately have and not have the property of being a child or naïve”.

¹⁰ Em uma discussão que pode ser relacionada a essa que estamos fazendo aqui, Berton (2019: 65) observa que o predicado *enferrujado* parece mais duradouro que *quente*, adjetivos esses que qualificaríamos como SL. Em seu trabalho, a autora supõe que alguns adjetivos *stage-level* não teriam um traço *stage-level* “suficientemente passageiro”, em suas palavras: “Nossa intuição é de que existem adjetivos *stage level* que não possuem um traço *stage level* suficientemente passageiro. O que estamos chamando de *suficientemente passageiro* está relacionado a quando o evento denotado pelo adjetivo se direciona para um final natural. Por exemplo, sabemos que quando algo está molhado, deverá secar em um determinado momento, por isso o evento denotado por *molhado* apresenta um final natural. Já se algo está amassado, não se tem evidências de que deixe de estar amassado em determinado momento — a menos que isso seja explicitado no contexto —, por isso o evento denotado por *amassado* não apresenta claramente um final natural. Nesse sentido, *amassado* não possui um traço suficientemente passageiro” (Berton 2019: 44-45).

¹¹ Ao propor que o predicado já entra na derivação com a informação de que veicula uma propriedade SL ou IL, estamos indo contra o proposto em Ferreira (2017), em que supusemos *en passant* que essas propriedades seriam fornecidas (integralmente) pelo núcleo Asp.

tipos de predicado diferem quanto ao traço de telicidade, como feito em Farrell (2017: 106): o autor afirma que predicados SL e IL podem ser decompostos da seguinte maneira, sendo a presença do traço “téllico” a razão de um predicado SL ser interpretado como transitório.

Quadro 2 — Decomposição de predicados *stage-level* e *individual-level* em traços

	dinâmico¹²	durativo	téllico
SL	–	+	+
IL	–	+	–

Fonte: Farrell (2019: 106, tradução nossa).

A partir de uma análise como essa, que foi apresentada apenas a título de exemplo¹³, poderíamos, então, dizer que aquilo que estamos chamando de traço [SL] ou [IL] seria, na verdade, um conjunto de traços de dinamicidade, duração e telicidade, entre outros traços que possam ser identificados e acrescentados ao conjunto. Porém, nesta tese, estamos mantendo a referência apenas a traços [SL] e [IL], sem nos aprofundar na ideia de decomposição dos predicados SL e IL em traços, embora reconheçamos que essa via pode ser promissora para explicar as eventuais distinções dentro de cada classe.

A dicotomia SL vs. IL se manifesta em uma série de ambientes linguísticos, como já apontamos anteriormente. No caso do português, estamos assumindo, com Bisol (1975), Silvagni (2022) entre outros, que as cópulas *estar* e *ser* seriam os expoentes lexicais dessa distinção: a cópula *estar* normalmente se combina com predicados SL, que denotam uma condição ou estado do sujeito, enquanto a cópula *ser* se combina com predicados IL, que expressam uma característica mais intrínseca, conforme Silvagni (2022: 110-111) (cf. também Bisol 1975; Marques & Basso 2017).¹⁴ Os dados em (20) mostram predicados SL que rejeitam a combinação com *ser* e preferem a combinação com *estar*, enquanto os em (21) exibem o comportamento de predicados IL, que se combinam bem com *ser*, mas resultam em uma frase anômala com *estar*.

- (20) a. João está exausto / gripado / acordado. STAGE-LEVEL
b. #João é exausto / gripado / acordado.

- (21) a. João é católico / brasileiro / filho de diplomata. INDIVIDUAL-LEVEL
b. #João está católico / brasileiro / filho de diplomata.

Em geral, como explica McNally (1997), entende-se que os predicados *individual-level* são *unlocated*, isto é, não localizados em um espaço específico, aplicando-se ao indivíduo onde quer

¹² Não é consensual o entendimento de que predicados SL têm todos o traço [–dinâmico]. Foltran (1999: 178), por exemplo, com base em Hoekstra (1992), apresenta *ver*, *ouvir*, *sentar* e *deitar* como exemplos de predicados SL com traço [–dinâmico], mas *chover*, *correr* e *comprar* são listados como predicados SL com traço [+dinâmico] em seu texto.

¹³ Ressaltamos que não estamos nos comprometendo com a decomposição feita no Quadro 2: nossa intenção, ao trazer essa análise de Farrell, foi apenas mostrar que um traço IL ou SL pode consistir em um conjunto de traços.

¹⁴ Como já observado em nota no Capítulo 2, o entendimento de que as cópulas *ser* e *estar* refletem a distinção IL vs. SL não é consensual. Maienborn (2005a), por exemplo, defende que o contraste em questão é de natureza pragmática, e não gramatical. Quanto a esse assunto e a outros relacionados, ver também Maienborn (2005b) e Maienborn (2007).

que ele esteja: se a Madre Teresa é altruísta, ela terá essa propriedade em qualquer lugar que esteja, seja em Calcutá, seja na Califórnia (McNally 1997: 161). Essa propriedade não se aplicaria aos predicados *stage-level* (pelo menos não *necessariamente*), que normalmente são atrelados a uma localização. Isso pode ser relacionado ao contraste em (22): como mostra Basso (2025), predicados SL aceitam a modificação por locativos, enquanto os predicados IL resultam em uma frase estranha com essa combinação.

- | | | |
|------|---------------------------------------|------------------|
| (22) | a. João está disponível em São Paulo. | STAGE-LEVEL |
| | b. ??João é alto em São Paulo. | INDIVIDUAL-LEVEL |

(Basso 2025: 3)

A ideia de que predicados SL são mais temporários que predicados IL tem sido associada ao contraste linguístico em (23), também apontado por Basso (2025): predicados SL aceitam bem a combinação com expressões como *neste momento* e *hoje* por serem temporários, enquanto os IL causariam estranhamento por serem permanentes, segundo o autor.¹⁵

- | | | |
|------|--|------------------|
| (23) | a. Maria está doente neste momento/hoje/agora. | STAGE-LEVEL |
| | b. ??Maria é inteligente neste momento. | INDIVIDUAL-LEVEL |

(Basso 2025: 3)

É importante lembrar, todavia, que certos predicados IL podem sofrer coerção, passando a receber uma interpretação *stage-level* e podendo se combinar com *estar* (cf. Silvagni 2022; Fernald 1999), como em *Maria está linda / simpática*. Mesmo alguns adjetivos gentílicos aceitam a coerção com *estar*, como acontece na frase *Maria está muito inglesa*, porque, nesse caso, o comportamento do indivíduo é associado a um estereótipo relacionado à nacionalidade, o que configura um caso de coerção evidencial, nos termos de Fernald (1999). O adjetivo *chato* também exibe coerção na frase *João está sendo chato*, pois aqui o sujeito adquire um caráter agentivo, e o que está sendo julgado é seu comportamento, e não sua personalidade (quem ele é) — ele está *agindo* de tal forma (cf. Foltran 1999; Fernald 1999). Da mesma forma, uma versão de (23b) é aceitável se usarmos a cópula *estar* e se estivermos julgando o comportamento de Maria em determinado momento, o que indica coerção do predicado IL para SL: *Maria está inteligente neste momento* (isto é, está agindo como uma pessoa inteligente). Na sentença *Maria está loira*, também há coerção do predicado *individual-level*, que passa a ser interpretado como SL por designar uma propriedade percebida como temporária, além de ser uma característica que pode ser modificada como resultado de um ato volitivo do indivíduo (Fernald 1999).

A noção de coerção do predicado IL, já discutida no Capítulo 2, será importante neste capítulo quando abordarmos as construções depictivas em que um predicado IL adquire uma

¹⁵ Outros fenômenos gramaticais que manifestam a distinção SL vs. IL incluem o contraste entre leitura existencial vs. leitura genérica, sentenças com *there-insertion* e construções absolutas, como mencionado no Capítulo 2 desta tese.

interpretação SL. Antes disso, contudo, trataremos da distinção entre predicados SL e IL nas construções depictivas e da inferência de persistência temporal associada aos predicados *individual-level*.

2.1.2 Construções depictivas e a inferência de persistência temporal

As construções de predicação secundária depictiva seriam outro ambiente linguístico sensível à distinção SL vs. IL (cf. McNally 1993, 1997): as sentenças em (24) e (25) mostram que um predicado SL é preferível a um predicado IL nos casos em questão.

(24) a. We ate the vegetables raw. STAGE-LEVEL
'Nós comemos os vegetais crus.'

b. ??We ate the vegetables organic. INDIVIDUAL-LEVEL
'??Nós comemos os vegetais orgânicos.'

(McNally 1993: 2)

(25) a. Fleisher played the piano injured. STAGE-LEVEL
'Fleisher tocou o piano ferido/machucado.'

b. ??Fleisher played the piano talented. INDIVIDUAL-LEVEL
'??Fleisher tocou o piano talentoso.'

(McNally 1993: 2)

Como já dissemos nesta tese, um ponto importante sobre a distinção SL vs. IL é a divergência existente na literatura quanto ao conteúdo aspectual desses predicados. Autores como Kratzer (1995) e Rapoport (1991 *apud* McNally 1993) defendem que essa distinção tem relação com a estrutura argumental ou a representação lógico-semântica desses dois tipos de predicado, conforme explica McNally (1993: 1): nessa ótica, predicados SL teriam um argumento (neo)davidsoniano, ou seja, um argumento evento ou espaço-temporal, diferentemente dos predicados *individual-level*, que prescindiriam desse argumento. Em certo sentido, isso tem correspondência com a análise de Silvagni (2022: 118-119), que argumenta que apenas predicados *stage-level* teriam aspecto interno (*inner aspect*) e seriam concebidos como eventos, denotando um ponto no tempo-espaço (*spacetime point*), enquanto predicados *individual-level* seriam predicados não eventivos (estados) sem aspecto interno, segundo o autor.¹⁶

¹⁶ Silvagni (2022) supõe que predicados *stage-level* têm um traço não interpretável [Stage] e se relacionam, por concordância, com um núcleo Asp, que carrega a contraparte interpretável desse traço. Os predicados SL, nessa perspectiva, têm aspecto interno. Por outro lado, para o autor, os predicados *individual-level* não têm conteúdo aspectual e não envolvem a projeção de AspP. Quanto a esse ponto, diferimos do autor, pois estamos supondo que ambos os predicados estão associados a uma projeção aspectual e ambos — não somente o SL — portam um traço [SL] ou [IL].

Como já vimos, Rapoport parte da hipótese de que predicados SL têm um argumento espaço-temporal, ao contrário dos IL, para explicar a aparente obrigatoriedade de um predicado SL em uma construção depictiva: a autora propõe que o predicado primário e o predicado secundário estão relacionados por meio de um princípio de licenciamento que vincula um argumento evento na estrutura temática do predicado secundário a um argumento evento na estrutura temática do predicado principal (Rapoport 1991 *apud* McNally 1993: 3). A consequência desse princípio é que tanto o predicado principal quanto o predicado secundário precisariam ser do tipo *stage-level*, já que, para Rapoport, um predicado IL, por não ter um argumento evento, nunca seria licenciado nessas construções, já que ele não possibilitaria o estabelecimento da vinculação necessária entre argumentos eventos, conforme explica McNally (1997: 158).

Porém, McNally (1993, 1997) mostra que a proibição a predicados IL em construções depictivas não é absoluta, como também já discutimos no Capítulo 2. É possível, por exemplo, que o predicado primário seja IL, como em (26), ou que o predicado depictivo seja IL, como em (27). Conforme a autora, predicados secundários IL orientados ao sujeito ocorrem principalmente com predicados principais classificados como *achievements*, que são télicos e pontuais (McNally 1997).

- (26) a. Sam disliked Paul angry.
'Sam não gostou / não gostava de Paul zangado.'
- b. Dan never believed Mary drunk.
'Dan nunca acreditou na Mary bêbada.'

(McNally 1997: 158)

- (27) a. Yesterday, Matt went to work nihilistic; today, he is a changed person.
'Ontem, Matt foi trabalhar nihilista; hoje, ele é uma pessoa mudada.'
- b. Today, Joe is sitting in church a convert to Catholicism.
'Hoje, Joe está sentado na igreja convertido ao Catolicismo.'
- c. Martha went to Europe naïve and excited and came back a jaded pseudo-intellectual.
'Marta foi pra Europa ingênua e animada e voltou uma pseudo-intelectual cínica.'

(McNally 1997: 159)

McNally (1993, 1997) argumenta que as propriedades expressas por predicados adjuntos como os em (27)¹⁷ não são forçadas a ter uma interpretação SL ou temporária, isto é, não sofrem coerção para serem lidos como SL: trata-se de predicados verdadeiramente *individual-level*. Além disso, a autora afirma que as sentenças em (27) apresentam a mesma contribuição semântica que os predicados secundários SL, no sentido de que o controlador tem a propriedade identificada pelo predicado adjunto enquanto participa do estado de coisas associado ao

¹⁷ Como apontado por Marcos Carreira (c.p.), o dado em (27c) mostra que podem ser coordenados predicados de tipos diferentes: IL (*naïve*) + SL (*excited*).

predicado principal, isto é, ocorre simultaneidade (McNally 1997: 159), que, como vimos, é um requisito das construções depictivas — isso se dá porque, conforme o raciocínio de McNally (1993), tanto com predicados secundários *stage-level* quanto com predicados *individual-level*, impõe-se uma condição de intersecção sobre o estado de coisas (*state of affairs*) descrito pela predicação primária e o estado de coisas descrito pela predicação secundária. Para a autora, predicados IL também correspondem a estados de coisas no sentido relevante, porque sempre se pode identificar um intervalo de tempo no qual eles vigoram (McNally 1993: 8).

A diferença entre as frases em (24a) (*We ate the vegetables raw*) e (25a) (*Fleisher played the piano injured*), com predicado secundário SL, de um lado, e as sentenças em (27), com predicado secundário IL, de outro, é que estas últimas, segundo McNally (1997: 159), implicam que o controlador do depictivo passou ou está prestes a passar por uma mudança de estado. Essa mudança de estado associada aos depictivos IL em (27) é marcada, então, pela predicação primária: entende-se que o evento expresso pelo predicado da oração matriz marca uma fronteira contextualmente significativa logo após o suposto começo ou logo antes do suposto fim do intervalo de tempo durante o qual vigora a predicação adjunta (McNally 1993: 5). Diferentemente, nos casos em (24a) e (25a), os predicados depictivos SL não estão associados a essa implicatura de mudança de estado: na sentença *Fleisher played the piano injured*, não se infere nada a respeito do estado de Fleisher antes ou depois de tocar piano.

Para explicar o contraste entre uma sentença como (25b) (*??Fleisher played the piano talented*.) e as sentenças em (27) (como *Martha went to Europe naïve and excited and came back a jaded pseudo-intellectual*), que mostram, respectivamente, uma sentença com depictivo IL que não é boa e sentenças com depictivo IL que são boas, McNally (1993, 1997) recorre à ideia de persistência temporal, a partir de Condoravdi (1992 *apud* McNally 1993), e às noções pragmáticas de informatividade e relevância. McNally (1997: 161) supõe que a diferença entre predicados IL e predicados SL reside na presença ou ausência de uma inferência de persistência temporal tanto para o passado quanto para o futuro. Nesse sentido, a autora afirma que propriedades IL carregam a inferência de que elas vigoram continuamente em relação às entidades a que se referem, e geralmente por um longo período de tempo, a menos que seja fornecida alguma informação que vença essa inferência; ou seja, assume-se que uma propriedade IL é *unbounded* (em relação ao passado e ao futuro); propriedades SL, por outro lado, não carregam essa inferência (McNally 1997: 161)¹⁸.

Sob essa perspectiva da inferência de persistência temporal, é possível compreender melhor o comportamento de predicados *stage-level* e *individual-level* com relação ao quesito localização. Abordamos anteriormente o exemplo do predicado IL *altruísta*: segundo McNally (1997: 161),

¹⁸ O período reproduz uma tradução parcial do seguinte trecho: "Individual-level properties carry an inference that they hold continuously of the entities to which they are ascribed (and generally over some extended period of time), unless information is provided to defeat that inference; that is, $\text{int}(P; x)$, where P is an individual-level property, will be assumed to be unbounded. Stage-level properties carry no such inference" (McNally 1997: 161).

intuitivamente, uma propriedade IL se aplica ao indivíduo onde quer que ele esteja, então, se dissermos que Madre Teresa é altruísta, ela o será onde quer que esteja — nesse sentido, qualquer localização externa ao indivíduo é irrelevante, o que fundamenta a ideia comumente difundida de que predicados IL são *unlocated*, conforme a autora. Entretanto, ainda de acordo com McNally (1997: 161), alguns predicados *stage-level* também podem ter essa característica: se uma pessoa ficar doente, com gripe, ela pode carregar a gripe consigo por um tempo, para onde quer que vá.¹⁹ Porém, a diferença entre uma propriedade *stage-level* como *doente* e uma propriedade *individual-level* como *altruísta* é que não é necessário que uma propriedade como *doente* “siga” (*follow around*) o indivíduo para onde ele for, justamente porque não se garante que essa propriedade se aplique à pessoa por qualquer período de tempo, de acordo com a autora; quanto às propriedades *individual-level*, é consistente com a inferência de persistência temporal assumir que elas “seguem” seus portadores (McNally 1997: 161).

Assim, para McNally, todos os predicados — SL e IL — são especificados com um parâmetro espaço-temporal; porém, na maioria dos casos, os parâmetros espaciais e temporais associados aos predicados *individual-level* são simplesmente irrelevantes (McNally 1997: 162). A autora defende que sua perspectiva, em comparação com a visão de evento-argumento de Kratzer (1995), Rapoport, entre outros, possui a vantagem de eliminar a necessidade de apelar para a ambiguidade lexical para explicar por que às vezes predicados *individual-level* se comportam como se fossem *stage-level*, além de fazer previsões sobre os contextos em que é mais provável achar esse comportamento e sobre os predicados que vão licenciar isso (McNally 1997: 163).

Além da noção de inferência de persistência temporal, McNally (1993) defende que a condição de simultaneidade sobre o estado de coisas descrito pela predicação primária e o estado de coisas descrito pelo predicado secundário não pode ser trivialmente cumprida, o que também já foi explorado nesta tese. Se a condição for trivialmente cumprida, a justaposição dos dois predicados será infeliz; porém, se a condição de simultaneidade não for trivialmente cumprida (ou se a infelicidade for explorada para efeitos conversacionais), o predicado secundário será licenciado (McNally 1993: 9).

A inferência de persistência temporal e a ideia de que a condição de simultaneidade não pode ser trivialmente cumprida nesse tipo de sentença são ferramentas pragmáticas importantes das quais estamos nos valendo para explicar as diferentes possibilidades de licenciamento de predicados SL e IL (em construções depictivas) no português brasileiro, as quais são o foco deste capítulo. Elas também permitirão explicar por que a presença de uma predicação com leitura *stage-level*, seja a primária, seja a secundária, consiste no segundo requisito semântico (imposto por razões pragmáticas) que essas sentenças precisam atender.

¹⁹ A autora ressalva que há predicados *stage-level* que são necessariamente fixados em determinado local, como a propriedade de estar sentado diante de um computador: assim que a pessoa se levantar, ela não terá mais essa propriedade (McNally 1997: 161).

O objetivo desta subseção e da anterior foi apenas recapitular as noções teóricas mais relevantes para tratar desse segundo requisito semântico. Nas próximas subseções, vamos sistematizar as combinações possíveis de predicado primário e predicado secundário com relação à presença de uma predicação *stage-level*, mencionando as estruturas sintáticas com as projeções aspectuais associadas a cada uma delas. Quanto a isso, é importante esclarecer que estamos partindo do pressuposto de que predicados verbais na oração matriz também podem expressar propriedades classificáveis como *individual-level* ou *stage-level*; isso não é nenhuma novidade na literatura, uma vez que outros autores, como McNally (1993, 1997), Foltran (1999), Simpson (2005), também partem desse mesmo pressuposto. Foltran (1999: 178), por exemplo, com base em Hoekstra (1992), lista *saber* e *odiar* como exemplos de predicados verbais IL, enquanto *ver*, *ouvir*, *sentar*, *deitar*, *correr* e *comprar* são citados entre exemplos de predicados verbais SL.

Contudo, antes de passarmos à próxima subseção, talvez seja relevante observar que a forma como predicados *stage-level* e *individual-level* são definidos interfere na possível inclusão de predicados verbais nessas categorias. Por exemplo, Escandell-Vidal & Leonetti (2002) definem predicados IL como aqueles que denotam propriedades classificatórias e predicados SL como aqueles que denotam estágios episódicos. Embora essa forma de conceber tais predicados IL faça sentido para certos nomes e adjetivos que realmente indicam uma classe ou categoria, como *advogado*, *mulher*, *homem*, *católico*, *jovem*, *adulto* etc., parece-nos difícil incluir predicados verbais nessa definição. Como *saber*, predicado que entendemos como *individual-level*, por exemplo, poderia ser classificado como um predicado que introduz uma categorização, da mesma forma que *advogado* ou *inteligente*? O indivíduo que *sabe* seria aquele que pertence a uma classe de pessoas que detêm determinado conhecimento? Isso ainda não é muito claro para nós. Talvez seja possível seguir esse entendimento, mas outras definições de predicados SL e IL, como as que levam em conta a diferença de telicidade, provavelmente conseguirão explicar com menos dificuldade por que considerar *saber* e *inteligente* como pertencentes à classe dos IL, já que ambos são atéllicos.

Outra observação que vale a pena ser feita quanto a classificar predicados verbais como SL ou IL diz respeito à possibilidade de se entender que a classificação se refere não ao verbo em si, mas à sua combinação com um complemento, da mesma forma que a classe aspectual vendleriana (Vendler 1967) de uma predicação muda quando levamos em conta o tipo de objeto direto — vide o contraste entre *João comeu pizza* (atividade) e *João comeu uma pizza* (*accomplishment*)²⁰. Caso a telicidade seja um fator determinante para diferenciar predicados SL de IL, então teríamos que considerar que *João comeu pizza* é mais *individual-level* que *João comeu uma pizza* (uma vez que atividades têm um traço [-télico] e *accomplishments* têm um traço [+télico] — cf. Kearns 2009), o que pode não ser tão intuitivo para alguns. Talvez o tempo verbal também cause alguma interferência na classificação, pois parece mais tranquilo aceitar que, na frase *As crianças nadam bem* (extraída de Wachowicz & Foltran 2006: 212), que também

²⁰ Os exemplos são de Marcus Linguinho (c.p.).

apresenta uma atividade, mas está no presente, a predicação é do tipo *individual-level*. Assim, a sentença *João comeu pizza* denota uma eventualidade mais episódica que *As crianças nadam bem*, por isso esta última nos parece mais *individual-level* que a primeira. Por outro lado, alguns autores defendem que predicados IL só podem ser estativos, enquanto predicados SL podem ser eventivos ou estativos, posição de Cunha (2011), por exemplo²¹.

Enfim, fizemos essas considerações apenas para mostrar que a ideia de que predicações verbais podem ser classificadas como *stage-level* e *individual-level* é uma questão complexa que admite várias perspectivas e mereceria um estudo à parte. Porém, como não é nosso objetivo nos aprofundar nesse assunto, vamos apenas assumir o entendimento, com base na discussão feita a partir de McNally (1993), de que certos predicados verbais são do tipo *individual-level* porque carregam uma inferência de persistência temporal, como *ter olhos verdes*, *saber matemática* e *acreditar em assombração*, e outros são do tipo *stage-level* porque não carregam tal inferência, denotando, portanto, eventualidades mais episódicas, como *dirigir um carro*, *tocar piano* e *escrever uma tese*. Ademais, vamos supor que, assim como os predicados adjetivais IL podem sofrer coerção e receber uma interpretação SL, predicados verbais IL também podem sofrer coerção e adquirir uma leitura de estágio — o que, aliás, já é assumido por McNally (1993). Além disso, estamos supondo que o núcleo Asp contido na oração principal também pode ser do tipo Asp_{SL} e Asp_{IL}, assim como ocorre no interior da *small clause*.

Diante do exposto neste capítulo até o momento e nos capítulos anteriores, reunimos em (28) os entendimentos que estamos adotando acerca de predicados *stage-level* e *individual-level*.

(28) Pressupostos sobre predicados *stage-level* e *individual-level*

- a. Tanto predicados *stage-level* quanto predicados *individual-level* são especificados com um parâmetro espaço-temporal e denotam um estado de coisas no sentido relevante (McNally 1993, 1997).
- b. Predicados secundários podem ser concebidos como um tipo de modificador temporal (McNally 1993).
- c. Predicados *individual-level* são associados a uma inferência *default* de persistência temporal tanto para o passado quanto para o futuro, isto é, são *unbounded* em relação ao passado e ao futuro: a menos que seja fornecida alguma informação em sentido contrário, infere-se que as propriedades IL vigoram continuamente em relação às entidades a que se referem e geralmente por um longo período de tempo (McNally 1993, 1997). Predicados *stage-level* não são associados a tal inferência.

²¹ Cunha (2011) afirma que somente estativos podem descrever predicados *individual-level* porque, por se tratar das únicas eventualidades que não são constituídas por fases sucessivas, eles podem persistir indefinidamente no tempo, diferentemente de eventos, que são inerentemente restringidos por condições associadas à sua constituição interna. Ainda segundo o autor, predicados *stage-level* podem ser eventivos ou estativos, pois essas duas classes admitem uma delimitação temporal intrínseca ou extrínseca (Cunha 2011).

- d. A classificação de predicados como *stage-level* ou *individual-level* se aplica não somente a adjetivos, mas também a verbos e outras categorias de predicados.
- e. Em construções depictivas e copulares, predicados *individual-level* podem sofrer coerção, passando a ser interpretados como *stage-level* (adquirindo um “sabor *stage-level*”) em determinadas condições.
- f. No âmbito da sintaxe, predicados *stage-level* e *individual-level* estão contidos em uma projeção aspectual AspP, cujo núcleo pode ser Asp_{IL} ou Asp_{SL}. Em sentenças sem coerção, depictivos *individual-level* se combinam com Asp_{IL}, enquanto os *stage-level* se combinam com Asp_{SL}. A coerção de um depictivo *individual-level* se obtém quando este se combina com uma projeção Asp_{SL}, configurando-se como um processo disparado por um *mismatch* gramatical (Fernald 1999).

Além disso, as construções depictivas estão sujeitas ao seguinte requisito pragmático:

(29) Requisito pragmático para construções depictivas (McNally 1993)

Um predicado secundário é licenciado quando:

- (i) a condição de simultaneidade imposta sobre o estado de coisas descrito pelo predicado primário e o estado de coisas descrito pelo predicado secundário não é trivialmente cumprida, vencendo-se a inferência de persistência temporal associada ao predicado *individual-level*, o que resulta em uma justaposição feliz de predicados; ou
- (ii) a inferência de persistência temporal associada a um predicado IL não é vencida e a justaposição dos predicados é infeliz, mas a infelicidade da justaposição é explorada para efeitos conversacionais.

A seguir, abordaremos as combinações possíveis entre um predicado primário e um predicado secundário, tendo em vista os entendimentos reunidos em (28) e (29).

2.2 Predicado primário SL + predicado secundário SL

Os casos mais estudados de predicação secundária são aqueles em que o predicado primário e o predicado secundário expressam uma propriedade *stage-level*. Essa é a estrutura que Foltran (1999, 2002) considera como canônica no português. Em (30), encontram-se exemplos dessa combinação com o predicado secundário orientado para o sujeito, enquanto (31) traz exemplos com o depictivo orientado para o objeto direto.

- (30)
- a. Maria dirigiu_{SL} o carro bêbada_{SL}.
 - b. João entrou_{SL} na sala zangado_{SL}.
 - c. As vítimas foram levadas_{SL} ao hospital conscientes_{SL}.
 - d. Os garotos passearam_{SL} no shopping famintos_{SL}.
 - e. Thiago Silva jogou_{SL} a partida lesionado_{SL}.

- f. Thom Yorke cantou_{SL} doente_{SL} na turnê de 2004 do Radiohead.
 - g. Nossa Senhora apareceu_{SL} vestida de branco_{SL}.
- (31)
- a. Pedro comeu_{SL} as cenouras cruas_{SL}.
 - b. Eu comprei_{SL} a alface já higienizada_{SL}.
 - c. Adquiri_{SL} o vinil dos Beatles meio empoeirado_{SL}, mas o vendi_{SL} limpinho_{SL}.
 - d. Rory Gilmore conheceu_{SL} Marty seminu_{SL}.

Em todos esses exemplos, o estado de coisas descrito pelo predicado primário e o estado de coisas descrito pelo predicado secundário obedecem à condição de simultaneidade porque as eventualidades coincidem temporalmente, mas essa condição não é trivialmente cumprida porque nenhuma delas está associada a uma inferência de persistência temporal (cf. McNally 1993), por isso a justaposição dos predicados é feliz. Por exemplo, em (30a), não é o caso que Maria está sempre bêbada e que, portanto, é trivial que ela estivesse bêbada ao dirigir; na verdade, não se infere nada a respeito do estado de Maria antes ou depois da eventualidade de dirigir, então não é trivial a informação de que ela estava bêbada quando dirigiu. A mesma lógica vale para as demais sentenças: em (30f), não se infere que a propriedade *doente* se aplique indefinidamente a *Thom Yorke*, por isso afirmar que ele estava doente quando cantou é algo informativo, e não trivial.

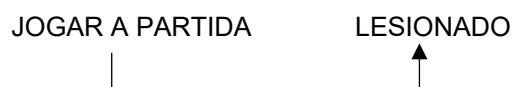
Nos exemplos acima, o predicado secundário é um depictivo em sentido estrito, o que é evidenciado pelo fato de que, na paráfrase dessas sentenças, a oração introduzida por *quando* corresponde à predicação primária na construção depictiva (cf. Foltran 1999; Rodrigues & Foltran 2013), como mostrado em (32) e (33). A cópula usada na paráfrase é *estar*.

- (32)
- a. Maria estava bêbada [quando dirigiu o carro].
 - b. João estava zangado [quando entrou na sala].
 - c. As vítimas estavam conscientes [quando foram levadas ao hospital].
 - d. Os garotos estavam famintos [quando passearam no *shopping*].
 - e. Thiago Silva estava lesionado [quando jogou a partida].
 - f. Thom Yorke estava doente [quando cantou].
 - g. Nossa Senhora estava vestida de branco [quando apareceu].
- (33)
- a. As cenouras estavam cruas [quando Pedro as comeu].
 - b. A alface já estava higienizada [quando eu a comprei].
 - c. O vinil dos Beatles estava meio empoeirado [quando o adquiri], mas estava limpinho [quando o vendi].
 - d. Marty estava seminu [quando Rory Gilmore o conheceu].

Vamos supor que, em uma construção depictiva, as duas eventualidades estabelecem entre si uma espécie de relação de ancoragem temporal: uma das eventualidades vai ser verdadeira no tempo/lugar ou nas condições especificadas pela oração ou pela *small clause* que contém a outra eventualidade. Vamos usar o termo *âncora* para nos referir à predicação/eventualidade contida na oração ou na SC que determina a condição ou o tempo/lugar de vigência da outra

eventualidade. A eventualidade que funciona como âncora é sempre aquela que fica na oração introduzida por *quando* na paráfrase da construção depictiva. Para que esse ponto fique mais claro, vejamos um exemplo. Na sentença *Thiago Silva jogou a partida lesionado*, a eventualidade *jogar a partida* funciona como âncora para a predicação secundária, porque especifica o intervalo em que a eventualidade *lesionado* vigorou: a interpretação que se obtém aqui é a de que “é verdade, para o tempo/lugar em que Thiago Silva jogou a partida, que ele estava lesionado”. A representação em (34) ilustra esse entendimento, com a seta partindo da eventualidade que atua como âncora em relação à outra.

(34) Thiago Silva jogou_{SL} a partida lesionado_{SL}.



Estamos importando a noção de ancoragem de Irimia & Rapoport (2021), mas com modificações. As autoras partem do pressuposto de que um predicado é, necessariamente, verdadeiro com relação a um tempo e um lugar; afirmam que, no caso de predicados verbais, eles podem ser verdadeiros com relação a um tempo e lugar por causa de suas próprias propriedades, em combinação com *v* e outras projeções funcionais, porém predicados não verbais exigem um núcleo funcional relacionado ao discurso (Irimia & Rapoport 2021: 2). As autoras identificam esse núcleo funcional como *STAGE* (σ), o qual definem da seguinte maneira.

(35) *STAGE* (σ): um elemento do discurso com coordenadas de tempo e lugar.

(Irimia & Rapoport 2021: 2, tradução nossa)²²

Toda predicação não verbal, segundo as autoras, é caracterizada por esses *stages*, além de sempre atribuir um papel temático a um argumento externo, seu *host*. Diante disso, as autoras propõem a definição de predicado sintático em (36), cuja estrutura está em (37).

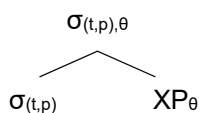
(36) Predicado sintático = um sintagma que atribui papel temático e sofre *Merge* com um stage σ , que é verdadeiro em determinado tempo/lugar.
= σP

(Irimia & Rapoport 2021: 2, tradução nossa)²³

²² No original: “*STAGE* (σ): A discourse element with time and place coordinates” (Irimia & Rapoport 2021: 2).

²³ No original: “Syntactic predicate = a θ -assigning phrase merged with a stage σ , true of a time/place / = σP ” (Irimia & Rapoport 2021: 2).

(37) Predicado sintático = σ Phrase



(Irimia & Rapoport 2021: 2)

Irimia & Rapoport (2021: 2-3) propõem que, além do papel- θ atribuído pelo predicado lexical XP, o predicado σ P inclui coordenadas de tempo e lugar, que precisam ser valoradas, de modo que a interpretação de um predicado σ P necessariamente resulta em tal predicado sendo verdadeiro de um tempo/lugar. Com isso, as autoras mostram que predicados são relevantes para os componentes semântico, sintático e da estrutura informacional (Irimia & Rapoport 2021: 3).

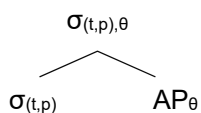
A principal forma de valorar as coordenadas de tempo/lugar de σ , segundo as autoras, é por meio da identificação do *stage* σ mais alto — o elemento da camada mais alta de discurso que fornece os parâmetros espaço-temporais da oração (Irimia & Rapoport 2021: 3). Esse núcleo mais alto, que as autoras supõem estar presente em todas as sentenças, é chamado de Anchor σ , o qual normalmente valoriza o σ mais baixo com as especificações de tempo/lugar da oração, o aqui-e-agora do discurso (Irimia & Rapoport 2021: 3). Do ponto de vista estrutural, Anchor σ está situado mais acima, na periferia esquerda da sentença, como mostra (38).

(38) Anchor σ : [Anchor $\sigma_{[t,p]}$ [CP...]]

(Irimia & Rapoport 2021: 3)

No caso das construções depictivas, conforme a proposta das autoras, σ P é um sintagma que contém um predicado depictivo adjetival (DPred), isto é, o predicado lexical é um AP que sofre *Merge* com σ (Irimia & Rapoport 2021: 3). A estrutura que as autoras propõem para esse sintagma está em (39).

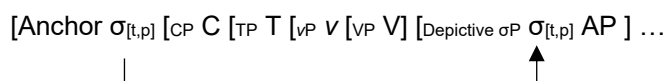
(39) Predicado depictivo = σ Phrase



(Irimia & Rapoport 2021: 4)

As autoras argumentam que o núcleo σ do predicado depictivo, quando sofre *Merge*, ainda não está valorado, por isso suas coordenadas de tempo e lugar precisam ser especificadas para que o σ P depictivo possa ser interpretado (Irimia & Rapoport 2021: 4). Essa valoração, ilustrada em (40), é realizada, segundo as autoras, pela vinculação do σ P do predicado depictivo a Anchor σ , que especifica o tempo/lugar do discurso e valoriza tanto a oração principal quanto o predicado depictivo (Irimia & Rapoport 2021: 4).

(40) Identificação do *stage* depictivo



(Irimia & Rapoport 2021: 4)

A identificação do depictivo σ por Anchor σ , conforme proposto pelas autoras e mostrado acima, tem duas consequências importantes. A primeira é a seguinte: como o tempo/lugar de σ do sintagma depictivo é valorado por Anchor σ (o tempo/lugar do discurso), isso significa que o tempo/lugar do sintagma depictivo é idêntico ao tempo/lugar do discurso, que também é idêntico ao tempo/lugar do predicado verbal; em outras palavras, Anchor σ valora o predicado verbal e o predicado adjetival com as mesmas coordenadas de tempo/lugar do discurso, o que resulta na ideia de simultaneidade temporal (entre as duas eventualidades) que é típica das construções depictivas (Irimia & Rapoport 2021: 4). A segunda consequência é a seguinte, conforme as autoras: como Anchor σ especifica um tempo/espaco particular, o sintagma depictivo necessariamente também o fará, o que significa que o sintagma depictivo será necessariamente *stage-level*, restrição que as autoras entendem como característica das construções depictivas (Irimia & Rapoport 2021: 4).

Embora a proposta das autoras seja interessante por fornecer um caminho sintático/estrutural para dar conta de propriedades semânticas e discursivas e por vincular as duas eventualidades das construções depictivas, não podemos adotá-la integralmente, por algumas razões: (i) sua proposta prevê que um predicado depictivo sempre será do tipo *stage-level*, o que não está de acordo com nosso entendimento, uma vez que defendemos que predicados secundários depictivos podem ser *individual-level*; (ii) em sua análise, predicados *individual-level* (presentes, por exemplo, em construções de cópula) não são verdadeiros de determinado tempo/lugar, o que também não está de acordo com nossos pressupostos, visto que assumimos, com McNally (1993, 1997), que tanto predicados SL quanto predicados IL são especificados com um parâmetro espaço-temporal; (iii) a análise das autoras prevê que a eventualidade na construção depictiva nunca poderá fornecer coordenadas de tempo/lugar para a eventualidade na oração matriz, o que vai contra aquilo que, a nosso ver, acontece em sentenças com um depictivo circunstancial IL (como *A Madonna; lembra a Marilyn Monroe loira*), nas quais o depictivo especifica em que condições a eventualidade descrita na oração principal vigora.

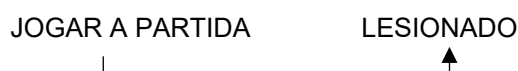
O que vamos tomar emprestado das autoras é apenas a *noção* de ancoragem, que é interessante por poder realizar uma conexão entre as duas eventualidades que vai além da mera relação de simultaneidade. Contudo, em vez de supor que essa âncora é um elemento do discurso na periferia esquerda do CP, vamos entender simplesmente que uma eventualidade pode funcionar como uma âncora e valorar as coordenadas de tempo e lugar da outra, agindo como um modificador temporal, isto é, restringindo o intervalo sobre o qual a outra eventualidade se aplica

(cf. McNally 1997: 164). Além disso, não vamos supor que existe um σ Phrase; a única categoria funcional na *small clause* depictiva, para nós, é Asp, que seleciona um predicado XP.

Considerando essa ideia, que, por ora, é apenas uma tentativa inicial de pensar a relação entre as eventualidades, devendo ser aprofundada e formalizada devidamente em trabalhos futuros, vamos retornar nosso exemplo de construção depictiva. Na sentença em (41), *Thiago Silva jogou a partida lesionado*, ambas as predicções são *stage-level*, e a eventualidade denotada pela predicção primária funciona como uma âncora para a outra eventualidade, restringindo o intervalo em que esta vigorou — ou valorando suas coordenadas de tempo/lugar, caso se queira pensar assim. A interpretação da sentença é a de que “é verdade, para o tempo/lugar em que Thiago Silva jogou a partida, que ele estava lesionado”, como dissemos anteriormente.

(41) Thiago Silva jogou_{SL} a partida lesionado_{SL}.

[Quando jogou a partida], Thiago Silva estava lesionado.



Analisar dessa maneira as construções depictivas em sentido estrito corresponde, *grosso modo*, à ideia apresentada em Himmelmann & Schultze-Berndt (2005) e Rodrigues & Foltran (2013), por exemplo, de que a predicção secundária se ancora temporalmente no evento expresso pela oração matriz, então, nesse sentido, não estamos introduzindo nesta tese uma novidade quanto à análise de dados como (41).

Alguém poderia alegar que essa forma de enxergar a conexão entre as duas eventualidades não é muito diferente da relação TPCONNECT de Rothstein (2004b), repetida a seguir, já que esta relação também capta a relação de simultaneidade entre as duas eventualidades.

(42) TPCONNECT(e_1, e_2, y) se, e somente se,

- (i) $\tau(e_1) = \tau(e_2)$ (i.e. o *run time* de e_1 é o mesmo *run time* de e_2);
- (ii) e_1 e e_2 compartilham um participante y .

(Rothstein 2004b: 71, tradução nossa)

Contudo, a nosso ver, a ideia de ancoragem permite descrever melhor a assimetria que existe entre as eventualidades, no sentido de que uma determina o intervalo de aplicação da outra, e consequentemente permite explicar melhor as diferentes leituras associadas a um dado como (43). Essa sentença, segundo Rodrigues & Foltran (2013: 500), é ambígua entre uma leitura em que o predicado secundário é um depictivo em sentido estrito e uma interpretação em que o depictivo é circunstancial, conforme a classificação de Himmelmann & Schultze-Berndt (2005): na primeira leitura, o adjetivo *bêbada* está no domínio focal da sentença e denota uma

eventualidade que, na paráfrase, não é introduzida por *quando*; na segunda interpretação, o adjetivo contribui com a informação pressuposta e, na paráfrase, fica na oração introduzida por *quando*, conforme Rodrigues & Foltran (2013: 499-500), como se vê a seguir.

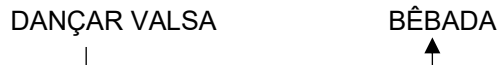
(43) A Maria dança valsa bêbada.

- | | |
|---|------------------------------|
| a. Quando a Maria dança valsa, ela está bêbada. | DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO |
| b. Quando a Maria está bêbada, ela dança valsa. | CIRCUNSTANCIAL |

(Rodrigues & Foltran 2013: 500)

Utilizando a noção de ancoragem, representáramos as duas leituras associadas à sequência em (43) da seguinte maneira: com o depictivo em sentido estrito (leitura em (44a)), a eventualidade da oração matriz serve como uma âncora para a eventualidade descrita pelo predicado secundário, de modo que se obtém a interpretação de que “é verdade, para todo tempo/lugar em que Maria dança valsa, que ela está bêbada”; com o depictivo circunstancial (leitura em (44b)), a eventualidade descrita pelo predicado secundário serve como uma âncora para a eventualidade da oração matriz, obtendo-se a interpretação de que “é verdade, para todo tempo/lugar em que Maria está bêbada, que ela dança valsa”.

(44) a. Quando a Maria dança valsa, ela está bêbada.



b. Quando a Maria está bêbada, ela dança valsa.



A estrutura em que o predicado secundário é um circunstancial admite a interpretação de que as eventualidades estão em uma relação lógica de consequência (Nichols 1981): na interpretação destacada em (44b), a eventualidade de estar bêbada pode ser a causa de Maria dançar valsa, ou seja, ela dança valsa *porque* está bêbada. A possibilidade de uma eventualidade disparar a outra é, a nosso ver, um argumento a mais a favor do entendimento de que existe uma relação de ancoragem entre elas, e não somente uma simples ocorrência simultânea de eventualidades.

Caso quiséssemos aplicar a relação TPCONNECT não somente às construções depictivas em sentido estrito, mas também às circunstanciais, teríamos dificuldade em distinguir entre as duas interpretações em (44), na medida em que TPCONNECT trata as duas eventualidades que partilham um argumento simplesmente como simultâneas e simétricas. Queremos dizer com isso

que existe uma assimetria entre as eventualidades que compõem uma construção depictiva que não é captada pela relação de Rothstein (2004b)²⁴.

Sendo assim, entenderemos que as eventualidades em uma construção depictiva coincidem em determinado intervalo, ou seja, são simultâneas em certo intervalo, porém estão em uma relação assimétrica, no sentido de que uma age como parâmetro espaço-temporal para a outra, isto é, uma funciona como âncora para a outra. Isso pode ser formalizado de diferentes formas — por exemplo, é possível conceber que as coordenadas de tempo/lugar de uma eventualidade valoram as coordenadas da outra, em uma relação sintática, no espírito de Irimia & Rapoport (2021), ou poderia ser proposta uma formalização semântica para isso —, mas não é nosso objetivo neste trabalho propor um detalhamento de como isso ocorreria.

Para finalizar esta subseção, vamos resumir nossos achados a respeito do tipo de construção focalizada aqui, na qual um predicado primário SL se combina com um predicado secundário SL, que atua como um depictivo em sentido estrito. Sob a hipótese de que a projeção aspectual na oração matriz também pode ser um Asp_{SL} ou um Asp_{IL}, reunimos em (45) e (46) as representações sintáticas simplificadas de uma sentença com depictivo orientado para o sujeito e de uma com depictivo orientado para o objeto direto, respectivamente.

(45) Thiago Silva jogou a partida lesionado.

[_{VP} [_{VP} [Thiago Silva] [(...) Asp_{SL} [_{VP} jogar a partida_{SL}]]] [_{Asp_{SL}P} [Thiago Silva] lesionado_{SL}]]

(46) Pedro comeu as cenouras cruas.

[_{VP} [Pedro] [(...) [_{Asp_{SL}} [_{VP} [_{VP} comer as cenouras_{SL}] [_{Asp_{SL}P} [as cenouras] cruas_{SL}]]]]

Em (47), consta um apanhado geral das conclusões que obtivemos quanto a esse tipo de construção.

(47) Predicado primário SL + predicado secundário SL

Ex.: Thiago Silva jogou_{SL} a partida lesionado_{SL}.

DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO

- (i) Do ponto de vista da pragmática, a condição de simultaneidade não é trivialmente cumprida porque nenhuma das eventualidades está associada a uma inferência de persistência temporal (McNally 1993), por isso a justaposição dos predicados é feliz.
- (ii) Existem duas eventualidades *stage-level*, e a eventualidade descrita pela predicação primária funciona como uma âncora para a da predicação secundária, especificando o intervalo em que a eventualidade da predicação secundária vigora:

²⁴ É justo reconhecer, todavia, que Rothstein (2004b) não chega a tratar dos depictivos circunstanciais em seu texto, ocupando-se apenas daqueles que identificamos como depictivos em sentido estrito.

- Paráfrase: Quando jogou a partida, Thiago Silva estava lesionado.
(a eventualidade do predicado principal é introduzida por “quando”, e a cópula utilizada em referência ao predicado secundário é *estar*)
- Interpretação: “É verdade, para o tempo/lugar em que Thiago Silva jogou a partida, que ele estava lesionado”.

(iii) A oração principal contém Asp_{SL}.

(iv) A *small clause* contém Asp_{SL} + predicado SL.

A seguir, vamos abordar outra combinação de predicado primário e predicado secundário.

2.3 Predicado primário SL + predicado secundário IL

A segunda combinação que vamos abordar é a de um predicado primário *stage-level* com um predicado secundário *individual-level*, estrutura da qual nos ocupamos de forma mais detida no Capítulo 2 desta tese. Temos em mente dados como (48) e (49), com o depictivo orientado para o sujeito e para o objeto direto, respectivamente.

- (48) a. Ele partiu_{SL} para a Europa ingênuo_{IL} e voltou_{SL} depravado_{IL}.²⁵
b. Os adolescentes voltaram_{SL} para casa generosos_{IL}.²⁶
c. Ele voltou_{SL} americano_{IL}.²⁷
d. Robert Prevost entrou_{SL} no conclave um cardeal_{IL} e saiu_{SL} um papa_{IL}.
e. Rita retornou_{SL} do salão ruiva_{IL}.
f. Mário saiu da UnB engenheiro agrônomo_{IL}.
g. C.S. Lewis entrou_{SL} na conversa ateu_{IL} e saiu teísta_{IL}.
- (49) a. Ana mandou_{SL} seu filho para a escola imaturo_{IL}.
b. Maria tirou_{SL} Carlos da seita paranoico_{IL}.²⁸

Como já expusemos anteriormente, nossa posição é a de que, nessas sentenças, o depictivo é verdadeiramente IL e não está sofrendo coerção para uma leitura SL. Por serem *individual-level*, esses depictivos deveriam, em princípio, carregar uma inferência de persistência temporal em direção ao passado e ao futuro, o que faria a condição de simultaneidade ser trivialmente cumprida; porém, em cada caso, a inferência de que a propriedade IL se aplica indefinidamente ao seu portador é vencida, porque o evento descrito pela predicação primária marca uma fronteira contextualmente relevante para o início ou o fim do intervalo em que a propriedade IL vigora, nos termos de McNally (1993). Dessa forma, a condição de simultaneidade entre as eventualidades não é trivialmente cumprida, e a justaposição dos predicados é feliz.

²⁵ Dado de Foltran (1999: 170), mas com destaques e rótulos SL/IL nossos.

²⁶ Dado de Foltran (1999: 173), com destaques e rótulos nossos.

²⁷ Dado de Foltran (1999: 42), com destaques e rótulos nossos.

²⁸ O dado em (49b) é uma adaptação para o português da seguinte sentença do espanhol extraída de Ardid-Gumiel (2001: 3, ex. (5b)), que também classifica “paranoico” como IL: *Carlos sacó a Gema de la secta paranoica*.

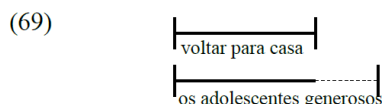
Analiseemos alguns exemplos para detalhar melhor nosso raciocínio, que se embasa na teoria de McNally. Em (48b) (*Os adolescentes voltaram para casa generosos*), não se infere que a propriedade IL *generosos* se aplica indefinidamente aos seus portadores (*Os adolescentes*) em relação ao passado e ao futuro: na verdade, o que se infere é que, a partir de determinado ponto, a propriedade IL passou a vigorar indefinidamente em direção ao futuro — a mudança de propriedade presumivelmente ocorreu antes da volta para casa, mas, como apontado por Jairo Nunes (c.p.) e Marcos Carreira (c.p.), a volta parece *registrar evidencialmente* a mudança de propriedade; é nesse sentido que podemos entender que a eventualidade da oração matriz marca um limite “contextualmente relevante” para a mudança de propriedade. Trata-se, então, de uma mudança de propriedade *evidenciada* pelo predicado principal: infere-se que os adolescentes não eram generosos antes, mas passaram a ser de determinado ponto em diante.²⁹ As duas eventualidades em (48b) coincidem em determinado intervalo — no momento em que os adolescentes voltaram para casa, eles tinham a propriedade de ser generosos, de tal forma que o intervalo da volta para casa está contido no intervalo em que a generosidade se aplica (cf. McNally 1997: 164-165) —, mas a inferência que existe com relação ao predicado IL é a de que a propriedade que ele denota vigorará indefinidamente dali em diante. Isso significa que o predicado *generosos* não está agindo, portanto, como *stage-level* nessa construção, na medida em que (i) está associado a uma implicatura de mudança de propriedade marcada pelo evento expresso pelo predicado principal (o que, como vimos, não ocorre com predicados *stage-level*) e (ii) não é interpretado como uma propriedade temporária (cf. McNally 1993).

Ainda com relação a esse exemplo, gostaríamos de observar que Foltran (1999: 173-174) faz uma análise com a qual concordamos até certo ponto:

b) *stage level + individual level*: Os adolescentes voltaram para casa generosos. Neste caso, o evento de *voltar para casa* constitui o ponto final da experiência que desencadeia a propriedade atribuída pelo predicado secundário. A impressão que se tem é que o predicado principal estabelece um limite temporal ou, pelo menos, marca um determinado ponto no tempo, embora ele esteja se sobrepondo ao intervalo de tempo do predicado secundário. De modo geral, neste tipo de composição, o predicado secundário se associa a um predicado primário classificado como *achievement*.

(...)

Para esse caso, vamos sugerir a seguinte representação:



(Foltran 1999: 173-174)

²⁹ Essa é apenas uma inferência, como alerta McNally (1997: 164-165) a respeito de um exemplo semelhante do inglês (*After a year of working with Mother Teresa, the teenager came home generous and altruistic*), como já exploramos no Capítulo 2: a autora afirma que nada na sentença acarreta uma relação entre o fato de voltar para casa e o início da generosidade — a única relação que se estabelece é a de que o intervalo em que a volta ocorre deve estar contido no intervalo em que a generosidade e o altruísmo se aplicam. A autora também afirma que não existe uma relação causal entre o predicado primário e o secundário, pois a causa mais provável do início da generosidade e do altruísmo não é a volta do adolescente para casa, mas alguma parte da experiência anterior, cujo ponto de término é marcado pela volta para casa (McNally 1997: 164-165); esta, aliás, é uma das razões pelas quais entendemos que esse tipo de predicado secundário é um depictivo em sentido estrito, tipo de depictivo que, diferentemente do circunstancial, não estabelece uma relação de causa-consequência com o predicado primário.

Estamos de acordo com o que é dito em Foltran na citação acima (embora a representação gráfica proposta pela autora precise ser ajustada, a nosso ver³⁰) e com o emprego das linhas pontilhadas para indicar que o estado denotado pelo predicado secundário pode se estender além do tempo demarcado pela predicação primária, conforme Foltran (1999: 175), o que corresponde ao que estamos entendendo por inferência de persistência temporal que se estende indefinidamente em direção ao futuro. No entanto, a autora faz um acréscimo que torna sua análise diferente da nossa nesse quesito:

A única observação que ainda cabe aqui, além das que já foram feitas em relação à combinação anterior, é que o limite temporal que o predicado principal estabelece permite a **interpretação stage do predicado secundário**. (Foltran 1999: 174, grifo nosso)

Pelos motivos expostos acima, não concordamos com a afirmação da autora de que o limite temporal estabelecido pelo predicado principal permite interpretar o predicado secundário como *stage-level*. A nosso ver, com base em McNally (1993, 1997), a interpretação *stage-level* de um predicado é, por definição, incompatível com a inferência de persistência temporal (como a que associamos a um predicado como *generosos* na sentença em questão). Isso se dá porque a inferência de persistência temporal é justamente um critério que diferencia os predicados IL dos SL: os primeiros carregam tal inferência, mas os segundos, não. Não se pode ter as duas coisas: ou um predicado é SL, ou ele está ligado à inferência de persistência temporal.

Foltran (1999) parece ter feito a observação adicional na citação precedente para acomodar o dado em (48b) à hipótese, que ela assume, de que todo adjetivo, quando aparece como predicado secundário, veicula uma leitura de estágio. Relembremos o que a autora afirma a respeito dessa generalização:

Nessas estruturas [de predicação secundária] só podem ocorrer predicados *stage level*.

- (17) a. #O menino chegou inteligente.
b. #Pedro encontrou o livro difícil.

Na verdade, a restrição que se faz não é ao adjetivo em si, mas à leitura *individual level* desse adjetivo. Qualquer adjetivo é permitido, desde que veicule uma leitura de estágio. O adjetivo *americano*, de modo geral, é empregado como um adjetivo *individual level*. Se for usado numa estrutura de predicação secundária, no entanto, ele deve ser lido como um adjetivo de estágio.

- (18) Ele voltou americano.
(Foltran 1999: 42)

³⁰ A representação gráfica proposta pela autora dá a entender que as duas eventualidades começaram juntas, de modo que a propriedade *generosos* começa com a volta para casa, o que não condiz com sua argumentação na citação em questão. Porém, como, presumivelmente, a propriedade *generosos* começa a ser aplicada antes da volta para casa (conforme explicado na nota anterior), a representação teria de ser ajustada, de modo que o início da propriedade *generosos* acontecesse antes de se iniciar a eventualidade de *voltar para casa*.

Este último dado que Foltran (1999) menciona corresponde ao exemplo (48c), que apresentamos no início desta subseção. Como se vê, Foltran entende que o predicado *americano*, nessa sequência, só pode ser interpretado como um adjetivo *stage-level*, ainda que normalmente seja empregado como *individual-level*. Parece, então, que Foltran analisa esse dado como um caso de coerção, apesar de a autora não utilizar exatamente este termo. Porém, em nosso entendimento, existem ao menos duas interpretações para a sequência *Ele voltou americano*³¹: (i) uma interpretação em que o adjetivo IL *americano* realmente sofre coerção para SL, o que corresponderia à ideia de que o indivíduo voltou americanizado, com hábitos típicos de um americano (por exemplo, voltou de uma viagem aos EUA com o hábito de consumir *Mac and Cheese* e tomar um café mais aguado)³²; e (ii) uma interpretação em que o indivíduo volta sendo um cidadão americano, isto é, com uma nova nacionalidade — neste caso, *americano* é um predicado IL que não sofre coerção. Esta segunda interpretação é a que queremos salientar nesta subseção: adotando a teoria de McNally, entendemos que, nessa segunda leitura, a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL *americano* foi vencida porque o evento denotado pela predicação primária marca uma fronteira relevante para a mudança de propriedade; de modo mais específico, infere-se que, a partir de certo ponto (que antecede a volta, presumivelmente), o indivíduo passou a ser americano, indefinidamente em direção ao futuro. Essa segunda possibilidade de interpretação não parece ser abarcada pela análise de Foltran (1999), que prevê a proibição da leitura *individual-level* de qualquer adjetivo que ocorra nessas construções.

Uma vez estabelecida a análise que defendemos para os dados em (48) e (49), podemos passar às possíveis paráfrases dessas construções apresentadas em (50) e (51). Todas as construções depictivas em questão admitem o uso da cópula *ser* na paráfrase, o que é compatível com o fato de se tratar de predicados secundários *individual-level*. Além disso, observa-se que a eventualidade que fica no escopo de *quando* (primeira opção de paráfrase nos exemplos a seguir) corresponde à da predicação primária, o que significa que estamos lidando com uma construção depictiva em sentido estrito.

- (50) a. [Quando ele partiu para a Europa], era ingênuo; [quando voltou], era depravado.
 a'. Ele partiu para a Europa sendo ingênuo e voltou sendo depravado.
- b. [Quando os adolescentes voltaram para casa], eles eram generosos.
 b'. Os adolescentes voltaram para casa sendo generosos
- c. [Quando voltou], ele era americano.
 c'. Ele voltou sendo americano.

³¹ Agradecemos a Bruna Moreira (c.p.) por apontar a existência dessas duas leituras.

³² A associação do comportamento de um indivíduo a determinados estereótipos relacionados a uma propriedade *individual-level* (no caso, uma nacionalidade) é, como vimos no Capítulo 2, uma das formas de se realizar a coerção de um predicado IL para SL, sob a ótica de Fernald (1999).

- d. [Quando entrou no conclave], Robert Prevost era um cardeal; [quando saiu], era um papa.
- d'. Robert Prevost entrou no conclave sendo um cardeal e saiu sendo um papa.

- e. [Quando Rita retornou do salão], ela era ruiva.
- e'. Rita retornou do salão sendo ruiva.

- f. [Quando Mário saiu da UnB], ele era engenheiro agrônomo.
- f'. Mário saiu da UnB sendo engenheiro agrônomo.

- g. [Quando entrou na conversa], C.S. Lewis era ateu; [quando saiu], era teísta.
- g'. C.S. Lewis entrou na conversa sendo ateu e saiu sendo teísta.

- (51) a. [Quando Ana mandou seu filho para a escola], ele era imaturo.
- a'. Ana mandou seu filho para a escola sendo imaturo.

- b. [Quando Maria tirou Carlos da seita], ele era paranoico.
- b'. Maria tirou Carlos da seita sendo paranoico.

Considerando a noção de ancoragem entre eventualidades, podemos utilizar a representação em (52), que ilustra essa relação com um dos nossos exemplos. A eventualidade que funciona como âncora é a da predicação primária, a qual indica a referência para o tempo/lugar de vigência da eventualidade da predicação secundária: a interpretação que se obtém é a de que “é verdade, para o tempo/lugar em que Robert Prevost saiu do conclave, que ele era um papa”. Nota-se que isso não é incompatível com a inferência de que Robert Prevost continuou a ser um papa dali em diante, indefinidamente em direção ao futuro; o ponto é que a sentença só está focando o intervalo de tempo em que a eventualidade de sair e a eventualidade de ser um papa coincidem.

- (52) Robert Prevost saiu_{SL} do conclave um papa_{IL}.

[Quando saiu do conclave], Robert Prevost era um papa.



Com relação às projeções aspectuais, a estrutura dessas sentenças contém um Asp_{SL} na oração matriz e um Asp_{IL} + predicado secundário IL na *small clause* depictiva.

Convém ressaltar que, no caso de predicados secundários *individual-level* que resultam em frases inaceitáveis ao serem combinados com um predicado primário *stage-level*, a sentença não é licenciada por razões pragmáticas, seja porque a inferência de persistência temporal em direção ao passado e ao futuro associada ao predicado IL não é derrotada, o que resulta em uma condição de simultaneidade trivialmente cumprida e, conseqüentemente, em uma justaposição

infeliz de predicados, seja porque a infelicidade da justaposição dos predicados não é explorada para efeitos conversacionais. Quanto a isso, observemos os seguintes exemplos:

- (53) a. #Ana viajou_{SL} baixa_{IL}.
b. #Pedro tocou_{SL} o piano filho de diplomata_{IL}.
c. #Meu cachorro foi_{SL} para a clínica veterinária mamífero_{IL}.
d. #Lucas foi_{SL} ao cinema humano_{IL}.

Essas sentenças são inaceitáveis porque não é possível vencer a inferência de persistência temporal associada aos predicados IL que se estende ao futuro e ao passado, o que resulta em uma condição de simultaneidade trivialmente cumprida, considerando-se o raciocínio de McNally (1993). As frases soam bizarras quando ditas *out of the blue* porque não conseguimos conceber que as propriedades IL denotem estados mudados: se dissermos a alguém que *Meu cachorro foi para a clínica veterinária mamífero*, isso soará completamente trivial para nosso interlocutor, ou ele será forçado a pensar que o cachorro deixou de ser mamífero depois da sua experiência na clínica, o que é uma interpretação totalmente inaceitável — pelo menos em um mundo como o atual, no qual cachorros não deixam de ser mamíferos em momento algum. Outra possibilidade é que a sentença simplesmente adquira um tom humorístico ou irônico, dando a entender que o cachorro voltou da clínica veterinária sem parecer um mamífero.

É claro que, se pensarmos em um contexto fantasioso, como um jogo de *videogame* em que um personagem pode, a qualquer momento, por escolha do jogador que o controla, ter ou deixar de ter uma propriedade prototipicamente *individual-level*, como *humano*, *mamífero*, *girafa* ou *cachorro*, sentenças como essas poderiam ser ditas sem estranhamento, conforme nos apontou Bruna Moreira (c.p.). Por exemplo, pode ser o caso de um jogador conseguir mudar, a qualquer momento, a classe ou a categoria de seu personagem, tornando-o ora um humano, ora um peixe, ora um cachorro. Nesse cenário fantasioso em que personagens podem deixar de ser humanos e se tornar peixes a qualquer tempo, a sentença em (54) seria aceitável.³³

- (54) Lucas foi ao cinema humano e voltou de lá um peixe.

Mas note que a aceitabilidade dessa sentença só é possível nesse cenário fantasioso justamente porque conseguimos vencer a inferência de persistência temporal ao passado e ao futuro associada aos predicados IL (o personagem em questão deixa de ter ou passa a ter a propriedade IL em determinado ponto nesse mundo), de modo que a condição de simultaneidade entre eventualidades não é trivialmente cumprida, o que está de acordo com a nossa análise, fundamentada em McNally (1993).

Dissemos acima que uma outra possibilidade de licenciar a construção “predicado primário SL + predicado secundário IL” é aquela em que a infelicidade decorrente da justaposição dos

³³ Agradecemos a Bruna Moreira (c.p.) por ter discutido conosco as ideias mencionadas nesse parágrafo.

predicados é explorada para efeito conversacional. McNally (1993) exemplifica com o dado em (55) a situação de que estamos tratando.

- (55) Joe went into the exam unprepared, he went into the exam tired, he went into the exam without a calculator. *But he didn't go into the exam stupid.* And so it turned out that he got the highest grade in the class, despite himself.

'Joe foi para a prova despreparado, ele foi para a prova cansado, ele foi para a prova sem uma calculadora. *Mas ele não foi para a prova burro.* E aconteceu que ele tirou a nota mais alta da turma, apesar de tudo.'

(McNally 1993: 11)

Segundo McNally (1993: 11), a sentença em (55) não implica que Joe deixou de ser burro ou que em breve se tornará burro, o que significa que a inferência *default* responsável por fazer os predicados *individual-level* serem infelizes não foi vencida. Contudo, a autora afirma que, nesse caso, a importância comunicativa (*communicative import*) da sentença não é introduzir um estado complexo de coisas no qual Joe simultaneamente vai para a prova e é burro, mas simplesmente afirmar que Joe não é burro, com um efeito retórico (McNally 1993: 11-12).

Tendo em vista o exposto, apresentamos em (56) um resumo das nossas conclusões quanto à estrutura de predicado primário SL + predicado secundário IL. Estamos nos referindo aqui especificamente aos casos de sentenças como (48) e (49), que abriram esta subseção.

- (56) Predicado primário SL + predicado secundário IL

Ex.: Robert Prevost saiu_{SL} do conclave um papa_{IL}.

DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO

- (i) Do ponto de vista da pragmática, a condição de simultaneidade não é trivialmente cumprida, porque a inferência *default* de que o predicado *individual-level* se aplica indefinidamente ao seu portador é vencida, uma vez que a eventualidade descrita pelo predicado primário (a saída do conclave) marca um limite contextualmente relevante para a mudança de propriedade denotada pelo predicado secundário (cf. McNally 1993): Robert Prevost não era papa antes, mas passou a ser em determinado ponto (e, por inferência, continuará sendo indefinidamente desse momento em diante). Assim, a justaposição dos predicados é feliz. Importa destacar que não há coerção do predicado IL nesses casos, pois ele não recebe uma interpretação *stage-level* (contra Foltran 1999).
- (ii) O predicado primário denota uma eventualidade *stage-level*, que funciona como uma âncora para a eventualidade *individual-level* denotada pela predicação secundária, no sentido de que especifica um intervalo de tempo no qual a eventualidade da predicação secundária vigora, ainda que se possa inferir que esta se estenderá por mais tempo no futuro.

- Paráfrase: Quando saiu do conclave, Robert Prevost era um papa.
(a eventualidade do predicado principal é introduzida por “quando”, e a cópula utilizada em referência ao predicado secundário é *ser*)
- Interpretação: “É verdade, para o tempo/lugar em que Robert Prevost saiu do conclave, que ele era um papa”.

(iii) A oração principal contém Asp_{SL}.

(iv) A *small clause* contém Asp_{IL} + predicado IL.

(v) Esse tipo de sentença se enquadra no tipo 1 (predicado IL sem coerção) do Quadro 1, apresentado no Capítulo 2 deste trabalho.

A seguir, vamos tratar de mais uma combinação entre predicados.

2.4 Predicado primário IL + predicado secundário SL

A terceira combinação de construção depictiva que queremos abordar é aquela em que o predicado primário expressa uma propriedade do tipo *individual-level* e o predicado depictivo exprime uma propriedade *stage-level*. Os exemplos a seguir ilustram essa situação, estando o depictivo orientado para o sujeito da oração matriz.

- (57) a. Ana acredita em assombração_{IL} bêbada_{SL}.
b. A Maria é chata_{IL} bêbada_{SL}.³⁴
c. Filme infantil é mais divertido_{IL} dublado_{SL}.
d. O Pelé calado_{SL} é um poeta_{IL}.³⁵
e. Bolo de chocolate é bom_{IL} molhadinho_{SL}.
f. João só sabe matemática_{IL} sóbrio_{SL}.
g. Brigadeiro é melhor_{IL} quente_{SL}.
h. A série coreana Pousando no Amor é mais legal_{IL} legendada_{SL}.

Dados em que o depictivo não se orienta ao sujeito também são possíveis, como os de Foltran (1999: 172 e 165, respectivamente), em (58).

- (58) a. Pedro gosta do seu café_{IL} quente_{SL}.
b. Eu odeio minha cerveja_{IL} gelada_{SL}.

Nessas sentenças, assumindo-se que os predicados primários *individual-level* licenciam uma inferência de persistência temporal, era de se esperar que sua combinação com um predicado secundário *stage-level* resultasse em uma condição de simultaneidade trivialmente satisfeita, conforme o raciocínio de McNally (1993: 11). Porém, em todos esses casos, a inferência *default* associada ao predicado IL é vencida porque ele passa a denotar uma propriedade entendida

³⁴ Dado de Rodrigues & Foltran (2013: 498).

³⁵ Famosa frase do jogador Romário proferida em entrevista no ano de 2005.

como transitória por influência do predicado secundário: por exemplo, (57a) tem a interpretação de que Ana acredita em assombração só quando está bêbada. Temos aqui, então, uma instância de coerção do predicado *individual-level* contido na predicação primária, porque ele denota uma propriedade que só vigora em um tempo ou em uma condição específica que o predicado secundário definir.

Observe que esse é o mesmo caso de sentenças como (59) e (60), estudadas por McNally (1993, 1997). Com relação a (59), a autora afirma que o predicado principal IL é interpretado como SL, sendo os estados de crença de Marge tomados como transitórios (McNally 1993: 11). Nesse caso, segundo a autora, a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL é vencida porque a sentença está no *simple present*, o que significa que ela possui uma interpretação habitual da qual se infere que o estado de crença de Marge vigora quando, e somente quando, ela está bêbada (McNally 1993: 11).

- (59) ?Marge believes in the afterlife drunk, but not sober.
'Marge acredita na vida após a morte bêbada, mas não sóbria.'

(McNally 1993: 11)

McNally (1997) analisa as sentenças em (60) de maneira semelhante, como já discutimos no Capítulo 2: conforme a autora, (60a) e (60b) significam, respectivamente, que Sam não gostava de Paul quando este estava zangado (em geral ou em uma situação em particular) e que Dan nunca acreditou em Mary quando ela estava bêbada. Ainda segundo a autora, essas sentenças são interpretadas de tal forma que o predicado principal se aplica ao seu sujeito apenas durante o período em que o predicado adjunto se aplica ao objeto; diante disso, conclui que a presença do predicado adjunto *stage-level* induz um comportamento "*stage-level-like*" no predicado principal (McNally 1997: 158-159).

- (60) a. Sam disliked Paul angry.
'Sam não gostou / não gostava de Paul zangado.'
- b. Dan never believed Mary drunk.
'Dan nunca acreditou na Mary bêbada.'

(McNally 1997: 158)

Considerando essa interpretação, estamos entendendo, portanto, que todas as sentenças em (57)-(60) apresentam coerção do predicado *individual-level*, contido na predicação primária, para uma leitura *stage-level*, por influência do predicado secundário, que é SL. As predicações IL em questão são concebidas como transitórias ou temporárias, vigorando apenas na circunstância estabelecida pelo predicado secundário SL. É importante notar, entretanto, que nem todo predicado *individual-level* vai licenciar esse tipo de coerção: por exemplo, uma sentença como #*Ele tem olhos azuis bêbado* é inaceitável, na medida em que, a menos que estejamos lidando

com um cenário fantasioso ou figurado, é difícil ou quase impossível conceber o predicado *ter olhos azuis* como uma característica que possa ser temporária e alterada pelo estado de embriaguez do indivíduo, diferentemente de *acreditar (em algo)*.

Conforme observado por Simpson (2005: 101), exemplos com estativos soam melhor quando um comparativo permite que o estado denotado pela predicação primária seja interpretado como temporário, como nas seguintes sentenças, o que está em consonância com o que dissemos acima sobre a interpretação desse tipo de construção.

- (61) a. I look better naked.³⁶
'Eu fico melhor nu.'
- b. Babies are better heavier.
'Bebês são melhores (se forem) mais pesados.'

(Simpson 2005: 101)

Alguns dos exemplos que apresentamos em (57), repetidos a seguir, também fazem uso de um comparativo, que facilita a interpretação do predicado IL como temporário ou verdadeiro apenas em determinada circunstância.

- (62) a. Filme infantil é mais divertido_{IL} dublado_{SL}.
b. Brigadeiro é melhor_{IL} quente_{SL}.
c. A série coreana Pousando no Amor é mais legal_{IL} legendada_{SL}.

A presença do só em (57f) (*João só sabe matemática sóbrio*) também é um recurso que faz o predicado IL ser interpretado como verdadeiro somente em uma circunstância específica: apenas quando está sóbrio João sabe matemática; se estiver bêbado, ele se esquece de tudo.

Acerca de dados como (58) (*Pedro gosta do seu café quente e Eu odeio minha cerveja gelada*), Foltran (1999: 165) afirma que os predicados expressos pelo adjetivo estabelecem com o verbo estativo uma relação de causa/condição implícita nas sentenças, como se nota pelas paráfrases em (63b) e (64b). Essa relação, segundo a autora, é diferente da que se vê em construções de predicação secundária canônicas, com dois predicados SL (como *Pedro comeu a carne crua*, parafraseável como *A carne estava crua quando Pedro a comeu*), o que se evidencia pelo fato de (63a) e (64a) não admitirem a paráfrase em (63c) e (64c) (cf. Foltran 1999: 165).

- (63) a. Pedro gosta do seu café quente.
b. Pedro gosta de seu café se ele estiver quente / desde que quente.
c. *O café está quente quando Pedro gosta dele.

(Foltran 1999: 172, 165)

³⁶ *Slogan* em uma camiseta popular nos Estados Unidos em 2001, segundo Simpson (2005).

- (64) a. Eu odeio minha cerveja gelada.
b. Eu odeio a minha cerveja se estiver gelada.
c. *Minha cerveja está gelada quando a odeio.

(Foltran 1999: 165)

Foltran (1999: 165) afirma, ainda, que essa interpretação causal/condicional é uma constante quando um verbo estativo admite outro predicado, a exemplo do que acontece em construções médias, normalmente consideradas estativas, como se observa em (65).

- (65) a. Este livro vende bem rasgado.
b. Este livro vende bem se estiver rasgado.

(Foltran 1999: 165)

Concordamos com a análise de Foltran (1999) de que a combinação “predicado primário IL + predicado secundário SL” nos dados em questão evidencia uma relação de causa/condição: segundo a autora, essas sentenças estabelecem uma relação de causa efetiva ou hipotética, e o predicado principal se sustenta apenas durante o intervalo em que o predicado secundário se aplica ao seu argumento (Foltran 1999: 165). A autora conclui que o predicado secundário *stage-level* induz o comportamento *stage-level* do predicado principal (Foltran 1999: 165), que é a mesma análise que McNally (1997) atribui aos dados em (60).

Os dados que apresentamos em (57) se conformam a esse mesmo padrão de causa ou condição. Por exemplo, existe uma relação de causa em (57c) (*Filme infantil é mais divertido dublado*): filme infantil é mais divertido dublado justamente por estar dublado, ou seja, a dublagem é que o torna divertido. O mesmo vale para (57a) (*Ana acredita em assombração bêbada*): presumivelmente, o estado de embriaguez é o que perturba os sentidos de Ana e altera sua crença, fazendo-a acreditar em assombração.

Mas nem toda sentença com a configuração predicado primário IL + predicado secundário SL indicará uma relação de causa-consequência, a exemplo de (66): aqui, não é o fato de estar vivo ou morto que causa o não gostar; na verdade, a intenção é justamente apontar que a aversão de francês a casamento independe de qualquer estado.

- (66) Francês não gosta de se casar_{IL} nem vivo_{SL}, que dirá morto_{SL}.³⁷

Sentenças como (66), então, são um caso à parte, pois nesse caso não se estabelece a relação de causa/consequência que existe nos outros dados que vínhamos estudando até aqui,

³⁷ O dado é uma adaptação de um comentário jocoso a uma postagem no Instagram, a qual trata de uma lei da França que autoriza o casamento póstumo em circunstâncias específicas.

possivelmente por interferência da construção *nem...que dirá*³⁸. Observamos, porém, que os depictivos em (66), ainda assim, delimitam a circunstância em que vigora o estado denotado pelo predicado primário, comportamento também observado nas sentenças em (57) e (58). Então, em certo sentido, (66) também estabelece uma relação temporal ou de condição: quando/se está vivo, francês não gosta de se casar; quando/se está morto, também não gosta de se casar.

Haja vista a relação especial de causa/condição/tempo que o depictivo estabelece com o predicado principal nas construções do tipo predicado primário IL + predicado secundário SL, o depictivo é classificado, nesse caso, como circunstancial³⁹ (Nichols 1978, 1981; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005), e não como um depictivo em sentido estrito. Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 17) explicam, a partir de Nichols (1978, 1981), que os circunstanciais expressam, além da noção de sobreposição temporal, relações semânticas (*semantic links*) adicionais, que podem ser classificadas como condicionais, concessivas ou temporais. Esses subtipos de predicados secundários circunstanciais estão exemplificados a seguir.

- | | | |
|---------|--|-------------|
| (67) a. | I can't work hungry.
'Eu não consigo trabalhar faminto.' | CONDICIONAL |
| b. | Even dead I won't forget.
'Mesmo morto, eu não esquecerei.' | CONCESSIVA |
| c. | I knew him young.
'Eu o conhecia jovem.' | TEMPORAL |

(Dados de Nichols 1978: 115)

Rodrigues & Foltran (2013) partem das observações de Himmelmann & Schultze-Berndt (2005) para classificar os predicados *bêbada* e *bêbado* em (68a) e (69a) como predicados secundários circunstanciais. Entre as características dessas sentenças, as autoras apontam que essa construção admite que o predicado secundário ocupe diferentes posições, como mostrado em (68b-c) e (69b-c), e que a paráfrase preferencial dessas sentenças é feita conforme (68d) e (69d), ficando os predicados *bêbada* e *bêbado* na oração introduzida por *quando*.

- (68) a. A Maria é chata bêbada.⁴⁰
 b. A Maria bêbada é chata.
 c. Bêbada, a Maria é chata.
 d. A Maria é chata quando está bêbada.

(Rodrigues & Foltran 2013: 502)

³⁸ Nesse sentido, a sentença em (66) se assemelha ao subtipo de circunstancial que veicula uma informação de concessão, como no exemplo de Nichols (1978: 115): *Even dead I won't forget* ('Mesmo morto, eu não esquecerei').

³⁹ O termo *circunstancial*, advindo de Nichols (1978, 1981), corresponde ao que Halliday (1967) e Simpson (2005) chamam de *condicional*, conforme explicam Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 16-17).

⁴⁰ Essa sentença não deve ser confundida com a construção *A Maria bêbada é chata*, também estudada pelas autoras. Nesta última, o adjetivo se mantém na forma neutra (masculino singular) e atribui uma propriedade a uma situação (não a um DP), sendo parafraseada como *A Maria estar bêbada é chato*, segundo Rodrigues & Foltran (2013: 497-498).

- (69) a. João é insuportável bêbado.
 b. João bêbado é insuportável.
 c. Bêbado, João é insuportável.
 d. João é insuportável quando está bêbado.

(Dados (69a) e (69d) de Rodrigues & Foltran 2013: 500)

Rodrigues & Foltran (2013: 502) apontam a existência de uma outra leitura para a sequência *A Maria é chata bêbada*, que não está sendo focada nesta subseção e, segundo as autoras, é mais difícil de se obter e não preferencial: a de que *A Maria, quando fica chata, está bêbada*. Nesse caso, o predicado secundário é classificado pelas autoras como um depictivo típico, ou seja, em sentido estrito. Esse é o mesmo tipo de ambiguidade que existe na sentença *A Maria dança valsa bêbada* (Rodrigues & Foltran 2013: 500), que mencionamos na subseção 2.2⁴¹. Para que fique mais clara a diferença entre as duas leituras disponíveis para a sequência *A Maria é chata bêbada*, vejamos os exemplos em (70) e (71). Rodrigues & Foltran (2013: 502) argumentam que, na leitura preferencial, em que o predicado secundário é circunstancial, o adjetivo *bêbada* não está no domínio focal da sentença, mas, na leitura não preferencial, em que temos um depictivo em sentido estrito, o foco cai sobre o adjetivo, vide (70a) e (71a). Além disso, as autoras apontam que, quando o depictivo é circunstancial, ele pode ficar fora do escopo da negação sentencial, como mostra (70b), porém, quando se trata de depictivo em sentido estrito, o foco da negação recai sobre o adjetivo, como mostrado em (71b) (Rodrigues & Foltran 2013: 502).

(70) *A Maria é chata bêbada* (depictivo circunstancial, leitura preferencial)

- a. A Maria é chata quando está bêbada. (cf. A Maria é CHATA bêbada)
 b. A Maria não é chata bêbada, ela é divertida.

(Dados de Rodrigues & Foltran 2013: 502)

(71) *A Maria é chata bêbada* (depictivo em sentido estrito, leitura não preferencial)

- a. #A Maria quando fica chata, está bêbada. (cf. A Maria é chata BÊBADA)
 b. #A Maria não é chata bêbada, ela é chata sóbria.

(Dados de Rodrigues & Foltran 2013: 502)

⁴¹ As autoras afirmam que a sequência *A Maria dança valsa bêbada* é ambígua entre duas leituras, conforme o adjetivo esteja ou não no domínio focal da sentença, situações ilustradas, respectivamente, a seguir (Rodrigues & Foltran 2013: 500):

- | | | |
|------|---|------------------------------|
| (i) | (— Como que a Maria dança valsa?)
— A Maria dança valsa <u>bêbada</u> . | DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO |
| (ii) | (— O que a Maria faz bêbada?)
— A Maria <u>dança valsa</u> bêbada. | DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL |

(Rodrigues & Foltran 2013: 500)

Tendo em vista essas considerações, queremos ressaltar que a leitura que estamos salientando nesta subseção é aquela em que o predicado secundário é um circunstancial, e não um depictivo em sentido estrito. Na leitura relevante para nós, o depictivo indica a circunstância em que vigora o predicado primário; dessa maneira, ele funciona como âncora para a predicação primária, e a eventualidade denotada por ele é que fica na oração introduzida por *quando* na paráfrase dessas sentenças. Isso é mostrado nas seguintes paráfrases das sentenças em (57). Nota-se que a cópula usada é *estar*⁴², o que é condizente com a natureza *stage-level* do predicado secundário.

- (72) a. Ana acredita em assombração [quando está bêbada].
 b. A Maria é chata [quando está bêbada].
 c. Filme infantil é mais divertido [quando está dublado].
 d. O Pelé é um poeta [quando está calado].
 e. Bolo de chocolate é bom [quando está molhadinho].
 f. João só sabe matemática [quando está sóbrio].
 g. Brigadeiro é melhor [quando está quente].
 h. A série coreana Pousando no Amor é mais legal [quando está legendada].

A relação de ancoragem entre as eventualidades está esquematizada em (73), que mostra como a eventualidade descrita pelo predicado secundário especifica a circunstância em que o predicado primário se aplica ao seu argumento; em outras palavras, pode-se dizer que o depictivo é que fornece as coordenadas de tempo/lugar em que a predicação primária se aplica. A interpretação que se obtém com relação à sentença ilustrada é a de que “é verdade, para todo tempo/lugar em que Ana está bêbada, que ela acredita em assombração”.

- (73) Ana acredita em assombração_{IL} bêbada_{SL}.

Ana acredita em assombração [quando está bêbada].

ACREDITAR EM ASSOMBRAÇÃO BÊBADA



O que estamos defendendo quanto a essa combinação é condizente com o entendimento de Foltran (1999: 174) de que, em sentenças com predicado primário IL + depictivo SL como *Pedro gosta do seu café quente*, há uma “sobreposição temporal exata” entre as eventualidades e uma relação de causa entre um predicado e o outro. Segundo a autora, nesse caso, os intervalos de tempo dos dois predicados se sobrepõem, e “a propriedade denotada pelo predicado principal se aplica ao seu sujeito somente durante o intervalo em que o predicado secundário se sustenta” (Foltran 1999: 175). O fato de a eventualidade denotada pelo depictivo causar a eventualidade

⁴² Alguém poderia alegar que a cópula *ser* também pode ser usada nas paráfrases com os predicados *dublado/legendado*, o que seria um indício de que se trata de predicados *individual-level*, e não *stage-level*, como estamos supondo aqui: *Filme infantil é mais divertido quando é dublado*; *A série coreana Pousando no Amor é mais legal quando é legendada*. Mesmo que aceitemos esse argumento, o fato de essas construções permitirem a paráfrase com *estar* já indicaria, por si só, que esses supostos predicados IL são coercíveis para uma leitura *stage-level* — e um predicado IL coagido como SL também poderia induzir o predicado primário IL a se comportar como SL.

denotada pelo predicado primário, de modo que ambas ocorram simultaneamente, é refletido na noção de ancoragem que representamos em (73).

Com relação à projeção aspectual na estrutura dessas construções, defendemos que a *small clause* contém um Asp_{SL} , que se relaciona com o depictivo *stage-level*. Quanto à oração matriz, ainda não está claro para nós se ela contém um Asp_{SL} , que se relaciona com o predicado primário *individual-level*, obtendo-se a coerção desse predicado pelo *mismatch* entre Asp_{SL} + IL, ou se ela contém um Asp_{IL} , sendo a coerção obtida pela interação do Asp_{SL} na *small clause* com a predicação primária. Como dissemos acima que, nessas sentenças, o predicado secundário é que induz a interpretação *stage-level* da predicação primária, essa segunda hipótese parece ser mais coerente.⁴³

Ainda no que se refere à sintaxe, queremos fazer uma observação quanto a uma particularidade dos predicados depictivos circunstanciais. Tem sido sugerido na literatura que esses predicados estão em uma posição diferente daquela ocupada por depictivos em sentido estrito (Rodrigues & Foltran 2013; Simpson 2005), o que tem relação com a diferença de comportamento que esses predicados exibem em alguns contextos linguísticos, como diante da negação ou de modais, além da diferença de interpretação quanto ao domínio focal e da forma como cada predicado interage com o tempo verbal da sentença. Simpson (2005: 89) observa, por exemplo, que sentenças do inglês que normalmente rejeitam um depictivo, como as em (74a-c) e (74e,f), ficam muito mais aceitáveis quando adicionamos a negação e o modal *can* ('poder'), como se nota em (74d,h), o que cria uma leitura genérica que normalmente se associa aos circunstanciais.

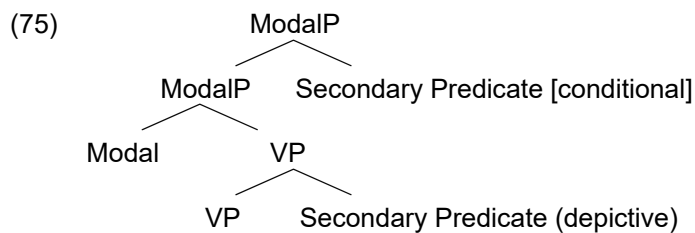
- (74) a. ?The song was sung **drunk**.
 b. ??The song was sung by them **drunk**.
 c. *The song was sung **drunk** by them.
 d. This song can't be sung **drunk**.
 e. *Cartons of beer are often carried **drunk**.
 f. ?Cartons of beer are often carried **drunk** by them.
 g. ?Cartons of beer are often carried by them **drunk**.
 h. Cartons of beer can't easily be carried **drunk**.

(Simpson 2005: 89)

Por essa razão, Simpson (2005: 89) apresenta (75) como uma possível estrutura para predicados secundários, estando o VP encaixado em um sintagma modal, o qual contém um modal ou uma negação mais alta.⁴⁴

⁴³ Ainda não sabemos, no entanto, sob que configuração estrutural isso aconteceria.

⁴⁴ O que Simpson (2005) chama de *conditional* em (75) corresponde ao que estamos chamando de circunstancial.



Simpson (2005: 89)

Não é nosso objetivo realizar nesta tese um estudo aprofundado da sintaxe das construções circunstanciais, mas seria interessante fazer isso em trabalhos futuros, relacionando-as com as estruturas que propusemos para as sentenças com depictivo em sentido estrito no Capítulo 3. Em todo caso, queremos apontar que, no português brasileiro, o uso de modais, da negação e de outras estratégias linguísticas que forcem a leitura condicional/circunstancial do depictivo também melhora a aceitabilidade de sentenças que geralmente não permitem um depictivo, como se pode observar nos seguintes dados. Em (76a), (77a) e (78a), vemos que o depictivo em sentido estrito resulta em frases menos aceitáveis que as contrapartes circunstanciais em (76b), (77b) e (78b-c).

- (76) a. ?Essa música foi cantada bêbado.
b. Essa música não pode ser cantada bêbado.

- (77) a. ??Essa música foi gravada bêbado.
b. ?Essa música não pode ser gravada bêbado.

((77a) de Ferreira & Moreira 2021)

- (78) a. ??Esse poema foi declamado apaixonado.
b. Esse poema não pode ser declamado apaixonado.
c. Esse poema é pra ser declamado apaixonado.

((78c) de Ferreira & Moreira 2021)

Outro reflexo sintático interessante da diferença entre predicados depictivos típicos (em sentido estrito) e circunstanciais refere-se à possibilidade de deslocamento. Nota-se que, quando estamos lidando com um depictivo típico, como em (79), as sentenças não soam muito bem quando movemos para o início da sentença o adjetivo sozinho ou o adjetivo acompanhado do DP — respectivamente, (79b) e (79c). Quando se trata de um depictivo circunstancial, contudo, como em (80), essas diferentes posições do adjetivo são aceitas, como mostram (80b) e (80c).

- (79) a. A Maria comeu a sobremesa bêbada.
b. ??Bêbada, a Maria comeu a sobremesa.
c. ??A Maria bêbada comeu a sobremesa.

(Rodrigues & Foltran 2013: 499)

- (80) a. A Maria é chata bêbada.
b. Bêbada, a Maria é chata.
c. A Maria bêbada é chata.

(Rodrigues & Foltran 2013: 502)

O dado em (81), de Carreira (2015), também mostra a possibilidade de deslocamento de um DP com um depictivo para o início da sentença. Tendo em vista a discussão acima, entendemos que isso é possível por se tratar de um depictivo circunstancial. Note que o predicado secundário nesse dado exprime justamente uma causa ou condição para o que é expresso na predicação primária, o que reforça o caráter circunstancial do predicado secundário: “se o bife estivesse mal passado, eu até comeria, mas, se estiver cru (ou: porque está cru), eu não como de jeito nenhum”.

- (81) [**esse bife mal passado**]_i eu até comeria ...*t*_i..., mas [**ele cru**]_j eu não como ...*t*_j... de jeito nenhum

(Carreira 2015: 11)

Quando tentamos forçar a leitura de depictivo em sentido estrito, o deslocamento do adjetivo ou do DP + adjetivo torna a sentença menos aceitável.

- (82) a. Eu comi esse bife mal passado.
b. ??Mal passado, eu comi esse bife.
c. ??Esse bife mal passado eu comi.

Esses são fatos muito interessantes, que parecem indicar que as construções circunstanciais têm realmente uma estrutura diferente das construções depictivas em sentido estrito, mas, como dissemos, o detalhamento dessa questão foge ao escopo deste trabalho.

Diante do exposto, apresentamos em (83) um resumo das conclusões que apresentamos com relação à estrutura de predicado primário IL + predicado secundário SL. No tipo de construção a que estamos nos referindo, o depictivo se classifica como um predicado circunstancial.

- (83) Predicado primário IL + predicado secundário SL

Ex.: Ana acredita em assombração_{IL} bêbada_{SL}.

DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL

- (i) No que se refere à pragmática, a condição de simultaneidade entre eventualidades não é trivialmente satisfeita, porque a inferência *default* associada ao predicado IL é vencida, uma vez que ele denota uma propriedade que passa a ser entendida como transitória por influência do predicado secundário: no caso, o estado de crença vigora quando, e apenas quando, Ana está bêbada (cf. McNally 1993, 1997). Ocorre, então, coerção do predicado IL, que passa a se comportar como *stage-level*. Desse modo, a justaposição dos predicados é feliz.

- (ii) O predicado secundário denota uma eventualidade *stage-level* que funciona como uma âncora para a eventualidade descrita pelo predicado primário, determinando a circunstância em que esta vigora. Além da sobreposição temporal, existe uma relação de causa/condição entre as eventualidades: no exemplo em questão, *estar bêbada* causa a eventualidade *acreditar em assombração*.
 - Paráfrase: Ana acredita em assombração quando está bêbada.
(a eventualidade denotada pelo depictivo é introduzida por “quando”, e a cópula utilizada em referência ao predicado secundário é *estar*)
 - Interpretação: “É verdade, para todo tempo/lugar em que Ana está bêbada, que ela acredita em assombração”.
- (iii) É possível que a oração matriz contenha Asp_{IL} ou Asp_{SL} . Esse ponto ficou em aberto e deve ser investigado mais a fundo futuramente.
- (iv) A *small clause* contém Asp_{SL} + predicado SL.
- (v) Esse tipo de sentença se enquadra no tipo 2 (predicado IL com coerção) do Quadro 1, apresentado no Capítulo 2 deste trabalho. No caso, o predicado IL que sofre coerção é o da oração matriz.

Na próxima subseção, abordaremos a última combinação de predicados nas construções depictivas.

2.5 Predicado primário IL + predicado secundário IL

Basicamente, a única combinação entre predicado primário e predicado secundário que é proibida, por razões pragmáticas, é aquela em que ambos expressam uma propriedade *individual-level*, e — o que é crucial para nós — o depictivo não é muito útil como um modificador temporal, por manter a inferência de persistência temporal *unbounded* em direção ao passado e ao futuro, nos termos de McNally (1997: 164)⁴⁵. Os dados em (84), do inglês, e os em (85), do português brasileiro, ilustram o tipo de exemplo que temos em mente quanto à referida proibição.

- (84) a. *Everyone admired the rescuers courageous.
 ‘*Todos admiraram os socorristas corajosos.’
- b. *Felix knows methods effective.
 ‘*Felix sabe métodos efetivos’

(McNally 1997: 160)

- (85) a. #João sabe matemática filho de diplomata.
 b. #Ana acredita em assombração brasileira.
 c. #Pedro gosta de poesia advogado.

⁴⁵ Em relação a isso, é pertinente reforçar que, para McNally (1993: 8; 1997), predicados (secundários) adjuntos podem ser pensados como um tipo de modificador temporal, mas outros autores não têm esse entendimento — Ardid-Gumiel (2001: 2-3), por exemplo, defende que um depictivo jamais denota um intervalo de tempo em qualquer sentido.

Ao comentar os dados em (84), McNally (1997: 164) afirma que os predicados IL adjuntos, ao licenciarem uma inferência de persistência temporal *unbounded* em direção ao passado e ao futuro, não são úteis como modificadores temporais, ou seja, como restritores do intervalo de tempo no qual vigora a propriedade associada à oração principal. Essa análise pode ser transposta aos dados (85) do PB, em que os predicados principais e os depictivos são todos IL, e nenhum predicado serve para situar o estado de coisas descrito pelo outro. A justaposição dos predicados é, portanto, infeliz nessas sentenças, porque não conseguimos vencer a inferência *default* associada aos predicados IL.

Foltran (1999), assim como nós, também parte da análise de McNally (1997) para explicar por que a sentença em (86) é inaceitável:

- (86) a. #Eu gosto do meu café brasileiro.
b. *Este livro vende fácil difícil.

(Foltran 1999: 170)

Conforme Foltran (1999: 170), predicados secundários IL não podem modificar predicados principais IL, porque uma propriedade de continuidade temporal estaria sendo usada para restringir um intervalo sobre o qual vigora outra propriedade do mesmo tipo. Ainda de acordo com a autora, se as duas propriedades são entendidas como indefinidamente persistentes, não se obtém uma interpretação útil: “a relação de atribuição associada com o predicado secundário não realizaria nenhuma restrição temporal nem o predicado principal teria as características aspectuais que facilitariam a interpretação” (Foltran 1999: 170).

Porém, nesta tese, apresentamos uma situação em que é possível a combinação de um predicado primário IL com um predicado secundário IL: trata-se do caso em que o depictivo *individual-level* recebe uma interpretação *stage-level* por coerção, sendo lido como um estado temporário. Nessa situação, o depictivo é um circunstancial que induz a leitura *stage-level* do predicado IL na oração matriz. Os dados em (87) exemplificam essa situação.

- (87) a. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe_{IL} loira_{IL}.
b. A Xuxa é linda_{IL} morena_{IL}.
c. A Rafaela Romolo_i se parecia com a Ana Paula Arósio_{IL} criança_i IL.⁴⁶
d. A Christa B. Allen_i se assemelha à Jennifer Garner_{IL} adulta_i IL.⁴⁷
e. Ele é charmoso_{IL} magro_{IL}.
f. O João é estiloso_{IL} gerente_{IL}.⁴⁸
g. O vestido da princesa Aurora é mais bonito_{IL} azul_{IL}.⁴⁹

⁴⁶ Contexto: Rafaela Romolo é uma atriz que, quando criança, trabalhava como sócia mirim de Ana Paula Arósio.

⁴⁷ Contexto: Christa B. Allen é uma atriz que, depois de adulta, ficou parecida com a atriz Jennifer Garner. Ambas atuaram no filme De Repente 30.

⁴⁸ Contexto: João trabalha em um banco e, eventualmente, assume a função de gerente.

⁴⁹ Contexto: Aurora é uma princesa do conto de fadas Bela Adormecida. Ela possui fadas madrinhas que conseguem, por meio de um feitiço, alterar magicamente a cor de seu vestido. Em determinado momento da história, as fadas brigam quanto à cor da roupa e lançam feitiços alternados: ora uma o faz ser rosa, ora a outra o faz ser azul.

Sentenças como essas admitem o mesmo tipo de paráfrase que as construções circunstanciais que vimos na subseção anterior (predicado primário IL + predicado secundário SL), como *Ana acredita em assombração bêbada* e *A Maria é chata bêbada*, como se vê nas letras (a-c) dos exemplos (88)-(92), aceitando inclusive o uso da cópula *estar*. Esses dados admitem, ainda, uma paráfrase adicional, utilizando-se o termo *versão*, que reforça que a propriedade *individual-level* denotada pelo depictivo está sendo considerada como uma propriedade temporária no contexto, no sentido de que se trata de uma das possíveis “facetas” que o indivíduo ou o objeto pode assumir, como se observa na letra (d) dos exemplos em (88)-(92).⁵⁰

- (88) a. A Madonna loira lembra a Marilyn Monroe.
 b. Loira, a Madonna lembra a Marilyn Monroe.
 c. A Madonna lembra a Marilyn Monroe quando está loira.
 d. A versão loira da Madonna lembra a Marilyn Monroe.
- (89) a. A Xuxa morena é linda.
 b. Morena, a Xuxa é linda.
 c. A Xuxa é linda quando está morena.
 d. A Xuxa é linda em sua versão morena.
- (90) a. Ele magro é charmoso.
 b. Magro, ele é charmoso.
 c. Ele é charmoso quando está magro.
 d. ?Ele é charmoso em sua versão magra.
- (91) a. O João gerente é estiloso.
 b. ?Gerente, o João é estiloso.
 c. ?O João é estiloso quando está gerente.
 d. O João é estiloso em sua versão gerente.
- (92) a. O vestido da princesa Aurora azul é mais bonito.
 b. Azul, o vestido da princesa Aurora é mais bonito.
 c. O vestido da princesa Aurora é mais bonito quando está azul.
 d. O vestido da princesa Aurora é mais bonito em sua versão azul.

A aceitabilidade das paráfrases depende de quão coercível é o depictivo IL. Por exemplo, os dados em (88) soam mais aceitáveis para nós que os em (91), talvez por ser mais difícil combinar um predicado mais prototipicamente IL como *gerente* com a cópula *estar*, embora isso seja possível, especialmente se o falante quiser reforçar o caráter temporário da função (cf.: João não É gerente — Ele ESTÁ gerente). Em todo caso, a coerção de *gerente* em (87f) parece ser admitida em algum grau, e certamente resulta em uma sentença muito mais aceitável que qualquer uma em (93).

⁵⁰ A observação sobre a possibilidade de paráfrase com “versão” foi feita por Bruna Moreira (c.p.).

- (93) a. #A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe mulher_i.
Leitura pretendida: A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe quando está mulher_i.
- b. #A Xuxa é linda descendente de italianos.
Leitura pretendida: A Xuxa é linda quando está descendente de italianos.
- c. #A Rafaela Romolo_i se parecia com a Ana Paula Arósio paulista_i.
Leitura pretendida: A Rafaela Romolo_i se parecia com a Ana Paula Arósio quando estava paulista_i.
- d. #A Christa B. Allen_i se assemelha à Jennifer Garner ser humano_i.
Leitura pretendida: A Christa B. Allen_i se assemelha à Jennifer Garner quando está ser humano_i.
- e. #Ele é charmoso neto de nordestinos.
Leitura pretendida: Ele é charmoso quando está neto de nordestinos.
- f. #O João é estiloso cidadão.
Leitura pretendida: O João é estiloso quando está cidadão.

Os dados inaceitáveis em (93), em contraste com as sentenças em (87), mostram que é crucial para o licenciamento das sentenças do tipo IL + IL que o predicado depictivo *individual-level* admita a coerção: quando é impossível ou muito difícil conceber que o indivíduo possa deixar de ter essa propriedade *individual-level*, a sentença soa inadmissível ou muito degradada. Por exemplo, a sentença (93b) (#A Xuxa é linda descendente de italianos) é estranha porque nos força a conceber que Xuxa pode alternar entre ser ou não descendente de italianos, o que é impossível, pelo menos no mundo atual (e não em um mundo fantasioso). De maneira análoga, a sentença (93d) (#A Christa B. Allen_i se assemelha à Jennifer Garner ser humano_i) soa bizarra porque não conseguimos vencer a inferência de persistência temporal associada a *ser humano* e aceitar que a atriz em questão não tenha mais essa propriedade.⁵¹

Dessa forma, as sentenças em (84), (85) (#João sabe matemática filho de diplomata etc.) e (93) (#A Xuxa é linda descendente de italianos etc.) são inaceitáveis pela mesma razão: a inferência de persistência temporal associada ao predicado IL se mantém *unbounded* em direção ao passado e ao futuro, e nenhum predicado é útil como restritor temporal do outro (cf. McNally 1993, 1997). As sentenças em (87) (A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i etc.) são aceitáveis pela razão contrária: em todos esses casos, o depictivo *individual-level* é interpretado como um estágio, o que significa que está sofrendo coerção, vencendo-se, consequentemente, a inferência *default* de persistência temporal associada a esse predicado; esse depictivo, coagido para ser lido como SL, induz a leitura *stage-level* do predicado IL da oração matriz. O resultado disso é que o predicado IL da oração principal também tem um sabor SL (também sofre coerção) e denota uma propriedade tomada como transitória: por exemplo, em A Madonna_i lembra a

⁵¹ A inaceitabilidade de sentenças do tipo IL + IL também tem a ver com o requisito da pertinência, discutido na seção 4 deste capítulo.

*Marilyn Monroe loira*_i, a propriedade *loira* é tomada como um estágio (existem estágios em que Madonna está ou não loira), mas *A Madonna lembrar a Marilyn Monroe* também é tomado como um estágio: ela não se assemelha à Marilyn Monroe o tempo todo (com outras cores de cabelo), mas somente quando está loira. Assim, a inferência de persistência temporal associada aos dois predicados IL nesse tipo de sentença é vencida, e a justaposição dos predicados é feliz.

Queremos destacar, nesse momento, que Foltran (1999) menciona uma sentença que traz justamente o tipo de construção enfocado nesta subseção, com a configuração de predicado primário IL + predicado secundário IL:

(94) ?João é insuportável inteligente.

(Foltran 1999: 57)

A autora afirma que o exemplo em (94) só pode ser aceito se o adjetivo *inteligente* (normalmente tido como IL) for interpretado como denotando um estágio (Foltran 1999: 57). Isso é exatamente o que estamos defendendo aqui: a aceitabilidade de uma sentença como *João é insuportável inteligente* implica que o adjetivo IL está sofrendo uma coerção, sendo interpretado como *stage-level*. Apesar de Foltran marcar o dado em (94) com uma interrogação, observa-se que é possível criar um contexto que torne a frase mais aceitável. Por exemplo, pode-se considerar que há situações em que João está sendo inteligente e situações em que ele não está sendo inteligente; com isso, queremos dizer que ora ele age de forma inteligente, ora não, de maneira que aquilo que está sendo julgado é o seu comportamento, e não seu caráter — situação em que se entende haver coerção do predicado IL, conforme Fernald (1999). Nesse cenário, podemos dizer que *João é insuportável inteligente*, o que significa que, quando está sendo inteligente (agindo de tal forma), ele é insuportável. Foltran, no entanto, não explora contextos como esse em seu trabalho, e o dado em (94) é mencionado apenas *en passant*. Além disso, em nossa análise, entendemos que o predicado primário IL também está sofrendo coerção (por influência do depictivo) e sendo interpretado como um estágio nessa situação, mas Foltran não trata desse tipo de coerção que entendemos operar na oração matriz.

Até onde sabemos, com exceção do trabalho de Foltran (1999), sentenças do tipo IL + IL, como as (87) (*A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i, A Xuxa é linda morena* etc.), foram pouco estudadas em trabalhos anteriores sobre o português brasileiro⁵², então nossa tese fornece uma contribuição à literatura nesse sentido. Esse tipo de construção depictiva também não é abordado por McNally (1993, 1997), porém a autora apresenta um dado, repetido em (95), que veicula uma ideia muito parecida com a que se encontra em (87a).

⁵² Pelo menos não nos trabalhos de Carreira (2008, 2015), Carreira & Knöpfle (2013), Berton (2019) e Ferreira (2020).

- (95) It seems like Madonna dyes her hair every other week. When she's blond, she vaguely resembles Marilyn Monroe.
'Parece que Madonna tinga seu cabelo semana sim, semana não. Quando ela está loira, ela lembra vagamente Marilyn Monroe.'

(McNally 1993: 5)

A sentença acima mostra uma situação em que, de acordo com McNally (1993: 5), o predicado *individual-level blond* ('loira') expressa uma propriedade entendida como transitória em virtude do contexto. Então, nessa situação, esse adjetivo está realmente sendo coagido para SL, ou seja, sendo interpretado como um *stage-level*, como comprovado pelo fato de ele poder figurar na *when-clause*, contexto que tipicamente rejeita propriedades IL — cf. ??*When Mary knows French, she knows it well* (extraído de McNally 1993: 5). A possibilidade de coerção de propriedades *individual-level* para uma leitura *stage-level* é o que torna aceitável, e até mesmo esperada, a ocorrência de sentenças como (87), embora McNally (1993, 1997) não tenha explorado esse tipo de construção depictiva em seu trabalho.⁵³

Antes de tratarmos da relação de ancoragem entre as eventualidades nas construções IL + IL, queremos fazer uma observação quanto à orientação do depictivo nos dados discutidos até o momento nesta subseção. Em todas as construções depictivas circunstanciais aceitáveis que abordamos (*vide* (87)), o predicado secundário está orientado ao sujeito. A orientação ao objeto, em nosso entendimento, é mais difícil de se obter ou resulta em uma estrutura que não parece ser uma construção de predicação secundária depictiva. Observemos os dados em (96).

- (96) a. Ela prefere_{IL} seus homens inteligentes_{IL}.
b. Ela quer_{IL} seus filhos sábios_{IL}.

Uma possível análise dos dados em (96) é considerá-los construções depictivas circunstanciais, da mesma forma que analisamos as sentenças em (87): nessa perspectiva, os adjetivos *inteligentes* e *sábios* seriam predicados depictivos IL coagidos para uma leitura SL que, por sua vez, induziriam a interpretação *stage-level* do predicado IL da oração matriz. No entanto, se seguirmos essa hipótese, teríamos que explicar por que os dados em (96) não aceitam bem as paráfrases que outros circunstanciais admitem, *vide* (97a,a') e (97b,b'), e por que aceitam uma paráfrase como (97c,c'), que não é boa com os circunstanciais orientados para o sujeito⁵⁴.

- (97) a. Ela prefere seus homens quando são/?estão inteligentes
a'. ??Ela quer seus filhos quando são/estão sábios.
Compare com: A Madonna lembra a Marilyn Monroe quando está loira.

⁵³ Esse dado de McNally (1993) foi, inclusive, o que nos inspirou a elaborar o dado em (87a).

⁵⁴ Presumivelmente, as *small clauses* circunstanciais orientadas para o sujeito estariam em uma posição sintática diferente na estrutura do que as orientadas para o objeto, o que pode ser a fonte do contraste em (97b,b'). Lembramos que a sintaxe das construções circunstanciais não foi explorada nesta tese, pois o Capítulo 2 se debruçou sobre as construções depictivas em sentido estrito.

b. ??Inteligentes, ela prefere seus homens.

b'. ??Sábios, ela quer seus filhos.

Compare com: Loira, a Madonna lembra a Marilyn Monroe.

c. Ela prefere que seus homens sejam inteligentes.

c'. Ela prefere que seus filhos sejam sábios.

*Compare com: *A Madonna lembra a Marilyn Monroe que seja loira.*

Outra possibilidade é considerar que o nome e o adjetivo nas sentenças em (96) formam uma espécie de *small clause* complemento, e não uma *small clause* depictiva: *Ela prefere [seus homens inteligentes]; Ela quer [seus filhos sábios]*.⁵⁵ Isso seria compatível com a possibilidade de paráfrase em (97c,c'), visto que as SC complemento tipicamente aceitam a substituição por uma oração encaixada (cf.: *Eu considero [João inteligente] — Eu considero [que João é inteligente]*). Uma análise similar a essa já foi proposta para dados do inglês como (98).

(98) Jones prefers her coffee black.

'Jones prefere seu café preto (= puro).'

(Rapoport 1999: 654)

Acerca do dado em (98), Rapoport (1999: 654) afirma que construções de predicação secundária baseadas em verbos estativos são de um tipo diferente, por terem propriedades distintas: por exemplo, *Jones prefers her coffee black* é equivalente a *Jones prefers her coffee to be black* ('Jones prefere que seu café seja preto'), mas uma frase como *Jones cut the bread hot* ('Jones cortou o pão quente') não tem como equivalente a frase **Jones cut the bread to be hot* (Rapoport 1999: 653-654). Além disso, ainda segundo a autora, a paráfrase *Her coffee black is what Jones prefers* é mais aceitável que **The bread hot is what Jones cut* (Rapoport 1999: 654). Segundo Simpson (2005: 100), o diferente comportamento de predicados como *black* em (98) levou alguns autores a não considerarem esse tipo de predicado como um verdadeiro depictivo nesses casos: tal predicado secundário seria um complemento, e não um adjunto, de acordo com a autora.⁵⁶ As possibilidades de sentença em (99), apresentadas por Simpson (2005), presumivelmente recebem a mesma análise que (98).

(99) She likes/prefers/wants/needs her men intelligent.

'Ela gosta de/prefere/quer/precisa de seus homens inteligentes.'

(Simpson 2005: 100)

⁵⁵ Conforme sugerido por Marcos Carreira (c.p.), uma comparação mais fiel talvez seja obtida com o próprio verbo *lembrar*, com o depictivo para o objeto direto, como em (i), que é aceitável, em nosso julgamento.

(i) A Madonna lembra a Marilyn Monroe, loira.

⁵⁶ Ao discutir os dados de Rapoport (1999), Simpson (2005) aparentemente entende que *black* é *stage-level*, embora isso não seja dito de forma explícita.

Contudo, se aceitássemos que o adjetivo em (96a) não é um circunstancial, teríamos que explicar por que nessa sentença é estabelecida uma relação de causa/condição entre o adjetivo e o nome que é característica das construções circunstanciais, como se vê em (100).⁵⁷

(100) Ela prefere seus homens se forem mais inteligentes.

Foltran (1999) faz essa mesma observação com relação à sentença em (101a), considerada, em seu trabalho, uma estrutura de predicação secundária com um verbo estativo. A autora afirma que existe uma força causal/condicional implícita nesse tipo de sentença, haja vista a paráfrase em (101b); ademais, essa sentença não admite a paráfrase que construções depictivas em sentido estrito normalmente aceitam, como mostra (101c). Esses são indícios, para nós, de que estamos lidando com um predicado depictivo circunstancial.⁵⁸

- (101) a. Eu prefiro meus óculos mais escuros.
b. Eu prefiro meus óculos se forem mais escuros.
c. *Meus óculos estão escuros quando eu os prefiro.

(Foltran 1999: 165)

Repare-se que as construções de SC complemento não exprimem tal relação (*Eu considero João inteligente* — #*Eu considero João se for mais inteligente*).

Ainda no que se refere à orientação do depictivo, podemos nos perguntar também se as sentenças em (102) exibem construções circunstanciais. Observe-se que o depictivo não se orienta para o sujeito nessas sentenças, o que altera o significado delas (comparar com (87a,c,d)).

- (102) a. A Madonna lembra a Marilyn Monroe_i loira_i.
b. A Rafaela Romolo se parecia com a Ana Paula Arósio_i criança_i.
c. A Christa B. Allen se assemelha à Jennifer Garner_i adulta_i.

Nossa intuição é a de que se trata, sim, de construções circunstanciais, haja vista a possibilidade das paráfrases em (103). No entanto, para aceitar essa análise com mais segurança, teríamos de verificar como essas sentenças se comportam diante de outros diagnósticos e paráfrases.

- (103) a. A Madonna lembra a versão loira da Marilyn Monroe.
b. A Rafaela Romolo se parecia com a versão criança da Ana Paula Arósio.
c. A Christa B. Allen se assemelha à versão adulta da Jennifer Garner.

⁵⁷ Como apontado por Marcos Carreira (c.p.), essa característica está implicada na própria semântica lexical de *preferir*, então não se refere à estrutura da sentença em si. Por essa razão, talvez o verbo *preferir* não seja uma boa escolha para a argumentação feita aqui.

⁵⁸ Foltran (1999) não explicita a classificação de *escuro*, mas estamos entendendo que se trata de um predicado *individual-level* que pode ser coagido para *stage-level*.

Como o estatuto de sentenças como (96), (98) e (99), com um possível predicado depictivo IL orientado para o objeto em uma predicação IL, é ainda um tanto controverso, e como não estudamos a fundo o caso das sentenças em (102), preferimos deixá-los um pouco de lado nesta tese, embora acreditemos que haja argumentos para defender uma análise do predicado secundário como um circunstancial nesses dados. Deixamos um aprofundamento do tema para pesquisas futuras.

Vamos retomar os exemplos em (87), repetidos abaixo, para tratar da ancoragem entre as eventualidades denotadas pelos predicados.

- (104) a. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe_{IL} loira_{IL}.
 b. A Xuxa é linda_{IL} morena_{IL}.
 c. A Rafaela Romolo_i se parecia com a Ana Paula Arósio_{IL} criança_{IL}.
 d. A Christa B. Allen_i se assemelha à Jennifer Garner_{IL} adulta_{IL}.
 e. Ele é charmoso_{IL} magro_{IL}.
 f. O João é estiloso_{IL} gerente_{IL}.
 g. O vestido da princesa Aurora é mais bonito_{IL} azul_{IL}.

Como mostramos anteriormente, essas sentenças admitem a paráfrase na qual o depictivo fica na oração introduzida por *quando*, como mostrado em (105). Vê-se que a cópula usada nas paráfrases é *estar*, o que é condizente com o fato de que o depictivo IL está sofrendo coerção e sendo interpretado como *stage-level*.⁵⁹

- (105) a. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe [quando está loira_i].
 b. A Xuxa é linda [quando está morena].
 c. Ele é charmoso [quando está magro].
 d. ?O João é estiloso [quando está gerente].
 e. O vestido da princesa Aurora é mais bonito [quando está azul].

Isso é indicativo de que o depictivo é um circunstancial, e a eventualidade denotada por ele atua como âncora para a eventualidade denotada pelo predicado primário. Pode-se dizer que a eventualidade da predicação secundária fornece as coordenadas de tempo/lugar (a circunstância) em que a eventualidade denotada pela predicação primária se aplica, estabelecendo-se muitas vezes uma relação de causa-consequência ou condição. A relação de ancoragem para o dado (104a) se encontra ilustrada em (106). A interpretação que se obtém no caso é a de que “é verdade, para todo tempo/lugar em que Madonna está loira, que ela lembra a Marilyn Monroe”.

⁵⁹ Algumas dessas sentenças também admitem o uso da cópula *ser*, o que não é inesperado, já que os predicados são IL por natureza, ainda que coagidos para uma leitura SL no contexto: *O João é estiloso quando é gerente*.

(106) A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe_{IL} loira_i IL.

A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe [quando está loira_i].

A MADONNA LEMBRAR A MARILYN MONROE LOIRA



Observa-se que, além do predicado secundário, o predicado primário IL também acaba sofrendo coerção para uma leitura *stage-level*, de modo que a sentença adquire uma interpretação habitual da qual se infere que a eventualidade denotada pelo predicado primário vigora quando, e apenas quando, a eventualidade denotada pelo predicado secundário vigora: Madonna lembra a Marilyn Monroe quando, e apenas quando, ela (Madonna) está loira.⁶⁰ Com isso, a inferência *default* de persistência temporal associada aos predicados IL na sentença é vencida, o que faz a condição de simultaneidade não ser trivialmente cumprida e torna feliz a justaposição dos predicados.

Com relação à projeção aspectual na estrutura dessas construções, defendemos que a *small clause* contém um Asp_{SL}, que se relaciona com o depictivo *individual-level*. Podemos considerar que esse *mismatch* gramatical entre Asp_{SL} + IL é o que causa o processo de coerção desse predicado, conforme argumentamos anteriormente, a partir de Fernald (1999) e outros trabalhos. Quanto à oração matriz, deixamos em aberto se ela contém um Asp_{SL}, que dispararia a coerção do predicado IL matriz, ou se ela contém Asp_{IL}, caso em que a coerção seria obtida pela interação do Asp_{SL} na *small clause* com a predicação primária.⁶¹

Uma consequência do que estamos assumindo aqui é que os predicados IL se tornam, em certo sentido, *bounded* nas duas “pontas” (ambas as direções temporais: passado e futuro) nessas sentenças, podendo ter um começo e um fim definidos. Alguém poderia argumentar que isso é exatamente o que define um predicado *stage-level*, que não são *unbounded* em nenhuma direção, e que não haveria diferença entre “ser SL” e “ser um IL coagido para SL”. Porém, não é surpreendente que predicados *individual-level* possam vigorar em um tempo/espaço específico. Nesse sentido, como afirma Ardid-Gumiel (2001: 4), predicados *individual-level* podem ser restritos a localizações espaço-temporais de um indivíduo/entidade, o que se vê nos exemplos em (107), do espanhol, e (108), do PB.

⁶⁰ O que ocorre com o predicado primário aqui é semelhante ao que acontece na sentença *?Marge believes in the afterlife drunk, but not sober*, conforme McNally (1993: 11): a inferência de persistência temporal associada ao predicado matriz IL é vencida, de modo que se obtém a interpretação habitual da qual se infere que o estado de crença de Marge vigora quando (e apenas quando) ela está bêbada, segundo a autora. A diferença é que *loira* é um predicado IL coagido para uma interpretação SL, enquanto *drunk* é um predicado SL por natureza.

⁶¹ Ainda não temos resposta sobre como, exatamente, os efeitos de coerção seriam obtidos composicionalmente.

- (107) a. Riqui es obediente en el colégio.
'Riqui é obediente na escola.'
- b. Paco era tímido en su adolescencia.
'Paco era tímido na adolescência.'
- c. Ese medicamento fue imprescindible en los años cuarenta.
'Esse medicamento foi imprescindível nos anos quarenta.'

(Ardid-Gumiel 2001: 4)

- (108) a. Maria era linda dos 20 aos 30 anos.
b. Os filhos de Maria são introvertidos na igreja.
c. João era ateu na juventude.
d. Minha pele é acneica no verão.
e. Ela era perfeccionista na empresa.

Conforme argumenta Ardid-Gumiel (2001: 4), os modificadores preposicionados nos dados em (107) delimitam o estágio na existência do indivíduo ou da entidade durante o qual a propriedade se aplica. O que estamos defendendo nesta tese é que o depictivo também pode agir como um modificador temporal, restringindo o estágio em que se aplica uma propriedade IL denotada pela oração matriz (ideia que já se encontra em McNally (1993, 1997)), assemelhando-se, nesse sentido, aos modificadores preposicionados em (107) e (108)⁶². Isso torna o depictivo em (109a) e o sintagma preposicionado destacado em (109b) equivalentes quanto à função de restringir a circunstância em que se aplica a propriedade IL denotada pelo predicado primário.

- (109) a. A Rafaela Romolo_i se parecia com a Ana Paula Arósio **criança**_i.
b. A Rafaela Romolo se parecia com a Ana Paula Arósio **na infância**.
(= na infância de Rafaela)

Em (110), apresentamos um resumo das conclusões que obtivemos nesta subseção com referência à combinação IL + IL.

- (110) Predicado primário IL + predicado secundário IL

Ex.: A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe_{IL} loira_{IL}.

DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL

- (i) Quanto à pragmática, a condição de simultaneidade entre as eventualidades não é trivialmente cumprida, porque a inferência *default* de persistência temporal associada aos predicados IL é vencida, pois ambos sofrem coerção e são interpretados como *stage-level*. Com isso, a justaposição dos predicados é feliz.
- (ii) O predicado secundário é *individual-level*, mas sofre coerção, sendo interpretado como um estágio. A eventualidade denotada pelo depictivo atua como âncora para a eventualidade denotada pela predicação primária, que também é um

⁶² Ardid-Gumiel (2001), diferentemente de nós, não considera que um depictivo possa denotar um intervalo de tempo.

predicado IL coagido para uma leitura SL. Existe normalmente uma relação de causa, condição ou tempo entre as eventualidades, de modo que o depictivo determina a circunstância em que a predicação primária se aplica: no exemplo em questão, *Madonna estar loira* causa a eventualidade de *Madonna lembrar a Marilyn Monroe*.

- Paráfrase: A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe quando está loira_i.
(a eventualidade denotada pelo depictivo é introduzida por “quando”, e a cópula utilizada em referência ao predicado secundário é *estar*, mas não há uma proibição geral ao uso de *ser*)
 - Interpretação: “É verdade, para todo tempo/lugar em que Madonna está loira, que ela lembra a Marilyn Monroe”.
- (iii) Assim como na outra situação em que há um depictivo circunstancial, é possível que a oração matriz contenha Asp_{IL} ou Asp_{SL}. Esse ponto ficou em aberto e precisa ser investigado mais a fundo.
- (iv) A *small clause* contém Asp_{SL} + predicado IL, *mismatch* que dispara a coerção deste.
- (v) Esse tipo de sentença se enquadra no tipo 2 (predicado IL com coerção) do Quadro 1, apresentado no Capítulo 2 deste trabalho. No caso, tanto o predicado secundário IL quanto o predicado primário IL sofrem coerção.

Concluimos, assim, a exposição das possíveis combinações entre predicados nas construções depictivas. A seguir, faremos um resumo desses achados.

2.6 Resumo das combinações e o requisito da predicação com leitura *stage-level*

O seguinte quadro, elaborado por nós, resume as possíveis combinações de predicados nas construções depictivas.

Quadro 3 — Combinações entre predicado primário e predicado secundário (^c = coerção)

SL + SL	
Ex.: Thiago Silva jogou a partida lesionado. / Maria dirigiu o carro bêbada.	
- Na paráfrase, a eventualidade do pred. primário fica na oração com <i>quando</i> (<i>Quando jogou a partida, Thiago Silva estava lesionado</i>). O pred. primário age como âncora para o depictivo, especificando quando ele vigora (“<i>É verdade, para o tempo/lugar em que Thiago Silva jogou a partida, que ele estava lesionado</i>”). - A condição de simultaneidade entre eventualidades não é trivialmente cumprida, porque nenhuma delas está associada a uma inferência de persistência temporal, o que torna a justaposição feliz.	
Ancoragem PRED. PRIMÁRIO Jogar a partida PRED. SECUNDÁRIO lesionado DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO	Small clause depictiva Asp_{SL}P Asp_{SL}' Asp_{SL} XP SL CÓPULA NA PARÁFRASE: ESTAR
SL + IL	
Ex.: Robert Prevost saiu do conclave um papa. / Os adolescentes voltaram para casa generosos.	
- Na paráfrase, a eventualidade do pred. primário fica na oração com <i>quando</i> (<i>Quando saiu do conclave, Robert Prevost era um papa</i>). O pred. principal funciona como âncora para o depictivo, especificando o intervalo no qual este vigora, ainda que se possa inferir que este se estenderá por mais tempo (“<i>É verdade, para o tempo/lugar em que Robert Prevost saiu do conclave, que ele era um papa</i>”). - A inferência <i>default</i> associada ao predicado IL é vencida, pois a eventualidade da predicação primária marca uma fronteira relevante para o início ou o fim do intervalo no qual vigora o depictivo IL.	
Ancoragem PRED. PRIMÁRIO Sair do conclave PRED. SECUNDÁRIO um papa DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO, SEM COERÇÃO	Small clause depictiva Asp_{IL}P Asp_{IL}' Asp_{IL} XP IL CÓPULA NA PARÁFRASE: SER
IL ^c + SL	
Ex.: Ana acredita em assombração bêbada. / Brigadeiro é melhor quente.	
- Na paráfrase, a eventualidade denotada pelo depictivo fica na oração com <i>quando</i> (<i>Ana acredita em assombração quando está bêbada</i>). O depictivo funciona como âncora para o pred. primário, especificando a circunstância em que este vigora e estabelecendo uma relação de causa/condição (“<i>É verdade, para todo tempo/lugar em que Ana está bêbada, que ela acredita em assombração</i>”). - A inferência <i>default</i> associada ao predicado IL é vencida porque ele denota uma propriedade que passa a ser entendida como <i>stage-level</i> por influência do depictivo; logo, o pred. IL sofre coerção.	
Ancoragem PRED. PRIMÁRIO Acreditar em assombração PRED. SECUNDÁRIO bêbada DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL	Small clause depictiva Asp_{SL}P Asp_{SL}' Asp_{SL} XP SL CÓPULA NA PARÁFRASE: ESTAR
IL ^c + IL ^c	
Ex.: A Madonna _i lembra a Marilyn Monroe loira _i . / A Xuxa é linda morena.	
- Na paráfrase, a eventualidade denotada pelo depictivo fica na oração com <i>quando</i> (<i>A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe quando está loira_i</i>). O depictivo funciona como âncora para o pred. primário, determinando a circunstância em que este vigora e estabelecendo uma relação de causa/condição (“<i>É verdade, para todo tempo/lugar em que Madonna está loira, que ela lembra a Marilyn Monroe</i>”). - O pred. primário e o pred. secundário são propriedades IL que sofrem coerção (sendo possível analisar a coerção do depictivo como causada pelo <i>mismatch</i> gramatical entre Asp_{SL} + IL) e recebem uma interpretação SL. Assim, a inferência <i>default</i> associada a esses predicados é vencida.	
Ancoragem PRED. PRIMÁRIO Lembrar a Marilyn Monroe PRED. SECUNDÁRIO loira DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL COM COERÇÃO	Small clause depictiva Asp_{SL}P Asp_{SL}' Asp_{SL} (...) IL CÓPULA NA PARÁFRASE: ESTAR (ADMITE-SE SER EM ALGUNS CASOS)

Infere-se do quadro acima e das discussões que fizemos anteriormente, baseadas sobretudo em McNally (1993, 1997) e Foltran (1999), que ao menos uma das predicacões da construção de predicacão secundária tem de receber uma leitura *stage-level*, seja essa leitura advinda de um predicado que é SL por natureza, seja ela obtida por meio da coerção de um predicado IL. Esse requisito semântico está enunciado em (111).

(111) **Requisito da predicacão com leitura *stage-level***

Pelo menos uma das predicacões que compõem a construçãõ depictiva deve veicular uma leitura *stage-level*, ainda que esta interpretação seja obtida por meio da coerção de um predicado *individual-level* para uma leitura *stage-level*.

Enquadra-se no caso de leitura *stage-level* obtida exclusivamente por coerção do predicado *individual-level* a combinaçãõ indicada como $IL^c + IL^c$ no quadro acima, a exemplo de *A Madonna; lembra a Marilyn Monroe loira*, em que ambos os predicados sãõ IL, mas recebem uma leitura SL. Nas outras combinações (SL + SL / SL + IL / $IL^c + SL$), existe ao menos um predicado que é *stage-level* “por natureza”, isto é, um predicado cuja leitura SL nãõ é obtida via coerção, mas pelo fato de ele já portar o traço [SL].

O requisito acima, que é uma consequência do requisito pragmático⁶³ para construções depictivas, permite descartar as sentenças em (112), em que todos os predicados sãõ *individual-level* e nãõ sofrem coerção (ou sãõ muito difíceis de coagir nessa situaçãõ⁶⁴).

- (112) a. #O João sabe matemática ser humano.
b. #Ana acredita em assombraçãõ filha de brasilienses.
c. #Meu gato tem olhos azuis mamífero.

A conclusãõ de que construções depictivas rejeitam a combinaçãõ entre predicados *individual-level* e a conclusãõ de que, quando o predicado principal é estativo, a aceitabilidade da sentença melhora quando o predicado secundário é *stage-level* nãõ sãõ novidades na literatura (ver Winkler 1997; Ardid-Gumiel 2001; Simpson 2005; Foltran 1999, 2002; entre outros). Nossa contribuiçãõ a esse aspecto do debate, portanto, nãõ é a introduçãõ dessas conclusões, mas, antes, a sistematizaçãõ das possíveis combinações entre predicados SL e IL no PB, com um aprofundamento das situações em que ocorre coerção do predicado IL, com a especificaçãõ da relaçãõ de ancoragem que se estabelece em cada caso e com a indicaçãõ da estrutura de *small clause* depictiva (com Asp_{SL} / Asp_{IL}) associada a cada combinaçãõ.

⁶³ Relembramos que aquilo que estamos chamando de requisito pragmático corresponde ao que McNally (1993) estabelece sobre a condiçãõ de simultaneidade entre o estado de coisas descrito pelo predicado primário e o estado de coisas descrito pelo predicado secundário, a qual nãõ pode ser trivialmente cumprida — ou pode ser, desde que seja explorada para fins conversacionais.

⁶⁴ É claro que, em contextos fantasiosos, sempre é possível criar cenários que forcem a coerção do predicado IL, como no caso de alguém que, em um jogo de *videogame* ou em uma história de ficção, deixa de ser um ser humano e se transforma em outra coisa. A inaceitabilidade das sentenças em (112) nãõ leva em consideraçãõ esses contextos.

3 Requisito da compatibilidade aspectual

Nesta seção, abordaremos brevemente outro requisito relacionado às construções depictivas, relativo à maneira como o depictivo em sentido estrito faz referência à estrutura eventiva de um predicado verbal, o que chamaremos de requisito da compatibilidade aspectual, seguindo a terminologia de Ardid-Gumiel (2001). A relação de um depictivo com eventos e com subpartes de eventos é discutida de forma mais aprofundada por autores como Foltran (1999) e Ardid-Gumiel (2001), que se baseiam sobretudo na forma como Pustejovsky (1991, 1995) concebe a classificação de verbos e sua estrutura eventiva interna. Por limitações de tempo, não conseguiremos detalhar muito esse requisito nesta tese, mas consideramos importante apresentá-lo, ainda que sucintamente, por uma questão de completude, uma vez que este capítulo se volta às propriedades semânticas gerais das construções depictivas.

Para tratar da compatibilidade aspectual entre predicados em construções depictivas em sentido estrito⁶⁵, Ardid-Gumiel (2001) parte dos dados em (113) e (114), do espanhol, a fim de mostrar como os depictivos SL e IL interagem de forma diferente com o verbo da oração matriz. Segundo a autora, esses dados contêm um predicado verbal que expressa uma transição simples, no sentido de Pustejovsky (1995): sua estrutura eventiva inclui dois subeventos — um subevento *processo* seguido de um subevento *estado* (Ardid-Gumiel 2001: 3).

- (113) a. Pedro salió de la escuela *asustado*_{S-L}.
'Pedro saiu da escola assustado.'
- b. Pedro salió de la escuela primaria *bilingüe*_{I-L}.
'Pedro saiu da escola primária bilíngue.'

(Ardid-Gumiel 2001: 3)

- (114) a. Carlos sacó a Gema de la reunión *irritada*_{S-L}.
'Carlos tirou Gema da reunião irritada.'
- b. Carlos sacó a Gema de la secta *paranoica*_{I-L}.
'Carlos tirou Gema da seita paranoica.'

(Ardid-Gumiel 2001: 3)

Conforme a autora, em (113a) e (114a), o estado denotado pelo predicado depictivo se aplica ao seu argumento (o sujeito ou o objeto) durante o subevento processo: Pedro estava assustado no processo de sair da escola, e Gema estava irritada no processo de ser retirada da reunião; o

⁶⁵ Ardid-Gumiel (2001) não considera depictivos circunstanciais, que expressam outra relação com o predicado primário além da mera coincidência temporal, como verdadeiros depictivos, por isso seu texto foca as construções depictivas em sentido estrito.

depictivo, então, faz referência a esse subevento (Ardid-Gumiel 2001: 3). A autora afirma que, quando um depictivo se relaciona ao subevento *processo*, ele só pode ser do tipo *stage-level*.

Em (113b) e (114b), por outro lado, entende-se que o estado denotado pelo depictivo se aplica ao indivíduo no ponto de virada (*turning point*) entre o processo e o estado subsequente, de acordo com a autora: Pedro era bilíngue no momento em que ele estava fora da escola primária; Gema era paranoica no momento em que ela estava fora da seita (Ardid-Gumiel 2001: 3). Ainda conforme a autora, em ambos os casos, a estrutura lexical dos verbos inclui um subevento que denota um estado, para um dos argumentos, que é oposto ao estado inicial pressuposto e é provocado pelo processo precedente: o evento de Pedro saindo da escola primária é seguido de um estado de Pedro estando fora da escola; o evento de Carlos tirando Gema da seita é seguido de um estado de Gema estando fora da seita (Ardid-Gumiel 2001: 3). Os verbos em (113) e (114) são, nos termos de Pustejovsky (1995), **achievements causativos** (*causative achievements*)⁶⁶: em ambos os casos, há uma mudança de estado (portanto, um *turning point*) para um dos argumentos, conforme Ardid-Gumiel (2001: 3). Disso decorrem duas consequências imediatas, segundo a autora: o depictivo deve se orientar ao argumento associado com o estado atingido; o depictivo pode ser *individual-level*, de modo que o *turning point* denotado pelo predicado verbal pode ser tomado como o momento em que a propriedade denotada pelo depictivo se aplica à entidade relevante (Ardid-Gumiel 2001: 3-4).

Com relação aos *source arguments* associados aos verbos em (113b) e (114b) — *escola primária* e *seita* —, Ardid-Gumiel (2001: 4) afirma que eles não são entendidos como um lugar em particular, mas sim como representantes de uma organização ou de uma instituição na qual o indivíduo se envolveu em alguma atividade (passiva ou ativamente), sendo tal atividade diretamente responsável pelo desenvolvimento e pela posse final da propriedade denotada pelo depictivo *individual-level*. Isso significa, em outras palavras, que o *achievement* denotado por essas transições constitui um marco (*landmark*) na existência dos indivíduos que se submetem a elas, e esse marco é materializado na aquisição da propriedade expressa pelo depictivo, de acordo com Ardid-Gumiel (2001: 4). A autora afirma que a propriedade IL não faz referência ao processo denotado pelo verbo em si, mas ao *turning point* em que culmina o processo, ou seja, à transição. Ainda segundo a autora, isso é crucial em dois aspectos importantes: (i) os verbos *achievements* cuja estrutura de subevento não contiver um processo (causativo) são incapazes de formar uma construção depictiva; (ii) sentenças em que o predicado principal é um *accomplishment* ou um processo⁶⁷, que geralmente rejeitam depictivos IL, podem aceitar um

⁶⁶ A classificação de predicados verbais em Pustejovsky (1991, 1995) é diferente da divisão de Vendler (1967). Uma das diferenças, que é mais relevante para este trabalho, reside na subdivisão dos *achievements*, assumida por Pustejovsky (1995), em causativos e pontuais. Lembramos que as quatro classes aspectuais de Vendler são *achievements*, *accomplishments*, atividades e estados, sem tal subdivisão da classe dos *achievements*. Há outras diferenças, especialmente quanto à forma como Pustejovsky concebe a decomposição lexical, mas não vamos nos aprofundar nisto nesta tese por limitações de tempo e recorte. Remetemos o leitor a Foltran (1999) para um estudo mais detalhado das construções de predicação secundária a partir da proposta de Pustejovsky (1991, 1995).

⁶⁷ O termo “processo” equivale ao que Vendler (1967) chama de atividade.

depictivo *individual-level* se o conteúdo em seu domínio lexical for abstraído de tal modo que ele seja tomado como um estágio específico da existência do indivíduo (Ardid-Gumiel 2001: 4-5).

Quanto aos *achievements* que não possuem um subevento processo, a autora apresenta os dados em (115), os quais mostram que, no espanhol, é impossível formar uma construção depictiva quando o verbo denota um *achievement* não causativo, seja o depictivo SL ou IL (Ardid-Gumiel 2001: 5).

- (115) a. *María captó el doble sentido *nerviosas*_{S-L} / *sagaz*_{I-L}.
 ‘*Maria captou o duplo sentido nervosa / sagaz.’
- b. *María reconoció mi coche *limpios*_{S-L} / *lujoso*_{I-L}.
 ‘*Maria reconheceu meu carro limpo / luxuoso.’

(Ardid-Gumiel 2001: 5)

Segundo a autora, os dados em (115) contrastam com os em (113) e (114) porque denotam eventos pontuais: mesmo que um processo possa ser identificado no evento de *captar* ou no evento de *reconhecer*, não se trata de um processo causador/causativo (*causing process*), ou seja, não existe um “processo de captação” que resulte na “captação” da ironia, e não existe um processo de reconhecimento que resulte no reconhecimento do carro (Ardid-Gumiel 2001: 5). A autora continua sua argumentação afirmando que, provavelmente, a estrutura de subevento de ***achievements pontuais*** como os em (115) consiste em dois subeventos estativos individuais, um imediatamente seguido do outro, em que o primeiro expressa a falta de certo estado e o segundo expressa sua presença; assim, o evento de captar algo, em (115a), consistiria em uma transição instantânea do estado de não ter o conhecimento de algo (compreensão mental da ironia) para o estado de tê-lo, e o evento de reconhecer algo, em (115b), consistiria em uma transição instantânea do estado de não ter identificado o objeto (o carro) para o estado de ter identificado (Ardid-Gumiel 2001: 5). Então, por um lado, não há nesses casos um subevento processo ao qual o depictivo SL possa fazer referência, e também não há uma atividade implicada que possa fazer surgir a aquisição da propriedade, seja ela SL ou IL (Ardid-Gumiel 2001: 5). Assim, ainda conforme a autora, a agramaticalidade dos dados em (115) é explicada pela falta de compatibilidade aspectual do depictivo com o tipo de evento expresso por um *achievement* pontual, interpretando-se “compatibilidade aspectual” dessa maneira sutil: não é possível que o depictivo faça referência ao evento ou subevento apropriado (Ardid-Gumiel 2001: 5).

Com relação aos predicados do tipo ***accomplishment*** e ***processo***, a autora observa que não há nenhum problema em formar uma construção depictiva quando o predicado secundário é *stage-level*, porém as sentenças com depictivo *individual-level* exibem um contraste (em alguns casos, eles são aceitos, em outros, não), como se vê em (116) e (117) (Ardid-Gumiel 2001: 5).

- (116) a. Matías escribió una canción *entusiasmados*_{S-L} / **pobre*_{I-L}.
'Matias escreveu uma canção entusiasmado / *pobre.'
- b. Matías escribió su primera novela *entusiasmados*_{S-L} / *pobre*_{I-L}.
'Matias escreveu seu primeiro romance entusiasmado / pobre.'

(Ardid-Gumiel 2001: 5)

- (117) a. Jorge caminaba *pensativos*_{S-L} / **rico*_{I-L}.
'Jorge caminhava pensativo / rico.'
- b. Jorge creció *enfermos*_{S-L} / *rico*_{I-L}.
'Jorge cresceu doente / rico.'

(Ardid-Gumiel 2001: 5)

Ardid-Gumiel afirma que, nesses exemplos, o depictivo SL faz referência ao processo de escrever, andar e crescer, respectivamente; porém, o contraste obtido quando o depictivo é IL (*pobre/rico*) ilustra o que a autora havia dito antes: se o conteúdo do *accomplishment* ou do processo puder ser abstraído como um estágio particular da existência de um indivíduo, então ele denotará um período precedido ou sucedido por um período potencialmente diferente, segundo Ardid-Gumiel (2001: 6). Isso possibilita, ainda conforme a autora, tomá-lo como um *landmark* que será responsável pelo desenvolvimento ou pela perda da propriedade *individual-level*, que é uma propriedade do tipo *rise/drop*⁶⁸. Assim, não é que Matias era pobre enquanto participante do evento de escrever seu primeiro romance: ele era pobre no período de sua vida em que ele estava escrevendo seu primeiro romance, *vide* (116b); “escrever uma canção”, em contraste, não pode ser abstraído como um estágio de existência, então não pode constituir um *landmark* em (116a), conforme Ardid-Gumiel (2001: 6). Da mesma forma, em (117b), não é que Jorge era rico como um participante do processo de crescer: era rico durante o período da vida no qual ele estava crescendo; diferentemente, em (117a), o processo de caminhar não permite a abstração como um estágio de existência (Ardid-Gumiel 2001: 6).

A partir dessas observações, a autora chega às generalizações em (118) a respeito do tipo de compatibilidade aspectual entre os predicados em uma construção depictiva (em sentido estrito).

(118) Compatibilidade aspectual em construções depictivas

- a. Um predicado depictivo adjetival [em sentido estrito] é aspectualmente compatível com o predicado verbal em uma construção depictiva se a estrutura eventiva deste último permitir que o depictivo faça referência a um (sub)evento processo ou a uma transição.

⁶⁸ As propriedades *individual-level* licenciadas em construções depictivas em sentido estrito são aquelas que Ardid-Gumiel classifica como do tipo *rise/drop* (R/D), assim denominadas as propriedades IL sobre as quais um indivíduo tem controle (como *obediente*) ou que um indivíduo pode perder ou desenvolver ao longo de sua existência (como *tímido* ou *indispensável*) (Ardid-Gumiel 2001: 4).

- b. Um depictivo IL [em sentido estrito] só pode fazer referência a uma transição, desde que o depictivo denote uma propriedade IL *rise/drop* e a transição inclua um processo causativo.
- c. Um predicado depictivo SL [em sentido estrito] pode fazer referência tanto a um (sub)evento processo quanto a uma transição.

(Ardid-Gumiel 2001: 6)⁶⁹

Com relação aos predicados verbais que denotam **estados**, a autora apresenta os exemplos em (119), que consistem em sentenças inaceitáveis independentemente de o depictivo denotar uma propriedade *stage-level* ou *individual-level* e independentemente da orientação do predicado secundário.

- (119) a. *Javi admira a los ciclistas *emocionados*_{S-L} / *sinceros*_{I-L}.
'Javi admira os ciclistas emocionado / sincero.'
- b. *Javi admira a los ciclistas *exhaustos*_{S-L} / *veloces*_{I-L}.
'Javi admira os ciclistas exaustos / velozes.'

(Ardid-Gumiel 2001: 6)

A autora argumenta que a impossibilidade de se formar uma construção depictiva (em sentido estrito) com um predicado verbal estativo é prevista em suas generalizações em (118): o depictivo precisa encontrar um evento ou subevento apropriado para fazer referência a ele (Ardid-Gumiel 2001: 6). Nesse sentido, depictivos SL podem fazer referência a um processo ou a toda uma transição, e depictivos IL só podem fazer referência a uma transição que constitui um estágio de existência precedido ou sucedido por um *turning point*; porém, a estrutura eventiva de estados consiste em um único evento que, conforme Pustejovsky (1991), é homogêneo e não apresenta mudança nem faz referência a um período inicial ou final (Ardid-Gumiel 2001: 6). Assim, a autora afirma que um depictivo (em sentido estrito) não encontra nenhuma das propriedades que ele requer na estrutura aspectual simples de um estado, na medida em que não há um processo no qual o indivíduo esteja envolvido e não há uma transição a que esse indivíduo esteja submetido (Ardid-Gumiel 2001: 6).⁷⁰

⁶⁹ No original: "Aspectual compatibility in depictive constructions a. An adjectival depictive predicate is aspectually compatible with the verbal predicate in a depictive construction if the event structure of the latter allows the depictive to make reference to either a process (sub)event or a transition. b. An I-L depictive can only make reference to a transition, provided that the depictive denotes a [rise]/drop I-L property and the transition includes a causing process. [c.] An S-L depictive can make reference to both a process (sub)event and a transition." (Ardid-Gumiel 2001: 6).

⁷⁰ O caso dos predicados verbais estativos é um tanto mais complexo, porque, como vimos, eles são aceitos no PB em construções circunstanciais do tipo *Ana acredita em assombração bêbada* ou *Ela lembra a Marilyn Monroe loira*. Além disso, Foltran (1999: 135) registra a aceitabilidade de sentenças como *Ele admira a paisagem perplexo*. Pesa, ainda, o fato de que estamos considerando estados como eventualidades que, assim como eventos propriamente ditos, também se localizam no tempo e no espaço (cf. McNally 1993, 1997). Assim, nosso intuito com esse parágrafo foi apenas mostrar a visão de Ardid-Gumiel (2001), sem nos comprometer com ela.

A análise de Ardid-Gumiel (2001), que se baseia no tipo de (sub)evento de um predicado ao qual o depictivo pode fazer referência, é interessante para nós porque guarda alguns pontos em comum com — e, de certa forma, complementa — a proposta de McNally (1993, 1997), que se baseia na inferência de persistência temporal e na ideia de que tal inferência tem que ser vencida para que um depictivo IL seja licenciado. Assim, embora não estejamos totalmente de acordo com a proposta de Ardid-Gumiel (2001) (uma vez que, por exemplo, a autora descarta depictivos circunstanciais de sua análise, diferentemente de nós), podemos absorver nesta tese algumas das ideias presentes em seu trabalho, como será argumentado a seguir.

Uma das semelhanças entre Ardid-Gumiel (2001) e McNally (1993, 1997) é o fato de esses trabalhos considerarem que o predicado verbal, em sentenças como (120) e (121), delimita um ponto de transição que marca uma mudança de propriedade, de maneira que o indivíduo passa a ter ou deixa de ter a propriedade IL a partir de determinado ponto.

- (120) After a year of working with Mother Teresa, the teenager came home generous and altruistic.
'Depois de um ano trabalhando com Madre Teresa, o adolescente voltou pra casa generoso e altruísta.'

(McNally 1997: 164)

- (121) a. Yesterday, Matt went to work nihilistic; today, he is a changed person.
'Ontem, Matt foi trabalhar niilista; hoje, ele é uma pessoa mudada.'
- b. Martha went to Europe naïve and excited and came back a jaded pseudo-intellectual.
'Marta foi pra Europa ingênua e animada e voltou uma pseudo-intelectual cínica.'

(McNally 1997: 159)

Embora McNally (1997) chegue a mencionar que predicados secundários *individual-level* ocorrem principalmente com predicados verbais classificados como *achievements* (ao menos no caso de depictivos em sentido estrito orientados para o sujeito, caso das sentenças acima), a autora não explora de que maneira essa classe aspectual se relaciona com a mudança de propriedade que o indivíduo sofre. É nesse aspecto que a análise de Ardid-Gumiel (2001) complementa a de McNally. Ao partir do pressuposto, com base em Pustejovsky (1991, 1995), de que existem dois tipos de *achievement*, a saber, os *achievements* causativos (compostos por um subevento processo e um subevento estado) e os *achievements* pontuais (compostos por dois subeventos estativos individuais), Ardid-Gumiel considera que os predicados IL em sentido estrito, quando se combinam com predicados *achievements*, só podem aparecer com os do tipo causativo, pois o depictivo IL só pode fazer referência ao *turning point* entre o processo e o estado subsequente, isto é, à transição que provoca a mudança de estado que o argumento sofre. Além disso, como dito anteriormente, nos *achievements* causativos, está implícita uma atividade responsável pelo desenvolvimento e pela posse ou perda da propriedade denotada pelo depictivo IL (cf. Ardid-

Gumiel 2001: 4). Para ilustrar este ponto, retomemos os dados em (122), com depictivos IL em sentido estrito combinados com predicados verbais que podemos classificar como *achievements* causativos, com base na discussão anterior. Vê-se que todos os predicados estão associados a um *source argument* que representa uma organização, uma instituição ou um lugar em que o argumento se envolve em uma atividade responsável por ele adquirir ou perder determinada propriedade IL.⁷¹

(122) *Achievement* causativo

- a. Ele voltou *americano*_{IL}.⁷²
- b. Ele partiu para a Europa *ingênuo*_{IL} e voltou *depravado*_{IL}.⁷³
- c. O vestido foi pra máquina de lavar *vermelho*_{IL} e voltou *rosa*_{IL}.
- d. Rita retornou do salão *ruiva*_{IL}.
- e. Mário saiu da UnB *engenheiro agrônomo*_{IL}.
- f. Pedro voltou da reunião *um militante de carteirinha*_{IL}.
- g. Ana mandou seu filho para a escola *imaturo*_{IL}, mas ele saiu de lá *um menino obediente*_{IL}.
- h. Ele chegou do Sul *gordo*_{IL}.
- i. C.S. Lewis entrou nessa conversa *um ateu*_{IL} e saiu *um teísta*_{IL}.
- j. O cientista Francis Collins entrou *ateu*_{IL} no projeto.

Em (122a), não há um *source argument* explícito, mas podemos inferir que ele voltou *de algum lugar* (provavelmente, dos Estados Unidos), onde o indivíduo se envolveu em alguma atividade responsável por ele adquirir a propriedade IL *americano*. Os demais dados em (122) apresentam explicitamente o argumento associado à mudança de propriedade: a *Europa*, a *máquina de lavar*, o *salão*, a *UnB*, a *reunião*, a *escola*, o *Sul*, a *conversa* e o *projeto*. Nos exemplos do inglês em (120) e (121), esses elementos também podem ser identificados: em (120), o local para onde o adolescente se deslocou para trabalhar com Madre Teresa ou a viagem em si (elemento implícito); em (121a), o *trabalho*; em (121b), a *Europa*.

Com a análise de Ardid-Gumiel, torna-se possível explicar, em termos da estrutura eventiva do predicado verbal, a intuição de McNally (1993) de que, nas construções depictivas (em sentido estrito) com predicado IL, o predicado principal marca uma fronteira significativa para o início ou o fim do intervalo durante o qual vigora o predicado IL. No que se refere aos *achievements* causativos, esses predicados conseguem delimitar essa fronteira porque eles, por natureza, expressam uma transição entre um subevento processo (causativo) e um subevento estado, de maneira que o depictivo IL faz referência ao *turning point* em si, e não ao subevento processo, e ainda está implicada nessas estruturas a atividade que causou a mudança de comportamento no indivíduo. Como o predicado depictivo IL não faz referência ao subevento processo, mas à transição como um todo, o resultado disso é que o indivíduo passa a adquirir ou deixa de ter, em

⁷¹ É importante ressaltar, todavia, que certos verbos que não se compõem com um *source argument* também admitem a combinação com um predicado depictivo IL, como se vê na sentença *Ele dormiu pobre (e acordou rico)*. Agradecemos a Marcus Linguinho (c.p.) por essa observação.

⁷² Dado de Foltran (1999: 42).

⁷³ Dado de Foltran (1999: 42).

determinado ponto, uma propriedade IL. Com isso, obtém-se a implicatura, identificada por McNally (1993), de que o evento expresso pelo predicado da oração matriz marca uma fronteira (um limite) relevante para a mudança de propriedade. A análise de Ardid-Gumiel também tem como consequência a interpretação de que a propriedade IL expressa pelo depictivo não é *unbounded* em direção ao passado ou ao futuro nessas sentenças: como essa propriedade deixou de ser aplicada ou foi adquirida em determinado ponto, ela necessariamente tem um fim ou um começo definido. Assim, duas das observações de McNally — a ideia de que o predicado principal delimita uma fronteira para a mudança de propriedade e a ideia de que a inferência de persistência temporal (em direção ao passado e ao futuro) associada ao predicado IL é vencida nessas construções, porque o predicado se torna *bounded* em uma das pontas — são consequências naturais da proposta de Ardid-Gumiel (2001) para as construções depictivas em sentido estrito com *achievements* causativos. A proposta de Ardid-Gumiel (2001), portanto, dá um lastro semântico/aspectual às considerações de natureza pragmática de McNally (1993) a respeito desse tipo de sentença.

Quanto aos predicados depictivos *stage-level*, estes também podem se combinar sem problemas com *achievements* causativos no PB, assim como no espanhol, conforme ilustrado em (123). Nesses casos, de acordo com Ardid-Gumiel (2001), o depictivo pode fazer referência tanto ao subevento processo quanto à transição denotada pelo verbo.

(123) *Achievement* causativo

- a. Ele voltou *doente*_{SL}.
- b. Ele partiu para a Europa *cansado*_{SL} e voltou *disposto*_{SL}.
- c. O vestido foi pra máquina de lavar *seco*_{SL} e voltou *molhado*_{SL}.
- d. Rita retornou do salão *irritada*_{SL}.
- e. Mário saiu da UnB *exausto*_{SL}.
- f. Pedro voltou da reunião *cheio de ideias*_{SL}.

A respeito de predicados *achievements* pontuais, *accomplishments* e processos, o português brasileiro parece se comportar de forma parecida com o espanhol em exemplos semelhantes aos de Ardid-Gumiel (2001) — vide (124) a (126).

(124) *Achievement* pontual

- a. #Maria percebeu o duplo sentido *nervosa*_{SL} / *inteligente*_{IL}.
- b. #Maria reconheceu o carro *molhado*_{SL} / *luxuoso*_{IL}.⁷⁴

(125) *Accomplishment*

- a. João escreveu uma canção *animado*_{SL} / #*pobre*_{IL}.
- b. Maria escreveu seu primeiro romance *animada*_{SL} / *pobre*_{IL}.

⁷⁴ Foltran (1999: 149) apresenta um dado semelhante com predicado verbal *achievement* e depictivo orientado para o objeto, que a autora marca com interrogação: ?*Ele reconheceu o ladrão bêbado*.

(126) Processo

- a. João caminhava *feliz*_{SL} / *#rico*_{IL}.
- b. João cresceu *doente*_{SL} / *rico*_{IL}.

A hipótese de Ardid-Gumiel (2001) com relação a dados como (124), com *achievement* pontual, é que esse tipo de predicado verbal não apresenta um processo causativo; ele é composto por dois subeventos estativos individuais, um imediatamente seguido do outro. Seguindo o raciocínio da autora, podemos considerar que, em (124), o depictivo SL não é licenciado porque não existe um subevento processo ao qual esse predicado possa fazer referência, e também não há uma atividade implicada que possa fazer surgir a aquisição da propriedade, seja ela SL ou IL (Ardid-Gumiel 2001: 5), o que torna esse tipo de predicado verbal aspectualmente incompatível tanto com predicados IL quanto com predicados SL.

Em relação aos predicados do tipo *accomplishment* e processo em (125) e (126), a previsão é que depictivos SL sejam sempre licenciados nessa configuração, se seguirmos a análise de Ardid-Gumiel, já que eles apresentam um processo ao qual o depictivo pode fazer referência. Por outro lado, os depictivos IL só serão licenciados com esse tipo de predicado quando, segundo Ardid-Gumiel (2001: 6), o conteúdo do predicado verbal puder ser abstraído como um estágio particular da existência de um indivíduo, de modo que ele denote um período precedido ou sucedido por outro período potencialmente diferente. Nota-se que é justamente esse o ponto que distingue (125a) de (125b), conforme a análise da autora: apesar de ambos os dados apresentarem o verbo *escrever*, apenas de (125b) é que se pode abstrair um “estágio particular da existência de um indivíduo”.⁷⁵

Essas observações gerais sobre o comportamento de predicados *stage-level* e *individual-level* em construções depictivas em sentido estrito nos permitem tirar algumas conclusões sobre o tipo de compatibilidade aspectual que deve existir nesse tipo de sentença. Queremos ressaltar, porém, que a questão da interação do depictivo com o predicado primário no PB no que se refere à *Aktionsart* é um assunto muito mais complexo, que demandaria um estudo mais aprofundado de nossa parte. O leitor pode encontrar em Foltran (1999: cap. 4-6), por exemplo, um trabalho bem mais detalhado a esse respeito. Em todo caso, acreditamos que a discussão que fizemos a partir de Ardid-Gumiel (2001) pode contribuir para o debate por jogar luz sobre uma construção que não é discutida por Foltran sob o prisma da classe aspectual, a saber, a construção depictiva em sentido estrito com predicado IL (a exemplo de *Ele voltou americano*)⁷⁶.

⁷⁵ Contrariamente ao que deveria ser esperado a partir da argumentação de Ardid-Gumiel (2001), é possível construir dados como (i) no PB, apontado por Paulo Medeiros (c.p.).

(i) João escreveu aquela canção pobre, mas escreveu essa canção rico.

Mas talvez uma sentença como essa seja possível porque ela delimita dois estágios na vida do indivíduo (um no qual ele era pobre e outro em que ele era rico), o que estaria, em certo sentido, em conformidade com a observação de Ardid-Gumiel (2001).

⁷⁶ Para esclarecer: estamos cientes de que Foltran (1999) aborda sentenças do tipo *Ele voltou americano* ou *Ele partiu para a Europa ingênuo e voltou depravado* (esses próprios dados são seus), porém a autora não considera a classe aspectual do predicado primário da forma como estamos considerando nesta seção. As considerações de Foltran (1999)

Dito isso, enunciaremos em (127) mais um requisito semântico, adaptado de Ardid-Gumiel (2001), para as construções depictivas; no caso, estamos nos referindo apenas àquelas em que o predicado secundário é um depictivo em sentido estrito.

(127) **Requisito da compatibilidade aspectual (depictivos em sentido estrito)**

- a. A estrutura eventiva do predicado primário deve permitir que o depictivo faça referência a um (sub)evento processo ou a uma transição.
- b. Um depictivo IL em sentido estrito só pode fazer referência a uma transição, a qual deve incluir um processo causativo.
- c. Um depictivo SL em sentido estrito pode fazer referência tanto a um (sub)evento processo quanto a uma transição.

As construções depictivas circunstanciais, como (128), são um caso a ser estudado à parte, já que, nessas sentenças, a eventualidade estativa vigora durante todo o tempo em que vigora a propriedade denotada pelo depictivo.

- (128)
- a. Ana acredita em assombração *bêbada*.
 - b. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe *loira*_i.
 - c. A Xuxa é linda *morena*.

Estudos futuros devem ser empreendidos no sentido de identificar o requisito de compatibilidade aspectual que se aplica a esses casos.

4 Requisito da pertinência

Até o momento, listamos três condições semânticas que as construções depictivas no PB precisam atender para serem licenciadas: (i) o requisito da coincidência temporal, referente à ideia de que deve haver um intervalo em que a eventualidade denotada pelo predicado primário e a eventualidade denotada pelo predicado secundário coincidam; (ii) o requisito da predicação com leitura *stage-level*, relativo à noção de que ao menos uma das predicações deve veicular uma interpretação *stage-level*, ainda que esta seja obtida por coerção de um predicado *individual-level*; e (iii) o requisito da compatibilidade aspectual, o qual enuncia que a estrutura eventiva do predicado principal deve permitir que um depictivo em sentido estrito faça referência a um (sub)evento processo ou a uma transição. Abordamos, ainda, um requisito pragmático, que consiste na hipótese de que a condição de simultaneidade imposta sobre o estado de coisas descrito pelo predicado primário e o descrito pelo depictivo não pode ser trivialmente cumprida (o que é feito, quando há um predicado IL, vencendo-se a inferência de persistência temporal

a esse respeito levam em conta sobretudo a proposta de McNally (1997); além disso, relembramos que a autora considera que, nessas sentenças, o depictivo é um predicado IL que apresenta uma interpretação SL, o que diverge do nosso entendimento.

unbounded em relação ao passado e ao futuro associada a ele), com exceção dos casos em que a infelicidade da justaposição é explorada para efeitos conversacionais.

Existem, no entanto, sentenças que atendem a todas essas condições, mas, ainda assim, são inaceitáveis ou, no mínimo, estranhas. Vamos observar o contraste entre os seguintes conjuntos de sentenças, para ilustrar esse ponto.

- (129) a. Ele tomou a água gelada.
Leitura: A água estava gelada quando ele a tomou.
- b. Ele comprou a água cara (mas ela ficou barata logo em seguida).
Leitura: A água estava cara quando ele a comprou.
- c. #Ele tomou a água cara (mas ela ficou barata logo em seguida).
Leitura pretendida: A água estava cara quando ele a tomou.
- (130) a. Ana acredita em assombração bêbada.
Leitura: Quando está bêbada, Ana acredita em assombração.
- b. Ana é linda loira.
Leitura: Quando está loira, Ana é linda.
- c. #Ana acredita em assombração loira.
Leitura pretendida: Quando está loira, Ana acredita em assombração.

Em princípio, as frases em (129c) e (130c) deveriam ser plenamente aceitáveis, por obedecerem aos requisitos que listamos. Os depictivos nessas frases expressam uma eventualidade que coincide temporalmente com a eventualidade do predicado primário, então cumprem o requisito (i). Esses depictivos veiculam uma leitura *stage-level*, mesmo que esta seja obtida por coerção, o que cumpre o requisito (ii). No caso de (129), a estrutura eventiva de *tomou* permite que um depictivo *stage-level* faça referência ao evento de forma apropriada (vide a aceitabilidade de (129a)), então não é isso que proíbe a combinação com o depictivo *caro* em (129c), que também tem leitura *stage-level*, cumprindo-se o requisito (iii). O requisito pragmático também é atendido por essas construções: a condição de simultaneidade entre as eventualidades não é trivialmente cumprida porque conseguimos vencer a inferência *default* associada aos predicados IL nessas sentenças, já que todos vigoram temporariamente ou são entendidos como estágios. O problema também não reside nos predicados em si: (129a) mostra que *tomar* pode aparecer sem problemas como predicado primário numa construção depictiva, e (129b) mostra que *cara* pode tranquilamente ser um predicado depictivo; da mesma forma, (130a) mostra que *acreditar em assombração* pode ser o predicado primário em uma construção depictiva circunstancial, e (130b) revela que *loira* pode ser um depictivo circunstancial. As sentenças em (129c) e (130c), portanto, não deveriam ser estranhas — mas são.

Os dados em (129) e (130) nos levam a crer que aquilo que causa o estranhamento das sentenças é a combinação do predicado primário com o predicado secundário: parece que *ser caro* não é algo relevante para o evento de *tomar água*, assim como *ser loira* não é relevante para o estado mental denotado por *acreditar em assombração*. No caso da construção circunstancial em (130), essa relação entre os predicados é esperada, porque, como discutimos neste capítulo, a eventualidade denotada pelo depictivo circunstancial é concebida como a causa ou condição para a ocorrência da eventualidade. Assim, a sentença (130a) (*Ana acredita em assombração bêbada*) é boa porque *bêbada* é uma propriedade capaz de alterar o estado mental do indivíduo, fazendo-o acreditar em assombração, por exemplo; no entanto, *loira* não é uma propriedade que se relaciona com o estado mental de uma pessoa, o que justifica o estranhamento causado por (130c). A conexão entre os predicados é, portanto, algo esperado nas construções circunstanciais como (130).

No entanto, no que se refere às construções depictivas em sentido estrito como (129), nenhuma conexão de sentido entre os depictivos era de se esperar. Afinal, depictivos não são selecionados pelo predicado primário: isso é comprovado pelo fato de ser possível excluir o predicado secundário sem que isso modifique a relação estrutural entre os demais constituintes nem prejudique a boa formação da sentença (Schultze-Berndt & Himmelmann 2004; Foltran 1999), como mostrado em (131).

- (131) a. Ele tomou a água gelada.
b. Ele tomou a água.

Além disso, as exigências de s-seleção de um predicado, que nos levaram a descartar sentenças como (132), dizem respeito à relação entre um predicado e seu argumento, e não entre os dois predicados na construção depictiva.

- (132) #A carta leu o João cansado.

Ainda assim, parece haver algum tipo de “seleção” entre os dois predicados que compõem uma construção depictiva, no sentido de que a eventualidade denotada por um deve ter alguma pertinência para a eventualidade denotada pelo outro, o que explicaria a diferença de aceitabilidade entre (129a) (*Ele tomou a água gelada*) e (129c) (*#Ele tomou a água cara*). Quando falamos sobre o ato de tomar água, parece mais relevante destacar alguma propriedade da água que tenha relação com o ato de ingerir, notadamente as características que serão percebidas pelos sentidos durante o evento, como *gelada*, *fria*, *fervendo* e *quente*. O preço da água, diferentemente, não é uma característica pertinente à ação envolvida no evento de tomá-la, por isso *cara* ou *barata* não seriam adjetivos esperados para coocorrerem com *tomar a água*.

Essa aparente relação de pertinência entre os predicados em construções depictivas como (129) não é um assunto muito explorado na literatura sobre predicação secundária, e os poucos textos

que tratam disso não estão de acordo quanto à natureza dessa relação — isto é, se esse é um requisito semântico ou meramente pragmático. Vamos abordar brevemente alguns desses trabalhos.

No caso do português brasileiro, Foltran (1999) menciona os seguintes dados, que parecem ilustrar a inexistência do tipo de relação de que estamos tratando.⁷⁷

- (133) a. #Ele chutou o muro molhado.
b. #Ele salvou as baleias marcadas para morrer.
c. #Ele perseguiu o preso ansioso pela liberdade.

(Foltran 1999: 166, 176)

Foltran (1999: 166, 167 e 176) afirma que analisar os dados em (133) considerando apenas o tipo de propriedade que os predicados expressam — se *stage-level* ou *individual-level* — não explicaria a dificuldade em interpretar essas sentenças, uma vez que os predicados são *stage-level* nessas estruturas, o que não deveria ser um problema para seu licenciamento, já que essa é uma construção típica de predicado depictivo.

Mas Foltran (1999: 166) também observa que palavras como *ainda* ou *já* tornam essas construções mais aceitáveis, como mostrado em (134).

- (134) Ele chutou o muro ainda molhado.

(Foltran 1999: 166)

A autora conclui que a conexão entre os predicados não é possível em (133), e que a única explicação que parece viável é a de que isso se deve a razões pragmáticas. Essa hipótese, no entanto, não chega a ser desenvolvida em seu trabalho.

Farrell (2017) também menciona brevemente a questão da saliência (pertinência) do predicado secundário com relação ao evento denotado pelo predicado primário como uma possível explicação para o contraste entre os seguintes dados do inglês.

- (135) a. John played the guitar_i untuned//??tuned_i.
'John tocou o violão_i desafinado//afinado_i.'
b. John played the guitar_i tuned_i for a change.
'John tocou o violão_i afinado_i, para variar.'

(Farrell 2017: 45)

⁷⁷ Lembramos que *molhado*, *marcadas para morrer* e *ansioso pela liberdade* são depictivos, portanto devem ser lidos na leitura predicativa, e não na atributiva.

Farrell (2017: 45) afirma que a inaceitabilidade do predicado secundário *tuned* ('afinado') em (135a), em contraste com *untuned* ('desafinado'), pode ser atribuída parcialmente a efeitos pragmáticos, uma vez que *afinado* é o estado esperado de um violão enquanto participante do evento de *tocar*. Mas o dado em (135b) revela, segundo o autor, que *tuned* passa a ser aceitável como depictivo quando se acrescenta à frase uma informação que indica que algo se afasta do normal (i.e., *afinado, para variar* implica que o violão normalmente é desafinado, mas não está no momento); nesse sentido, conforme afirma Farrell (2017: 45), a melhoria na aceitabilidade da sentença pode ser atribuída ao aumento da pertinência do estado de afinação do violão, uma vez que isso é interpretado como mais saliente, de alguma forma. O autor reconhece que essa é uma via de explicação possível, mas não se compromete com ela em seu trabalho.

Outro trabalho que menciona esse tipo de relação entre o predicado primário e o predicado secundário é Bosque (2022), que aborda o espanhol. Entre os textos que citamos nesta subseção, esse é o que mais se detém nessa relação, por isso vale a pena repassar algumas das ideias do autor. Bosque (2022: 103) argumenta que generalizações sobre as construções de predicação secundária com base em informação aspectual (notadamente a distinção SL/IL) são apressadas porque fazem previsões incorretas: ao contrário do que se deveria esperar, nem todo adjetivo ou participio *stage-level* pode figurar como predicado depictivo. O autor afirma que esses elementos podem ou não aparecer na sentença a depender das propriedades semânticas do predicado principal, como mostra o seguinte contraste.

- (136) a. El apartamento estaba {barato / disponible}.
'O apartamento estava {barato / disponível}.'
- b. Alquilé {barato / *disponible} el apartamento.
'Aluguei {barato / *disponível} o apartamento.'

(Bosque 2022: 103)

Segundo Bosque (2022: 103), as análises contemporâneas de predicação secundária não dão conta do contraste em (136), principalmente porque muitas delas omitem o papel semântico do predicado principal na predicação secundária, bem como a relação semântica que se estabelece entre os dois predicados envolvidos. O autor afirma que *disponible* é um predicado *stage-level*, visto que rejeita o auxiliar *ser*, assim como *barato*, conforme mostrado em (136a), e que esses predicados são, de fato, depictivos⁷⁸ em (136b), visto que as paráfrases típicas de construções depictivas se aplicam a essas sentenças (*Quando estava...*, *No estado de / Estando...*). Isso permite concluir, ainda conforme Bosque (2022: 104), que *disponible* não constitui um *adequate event-related state*

⁷⁸ No caso do PB, em uma sentença como *Aluguei barato o apartamento*, o estatuto de *barato* como adjetivo poderia ser questionado, já que seria possível considerar esse item um advérbio ou um adjetivo com uso adverbial que modifica o verbo, por exemplo (quanto a essa discussão, ver Lobato 2008). Como isso tem relação com a forma desse termo (no masculino singular), que é ambígua entre uma interpretação predicativa ou adverbial, uma maneira de garantir a leitura predicativa seria flexionar a palavra no feminino ou plural — *Aluguei baratas as casas*, que significa *As casas estavam baratas quando eu as aluguei*.

(ERS, ‘estado relacionado-ao-evento adequado’) para o verbo *alquilar* (‘alugar’) em (136b). Outros exemplos da pertinência dos ERSs são apresentados pelo autor com os seguintes exemplos.⁷⁹

- (137) a. La carne está {cruda / cara}.
 ‘A carne está {crua / cara}.’
- b. Compró {cruda / cara} la carne.
 ‘Comprou {crua / cara} a carne.’
- c. Comió {cruda / *cara} la carne.
 ‘Comeu {crua / *cara} a carne.’

(Bosque 2022: 104)

Bosque (2022: 105) afirma que, em (137c), não falamos sobre “um certo estado da carne”, mas de “um certo estado da carne com relação ao evento de comê-la”, em oposição a outras situações possíveis. Conforme o autor, isso mostra, novamente, que estados SL introduzidos pelo predicado secundário são ERSs, e que não podemos evitar a tarefa de relacionar adequadamente esses estados aos eventos aos quais eles estão ligados. Observa-se que o contraste em (137) é do mesmo tipo que aquele que identificamos entre as sentenças em (129) do PB, repetidas abaixo.

- (138) a. Ele tomou a água gelada.
 b. #Ele tomou a água cara.⁸⁰

Podemos, assim, em uma tentativa inicial de explicação desse fenômeno, argumentar que *cara*, em (138b), não é licenciado porque não constitui um ERS para *tomou*, nos termos de Bosque (2022), isto é, não denota um estado pertinente ao evento denotado pela oração matriz.

A fim de definir a natureza dessa restrição sobre ERSs, mais especificamente, se estamos lidando com um requisito de natureza pragmática ou semântica, Bosque (2022) apresenta uma série de argumentos para ambas as posições, mas opta por uma solução semântica em seu trabalho. Um dos argumentos que o autor apresenta a favor de uma explicação de natureza semântica (e, especificamente, lexical) vem do fato de que *barato* ou *caro* selecionam um conjunto de predicados que denotam ação de compra ou venda (Bosque 2022: 110-111). O autor afirma que, de uma forma semelhante à restrição que um advérbio de modo opera sobre um evento, predicados secundários restringem o predicado principal que eles modificam; nesse sentido, um adjetivo como *intacto*, no espanhol, é esperado como predicado secundário de verbos principais como *dejar* (‘deixar’), *conservar*, *mantener* (‘manter’) ou *devolver*, mas não com *manipular*, *leer* ou *remendar* (Bosque

⁷⁹ Em nota, Bosque (2022: 107-108) afirma que processos de coerção podem afetar o licenciamento de ERSs: por exemplo, se interpretarmos *comer* como *comprar para consumo*, seria possível aceitar *barato* ou *caro* como predicados secundários para esse verbo, o que explicaria a aceitabilidade da sentença *En aquella época se comía cara la carne por la terrible escasez de alimentos* (‘Naquela época, se comia cara a carne devido à terrível escassez de alimentos’). No caso de (137c), a sentença é inaceitável com *cara* assumindo-se que não ocorra esse tipo de coerção.

⁸⁰ Curiosamente, a paráfrase de (138b) com *quando* é aceitável, como apontado por Marcos Carreira (c.p.): *Quando ele tomou a água, ela estava cara*.

2022: 111). Por outro lado, espera-se que o predicado secundário *perplejo* ('perplexo') coocorra com *quedar(se)*, *dejar*, *asistir*, *mirar*, *escuchar*, *presenciar* ou *sentirse*, mas não com muitos outros predicados primários, conforme o autor (Bosque 2022: 111).

O autor afirma que essas restrições são esperadas se o significado do predicado primário for um fator essencial no processo de se escolher o predicado secundário, mas inesperadas caso contrário (Bosque 2022: 111). Nesse sentido, ainda segundo o autor, a predicação secundária depictiva apresenta um processo de dupla seleção semelhante ao de adjuntos adverbiais: por um lado, adjuntos são indiretamente selecionados pelas propriedades aspectuais do predicado principal, a exemplo de incompatibilidades do tipo **know slowly*; por outro lado, adjuntos restringem fortemente o verbo principal do qual predicam, como mostram os advérbios de modo em *-ly / -mente* (Bosque 2022: 111).⁸¹ Porém, o autor afirma que as restrições que os predicados secundários e os adjuntos adverbiais exibem com relação ao predicado principal em uma oração não podem ser explicadas unicamente com base em classificações aspectuais, isto é, com base no tipo de evento denotado pelo predicado verbal; em ambos os casos, é necessário definir paradigmas restritivos mais refinados em termos semânticos, pois uma simples classificação em termos aspectuais (ou *Aktionsart*) não dá conta de explicar essas restrições (Bosque 2022: 112-114).

O autor apresenta um argumento interessante de como análises baseadas em variáveis aspectuais não são suficientes para explicar o tipo de restrição semântica de que ele está tratando. Vejamos os dados que o autor apresenta em (139), que contêm lacunas a serem preenchidas com possíveis predicados secundários:

- (139) a. Mis primos vivían ____ en esta casa.
'Meus primos viviam ____ nesta casa.'
- b. El preso escapó ____ de la cárcel.
'O preso escapou ____ da prisão.'
- c. María se levantó de la mesa completamente ____.
'Maria se levantou da mesa completamente ____.'

(Bosque 2022: 115)

Bosque (2022: 115) afirma que existe uma série de adjetivos SL que não são esperados em (139a), como *calvos*, *fuertes* etc.: esses predicados secundários não fornecem o ERS exigido em (139a), porque não levam em consideração o significado do predicado principal. No entanto, análises que consideram apenas o aspecto — notadamente, a distinção SL/IL — não conseguem explicar por que adjetivos como esses não podem aparecer em (139a).

⁸¹ A respeito do paralelo entre depictivos e advérbios em uma perspectiva tipológica, ver Schultze-Berndt & Himmelmann (2004).

De acordo com Bosque (2022: 115), as noções semânticas às quais pertencem os predicados SL apropriados para ocorrer em (139a) (*Mis primos vivían ____ en esta casa*) são restritas e escassas, sendo crucialmente relacionadas ao sentido do verbo *vivir* ('viver'). Essas noções, segundo o autor, incluem contiguidade, proximidade ou coexistência de indivíduos que coabitam, seja isso avaliado de forma positiva ou negativa (*juntos, solos, hacinados, aislados, incomunicados, agrupados, separados, acompañados, enemistados, enfrentados*), sua visibilidade ou presença (*ocultos, escondidos, encerrados, confinados, ignorados*) e seu bem-estar pessoal (*felices, contentos, satisfechos, despreocupados, engañados, amargados, marginados, abandonados, sometidos, explotados, oprimidos, enjaulados, acosados, asustados*) (Bosque 2022: 115-116). O autor conclui que, de um grande conjunto de adjetivos *stage-level* que podem ser predicados de humanos, extraímos esses paradigmas restritivos, em cuja elaboração o verbo principal *vivir* desempenha um papel crucial (Bosque 2022: 116). O autor reconhece que uma análise nessas linhas não é tão elegante quanto aquelas que tentam explicar os paradigmas de predicados secundários possíveis com base em um único traço aspectual; contudo, defende que sua análise é mais restritiva, precisa e explicativa que essas outras abordagens (Bosque 2022: 116).

Em nosso entendimento, a análise de Bosque (2022) parece estar no caminho correto, mas não queremos nos apressar em adotá-la integralmente ou explorá-la a fundo neste trabalho. O que queremos aproveitar do trabalho do autor é apenas essa noção de que o predicado secundário, em uma construção depictiva, precisa ser adequadamente relacionado à eventualidade denotada pela predicação principal, o que constitui o último requisito que uma construção depictiva precisa atender. Com base no exposto, podemos formulá-lo da seguinte maneira.

(140) **Requisito da pertinência**

A eventualidade denotada pelo predicado secundário deve ser pertinente (relevante) para a eventualidade denotada pelo predicado primário.

Essa condição, repetimos, é importante por explicar o contraste, no PB, entre *Ele tomou a água gelada* e *#Ele tomou a água cara*: o adjetivo *cara* não é licenciado por não ser relevante (saliente) para a eventualidade denotada pelo predicado primário, pois o significado de *cara* não tem a relação apropriada com o significado de *tomar (água)*. Considerando a abordagem de Bosque (2022), podemos dizer, de modo mais específico, que as noções semânticas que formam o(s) paradigma(s) restrito(s) de predicados secundários que podem ocorrer em *#Ele tomou a água ____* devem levar em conta o significado de *tomar (água)*, o que inclui as características percebidas pelo sentido nesse evento (*gelada, fria, fervendo* etc.), mas não o preço/valor da bebida em questão.

Com base nas considerações de Foltran (1999) e Farrell (2017), queremos também afirmar que outros elementos na frase podem contribuir para aumentar o grau de pertinência do predicado secundário, a exemplo de *ainda* e *já* no PB, como notado por Foltran (1999: 166) com o contraste em: *#Ele chutou o muro molhado / Ele chutou o muro ainda molhado*.

Passos interessantes, para pesquisas futuras, incluem definir o conceito de “pertinente” em (140) com mais precisão, além de ampliar o conjunto de dados do português brasileiro que ilustram o fenômeno aqui discutido. Ademais, seria útil investigar outros fatores que, a exemplo da coerção (Bosque 2022: nt. 6) e da presença de palavras como *ainda* e *já*, melhoram a pertinência do depictivo. Também seria proveitoso discutir se estamos falando de um fenômeno eminentemente semântico ou se ele se localiza na interface semântica/pragmática. Por fim, para análises que, como a desta tese, defendem que o depictivo se realiza em adjunção, é importante explicar em que medida a proximidade semântica esperada entre o predicado primário e o predicado secundário não os qualifica como um predicado complexo (<*comprar caro*>, <*vender barato*>, <*tomar gelado*>). Não temos condição de nos debruçar sobre isso no momento.

5 Conclusão

Neste capítulo, objetivamos responder à última questão desta tese: (ii) Que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB? A partir de discussões já presentes na literatura (Foltran 1999, Rothstein 2004b; McNally 1993, 1997; Ardid-Gumiel 2001; Bosque 2022; entre outros), listamos as seguintes condições de natureza semântica e pragmática que as construções de predicação secundária precisam atender a fim de serem licenciadas.

(141) Requisitos semânticos e pragmáticos sobre construções depictivas

a. Requisito da coincidência temporal

A eventualidade codificada pelo predicado primário e a eventualidade codificada pelo predicado secundário devem coincidir em determinado intervalo de tempo.

b. Requisito pragmático⁸²

Um predicado secundário é licenciado quando:

- (i) a condição de simultaneidade imposta sobre o estado de coisas descrito pelo predicado primário e o estado de coisas descrito pelo predicado secundário não é trivialmente cumprida, vencendo-se a inferência de persistência temporal associada ao predicado *individual-level*, o que resulta em uma justaposição feliz de predicados; ou
- (ii) a inferência de persistência temporal associada a um predicado IL não é vencida e a justaposição dos predicados é infeliz, mas a infelicidade da justaposição é explorada para efeitos conversacionais.

c. Requisito da predicação com leitura *stage-level*

Pelo menos uma das predicações que compõem a construção depictiva deve veicular uma leitura *stage-level*, ainda que esta interpretação seja obtida por meio da coerção de um predicado *individual-level* para uma leitura *stage-level*.

⁸² Adaptado de McNally (1993).

d. **Requisito da compatibilidade aspectual (depictivos em sentido estrito)**⁸³

- (i) A estrutura eventiva do predicado primário deve permitir que o depictivo faça referência a um (sub)evento processo ou a uma transição.
- (ii) Um depictivo IL em sentido estrito só pode fazer referência a uma transição, a qual deve incluir um processo causativo.
- (iii) Um depictivo SL em sentido estrito pode fazer referência tanto a um (sub)evento processo quanto a uma transição.

e. **Requisito da pertinência**

A eventualidade denotada pelo predicado secundário deve ser pertinente (relevante) para a eventualidade denotada pelo predicado primário.

Cada uma das seções deste capítulo se voltou a detalhar um ou mais requisitos e a mostrar como um predicado que não atenda a essas condições não pode ser licenciado como depictivo.

Um dos pontos mais importantes deste capítulo foi a sistematização do inventário de possíveis construções depictivas no PB, considerando-se a natureza SL ou IL do predicado primário e do predicado secundário. As possíveis combinações estão resumidas e exemplificadas em (142), em que “IL^c” significa que o predicado IL sofre coerção para uma leitura SL na situação em questão.

- | | | |
|----------|--|------------------------------|
| (142) a. | SL + SL | DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO |
| | <i>Thiago Silva jogou a partida lesionado.</i> | |
| | <i>Maria dirigiu o carro bêbada.</i> | |
| b. | SL + IL | DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO |
| | <i>Robert Prevost saiu do conclave um papa.</i> | |
| | <i>Os adolescentes voltaram para casa generosos.</i> | |
| c. | IL^c + SL | DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL |
| | <i>Ana acredita em assombração bêbada.</i> | |
| | <i>Brigadeiro é melhor quente.</i> | |
| d. | IL^c + IL^c | DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL |
| | <i>A Madonna; lembra a Marilyn Monroe loira.</i> | |
| | <i>A Xuxa é linda morena.</i> | |

Com relação a essas combinações, vimos que, quando o predicado secundário é um depictivo em sentido estrito, a eventualidade denotada pelo predicado primário fica na oração introduzida por *quando* na paráfrase, como mostrado em (143).

⁸³ Adaptado de Ardid-Gumiel (2001).

(143) Paráfrases para depictivos em sentido estrito

a. **SL + SL**

Thiago Silva estava lesionado [quando jogou a partida].

Maria estava bêbada [quando dirigiu o carro].

b. **SL + IL**

Robert Prevost era um papa [quando saiu do conclave].

Os adolescentes eram generosos [quando voltaram para casa].

Quando se trata de depictivo circunstancial, a eventualidade denotada pelo predicado secundário é que fica na oração introduzida por *quando* na paráfrase:

(144) Paráfrases para depictivos circunstanciais

a. **IL^c + SL**

Ana acredita em assombração [quando está bêbada].

Brigadeiro é melhor [quando está quente].

b. **IL^c + IL^c**

A Madonna; lembra a Marilyn Monroe [quando está loira].

A Xuxa é linda [quando está morena].

Com base em uma modificação da proposta de Irimia & Rapoport (2021), argumentamos que a eventualidade denotada pelo predicado primário e a eventualidade denotada pelo predicado secundário estabelecem entre si uma relação de ancoragem, de modo que uma atua como âncora para a outra, isto é, especifica as coordenadas de tempo/lugar em que a outra ocorre, de modo a coincidirem temporalmente.

Nas construções depictivas em sentido estrito, a eventualidade denotada pelo predicado primário funciona como âncora para a do predicado secundário. Isso gera a interpretação geral de que “É verdade, para o tempo/lugar em que a eventualidade denotada pelo predicado primário vigora, que a eventualidade denotada pelo predicado secundário vigora” — por exemplo: “É verdade, para o tempo/lugar em que *Thiago Silva jogou a partida*, que *ele estava lesionado*” / “É verdade, para o tempo/lugar em que *Robert Prevost saiu do conclave*, que *ele era um papa*”.

Nas construções depictivas circunstanciais, é o predicado secundário que age como âncora para o primário, especificando a circunstância em que este vigora, em uma relação que ultrapassa a mera coincidência temporal, descrita por alguns autores como uma relação de causa/condição (cf. Foltran 1999). A interpretação geral que essas construções têm é a de que “É verdade, para o tempo/lugar em que o predicado secundário vigora, que a eventualidade denotada pelo predicado primário vigora” — por exemplo: “É verdade, para todo tempo/lugar em que *Ana está bêbada*, que *ela acredita em assombração*” / “É verdade, para todo tempo/lugar em que *Madonna está loira*, que *ela lembra a Marilyn Monroe*”.

O próximo capítulo apresenta a conclusão deste trabalho e traz algumas questões que permanecem em aberto a partir da discussão que fizemos neste capítulo e nos anteriores.

Conclusão

Nesta tese, estudamos características sintáticas, semânticas e pragmáticas das construções de predicação secundária depictiva, tomando como ponto de partida a discussão que fizemos em nossa dissertação, Ferreira (2017). O resumo deste trabalho foi apresentado no **Capítulo 1** desta tese. A partir disso, elaboramos as seguintes perguntas de pesquisa, que guiaram este trabalho:

(1) QUESTÕES DE INTERFACE: PERGUNTAS DESTA TESE

- (i) Existem predicados depictivos do tipo *individual-level* no português brasileiro?
- (ii) Como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto proposta em Ferreira (2017)?
- (iii) Que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB?

A pergunta em (1i) foi abordada no **Capítulo 2**. Trata-se de uma questão relevante porque existe o entendimento na literatura (Rapoport 1991 *apud* McNally 1993; Foltran 1999, 2002) de que um depictivo deve expressar uma propriedade *stage-level* (Carlson 1977), como os adjetivos em (2a) e (3a). Essas sentenças admitem a paráfrase com *quando* e com *estar* (*vide* (2b) e (3b)), o que reforça a interpretação de que o depictivo expressa uma propriedade transitória que coincide temporalmente com a eventualidade expressa pelo predicado principal.

- (2) a. Maria tocou o piano *bêbada*_{SL}.
b. Maria estava bêbada quando tocou o piano.
- (3) a. O João contratou Ana *grávida*_{SL}.
b. Ana estava grávida quando o João a contratou.

Segundo essa perspectiva, dados como (4a) e (4b) seriam inaceitáveis porque o depictivo expressa uma propriedade *individual-level*, que, *grosso modo*, denota um estado mais inerente e permanente.

- (4) a. #Maria tocou o piano *inteligente*_{IL}.
b. #O João contratou Ana *linguista*_{IL}.

Foltran (1999: 42) afirma que a ocorrência de adjetivos *individual-level* como depictivo até é possível, porém, se isso acontecer, eles devem veicular uma interpretação *stage-level*: segundo a autora, a restrição que se faz não é ao predicado IL em si, e sim à leitura *individual-level* do predicado. Assim, conforme a autora, o predicado *americano* é licenciado em (5a) porque, embora normalmente seja empregado como *individual-level*, ele deve ser lido como *stage-level*

se for usado como predicado secundário. O mesmo raciocínio se aplica aos depictivos em (5b) e (5c), que a autora analisa em sua tese como predicados IL que se comportam como SL.

- (5) a. Ele voltou *americano*_{IL}.
- b. Ele partiu para a Europa *ingênuo*_{IL} e voltou *depravado*_{IL}.
- c. Os adolescentes voltaram para casa *generosos*_{IL} e *altruístas*_{IL}.

(Foltran 1999: 42, 170, 171)

Nesta tese, porém, discordamos da ideia de que depictivos não podem expressar uma propriedade *individual-level* e da posição de Foltran de que os predicados secundários IL em dados como (5) estão sendo lidos como SL, em uma coerção interpretativa. Assim, no Capítulo 2, respondemos afirmativamente à pergunta em (1i).

Em nossa argumentação, recorremos ao trabalho de McNally (1993), que assume, a partir de Condoravdi (1992 *apud* McNally 1993), que predicados SL e IL são diferentes no seguinte sentido: predicados IL estão associados a uma inferência de persistência temporal em direção ao passado e ao futuro, enquanto predicados SL não são; trata-se de uma inferência *default*, que existe apenas se não houver nenhuma informação em sentido contrário. Além disso, McNally (1993) assume que existe uma condição de simultaneidade sobre o estado de coisas descrito pelo predicado principal e o estado de coisas descrito pelo predicado secundário que não pode ser trivialmente cumprida¹. Sob a ótica de McNally, um predicado principal *stage-level* e um predicado secundário *stage-level*, combinados, nunca geram uma condição de simultaneidade trivialmente cumprida, porque eles não estão associados à inferência de persistência temporal. Por outro lado, um predicado secundário *individual-level*, por estar associado a essa inferência *default*, gera uma condição de simultaneidade trivialmente cumprida quando combinado com um predicado principal *stage-level*: assim, a sentença (4a) (*#Maria tocou o piano inteligente*) é ruim porque se infere que Maria é inteligente indefinidamente em direção ao passado e ao futuro, então é trivial afirmar que ela era inteligente quando tocou o piano; por essa razão, a justaposição dos predicados é infeliz em (4a).

No entanto, conforme McNally (1993, 1997), se puder ser vencida a inferência de que o depictivo IL se aplica indefinidamente ao seu portador, de modo a tornar a propriedade IL, que é *unbounded* em direção ao passado e ao futuro, *bounded* em pelo menos uma das pontas, então a condição de simultaneidade deixará de ser trivialmente cumprida e a justaposição dos predicados será feliz. A autora argumenta que isso ocorre quando o predicado da oração principal marca uma fronteira (um limite) contextualmente relevante logo após o suposto começo ou logo antes do suposto fim

¹ McNally (1993) apresenta uma exceção a essa regra: é permitida a presença de um predicado IL cuja inferência de persistência temporal não tenha sido vencida caso isso seja explorado para efeitos conversacionais. É o caso do exemplo “*Joe went into the exam unprepared, he went into the exam tired, he went into the exam without a calculator. But he didn’t go into the exam stupid (...)*” (McNally 1993: 11).

do intervalo de tempo durante o qual vigora o predicado secundário. Esse é o caso das sentenças em (6), apresentadas pela autora:

- (6) a. The neighbor's girls entered the Army enthusiastic advocates of U.S. interventionism.
'As meninas / As filhas do vizinho entraram no Exército defensoras entusiasmadas do intervencionismo norte-americano.'
- b. They left the Army fervent noninterventionists.
'Elas saíram do Exército não intervencionistas fervorosas.'

(McNally 1993: 4)

Conforme a autora, os predicados secundários em (6a) e (6b) são, de fato, IL, não sendo lidos como temporários ou *stage-level*: a evidência de que eles não estão sofrendo coerção para uma leitura SL é o fato de que essas sentenças geram a implicatura de que o evento expresso pelo predicado matriz marca uma fronteira relevante para a mudança de estado denotada pelo predicado secundário: em (6a), por exemplo, infere-se que a propriedade *enthusiastic advocates of U.S. interventionism* deixou de se aplicar em determinado ponto ao seu referente, de maneira que a entrada das meninas no Exército marca uma fronteira para a mudança de propriedade. Em outras palavras, infere-se de (6a) que as meninas eram intervencionistas antes de entrarem no Exército, mas alguma experiência lá fez com que elas perdessem essa propriedade. McNally (1993) afirma que predicados depictivos *stage-level* não geram esse tipo de implicatura: por exemplo, em uma sentença como *Marge went to work tired* ('Marge foi ao trabalho cansada'), com o depictivo SL, não se infere nada em particular sobre o estado de Marge antes ou depois de ela ir ao trabalho (McNally 1993: 9).

Para McNally (1993), as sentenças em (6), com depictivos verdadeiramente IL, são licenciadas porque conseguimos vencer a inferência *default* associada a esses predicados, já que o predicado principal evidencia uma mudança de propriedade, o que significa que a condição de simultaneidade não é trivialmente cumprida nesse caso. Por outro lado, uma sentença como (7) não é licenciada porque a inferência *default* associada ao predicado *intelligent* não é vencida nessa situação: se Fleisher é inteligente, é trivialmente o caso que, se Fleisher tocou piano, ele era inteligente ao fazer isso (McNally 1993: 9).

- (7) ??Fleisher played the piano intelligent.
'??Fleisher tocou o piano inteligente.'

(McNally 1993: 9)

McNally (1993) prevê outra situação em que é possível vencer a inferência *default* associada a um predicado *individual-level*, dessa vez com um predicado principal IL e um predicado secundário SL, caso de (8):

- (8) ?Marge believes in the afterlife drunk, but not sober.
 'Marge acredita na vida após a morte bêbada, mas não sóbria.'

(McNally 1993: 11)

Segundo McNally (1993: 11), assumindo-se que acreditar (*believing*) é uma propriedade que licencia uma inferência de persistência temporal, isto é, uma propriedade *individual-level*, a justaposição dos predicados deveria ser infeliz em (8). No entanto, nessa frase, a autora afirma que a sentença possui a interpretação de que o estado de crença de Marge vigora quando, e apenas quando, ela está bêbada; nesse sentido, os estados de crença são tomados como transitórios, o que significa que a propriedade IL está sendo interpretada como SL nesse caso. Então, aí, sim, temos o que podemos chamar de coerção do predicado IL (diferentemente do que acontece em (6)).

Tendo em vista o exposto a partir de McNally (1993, 1997), vamos retomar os exemplos em (4) e (5), repetidos abaixo como (9) e (10):

- (9) a. #Maria tocou o piano *inteligente*_{IL}.
 b. #O João contratou Ana *linguista*_{IL}.
- (10) a. Ele voltou *americano*_{IL}.
 b. Ele partiu para a Europa *ingênuo*_{IL} e voltou *depravado*_{IL}.
 c. Os adolescentes voltaram para casa *generosos*_{IL} e *altruístas*_{IL}.

(Foltran 1999: 42, 170, 171)

Em nossa análise, com base em McNally, entendemos que as sentenças em (9) do PB, com um depictivo IL, não são licenciadas na medida em que não conseguimos vencer a inferência *default* associada ao depictivo em cada caso.² Entretanto, nas sentenças em (10), os depictivos IL são licenciados porque conseguimos vencer a inferência *default* associada a eles, o que torna a condição de simultaneidade não trivialmente cumprida; isso é possível porque o predicado primário nessas sentenças marca um limite relevante para a mudança de propriedade.

Observa-se que é possível criar contextos que melhorem a aceitabilidade de sentenças com um depictivo IL. É o que acontece nos seguintes exemplos. Foltran (1999) apresenta (11a) como uma sentença semanticamente anômala, o que se deve à presença do predicado IL *inteligente*. Contudo, vemos que esse depictivo é muito mais aceitável em (11b), porque a sentença permite inferir que o menino adquiriu essa propriedade em determinado ponto, marcado por sua chegada:

² Todavia, conforme argumentado ao longo desta tese, é possível construir contextos que tornem as sentenças em (9) (mais) aceitáveis, se pudermos vencer a inferência *default* associada aos predicados IL. Por exemplo, se imaginarmos que Ana mudou de profissão durante o período em que trabalhou para João, uma versão de (9b) será mais aceitável: ?João contratou Ana *linguista*, mas a demitiu *jornalista*.

- (11) a. #O menino chegou inteligente.
b. O menino saiu de casa burro e chegou inteligente.

((11a) de Foltran (1999: 42))

Apesar de defendermos que os predicados secundários em (10) não estão sofrendo coerção, defendemos que a coerção de um depictivo IL pode acontecer em outro contexto, notadamente o de construção depictiva circunstancial. É o que acontece em (12), a nosso ver:

- (12) A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i.

Em (12), o depictivo IL *loira* está sendo interpretado como SL, ou seja, sofre coerção, porque se infere que Madonna alterna entre situações em que está ou não loira. O predicado primário nessa sentença também sofre coerção para uma leitura SL, pois se infere que a eventualidade de *lembrar a Marilyn Monroe* acontece temporariamente, quando Madonna se encontra loira.

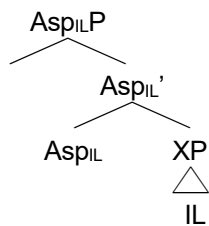
A partir disso, isolamos dois tipos de predicado depictivo IL que podem aparecer em construções depictivas: um que não sofre coerção para uma leitura SL, que aparece em construções depictivas em sentido estrito, como os exemplos em (13); e um que sofre coerção para uma leitura SL e aparece em construções circunstanciais, como os exemplos em (14).

- (13) Grupo 1 (predicado depictivo IL sem coerção = depictivo em sentido estrito)
- a. Ele voltou *americano*.
 - b. Ele partiu para a Europa *ingênuo* e voltou *depravado*.
 - c. O vestido foi pra máquina de lavar *vermelho* e voltou *rosa*.
 - d. Rita retornou do salão *ruiva*.
 - e. Mário saiu da UnB *engenheiro agrônomo*.
 - f. Pedro voltou da reunião *um militante de carteirinha*.
 - g. C.S. Lewis entrou na conversa com Tolkien *ateu* e saiu *teísta*.
- (14) Grupo 2 (predicado depictivo IL com coerção = circunstancial)
- a. A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe *loira_i*.
 - b. A Xuxa é linda *morena*.

Ainda no segundo capítulo, associamos a interpretação SL ou IL de um depictivo ao tipo de Asp que integra a *small clause* depictiva, supondo que o núcleo Asp pode ser do tipo Asp_{IL} ou Asp_{SL}. As três possibilidades de SC depictiva são as seguintes:

(15) Possibilidades de *small clause* nas construções depictivas (versão adotada)

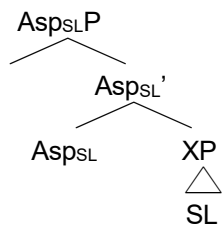
a. Asp_{IL}P + predicado IL



Ele voltou [_{AspILP} *americano*].

cf.: *Ele voltou sendo americano.*

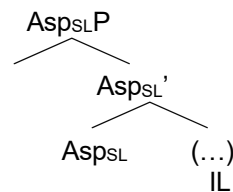
b. Asp_{SL}P + predicado SL



Maria dirigiu o carro [_{AspSLP} *bêbada*].

cf.: *Maria dirigiu o carro estando bêbada.*

c. Asp_{SL}P + predicado IL



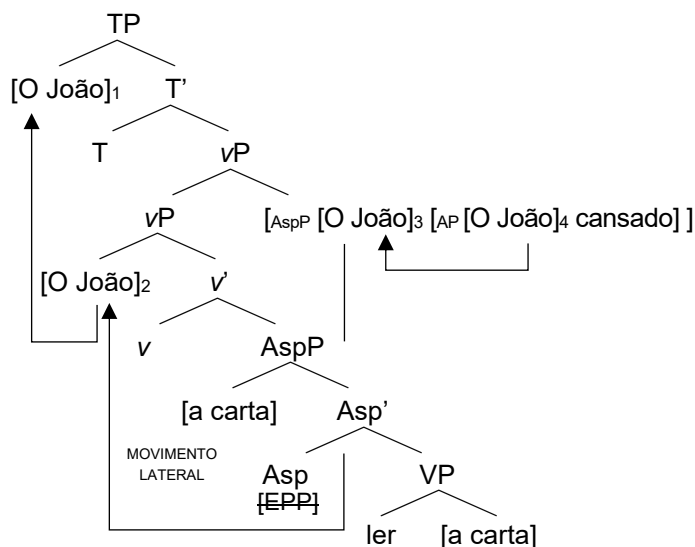
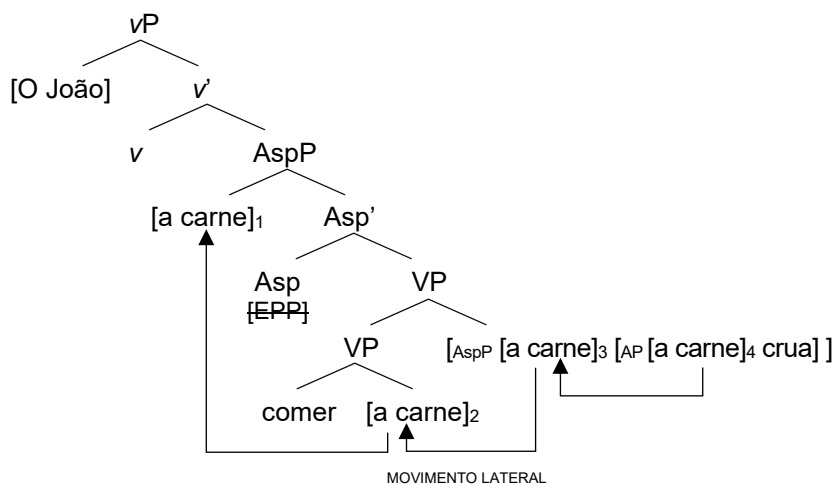
A Madonna_i lembra a Marilyn [_{AspSLP} (...) *loira*].

cf.: *A Madonna_i lembra a Marilyn estando loira_i.*

A estrutura em (15c), em que Asp_{SL} se relaciona com um depictivo IL, leva à coerção do predicado para uma leitura SL, o que é disparado pelo *mismatch* gramatical (Fernald 1999; Silvagni 2022).

No **Capítulo 3**, respondemos à questão em (1ii): como solucionar as dificuldades intrateóricas e empíricas impostas pela análise de construções depictivas de objeto direto proposta em Ferreira (2017)? Trata-se de um capítulo mais voltado à sintaxe das construções depictivas em sentido estrito e dedicado a resolver três problemas: (a) a impossibilidade de linearizar as construções depictivas de OD na análise proposta na dissertação, seguindo-se as condições de Nunes (2004); (b) o fato de não conseguirmos explicar por que o *object control* do sujeito de uma estrutura adjunta é possível em construções depictivas, mas não em construções semelhantes, como *[O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [ec_{i/*k} entrar na sala]* (Nunes 2014: 79); e (c) a aparente violação de *Merge-over-Move* na derivação das construções depictivas de objeto.

As duas primeiras dificuldades foram solucionadas a partir de uma alteração na estrutura da oração matriz e do entendimento de que o OD se move da posição de complemento de V para [Spec, AspP] na oração matriz, posição em que passa a c-comandar sua cópia na SC adjunta. É importante lembrar que estamos assumindo que as construções depictivas são formadas por meio da adjunção de uma *small clause* AspP, que contém o depictivo e seu sujeito, a alguma projeção na oração matriz: o VP, no caso da SC depictiva orientada para o objeto direto; ou o vP, no caso da SC depictiva orientada para o sujeito. Além disso, assumimos que a noção de movimento é resultado da aplicação das operações *Copy*, *Merge*, *Formar Cadeia* e *Reduzir Cadeia* (Nunes 1995, 2001, 2004) e que as construções depictivas são geradas pelo movimento lateral (Nunes, 1995, 2004, entre outros) do DP contido na SC para uma posição temática na oração matriz. Assim, nossa proposta pode ser entendida como uma consequência da *Movement Theory of Control* (Hornstein, 1999, 2001). Em resumo, defendemos as seguintes análises nesta tese:

(16) **Resumo da derivação defendida nesta tese (depictivas de sujeito)***O João_i leu a carta cansado_i.*(17) **Resumo da derivação defendida nesta tese (depictivas de OD)***O João comeu a carne_i crua_i.*

Em (17), o OD se move da posição de complemento de V para [Spec, AspP] na oração matriz, em razão de um traço EPP de Asp. Com isso, a cópia do OD contida em [Spec, AspP] c-comanda assimetricamente as cópias na SC adjunta. Com essa configuração, torna-se possível a aplicação das operações Formar Cadeia e Reduzir Cadeia, conforme proposto por Nunes (2004), as quais são necessárias para a linearização de sentenças, o que resolve o problema em (a).³

O problema em (b), referente ao contraste entre (18) e (19) quanto à possibilidade de *object control*, é resolvido tranquilamente. Assumindo-se que (19) tem a estrutura em (20), o controle pelo OD não é possível pela falta de c-comando entre as cópias relevantes, diferentemente de (16) e (17).

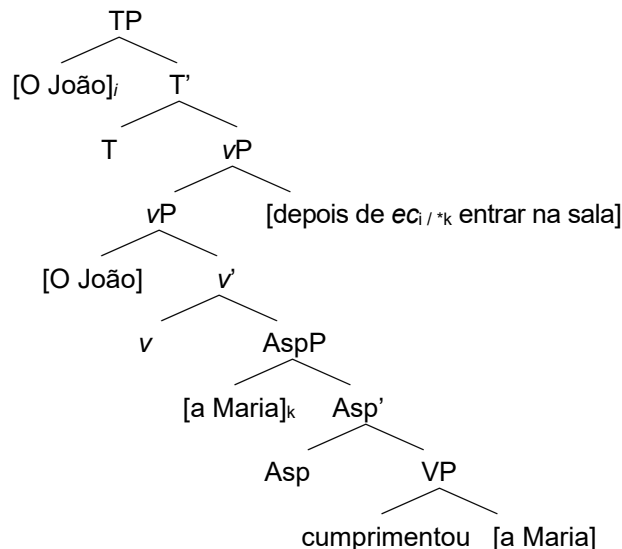
³ Apesar de isso não estar representado em (16) e em (17), existe, em ambos os casos, movimento do verbo para fora do VP, pois ele não permanece em V ao fim da derivação. As esquematizações feitas aqui têm o intuito apenas de destacar os movimentos dos DPs relevantes.

(18) O João_i cumprimentou o Paulo_k *ec_{i/k}* bêbado_{i/k}.

(19) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [*ec_{i/*k}* entrar na sala].

(Nunes 2014: 79)

(20) [O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [*ec_i / *_k* entrar na sala].



Em estudos futuros, seria interessante investigar se é possível estender a nossa proposta a outros tipos de predicados depictivos, como os orientados para um objeto indireto em uma construção bitransitiva ou para um locativo, possibilidades de orientação já atestadas em Ferreira & Moreira (2021), por exemplo. Também seria proveitoso estudar futuramente a estrutura completa de construções depictivas circunstanciais (caso de sentenças como *Ana acredita em assombração bêbada* e *A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i*), que é possivelmente diferente da estrutura das construções depictivas em sentido estrito, abordadas aqui. Nesse sentido, uma *small clause* depictiva circunstancial pode estar em outra posição na sentença que não em adjunção ao VP/vP, haja vista o comportamento distinto que circunstanciais e depictivos em sentido estrito exibem com relação ao alcance da negação e ao domínio focal da sentença, como discutido por Rodrigues & Foltran (2013), entre outras diferenças sintáticas.⁴

Quanto ao desafio em (c), mostramos na tese que esse é um falso problema, pois não ocorre a violação do princípio *Merge-over-Move* na derivação em (17). Em relação a isso, argumentamos

⁴ Uma possibilidade de configuração aventada por Jairo Nunes (c.p.) na defesa desta tese é a de que toda a *small clause* circunstancial funcionaria como sujeito da oração matriz, como em (ia) e (iia), e essas “construções-base” gerariam outras ordens, como (ib) e (iib). Não tivemos tempo de nos aprofundar nas consequências teóricas de se assumir essa hipótese.

- (i) a. [A Madonna_i loira_i] lembra a Marilyn.
- b. A Madonna lembra a Marilyn loira_i.
- (ii) a. [O Pelé calado] é um poeta.
- b. O Pelé_i é um poeta calado_i.

que derivações indesejadas podem ser excluídas de forma independente, de modo que o princípio não se aplica aos casos em questão.

No **Capítulo 4**, respondemos à pergunta (1iii), a última estipulada para esta tese: que restrições semânticas e pragmáticas atuam sobre o predicado principal e o depictivo no PB? Quanto a isso, chegamos à conclusão de que as construções depictivas se submetem às seguintes condições:

(21) Requisitos semânticos e pragmáticos sobre construções depictivas

a. Requisito da coincidência temporal

A eventualidade codificada pelo predicado primário e a eventualidade codificada pelo predicado secundário devem coincidir em determinado intervalo de tempo.

b. Requisito pragmático⁵

Um predicado secundário é licenciado quando:

- (i) a condição de simultaneidade imposta sobre o estado de coisas descrito pelo predicado primário e o estado de coisas descrito pelo predicado secundário não é trivialmente cumprida, vencendo-se a inferência de persistência temporal associada ao predicado *individual-level*, o que resulta em uma justaposição feliz de predicados; ou
- (ii) a inferência de persistência temporal associada a um predicado IL não é vencida e a justaposição dos predicados é infeliz, mas a infelicidade da justaposição é explorada para efeitos conversacionais.

c. Requisito da predicação com leitura *stage-level*

Pelo menos uma das predicações que compõem a construção depictiva deve veicular uma leitura *stage-level*, ainda que esta interpretação seja obtida por meio da coerção de um predicado *individual-level* para uma leitura *stage-level*.

d. Requisito da compatibilidade aspectual (depictivos em sentido estrito)⁶

- (i) A estrutura eventiva do predicado primário deve permitir que o depictivo faça referência a um (sub)evento processo ou a uma transição.
- (ii) Um depictivo IL em sentido estrito só pode fazer referência a uma transição, a qual deve incluir um processo causativo.
- (iii) Um depictivo SL em sentido estrito pode fazer referência tanto a um (sub)evento processo quanto a uma transição.

e. Requisito da pertinência

A eventualidade denotada pelo predicado secundário deve ser pertinente (relevante) para a eventualidade denotada pelo predicado primário.

⁵ Adaptado de McNally (1993).

⁶ Adaptado de Ardid-Gumiel (2001).

O requisito em (21a) (coincidência temporal) permite diferenciar construções depictivas, como (22a), em que o depictivo é o gerúndio *falando*, de estruturas coordenadas, como (22b). Em (22a), as eventualidades são temporalmente coincidentes, mas em (22b) existem duas eventualidades independentes, que não coincidem necessariamente (cf. Silvagni 2024: 343; McNally 1993: 8).

- (22) a. Ana chegou falando.
b. Ana chegou e falou.

Esse critério também permite diferenciar construções depictivas de estruturas em que o adjetivo é um modificador atributivo. Vejamos o contraste entre os seguintes dados.

- (23) a. O João chegou bêbado.
b. O João bêbado chegou.

Bêbado é um depictivo em (23a), mas um modificador atributivo em (23b). Apenas em (23a) esse adjetivo expressa uma propriedade que precisa coincidir temporalmente com a eventualidade denotada pelo predicado primário, o que explica por que a sentença em (24a) é contraditória. Por outro lado, *bêbado* em (23b) não coincide temporalmente com a eventualidade denotada pela oração primária, por isso a sentença em (24b) não gera uma contradição (cf. Rothstein 2004b).

- (24) a. #O João chegou bêbado, mas ele não estava bêbado quando chegou.
b. O João bêbado chegou, mas ele não estava bêbado quando chegou.

Quanto à condição em (21c), a da predicação com leitura *stage-level*, trata-se de um requisito que tem relação com o requisito pragmático em (21b), pois uma construção em que tanto o predicado primário quanto o predicado secundário são predicados IL que não sofrem coerção, como *#Ana acredita em assombração filha de brasileiros*, é descartada porque nenhum dos predicados é útil como modificador temporal em relação ao outro (McNally 1997). Chegamos, assim, às seguintes combinações possíveis de predicado primário e predicado secundário, sendo que “IL^c” significa que o predicado IL sofre coerção para uma leitura SL.

- | | | |
|---------|---|------------------------------|
| (25) a. | SL + SL
<i>Thiago Silva jogou a partida lesionado.</i>
<i>Maria dirigiu o carro bêbada.</i> | DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO |
| b. | SL + IL
<i>Robert Prevost saiu do conclave um papa.</i>
<i>Os adolescentes voltaram para casa generosos.</i> | DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO |
| c. | IL^c + SL
<i>Ana acredita em assombração bêbada.</i>
<i>Brigadeiro é melhor quente.</i> | DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL |

d. **IL^c + IL^c**

DEPCTIVO CIRCUNSTANCIAL

A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe loira_i.

A Xuxa é linda morena.⁷

No caso das construções depictivas em sentido estrito, a eventualidade denotada pelo predicado primário fica na oração introduzida por *quando*; no caso das circunstanciais, a eventualidade denotada pelo depictivo é que fica na oração introduzida por *quando*, como se vê a seguir.

(26) Paráfrases para depictivos em sentido estrito

a. **SL + SL**

Thiago Silva estava lesionado [quando jogou a partida].

Maria estava bêbada [quando dirigiu o carro].

b. **SL + IL**

Robert Prevost era um papa [quando saiu do conclave].

Os adolescentes eram generosos [quando voltaram para casa].

(27) Paráfrases para depictivos circunstanciais

a. **IL^c + SL**

Ana acredita em assombração [quando está bêbada].

Brigadeiro é melhor [quando está quente].

b. **IL^c + IL^c**

A Madonna_i lembra a Marilyn Monroe [quando está loira_i].

A Xuxa é linda [quando está morena].

Ainda no Capítulo 4, argumentamos que as eventualidades em uma construção depictiva estão em uma relação de ancoragem, conceito que tomamos de Irimia & Rapoport (2021), embora não estejamos assumindo exatamente a proposta das autoras. O que queremos dizer com isso é que, em uma construção depictiva, uma eventualidade atua como uma âncora para outra, isto é, como o elemento que vai especificar a circunstância ou o tempo em que a outra eventualidade vigora. No caso das construções depictivas em sentido estrito, a eventualidade denotada pelo predicado primário funciona como âncora para a do predicado secundário, obtendo-se a interpretação de que “É verdade, para o tempo/lugar em que a eventualidade denotada pelo predicado primário vigora, que a eventualidade denotada pelo predicado secundário vigora”. No caso das construções depictivas circunstanciais, a eventualidade denotada pelo predicado secundário é que age como âncora para a eventualidade do predicado primário, obtendo-se a interpretação geral de que “É verdade, para o tempo/lugar em que o predicado secundário vigora,

⁷ Daniel Machado (c.p.) fez uma observação interessante sobre um par de dados que têm a estrutura em (25d) (IL^c + IL^c): podemos dizer *Ele é charmoso magro* ou *Ele está charmoso magro*. Estamos pressupondo que o predicado principal nessas sentenças é um *individual-level* coagido para uma leitura *stage-level*, o que explica a possível ocorrência da cópula *estar* (que geralmente ocorre com predicados SL). Porém, a nosso ver, a sentença *Ele é charmoso magro* tem um sentido diferente de *Ele está charmoso magro*: com a cópula SER, existe uma interpretação habitual da sentença; com a cópula ESTAR, a sentença não tem essa interpretação habitual, e sim uma leitura mais ligada ao aqui-e-agora. Entretanto, de acordo com a análise desta tese, o predicado principal, em ambos os casos, está sofrendo coerção.

que a eventualidade denotada pelo predicado primário vigora”. É importante ressaltar que, no caso da construção circunstancial, o depictivo exprime, além da coincidência temporal, outro tipo de conexão semântica, como causa ou condição (cf. Foltran 1999; Nichols 1978, 1981; Himmelmann & Schultze-Berndt 2005; Simpson 2005). Em (28), estão resumidas, de forma esquematizada, as relações de ancoragem nas construções depictivas.

(28) **Relações de ancoragem entre eventualidades**

a. <i>Thiago Silva jogou a partida lesionado</i> <table> <tr> <td>PRED. PRIM. <i>Jogar a partida</i></td> <td>PRED. SEC. <i>lesionado</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2"> </td> </tr> </table>	PRED. PRIM. <i>Jogar a partida</i>	PRED. SEC. <i>lesionado</i>			DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO “É verdade, para o tempo/lugar em que Thiago Silva jogou a partida, que ele estava lesionado”
PRED. PRIM. <i>Jogar a partida</i>	PRED. SEC. <i>lesionado</i>				
b. <i>Robert Prevost saiu do conclave um papa.</i> <table> <tr> <td>PRED. PRIM. <i>Sair do conclave</i></td> <td>PRED. SEC. <i>um papa</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2"> </td> </tr> </table>	PRED. PRIM. <i>Sair do conclave</i>	PRED. SEC. <i>um papa</i>			DEPICTIVO EM SENTIDO ESTRITO “É verdade, para o tempo/lugar em que Robert Prevost saiu do conclave, que ele era um papa”
PRED. PRIM. <i>Sair do conclave</i>	PRED. SEC. <i>um papa</i>				
c. <i>Ana acredita em assombração bêbada.</i> <table> <tr> <td>PRED. PRIM. <i>Acreditar em assombração</i></td> <td>PRED. SEC. <i>bêbada</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2"> </td> </tr> </table>	PRED. PRIM. <i>Acreditar em assombração</i>	PRED. SEC. <i>bêbada</i>			DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL “É verdade, para todo tempo/lugar em que Ana está bêbada, que ela acredita em assombração”
PRED. PRIM. <i>Acreditar em assombração</i>	PRED. SEC. <i>bêbada</i>				
d. <i>A Madonna; lembra a Marilyn Monroe loira.</i> <table> <tr> <td>PRED. PRIM. <i>Lembrar a Marilyn Monroe</i></td> <td>PRED. SEC. <i>loira</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2"> </td> </tr> </table>	PRED. PRIM. <i>Lembrar a Marilyn Monroe</i>	PRED. SEC. <i>loira</i>			DEPICTIVO CIRCUNSTANCIAL “É verdade, para todo tempo/lugar em que Madonna está loira, que ela lembra a Marilyn Monroe” (BÊBADA → CONDIÇÃO/CAUSA PARA ACREDITAR EM ASSOMBRAÇÃO) (LOIRA → CONDIÇÃO/CAUSA PARA LEMBRAR MARILYN)
PRED. PRIM. <i>Lembrar a Marilyn Monroe</i>	PRED. SEC. <i>loira</i>				

Um passo importante, para estudos futuros, consiste em formalizar essas relações de ancoragem. Nesse sentido, dissemos que uma âncora fornece as coordenadas de tempo/lugar para a outra eventualidade (ideia presente em Irimia & Rapoport (2021)), porém não especificamos como isso é feito na sentença — se por meio de uma relação de valoração de traços via *Agree*, por exemplo. Nossas observações quanto a isso, por ora, têm um cunho mais descritivo.

Com relação à condição em (21d) (requisito da compatibilidade aspectual), que se impõe sobre construções depictivas em sentido estrito e diz respeito à ideia de que a estrutura eventiva do predicado primário deve permitir que o depictivo faça referência a um (sub)evento processo ou a uma transição, vimos, com base em Ardid-Gumiel (2001), que essa condição explica os contrastes entre (29) e (30). De modo mais específico, por meio desse requisito, conseguimos explicar por que depictivos em sentido estrito são aceitáveis com sentenças cujo predicado

primário é um *achievement* causativo (formado por um subevento *processo* seguido de um subevento *estado*), mas não com sentenças cujo predicado principal é um *achievement* pontual (formado por dois subeventos estativos individuais, um imediatamente seguido do outro), considerando-se a divisão proposta por Pustejovsky (1991, 1995):

(29) *Achievement* causativo

- a. Mário saiu da UnB *engenheiro agrônomo*_{IL} / *exausto*_{SL}.
- b. Pedro voltou da reunião *um militante de carteirinha*_{IL} / *cheio de ideias*_{SL}.

(30) *Achievement* pontual

- a. #Maria percebeu o duplo sentido *inteligente*_{IL} / *nervosa*_{SL}.
- b. #Maria reconheceu o carro *luxuoso*_{IL} / *molhado*_{SL}.

Com base em Ardid-Gumiel (2001), consideramos que um depictivo IL só pode fazer referência a um *turning point*, a uma transição, a qual deve incluir um processo causativo que provoca o estado atingido. Em (29), portanto, o predicado IL é aspectualmente licenciado porque o evento denotado pelo predicado primário é composto por um *processo* + *estado*, havendo, então, uma transição à qual o depictivo IL pode fazer referência. Note-se que as sentenças em (29) contêm um *source argument* que indica uma instituição ou um elemento (*a UnB*, *a reunião*) no qual o indivíduo se envolveu em alguma atividade que o levou a adquirir a propriedade IL. O depictivo *stage-level* também é licenciado em (29), porque ele pode se referir tanto ao subevento processo quanto à transição em si do *achievement* causativo.

Em (30), por outro lado, não existe um subevento processo ao qual o depictivo SL possa fazer referência e também não existe uma atividade implicada que possa fazer surgir a aquisição da propriedade, seja ela SL ou IL (cf. Ardid-Gumiel 2001: 5). Com isso, o predicado *achievement* pontual não tem a estrutura eventiva adequada para licenciar nenhum dos dois tipos de predicado depictivo.

Por fim, queremos destacar que o requisito em (21e) (requisito da pertinência) é importante por conseguir explicar o contraste entre (31a) e (31b):

- (31) a. Ele tomou a água gelada.
- b. #Ele tomou a água cara.

Com relação a isso, argumentamos, com base em Bosque (2022), que o predicado secundário tem que expressar uma propriedade que seja relevante, isto é, que seja adequadamente relacionada à eventualidade denotada pela predicação principal. Assim, em (31b), o adjetivo *cara* não é licenciado porque não é relevante (pertinente/saliente) para a eventualidade denotada pelo predicado primário, na medida em que o significado de *cara* não tem a relação apropriada com o significado de *tomar* (*água*). Por outro lado, (31a) é licenciada porque *gelada* é um predicado secundário relevante para a eventualidade denotada pelo predicado primário, por guardar relação com o significado desta.

Seria interessante que outras pesquisas se voltassem a explorar mais a fundo este último requisito semântico, que é um dos aspectos menos abordados pelos estudiosos da predicação secundária.

Concluimos, assim, esta tese. Esperamos que os novos dados apresentados neste trabalho e as questões deixadas em aberto possibilitem a realização de novas pesquisas sobre o português brasileiro. Também esperamos que este texto contribua para o avanço no debate teórico acerca de temas gerais de linguística formal, como predicação, e para o desenvolvimento das discussões no microuniverso das construções de predicação secundária.

Referências

- ABELS, Klaus. *Successive cyclicity, anti-locality, and adposition stranding*. Doctoral Dissertation – University of Connecticut, 2003.
- ADGER, David. *Core syntax: a minimalist approach*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). *Gottlob Frege: Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- ARDID-GUMIEL, Ana. The syntax of depictives: subjects, modes of judgements and IL/S-L Properties. In: ZHANG, Nina (ed.). *Syntax of predication: proceedings of the Workshop on Syntax of Predication*. ZAS Papers in Linguistics, v. 26. ZAS-Berlin: 2001.
- ASADA, Yuko. Against the complex predicate analysis of secondary predication. *Proceedings of ConSOLE XVII*, p. 53-76, 2012.
- BACH, Emmon. The Algebra of Events. *Linguistics and Philosophy*, v. 9, p. 5-16, 1986.
- BARBOSA, Julio. *A estrutura sintática das chamadas 'construções resultativas em PB'*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BASSO, Renato Miguel. *Predicados de estágio, de indivíduo e de gosto pessoal*. Handout apresentado em palestra no dia 26 ago. 2025 no *LabForm Digital: 2ª edição*, evento online organizado pelo Laboratório de Estudos Formais em Sintaxe, Semântica e Pragmática (LabForm) da Universidade de Brasília (UnB). 2025.
- BELAHZEN, Mohammed; ANNOUNI, Inass. The Syntax of Secondary Predicates in Standard Arabic: A Minimalist Approach. *International Journal of Linguistics, Literature and Translation*, v. 6, n. 7, 2023.
- BERTON, Alana. *Predicação secundária: uma análise da relação entre verbo matriz e predicado secundário*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- BERTUCCI, Roberlei. Construções resultativas infinitivas em português brasileiro. *Alfa*, v. 59, n. 3, p. 623-644, 2014.
- BISOL, Leda. *Predicados complexos do português: uma análise transformacional*. Porto Alegre: URS, 1975.
- BOECKX, Cedric; GROHMANN, Kleanthes. Putting Phases in Perspective. *Syntax*, v. 10, n. 2, p. 204-222, 2007.
- BOECKX, Cedric; HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. *Control as Movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BOŠKOVIĆ, Željko. On the locality and motivation of Move and Agree: an even more minimal theory. *Linguistic Inquiry*, v. 38, p. 589-644, 2007. DOI: 10.1162/ling.2007.38.4.589
- BOSQUE, Ignacio. Event-related states in secondary predication. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, número especial, v. 2, p. 99-123, 2022.
- BOWERS, John. The syntax of predication. *Linguistic Inquiry*, v. 24, p. 591-656, 1993.
- BOWERS, John. Predication. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (ed.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001.

- BRESNAN, Joan. A realistic transformational grammar. In: HALLE, Morris; BRESNAN, J.; MILLER, George (ed.). *Linguistic Theory and Psychological Reality*. MIT Press: Cambridge, Mass, 1978. p. 1-59.
- BROEKHUIS, Hans; KLOOSTER, Wim. Merge and Move as costly operations. *ReVEL*, Special edition, n. 4, 2010.
- BRUENING, B. *Depictive Secondary Predicates, Light Verb Give, and Theories of Double Object Constructions*. 2015. Manuscrito não publicado.
- CARDINALETTI, Anna; GUASTI, Maria Teresa. Small clauses: some controversies and issues of acquisition. In: CARDINALETTI, Anna; GUASTI, Maria Teresa (ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995a. p. 1-23.
- CARDINALETTI, Anna; GUASTI, Maria Teresa (ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995b.
- CARLSON, Gregory. *Referents to Kinds in English*. Ph.D. Diss. – University of Massachusetts at Amherst, 1977.
- CARLSON, Gregory. Generics and Atemporal "When". *Linguistics and Philosophy*, v. 3, n. 1, p. 49-98, 1979.
- CARREIRA, Marcos. *Diagnósticos de Constituição para Construções Predicativas Adjetivais*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2008.
- CARREIRA, Marcos. *Predicação e ambiguidade de projeção: uma teoria unificada*. Tese (Doutorado em Linguística) – Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2015.
- CARREIRA, Marcos; KNÖPFLE, Andrea. Uma análise teórico-empírica de predicação secundária. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 182-194, jan.-abr. 2013.
- CASTILLO, Juan Carlos; DRURY, John E.; GROHMANN, Kleanthes K. Merge Over Move and the Extended Projection Principle: MOM and the EPP Revisited. *Iberia: An International Journal of Theoretical Linguistics*, v. 1.1, p. 53-114, 2009.
- CHOMSKY, Noam. *The Logical Structure of Linguistic Theory*. New York: Plenum, 1955.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. 2. ed. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002 [1957].
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of The Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, Noam. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1982.
- CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, Noam. Some notes on economy of derivation and representation. In: FREIDIN, Robert (ed.). *Principles and parameters in comparative grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.
- CHOMSKY, Noam. A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, Ken; KEYSER, Samuel J. (ed.). *The view from building 20: Essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

- CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: The framework. *In*: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (ed.). *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, Cambridge, MA: MIT Press, 2000. p. 89-115.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. *In*: KENSTOWICZ, Michael (ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. p. 1-52.
- CHOMSKY, Noam. Beyond Explanatory Adequacy. *In*: BELLETTI, Adriana (ed.). *Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures Vol. 3*. Oxford: Oxford University Press: 2004. p.104-131.
- CHOMSKY, Noam. On phases. *In*: FREIDIN, Robert; OTERO, Carlos P.; ZUBIZARRETA, Maria Luisa (ed.). *Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. MA: The MIT Press, 2008. p. 133-166.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. 20th Anniversary Edition. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 2015 [1995].
- CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. The theory of principles and parameters. *In*: CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam; SEELY, T. Daniel; BERWICK, Robert C.; FONG, Sandiway; HUYBREGTS, M. A. C.; KITAHARA, Hisatsugu; McINNERNEY, Andrew; SUGIMOTO, Yushi. *Merge and the Strong Minimalist Thesis*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2023.
- CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads: A cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CINQUE, Guglielmo. *The Syntax of Adjectives: A Comparative Study*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.
- COLLINS, Chris. Economy of Derivation and the Generalized Proper Binding Condition. *Linguistic Inquiry*, v. 25, n. 1, p. 45-61, 1994.
- COLLINS, Chris. Economy Conditions in Syntax. *In*: BALTIN, M.; COLLINS, Chris. *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 45-61.
- CUNHA, Luís Filipe. Phase states and their interaction with individual-level and stage-level predicates. *In*: CARRASCO GUTIÉRREZ, Ángeles (ed.). *Sobre estados y estatividad*. München: Lincom Europa GmbH, 2011. p. 45-62.
- De SWART, Henriëtte. *Adverbs of quantification: a generalized quantifier approach*. Doctoral dissertation, Groningen University, 1991.
- DEAL, Amy Rose. The origin and content of expletives: evidence from 'selection.' *Syntax*, v. 12, n. 3, 2009.
- DEN DIKKEN, Marcel. *The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- DEN DIKKEN, Marcel; NÆSS, Alma. Case Dependencies: the case of predicate inversion. *The Linguistic Review*, v. 10, p. 303-336, 1993.
- DOWTY, David. *Word Meaning and Montague Grammar: The Semantics of Verbs and Times in Generative Semantics and in Montague's PTQ*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- EPSTEIN, Samuel David. Derivational constraints on $\bar{A}$ -chain formation. *Linguistic Inquiry*, v. 23, n. 2, p. 235-259, 1992.

- EPSTEIN, Samuel David; KITAHARA, Hisatsugu; OBATA, Miki; SEELY, T. Daniel. Economy of Derivation and Representation. In: Den DIKKEN, Marcel (ed.). *The Cambridge Handbook of Generative Syntax*. Cambridge Handbooks in Language and Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 487-514.
- ESCANDELL-VIDAL, Victoria; LEONETTI, Manuel. Coercion and the Stage/Individual distinction. In: GUTIÉRREZ-REXACH, Javier (ed.). *From words to discourse*. New York-Amsterdam: Elsevier, 2002. p. 159-179.
- ESCANDELL-VIDAL, Victoria; LEONETTI, Manuel. Estar joven a los dos lados del Atlántico. In: GONZÁLEZ, María Eugenia Sainz; GARCÍA, Inmaculada Solís; ROSA, Florencio del Barrio de la; HERNÁNDEZ, Ignacio Arroyo (ed.). *Geométrica explosión: Estudios de lengua y literatura en homenaje a René Lenarduzzi*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 2016. p. 65-78.
- FARRELL, Jake. *Depictive Secondary Predication and Quantization*. 2017. Thesis (Master of Arts) – University of Melbourne, Melbourne, 2017.
- FARRELL, Jake. Depictive Secondary Predication and the Correlates of Inner Aspect. *U. Penn Working Papers in Linguistics*, v. 25, n. 1, p. 97-108, 2019.
- FELSER, Claudia. Perception and control: a Minimalist analysis of English direct perception complements. *Journal of Linguistics*, v. 34, p. 351-385, 1998.
- FELSER, Claudia. *Verbal complement clauses*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999.
- FERNALD, Theodore B. Evidential Coercion: Using Individual-Level Predicates In Stage-Level Environments. *Studies In The Linguistic Sciences*, v. 29, n. 1. p. 43-63, 1999.
- FERREIRA, Elisabete. *Considerações sobre a sintaxe das construções de predicação secundária depictiva no português brasileiro*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- FERREIRA, Elisabete. Adjetivos *stage-level* e *individual-level* em construções depictivas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 62, n. 00, p. e020006, 2020. DOI: 10.20396/cel.v62i0.8657999.
- FERREIRA, Elisabete; GUERRA-VICENTE, Helena. Predicação secundária depictiva: *small clause*, concordância e derivação. *Cadernos de Linguística*, Campinas, SP, Brasil, v. 2, n. 4, p. e526, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2021.v2.n4.id526>.
- FERREIRA, Elisabete; GUERRA-VICENTE, Helena. Linguística formal e ensino de temas gramaticais controversos: o caso dos adjetivos em uso predicativo e uso adverbial. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 66, n. 00, p. e024011, 2024. DOI: 10.20396/cel.v66i00.8676910.
- FERREIRA, Elisabete; MOREIRA, Bruna da Costa. A caracterização dos depictivos no português brasileiro. In: XII Congresso Internacional da ABRALIN 12, InterAb12, 2021. Pôster apresentado em formato de vídeo. Disponível em: <https://interab12.abralin.org/eventos/processamento-gramatical/>. Acesso em: 11 de julho de 2023.
- FERREIRA, Marcelo. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- FOLTRAN, Maria José. *As Construções de Predicação Secundária no Português do Brasil: Aspectos Sintáticos e Semânticos*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FOLTRAN, Maria José. Predicados secundários: restrições semânticas. *Revista Letras*, Curitiba, Editora UFPR, n. 58, p. 211-223. jul./dez. 2002.

- FRANCHI, Carlos. Predicação. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p.17-82, 2003.
- FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda; MÜLLER, Ana. Um exemplo de análise e de argumentação em sintaxe. *Revista da ANPOLL*, v. 5, p. 37-63, 1998.
- FREGE, Gottlob. Conceitografia, "Prefácio". In: FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução: Paulo Alcoforado. 2009 [1879].
- GALLEGO, Ángel J. Locality and anti-locality in a Merge-based system. In: *Antilocality and snowballing movement workshop*, GIST, Ghent, jun. 2010. Handout.
- GOLDBERG, Adele. It Can't Go Down the Chimney Up: Paths and the English Resultative. In: *Proceedings of the Seventeenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society: General Session and Parasession on The Grammar of Event Structure*, 1991, p. 368-378.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago, 1995.
- GREEN, Jeffrey J. A movement theory of adjunct control. *Glossa: a journal of general linguistics*, v. 4, n. 1, art. 87, p. 1-34, 2019.
- GRICE, Herbert Paul. Logic and Conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry L. (ed.). *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1975. v. 3 (Speech Acts). p. 41-58.
- GRIMSHAW, Jane. Complement selection and the lexicon. *Linguistic Inquiry*, v. 10, n. 2, p. 279-326, 1979.
- GROHMANN, Kleanthes K. Anti-Locality. *Athens Reading Group in Linguistics*, 19 jun. 2009.
- GROHMANN, Kleanthes K. Anti-Locality: Too-Close Relations in Grammar. In: BOECKX, Cedric (ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 260-290.
- GUERRA VICENTE, Helena. *O quantificador flutuante "todos" no português brasileiro e no inglês: uma abordagem gerativa*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- GUERRA VICENTE, Helena; QUADROS GOMES, Ana Paula. Um tratamento unificado de grau para o quantificador flutuante e o intensificador *todo*. *Revista Linguística*, v. 9, n.1. p. 112-132, 2013.
- HALLIDAY, Michael. Notes on transitivity and theme in English, Part I. *Journal of Linguistics*, p. 37-81, 1967.
- HIMMELMANN, Nikolaus P.; SCHULTZE-BERNDT, Eva. Issues in the syntax and semantics of participant-oriented adjuncts: an introduction. In: HIMMELMANN, Nikolaus; SCHULTZE-BERNDT, Eva (ed.). *Secondary Predication and Adverbial Modification: The Typology of Depictives*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 1-67.
- HOEKSTRA, Teun; MULDER, René. Unergatives as copular verbs; locational and existential predication. *The Linguistic Review*, v. 7, p. 1-79, 1990.
- HOEKSTRA, Teun. Aspect and Theta Theory. In: ROCA, I. M. (ed.). *Thematic structure: its role in grammar*. Berlin; New York: Foris Publ., 1992. p. 145-174.
- HORNSTEIN, Norbert. Movement and control. *Linguistic Inquiry*, v. 30, p. 69-96, 1999.
- HORNSTEIN, Norbert. *Move! A minimalist theory of construal*. Oxford: Blackwell, 2001.

- HORNSTEIN, Norbert. *Theory of Syntax: Minimal Operations and Universal Grammar*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- HORNSTEIN, Norbert. *The Merge Hypothesis: A Theory of Aspects of Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.
- HORNSTEIN, Norbert; LIGHTFOOT, David. Predication and PRO. *Language*, v. 63, p. 23-52, 1987.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. Minimalism and Control. In: CARNIE, Andrew; SATO, Yosuke; SIDDIQI, Dan (ed.). *The Routledge Handbook of Syntax*. London: Routledge, 2014. p. 239-263.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo; GROHMANN, Kleanthes. *Understanding Minimalism*. Cambridge University Press, 2005.
- IKAWA, Hisako. "PRO Analysis" for Subject-Oriented Secondary Predicates. *Coyote Papers: Working Papers in Linguistics from A-Z*. University of Arizona Linguistics Circle, 1995.
- IRIMIA, Monica-Alexandrina. Types of secondary predication. *Toronto Working Papers in Linguistics*, v. 25, p. 20-29, 2005.
- IRIMIA, Monica-Alexandrina. *Secondary Predicates*. Tese (Doutorado) – Universidade de Toronto, 2012.
- IRIMIA, Monica-Alexandrina; RAPOPORT, Tova. The nature of a predicate: the case of depictives. In: *Proceedings of the 2021 annual conference of the Canadian Linguistic Association (CLA)*, 2021.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantic structures*. Cambridge, MA: MIT, 1990.
- JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, Ángel. What information structure tells us about individual/stage-level predicates. *Borealis: An International Journal of Hispanic Linguistics*, p. 1-32, 2012.
- JOHNSON, Kyle. Object Positions. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 9, n. 4, p. 577-636, 1991.
- KATO, Mary Aizawa. Free and Dependent Small Clauses in Brazilian Portuguese. *D.E.L.T.A.*, v. 23:esp., p. 85-111, 2007.
- KAYNE, Richard. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1994.
- KEARNS, Kate. *Semantics*. Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2009.
- KNÖPFLE, Andrea. *Resultativas em línguas ocidentais germânicas: generalizações descritivas, descobertas empíricas e questões analíticas*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- KRATZER, Angelika. Stage-level and Individual-level predicates. In: CARLSON, Gregory N.; PELLETIER, Francis Jeffry (ed.). *The Generic Book*. Chicago: Chicago University Press, 1995. p. 125-175. Trabalho escrito e submetido em 1988 e publicado em 1995.
- KRATZER, Angelika. Severing the external argument from the verb. In: ROORYCK, Johann; ZARING, Laurie (ed.). *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 109-137. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-015-8617-7_5
- KRIFKA, Manfred. Thematic relations as links between nominal reference and temporal constitution. In: SAG, I.; SZABOLSCI, A. (ed.). *Lexical Matters*. Stanford, CA: CSLI Publications, 1992.

- KRIFKA, Manfred: The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, Susan (ed.). *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998.
- LACERDA, Renato. *Quantificadores flutuantes no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- LANDAU, Idan. EPP extensions. *Linguistic Inquiry*, v. 38, n. 3, p. 485-483, 2007.
- LARSON, Richard K. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, p. 335-391, 1988.
- LEGENDRE, Géraldine. Secondary predication and functional projections in French. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 15, p. 43-87, 1997.
- LOBATO, Lucia. Afinal, existe a construção resultativa em português? In: NEGRI, L; FOLTRAN, M. J.; PIRES DE OLIVEIRA, R. (ed.). *Sentido e Significação: Em Torno da Obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LOBATO, Lucia. Sobre o suposto uso adverbial de adjetivo: a questão categorial e as questões da variação e da mudança linguística. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia. (org.). *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- LOBATO, Lucia. Por que não existem pequenas orações em posição de adjunto? *Caderno de Squibs: temas em estudos formais da linguagem*, v.2, n.2, p. 69-79, 2016 [1990].
- LOPES, Ruth E. Vasconcellos. Aquisição da linguagem: novas perspectivas a partir do programa minimalista. *D.E.L.T.A.*, v. 17, n. 2, p. 245-281, 2001.
- MAIENBORN, Claudia. A Discourse-Based Account of Spanish ser/estar. *Linguistics*, v. 43, n. 1, p. 155-180, 2005a.
- MAIENBORN, Claudia. On the limits of the Davidsonian approach: the case of copula sentences. *Theoretical Linguistics*, Walter de Gruyter, v. 31, n. 3, p. 275-316, 2005b.
- MAIENBORN, Claudia. On Davidsonian and Kimian states. In: COMOROVSKI, Ileana; HEUSINGER, Klaus von (ed.). *Existence: semantics and syntax*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2007. p. 107-130.
- MARCELINO, Marcello. *Construções resultativas em português e em inglês: uma nova análise*. 2000. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MARQUES, Marina Nishimoto; BASSO, Renato Miguel. Predicados de gosto pessoal em português brasileiro: *individual* ou *stage level predicates*? *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 96, p.132-151, jul./dez. 2017.
- MARUŠIČ, Franc; MARVIN Tatjana; ŽAUCER, Rok. *Depictive Secondary Predication with no PRO*. Trabalho apresentado no Formal Descriptions of Slavic Languages 6, Leipzig, 2003.
- McNALLY, Louise. Adjunct Predicates and the Individual/Stage Distinction. 1993. Trabalho publicado posteriormente em: DUNCAN, E.; FARKAS, D.; SPAELTI, P. (ed.). *The Proceedings of WCCFL 12*, 1994.
- McNALLY, Louise. *A Semantics for the English Existential Construction*. New York: Garland Press, 1997.
- MILSARK, Gary L. *Existential sentences in English*. Thesis (Ph. D.) – Massachusetts Institute of Technology, Dept. of Foreign Literatures and Linguistics, 1976 [1974] (repr. IULC).

- MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.
- MOREIRA, Bruna Elisa da Costa. Improving resultative secondary predication in Romance. *ReVEL*, edição especial, v. 19, n. 18, 2021.
- MORITA, Joe. Secondary Predicates Stacked. *Tsukuba English Studies*, v. 18, p. 137-146, 1999.
- MORO, Andrea. *The raising of predicates: predicative noun phrases and the theory of clause structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MOTUT, Alexandra. Merge over Move and the empirical force of economy in Minimalism. *Toronto Working Papers in Linguistics (TWPL)*, v. 33, p. 1-54, 2010.
- MOULTON, Keir. *Revisiting Postal's DOC: Lethal A-positions*. Talk at ECO5, UMass, 2007.
- NEELEMAN, Ad. *Complex Predicates*. Utrecht: Led, 1994.
- NEELEMAN, Ad; van de KOOT, Hans. The Configurational Matrix. *Linguistic Inquiry*, v. 33, p. 529-574, 2002.
- NICHOLS, Joanna. Secondary predicates. *Berkeley Linguistics Society*, v. 4, p. 114-27, 1978.
- NICHOLS, Joanna. *Predicate Nominals: A Partial Surface Syntax of Russian*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- NUNES, Jairo. *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. Tese (Doutorado) – Universidade de Maryland, College Park, 1995.
- NUNES, Jairo. Sideward movement. *Linguistic Inquiry*, v. 31, p. 303-344, 2001.
- NUNES, Jairo. Explorando a Teoria de Movimento por Cópia no Programa Minimalista. In: ALBANO, E.; COUDRY, M.; POSSENTI, S; ALKMIM T. (org.). *Saudades da Língua*. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 205-213.
- NUNES, Jairo. *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.
- NUNES, Jairo. Inherent Case as a licensing condition for A-movement: The case of hyperraising constructions in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 7, p. 83-108, 2008.
- NUNES, Jairo. Brazilian Portuguese under minimalist lenses. In: NUNES, Jairo (ed.). *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 3-14.
- NUNES, Jairo. Adjunct Control and Edge Features. In: KOSTA, Peter; FRANKS, Steven; RADEVA-BORK, Teodora; SCHÜRCKS, Lilia (org.). *Minimalism and Beyond: Radicalizing the Interfaces*. 1. ed. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 79-108.
- POPPER, Karl. *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. London: Routledge Classics, 2002 [1963].
- PUSTEJOVSKY, James. The syntax of event structure. *Cognition*, v. 41, p. 47-81, 1991.
- PUSTEJOVSKY, James. *The generative lexicon*. Cambridge (MA): MIT Press, 1995.
- RAMCHAND, Gillian Catriona. *Verb meaning and the lexicon: a first phase syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- RAPOPORT, Tova. Structure, Aspect, and the Predicate. *Language*, v. 75, n. 4, p. 653-677, 1999.
- RIZZI, Luigi. *Relativized Minimality*, Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane (ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.
- RIZZI, Luigi; BOCCI, Giuliano. *Left Periphery of the Clause: Primarily Illustrated for Italian*. In: EVERAERT, Martin; van RIEMSDIJK, Henk C. (ed). *The Wiley Blackwell Companion to Syntax*, 2. ed. New York, NY: John Wiley & Sons Inc., 2017.
- ROBERTS, Ian. Predicative APs, *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 4, p. 703-710, 1988.
- RODRIGUES, Cilene. Thematic Chains. *D.E.L.T.A.*, v. 20, n. 1, p. 123-147, 2004a.
- RODRIGUES, Cilene. *Impoverished Morphology and A-movement out of Case Domains*. Doctoral dissertation – University of Maryland, 2004b.
- RODRIGUES, Patrícia. O gerúndio e as leituras concreta e imaginativa dos verbos de percepção em português brasileiro. *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 9, n. 1. p. 29-38, 2007.
- RODRIGUES, Patrícia; FOLTRAN, Maria José. Construções de small clauses complexas em português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, v. 42, n. 1, p. 497-511, 2013.
- ROTHSTEIN, Susan. *The syntactic forms of predication*. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge (MA), 1983.
- ROTHSTEIN, Susan. *Predicates and their Subjects*. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 2004a [2001].
- ROTHSTEIN, Susan. *Structuring Events: A Study in the Semantics of Aspect*. Oxford: Blackwell, 2004b.
- ROTHSTEIN, Susan. Secondary Predication. In: EVERAERT, Martin; RIEMSDIJK, Henk van (ed.) *The Blackwell companion to syntax*. Blackwell Publishing, 2006. p. 209-233.
- SAFIR, Ken. On small clauses as constituents. *Linguistic Inquiry*, v.14, n. 4, p. 730-735, 1984.
- SCHEIN, Barry. Small clauses and predication. In: CARDINALETTI, Anna; GUASTI, Maria Teresa (ed.) *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 49-76.
- SCHULTZE-BERNDT, Eva; HIMMELMANN, Nikolaus P. Depictive secondary predicates in crosslinguistic perspective. *Linguistic Typology*, v. 8, n. 1, p. 59-131, 2004.
- SHIM, Ji Young. A Feature Inheritance Approach towards Head-final Languages. *Japanese/Korean Linguistics*, v. 23, p. 1-10, 2016.
- SHIMA, Etsuro. A preference for move over merge. *Linguistic Inquiry*, v. 31, n. 2, p. 375-385, 2000.
- SIBALDO, Marcelo. Qual a Estrutura das Small Clauses livres do Português Brasileiro? *Revista Letras*, Curitiba, v. 78, p. 125-145, 2009.
- SILVAGNI, Federico. When *estar* is not there: A cross-linguistic analysis of individual/stage-level copular sentences in Romance. *Open Linguistics*, v. 8, n. 1, p. 108-132, 2022.
- SILVAGNI, Federico. Spanish depictives and aspectual *consecutio* in non-verbal environments. In: DEN DIKKEN, Marcel; KISHIMOTO, Hideki (ed.). *Formal Perspectives on Secondary Predication*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2024. p. 339-382.

- SIMPSON, Jane. Resultatives. In: LEVIN, L., RAPPAPORT, M. & ZAENEN, A. (ed.). *Papers in Lexical-Functional Grammar*. Bloomington, IN: Indiana University Linguistics Club, 1983.
- SIMPSON, Jane. Depictives in English and Warlpiri. In: HIMMELMANN, Nikolaus; SCHULTZ-BERNDT, Eva (ed.). *Secondary Predication and Adverbial Modification: The Typology of Depictives*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 69-106.
- SPORTICHE, Dominique. A Theory of Floating Quantifiers and Its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, p. 425-449, 1988.
- STOWELL, Timothy. *Origins of Phrase Structure*. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, 1981.
- STOWELL, Timothy. Subjects across categories. *The Linguistic Review*, v. 2, p. 285-312, 1983.
- STUMP, Gregory T. *The Semantic Variability of Absolute Constructions*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1985.
- TRAVIS, Lisa. Event structure in syntax. In: PUSTEJOVSKY, James; TENNY, Carol. (ed.). *Events as grammatical objects: the converging perspectives of lexical semantics and syntax*. Stanford: CSLI, 2000. p. 145-185.
- VENDLER, Zeno. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, NY: Cornell, 1967.
- WACHOWICZ, Teresa Cristina; FOLTRAN, Maria José. Sobre a noção de aspecto. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, v. 48, n. 2, p. 211-232, 2006
- WHELPTON, Matthew. *The syntax and semantics of infinitives of result in English*. PhD thesis – University of Oxford, 1995.
- WILLIAMS, Edwin. Predication. *Linguistic Inquiry*, v. 11, n. 1, p. 203-238, 1980.
- WILLIAMS, Edwin. Against Small Clause. *Linguistic Inquiry*, v. 14, n. 2, p. 287-308, 1983.
- WILLIAMS, Edwin. *Representation Theory*. Cambridge: MIT Press, 2003.
- WINKLER, Susanne. *Focus and Secondary Predication*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.
- WITKOS, Jacek. Raising Expletives. *Poznan Studies in Contemporary Linguistics*, v. 39, p. 175-195, 2004.
- ZHANG, Niina Ning. Understanding S-Selection. *Studies in Chinese Linguistics*, v. 37, n. 1, p. 56-73, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1515/scl-2016-0003>.